



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**“APRENDER COMO É O MUNDO”: HISTÓRIAS DE VIDA DE
JOVENS EGRESSAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

ALINE DA SILVA SOUSA

FORTALEZA

2016



ALINE DA SILVA SOUSA

“APRENDER COMO É O MUNDO”: HISTÓRIAS DE VIDA DE
JOVENS EGRESSAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ercília Maria Braga de Olinda

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S696* Sousa, Aline da Silva Sousa.
"Aprender como é o mundo": História de vida de jovens egressas do Acolhimento Institucional / Aline da Silva Sousa Sousa. – 2016.
196 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Ercília Maria Braga de Olinda.

1. Direitos da Criança e do Adolescente. 2. Histórias de vida. 3. Resiliência. 4. Empoderamento. I. Título.
CDD 370

ALINE DA SILVA SOUSA

“APRENDER COMO É O MUNDO”: HISTÓRIAS DE VIDA DE JOVENS EGRESSAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ercília Maria Braga de Olinda

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Ercília Maria Braga de Olinda (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª Dr^ª Tânia Vicente Viana
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª Dr^ª Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª Dr^ª Silvina Pimental da Silva
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^ª Dr^ª Zuleide Fernandes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vera e Manoel Castro, e minha irmã Lívia, pela vida, pelo amor, pelo incentivo e apoio incondicional em minha vida pessoal, profissional e minha jornada acadêmica.

À querida Ercília, que tem sido mais que uma orientadora. Sempre digo a todos que ela é a orientadora que todos precisam ter. Amiga, conselheira e incentivadora dos caminhos que estou percorrendo.

Às jovens meninas e amigas Angélica, Débora, Vlândia, Francisca, Rita, Maiara e Mariana, que abriram seus corações e juntas delineamos as histórias que compõe este trabalho. Eu aprendo sempre mais com vocês!

À Casa Família, pelas portas sempre abertas de forma carinhosa e acolhedora, para todos os trabalhos desempenhados em parceria.

À professora Ângela Pinheiro, que na reta final desta pesquisa lançou lindos raios de luz iluminando meus caminhos de análises.

À professora Tânia Viana que colaborou com sua delicadeza e atenção desde o primeiro escrito na primeira qualificação.

Às professoras Silvina Pimentel e Zuleide Queiroz, pela honra de tê-las compondo a banca examinadora deste trabalho, trazendo novos olhares e contribuições.

À Universidade Federal do Ceará, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira e a todos os professores e funcionários pela oportunidade de traçar minha jornada acadêmica nos espaços da universidade pública, engrandecendo cada dia mais minha formação.

À CAPES pelo investimento e apoio na manutenção dos quatro anos de pesquisa.

Às amigas do grupo de pesquisa Dialogicidade, Formação Humana e Narrativas (DIAFHNA), Adriana, Alessandra, Ana, Catarina, Gercilene e Neurilane pelas trocas enriquecedoras na área acadêmica e pessoal.

À Luciane Goldberg, amiga e querida companheira de pesquisa, que juntas trilhamos nossos caminhos, compartilhando nossas ansiedades, angústias e aprendizados acadêmicos e de vida.

Aos amigos da Pós-Graduação Jahannes, Larissa, Lilianne, Wirla pelo apoio mútuo, em especial, frente às dificuldades.

À turma de Pedagogia formada em 2006.1, que este ano completamos 10 anos de conclusão da graduação e início de novos ciclos em nossas vidas, em especial à Cris, Cristiane, Ciça, Josélia e Pascoal por estarmos juntas durante todo esse tempo, com a amizade linda que resiste ao tempo, distância e revezes da vida.

À Alisson pelo amor e amizade de tantos anos, incentivando cada novo passo na caminhada da vida.

Aos demais amigos e familiares pela compreensão de tantas ausências e distâncias ocasionadas pela necessidade de dedicação que uma jornada acadêmica exige.

Ao Dr. Fernando Façanha, amigos do Centro Espírita Lar dos Humildes e da Sociedade Espírita de Maracanaú, por colaborarem na recuperação da minha saúde, que nos primeiros anos de doutorado foi acometida por uma enfermidade motora debilitante, dificultando os primeiros momentos de estudo, e agora, estou plenamente recuperada.

À Deus e aos amigos espirituais pelo aprendizado diário, pelas forças necessárias e pelos caminhos iluminados em todo o trajeto até aqui, com a certeza de que estas bênçãos não me faltarão na continuidade da minha caminhada.

RESUMO

O presente trabalho insere-se na confluência entre diferentes campos: Educação em Direitos Humanos, com destaque para os direitos de crianças e de adolescentes; Sociologia da Juventude; história de vida e formação, consubstanciada na abordagem (auto) biográfica e os estudos sobre resiliência e empoderamento. Trata da experiência de jovens que passaram longo período em situação de acolhimento institucional. Pela via da narrativa autobiográfica interpretei o que jovens, que passaram por esta experiência, nos ensinam sobre resiliência e empoderamento. Busquei compreender a trajetória formativa e vivencial de sete jovens que passaram de cinco a doze anos acolhidas na Casa Família Maria Mãe da Ternura, em Maracanaú – CE e os enfrentamentos para vencer, fortalecer-se e/ou transformar-se a partir das experiências adversas vividas. O objetivo geral da pesquisa foi compreender, através das histórias de vida das jovens egressas da Casa Família, o significado da institucionalização durante longos anos, identificando os fatores presentes nas respostas resilientes e atitudes de empoderamento que foram capazes de desenvolver e que as levaram a elaborar projetos vitais. Para alcançar os objetivos pretendidos na investigação, encontrei suporte inicial na pesquisa qualitativa, a partir de sua dimensão múltipla e espaço prático diversificado. Neste universo, que não desconsidera a subjetividade e a dimensão afetiva, optei pela pesquisa (auto)biográfica, abordagem que dá centralidade às histórias de vida e sua contribuição para a construção da figura de si dentro de um processo educativo norteado pelo paradigma do singular-plural. O uso desse referencial visa subsidiar a ampliação da compreensão dessa área de conhecimento, capaz de despertar o indivíduo para si e para o mundo, num processo de empoderamento, a partir da apropriação que ele faz de sua própria história ao narrar sua vida. Para me aproximar dos objetivos delineados, optei pela estratégia metodológica da Entrevista Narrativa. As narrativas decorrentes das entrevistas foram analisadas a partir da metáfora da “tempestade de luz”, configurada na Análise Textual Discursiva proposta por Roque Moraes. As histórias de vida indicaram: as condições materiais, estruturais e relacionais da instituição; aspectos emocionais, sociais, psicológicos, espirituais e educativos das jovens, bem como da transição para uma vida não institucionalizada. Mostraram, principalmente, as contradições entre processos de assujeitamento e de resistência, demonstrando que a resposta resiliente não é inata, nem linear, comportando conflitos, avanços e recuos.

Palavras-chave: Direitos da criança e do adolescente - Histórias de Vida – Resiliência - Empoderamento.

RÉSUMÉ

Ce travail fait partie de la confluence de différents domaines: éducation sur les droits de l'homme, en particulier les droits des enfants et des adolescents; Sociologie de la jeunesse; histoire de la vie et de la formation, sur la base de l'approche (auto) biographiques et des études sur la résilience et l'autonomisation. Il traite avec les jeunes qui ont une longue expérience du temps dans une situation de prise en charge institutionnelle. Au moyen du récit autobiographique qui ont joué les jeunes qui sont passés par cette expérience nous enseignent sur la résilience et l'autonomisation. J'ai essayé de comprendre la formation et l'expérience trajectoire sept jeunes gens qui ont passé cinq à douze ans accepté à la Chambre Famille Marie Mère de Tendresse, en Maracanaú - CE et se battent pour gagner, renforcer et / ou détourner des effets indésirables vécu. L'objectif global de la recherche était de comprendre, à travers les histoires de vie des jeunes diplômés Family House, le sens de l'institutionnalisation depuis de nombreuses années, l'identification des facteurs présents dans les réponses élastiques et l'autonomisation des attitudes qui ont pu développer et les a amenés à développer projets vitaux. Pour atteindre les objectifs souhaités dans la recherche, je trouve le soutien initial dans la recherche qualitative, de ses multiples dimensions et diversifiée espace pratique. Dans cet univers, il ne néglige pas la subjectivité et la dimension affective, j'ai opté pour la recherche (auto) biographique, approche qui donne la centralité des histoires de vie et de leur contribution à la construction de la figure lui-même dans un processus éducatif guidé par le paradigme de singularisation pluriel. L'utilisation de ce cadre vise à soutenir l'expansion de la compréhension de ce domaine de la connaissance, capable d'éveiller l'individu à lui-même et au monde, dans un processus d'autonomisation, de l'appropriation qu'il fait sa propre histoire à raconter sa vie. Pour me rapprocher des objectifs énoncés, j'ai opté pour la stratégie méthodologique de l'interview narrative. Les récits issus des entretiens ont été analysés à partir de la métaphore de la «tempête de lumière," set in Justifications analyse du discours proposé par Roque Moraes. Les histoires de vie indiquées: les conditions matérielles, institution structurelle et relationnelle; affectif, social, psychologique, spirituel et éducatif des jeunes et la transition vers une vie non institutionnalisée. Ils ont montré principalement les contradictions entre les processus d'assujettissement et de la résistance, ce qui démontre que la réponse élastique est pas innée, ni linéaire, comportant des conflits, des avancées et des reculs.

Mots-clés: Droits de l'enfant et de l'adolescent - Histoires de vie - Résilience - Empowerment.

ABSTRACT

This work is part of the confluence of different fields: Education on Human Rights, especially the rights of children and adolescents; Sociology of Youth; life story and training, based on the approach (auto) biographical and studies on resilience and empowerment. It deals with the youth who have experience long time in institutional care situation. By means of autobiographical narrative that played the young people who have gone through this experience teach us about resilience and empowerment. I tried to understand the training and experiential trajectory seven young people who have spent five to twelve years accepted in the House Family Mary Mother of Tenderness, in Maracanaú - CE and fighting to win, strengthen and / or turn from the adverse experiences lived. The overall objective of the research was to understand, through the life stories of graduates Young House Family, the meaning of institutionalization for many years, identifying the factors present in resilient responses and empowerment of attitudes that were able to develop and led them to develop vital projects. To achieve the desired goals in the research, I found initial support in qualitative research, from its multiple dimensions and diverse practical space. In this universe, it does not ignore the subjectivity and affective dimension, I opted for research (auto) biographical, approach that gives centrality to life stories and their contribution to the construction of the figure itself within an educational process guided by the paradigm of singular- plural. The use of this framework aims to support the expansion of the understanding of this area of knowledge, able to arouse the individual to himself and to the world, in an empowerment process, from the appropriation that he makes his own story to narrate his life. To me closer to the goals outlined, I opted for the methodological strategy of narrative interview. The narratives arising from the interviews were analyzed from the metaphor of "light storm," set in Textual Analysis Discourse proposed by Roque Moraes. The life stories indicated: the material conditions, structural and relational institution; emotional, social, psychological, spiritual and educational of young people and the transition to a non-institutionalized life. They showed mainly the contradictions between subjection processes and resistance, demonstrating that the resilient response is not innate, nor linear, behaving conflicts, advances and retreats.

Keywords: Rights of the child and adolescent. Life Stories. Resilience. Empowerment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Informações sobre as jovens	35
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Crianças e adolescentes abrigados por faixa etária, segundo cor.....	94
Gráfico 02 – Crianças e adolescentes abrigados por faixa etária, segundo sexo.....	95

LISTA DE IMAGENS

Imagens 01 e 02: A rua e a entrada da Casa Família.....	42
Imagens 03 e 04: Lateral direita e parquinho	44
Imagens 05 e 06: Lateral esquerda e pátio	44
Imagem 07: Alpendre	45
Imagens 08 e 09: Cozinha e área de serviço.....	45
Imagem 10: Corredor	46
Imagens 11 e 12: Refeitório e sala de TV.....	46
Imagens 13 e 14: Escolinha	47
Imagem 15: Quintal	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

EN – Entrevista Narrativa

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDH – Educação em Direitos Humanos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Rede SAC – Rede de Serviço de Ação Continuada

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

SPDCA – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

1. PRIMEIROS CAMINHOS.....	16
1.1. O objeto de estudo tecido na ação-reflexão-ação propiciada pelo trabalho voluntário.....	16
1.2. As questões orientadoras e os objetivos da pesquisa.....	22
1.3. A abordagem metodológica e os procedimentos da pesquisa.....	23
1.4. A pesquisa (auto) biográfica: centralidade da narrativa.....	26
1.5. A entrevista narrativa como procedimento central para a produção das histórias de vida.....	34
2. A CASA FAMÍLIA E AS JOVENS NARRADORAS: INSTITUIÇÃO E SUJEITOS PROTAGONISTAS DE SUAS HISTÓRIAS.....	42
2.1. A Casa Família Maria Mãe da Ternura.....	43
2.2. As narradoras.....	55
2.2.1. Angélica, a guerreira.....	57
2.2.2. Débora, a brincalhona.....	59
2.2.3. Francisca, a sincera.....	61
2.2.4. Maiara, a batalhadora.....	63
2.2.5. Mariana, a sonhadora.....	65
2.2.6. Rita, a fortalecida.....	67
2.2.7. Vlândia, a cidadã.....	69
3. O UNIVERSO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: DE UMA PERSPECTIVA SALVACIONISTA E HIGIENISTA À DEFESA DE DIREITOS.....	72
3.1 Perspectiva histórica: a situação de crianças e adolescentes pobres no Brasil.....	73
3.2 O paradigma da doutrina da proteção integral.....	85
3.3 Juventude e família: a conquista do direito à convivência familiar em destaque na doutrina de proteção integral	93

4. NARRATIVAS QUE SE CRUZAM: RELAÇÕES ENTRE RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO	118
4.1.Trajetórias de resiliência	119
4.2.Caminhos para o empoderamento	135
5. TRAJETÓRIA FINAL OU UM RECOMEÇO	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
APÊNDICE.....	158

1. PRIMEIROS CAMINHOS

*Tenho uma história pra contar e o
que é melhor, nem sempre a história
que eu tenho pra contar é uma
história feliz, mas a felicidade hoje
depende de mim e eu espero que
assim seja sempre.*
(Rita, ex-moradora da Casa Família)

1.1 O objeto de estudo tecido na ação-reflexão-ação propiciada pelo trabalho voluntário

A temática proposta para esta tese insere-se na confluência entre diferentes campos: Educação em Direitos Humanos (EDH), com destaque para os direitos de crianças e de adolescentes (BENEVIDES, 2013; CANDAU, 2010; PINHEIRO, 2006; RIZZINI, 2000, 2004, 2006; VASCONCELOS, 2004); nos estudos sobre formação juvenil (PAIS, 2003; GROppo, 2000); resiliência (ASSIS, 2006; CYRULNIK, 2004; MELILLO, 2005; YUNES, 2003) e empoderamento (BAQUERO, 2012; FREIRE e SHOR, 1986), tratando da experiência de jovens que passaram longo período em situação de acolhimento institucional.

Interessou-me saber, por via da narrativa autobiográfica, o que jovens que passaram por essa experiência, nos ensinam sobre resiliência, empoderamento e construção de projetos de vida. Assim, busquei compreender a trajetória formativa e vivencial de sete jovens que passaram um longo tempo acolhidas na Casa Família Maria Mãe da Ternura — doravante Casa Família — no enfrentamento para fortalecer-se e/ou transformar-se a partir das experiências adversas vividas. Ou seja, compreender os elementos, relações e situações presentes no processo de resiliência e empoderamento experienciado, que são expressos nas histórias de vida das jovens.

Elaborar uma tese não é tarefa fácil, sobretudo para quem opta pelo desenvolvimento de um trabalho que, após quatro anos, não representará apenas a obtenção de um título, mas a oportunidade de ter contribuído, dentro de suas possibilidades, para a expansão, a compreensão e o aprimoramento da realidade educacional e social, e especificamente para o universo do acolhimento institucional. Não se trata de pensar a educação como uma ação pontual de ensino realizada em instituições formais, mas como ação social, política e (trans)formadora de sujeitos e da sociedade, na qual estão inseridos seres humanos, seres multidimensionais, ou seja: biológicos, espirituais, culturais, sociais e

históricos (LINHARES, 2006), os quais possuem a vocação ontológica para “ser mais” (FREIRE, 1987).

O conhecimento mais aproximado da realidade da Instituição citada foi propiciado por minha atuação em um grupo de voluntários chamado Grupo Fantasia, desde 2001, quando conheci a Casa Família com o objetivo de fazer visitas às crianças e às adolescentes. Para definir este grupo, recorri ao projeto pedagógico do mesmo, que o apresenta nos seguintes termos:

Grupo voluntário que, através da figura do palhaço, visa propiciar alegria e uma educação pautada em valores morais às pessoas, em especial às crianças, assistidas em abrigos infantis, hospitais ou entidades filantrópicas, usando atividades lúdicas do universo infantil e a alegria característica do palhaço, tendo como inspiração o amor e a caridade do Evangelho do Cristo, segundo a visão da Doutrina Espírita e a atuação social do Dr. Patch Adams. Nossas atividades não possuem fins lucrativos e visam multiplicar os valores morais do Cristo, sem a pregação de nenhuma opção religiosa, tendo como intuito dar nossa contribuição para a construção de um mundo melhor (FANTASIA, 2010, p. 4).

Com o espírito de educar em valores morais sem qualquer sentido proselitista, este foi o propósito do Grupo Fantasia desde o primeiro contato com a Casa Família. Através das intervenções semanais de que participo há 14 anos passei a conhecer as crianças, as adolescentes e a realidade da instituição. Envolvimento que se ampliou em 2005, no momento em que a coordenadora do abrigo me convidou para atuar como pedagoga na Casa Família, desenvolvendo atividades com as crianças e com as jovens no contraturno das aulas escolares, acompanhando suas atividades e seu desempenho escolares, sendo remunerada através de parceria da instituição com a Prefeitura Municipal de Maracanaú. Assim, o trabalho aproximou-me ainda mais da realidade da Casa Família, visto que, minhas atividades com as crianças e as adolescentes eram desenvolvidas de segunda a sexta-feira. Junto com o apoio dado às lições de casa tive muitas lições de vida, através de conversas amistosas e fraternas em que foi possível ouvir, compartilhar e compreender cada trajetória dos sujeitos acolhidos.

Minha participação foi além das visitas semanais com o Grupo Fantasia e do trabalho pedagógico diário na instituição, pois me envolvi ao ponto de acompanhar as meninas em atividades escolares, festas, passeios e até mesmo situações adversas com a saúde, acompanhando ao médico e passando noites como responsável por uma delas no hospital enquanto realizava tratamento contra um câncer, situação que ela mesma relatará em sua narrativa analisada no capítulo 4 desta tese.

Posso afirmar que essas situações despertaram em mim um sentimento quase que materno por aquelas meninas e meninos. Ouvi algumas vezes eles dizerem que eu era a mãe que eles não tiveram ou de quem estavam afastados. Em diferentes oportunidades demonstravam felicidade ao me verem na escola fazendo seus acompanhamentos escolares. Elas diziam que quando eram as freiras que realizavam a visita era diferente, pois elas eram rotuladas como “as meninas da casa das irmãs” ou expressões estigmatizadoras semelhantes, mas quando os colegas da escola me viam acompanhando-as, todos se interessavam em saber quem eu era, se era mãe deles ou alguém da família. Desta forma, elas se sentiam como iguais perante os colegas que tinham suas mães, tias, madrinhas e vizinhas que lhes acompanhavam na escola, em vez das freiras ou de um profissional da instituição onde estavam acolhidas.

Com as meninas mais velhas, estreitei os laços e consegui, através dos meios legais, levar algumas para passar fins de semana comigo, em minha residência, como uns dias de férias, Natal e *revellion*. Estas ações tornaram-se tão significativas para mim, quanto para elas e quando as vi prestes a completarem 18 anos, algumas sem muitas perspectivas de local para ir, me senti intimamente chamada a fazer algo, mas naquele momento, era inviável para mim. O que estava ao meu alcance era dar uma contribuição teórica para o entendimento de, pelo menos, uma parcela da realidade daquele universo.

Para tanto, no período de 2008 a 2010 desenvolvi o projeto de pesquisa de mestrado que resultou na dissertação intitulada *Os Educadores-Palhaços do Grupo Fantasia: o que Aprendem e o que nos Ensinam sobre Educação Moral* (SOUSA, 2010). A dissertação teve como objetivo geral compreender a visão dos integrantes do Grupo Fantasia sobre a educação moral desenvolvida nas visitas voluntárias, com atividades usando a figura do palhaço, em uma das casas de acolhimento infanto-juvenil visitadas por eles, e a Casa Família foi a instituição que se configurou como favorável a essa pesquisa.

O trabalho realizado permitiu uma ampla reflexão sobre a prática efetivamente realizada pelos membros do Grupo Fantasia, levando o grupo a reelaborar seu projeto pedagógico. A experiência desenvolvida pelos educadores-palhaços pode contribuir para o campo da educação popular, sobretudo, no trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes, mais profundamente no desenvolvimento de valores e atitudes que apontam para uma sociedade mais fraterna e justa.

Quando concluí o esforço de pesquisa do mestrado, algumas adolescentes atingiram a idade máxima legalmente permitida para a permanência na Casa Família — 18 anos —, ou foram adotadas prestes a completar esta idade. De acordo com o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069/1990), adolescente é aquela pessoa

entre doze e dezoito anos de idade incompletos, e, de acordo com as *Orientações Técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* (CONANDA, 2009), o público alvo das instituições de acolhimento são crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, não sendo permitida a permanência na instituição após esta idade máxima ser completada.

Desta feita, a saída das adolescentes da Casa Família resultou em uma mudança significativa na realidade tanto destas, quanto da Casa Família. A maioria das meninas estava naquela instituição, praticamente desde sua fundação, em torno de 5 a 12 anos. Os vínculos afetivos e a apropriação do local como um lar eram significativos. As jovens viviam a tensão entre a certeza de que finalmente sairiam daquele espaço, que deveria ser provisório, e a insegurança em relação ao que realmente encontrariam lá fora. É sobre as questões pertinentes aos conflitos da permanência e a realidade encontrada após a saída das adolescentes da Casa Família que pretendo aprofundar o estudo. Indagava: Como elas enfrentaram esta nova fase? Como passaram pelo desligamento institucional? E como encararam a nova vida social e familiar que encontraram fora da Casa Família?

Sales e Rocha (2013, p. 325) já destacaram essas tensões, interrogando:

Como enfrentar o mundo lá fora? Como caminhar sem proteção, sem vigilância? Para onde ir? Essas questões são postas para os/as jovens de abrigo quando atingem 18 anos. A vida no abrigo, a espera pela adoção que não ocorreu, gera expectativas e frustrações. Em todas as falas percebemos a necessidade dos/as jovens de ter uma família adotiva ou a sua própria família de volta. Mesmo para aqueles/as que não tiveram convívio familiar, é muito importante criar vínculos duradouros e reconstruir sua história.

Dessa forma, compreender a realidade do acolhimento institucional tem sido um dos objetivos deste trabalho, contudo, não apenas no aspecto técnico da lei, mas na realidade escondida atrás das portas fechadas do coração das jovens que ali residiram por anos, mais longos do que na verdade deveriam ser.

A contribuição que este trabalho pretende oferecer concentra-se no campo da subjetividade e da formação com todas as tensões, continuidades, rupturas, aprendizados e desaprendizados daí decorrentes. Olinda (2008, p. 121) chama a atenção para a necessidade do investimento nesses processos formadores, quando afirma:

Sabemos muito sobre processos de ensino-aprendizagem de disciplinas específicas e de habilidades e competências requeridas para a inserção na estrutura social, mas sabemos pouco sobre a formação das pessoas de um modo geral e da juventude de modo particular.

Nos limites de um trabalho acadêmico, tenho a expectativa de contribuir para a compreensão da realidade aqui focada, pela força das falas autênticas de quem vivenciou longos anos de acolhimento institucionalizado. Os relatos das trajetórias de acolhimento indicaram: as condições de vida, a situação estrutural e relacional da instituição e, principalmente, os aspectos emocionais, sociais, psicológicos, espirituais e educativos das jovens, bem como da transição para uma vida não institucionalizada, ou seja, pós-desligamento.

A tese pode oferecer colaboração para o campo de estudo da resiliência investigando a trajetória de jovens que, mesmo distanciados da família e de uma convivência comunitária plena, conseguiram dar um rumo às suas vidas, inserindo-se na dinâmica social de modo pró-ativo. Mesmo com as marcas inevitáveis do passado, a (re)inserção social e elaboração de projetos de vida revelam a forma como tem se dado a continuidade de suas jornadas após o longo período de institucionalização.

Esse grupo de jovens narradoras pode oferecer aprendizados, possibilitando ampliação de conhecimento aos que desejam se aprofundar nesta área de estudo, e também no campo dos direitos da infância e da adolescência, assim como o impacto real na vida dessas jovens que passaram pela adversidade do distanciamento¹ dos vínculos familiares e pela experiência de viver em uma Instituição de acolhimento. Com esse esforço, a relação entre processos resilientes e empoderamento poderá dar pistas para uma educação emancipatória que não veja a criança e o adolescente abrigados como “coitados” a quem se deve direcionar piedade e assistencialismo, mas sim como cidadãos e cidadãs que não tiveram direito a uma infância.

Concordando com Martins (1991), prefiro não falar em criança abandonada ou negligenciada, mas em criança sem infância, ou seja, crianças advindas de famílias pobres e da periferia a quem sempre foram negados os direitos fundamentais. Vejamos um trecho em que Martins (1991, p. 13), explicita a concepção de “criança sem infância”:

A concepção de *criança sem infância* fala melhor sobre o que está acontecendo com as crianças do Brasil e de outros países do chamado Terceiro Mundo. Na verdade, seria mais correto falar em milhões de crianças do mundo inteiro que estão sendo convertidas numa unidade separada e mutilada, que constitui efetivamente um trágico Quarto Mundo. É que se no

¹ Utilizo o termo “distanciamento” dos vínculos familiares e não “rompimento”, como normalmente encontramos na literatura especializada e legislação, por compreender que os laços familiares destas jovens tornaram-se distantes e não foram rompidos, no sentido de desligamento definitivo, visto que, todas relataram tentativas e/ou expectativas de reaproximação com a família de origem, trazendo a perspectiva de afastamento institucional e social, e não afetivo.

Terceiro Mundo ainda se acena com a possibilidade do desenvolvimento e da supressão da pobreza, no Quarto Mundo não há esperança alguma. Nada pode surgir lá adiante, porque o fundamental já está sendo destruído. Mesmo que se pudesse fazer alguma coisa já, ainda assim seria tarde demais para aqueles que já perderam uma parte da sua infância.

A situação da negligência e do abandono podem ser revertidas numa dimensão prática, contudo, a infância perdida jamais poderá ser recuperada. Este trabalho não se refere apenas à história de jovens que tiveram suas infâncias negligenciadas, elas perderam este período de suas vidas ao lado da sua família de origem, para viverem institucionalizadas e mesmo com todo o amparo possível no acolhimento institucional, nada trará de volta o período perdido.

Os esforços teóricos sobre o universo do acolhimento institucional exigiram um aprofundamento acerca das medidas de proteção para crianças e adolescentes apontadas no ECA, que, de acordo com seu artigo 98, devem ser acionadas sempre que os direitos da criança ou do adolescente forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Desta feita, as medidas específicas de proteção dispostas no artigo 101 do ECA são:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII — acolhimento institucional;**
- VIII — inclusão em programa de acolhimento familiar.
- IX — colocação em família substituta

Nesta pesquisa, pretendi aprofundar a compreensão a respeito da medida de proteção prevista no inciso VII do artigo supracitado, isto é, o acolhimento institucional, definido pelo ECA em seu artigo 101, §1º:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Destaco desse dispositivo a expressão “provisória”, apontando que nenhuma criança ou jovem deve crescer dentro de uma instituição. A Resolução 001, aprovada de forma conjunta pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) em 2009, estipula período máximo de dois anos para o acolhimento institucional (CONANDA, 2009). Entretanto, não foi isso que ocorreu com as jovens ouvidas para a composição desta tese, motivo pelo qual uma das problematizações desenvolvidas neste estudo gira em torno da situação do acolhimento institucional da criança e do adolescente no Brasil.

1.2 As questões orientadoras e os objetivos da pesquisa

Nos contatos inicialmente realizados no lócus da pesquisa, surgiram alguns questionamentos, a priori sintetizados da seguinte forma: qual o impacto social, afetivo, emocional, espiritual desses anos de acolhimento institucional e como são relatados por essas jovens? Essa questão inicial justificou a mobilização para esta pesquisa e orientou a investigação.

Com base nessa ampla questão, procurei um referencial teórico que pudesse dar conta do emaranhado de dimensões advindas dela, considerando, como Sales e Rocha (2013, p. 325), que “a experiência prolongada de abrigo produz marcas e sentimentos que acompanham os/as jovens em toda a sua trajetória”. Melillo (2005) e Assis (2006) argumentam na mesma direção mostrando que o potencial de resiliência do indivíduo torna-se mais afetado negativamente, principalmente, a partir do rompimento do apoio parental.

Com Yunes (2003), foi possível identificar a perspectiva de resiliência norteadora deste trabalho. A autora chama a atenção para que a resiliência não seja vista como sinônimo de imunidade ou invulnerabilidade, apresentando a perspectiva de que toda situação de adversidade deixa marcas e que resiliência não significa passar ileso por tais situações, pois a resiliência aparece de diferentes formas, a depender do indivíduo e do contexto, explicando que um grupo pode passar pela mesma situação e encará-la de maneira diferente.

Tendo em vista o contexto desta pesquisa, essa perspectiva de resiliência insere-se na expectativa de compreender como um mesmo grupo passou pela situação de acolhimento institucional, a partir do relato de cada jovem acerca de sua percepção desta experiência. Não encontrei jovens que esqueceram ou não trazem consigo marcas do passado, mas sim jovens que aprenderam a lidar com suas privações e provações. São pessoas que olham para suas experiências encarando o passado como lições que permitem delinear melhor seu futuro pela inserção consciente no presente.

Em síntese, a **questão norteadora** desta pesquisa é: Quais as dimensões significativas, expostas nas histórias de vida das jovens egressas de longo período de acolhimento institucional, que as levaram a apresentar indícios de empoderamento e respostas resilientes em suas vidas?

A partir da questão levantada, destaco, como **objetivo geral** da pesquisa, compreender, através das histórias de vida das jovens egressas da Casa Família, o significado da institucionalização durante longos anos, identificando a construção inicial da dimensão do empoderamento e os fatores presentes na resposta resiliente que foram capazes de desenvolver.

Os **objetivos específicos** traçados para o desenvolvimento da pesquisa são:

- Apresentar o universo do acolhimento institucional como medida de proteção, desde sua construção histórica até a atualidade do impacto desta realidade na vida das jovens egressas do acolhimento institucional;
- Discutir o significado da família nos processos formativos das jovens egressas;
- Compreender as perspectivas individuais de um grupo que passou pela mesma situação de acolhimento institucional, destacando as estratégias de superação desenvolvidas pelas jovens, frente as adversidades vividas;
- Identificar os processos resilientes desenvolvidos pelas jovens e sua relação com processos de empoderamento individuais e grupais, revelando os modos de elaboração de projeto de vida.

1.3 A abordagem metodológica e os procedimentos da pesquisa

Para alcançar os objetivos pretendidos na investigação, encontrei suporte inicial na pesquisa qualitativa, a partir de sua dimensão múltipla e espaço prático diversificado

(GROULX, 2010). Na pesquisa em desenvolvimento, busquei uma compreensão de fatos nos quais estão envolvidos seres humanos sociais e educacionais, aprofundando-se nos sentidos e significados dados por eles a partir de suas narrativas.

De acordo com Minayo (1994, p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e nas relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Destaca ainda que a pesquisa qualitativa busca a compreensão ou resolução de um problema advindo de uma questão prática relacionada a interesses e necessidades sociais.

Na fase exploratória da pesquisa, realizei um levantamento bibliográfico, buscando autores e textos para subsidiar o estudo das principais categorias a serem abordadas na fundamentação teórica desta pesquisa, com enfoque explicitado nos capítulos posteriores.

A participação em grupos de estudos e o contato com outras pesquisas e publicações relacionadas às áreas de estudo pretendidas neste trabalho, proporcionaram amadurecimento teórico para esta etapa, gerando a necessidade de busca por maior aprofundamento em categorias centrais, como acolhimento institucional (CONANDA, 2009; LEI 8.069/90; RIZINNI, 2004; SALES; ROCHA, 2013, VASCONCELOS, 2014); resiliência (ASSIS, 2006; CIRULNIK, 2004; MELILLO, 2005; YUNES, 2003); narrativa de vida e processos de biografização (DELORY-MOMBERGER, 2006, 2008, 2012; FERRAROTTI, 2014; JOSSO, 2010; PINEAU, 2012); e empoderamento (BAQUERO, 2012; FREIRE e SHOR, 1986), sendo esta última uma categoria que emergiu a partir da pesquisa de campo².

Para registro das atividades de campo, optei por denominar meu diário de campo de “diário de itinerância” a partir da visão de Barbier (2007). O autor destaca esta ferramenta como instrumento na busca de uma escrita que faça sentido na investigação não só do outro, mas de si mesmo:

trata-se de um instrumento de investigação sobre si mesmo em relação ao grupo e em que se emprega a tríplice escuta/palavra — clínica, filosófica e poética — da abordagem transversal. Bloco de apontamentos no qual cada um anota o que sente, o que pensa, o que medita, o que poetiza, o que retém de uma teoria, de uma conversa, o que constrói para dar sentido à sua vida (BARBIER, 2007, p. 133).

Em suma, o diário de itinerância parte do princípio de uma escrita com anotações particulares, em acesso por outros membros e que servirão de base ao pesquisador para buscar

² A forma como essa categoria passou a ser visibilizada a partir das narrativas das jovens será descrita em capítulo posterior.

informações em si no desenvolvimento de seu trabalho. O termo itinerância tem relação direta com o movimento de uma vida, de uma narrativa, de um aprendizado de si e no grupo. Não somos estáticos, somos constituídos por diversos itinerários, no emaranhado do movimento da vida, por isso, um diário de pesquisa pode e deve abranger esse movimento inserido na pesquisa que dá centralidade às histórias de vida.

Esta prática pretende que o pesquisador faça suas anotações não apenas no campo objetivo, mas também no campo subjetivo, além do que foi visto, incluindo também o que foi ouvido, sentido, pensado e refletido durante a observação e a atividade em campo. Após momentos de rascunho, comentário iniciais e análises mais elaboradas, essas anotações podem e devem ser compartilhadas com outros do mesmo interesse.

Este instrumento associa a ideia inicial de uma escrita íntima, despreocupada, criadora, mas articulada com o objetivo final de ser publicada para outros e complementada a partir de outros olhares. É um exercício diário para a escrita acadêmica e pessoal. Nele registrei visitas iniciais realizadas na Casa Família, encontros de (re)aproximação com as jovens saídas da instituição e principalmente, o momento antes, durante e depois de cada entrevista narrativa realizada.

No Grupo de Pesquisa a que estou vinculada — Dialogicidade, Formação Humana e Narrativas (DIAFHNA), coordenado pela professora Ercília Maria Braga de Olinda, a temática desta pesquisa que envolve a Casa Família é investigada pela referida professora, por outra doutoranda³ e foi também abordado por uma mestra. Assim, temos nossas pesquisas integradas no projeto intitulado “Acolhimento Institucional, Resiliência e Projetos de Vida”. Também nesse espaço formativo pude me apropriar dos princípios, fundamentos e procedimentos da abordagem biográfica de pesquisa, escolhida, dentro do universo da investigação qualitativa para o norteamento teórico-metodológico da pesquisa.

Na aprendizagem de uma pesquisa conjunta compartilhamos materiais como entrevista com a coordenadora do abrigo, memórias de experiências com a instituição e sobre as histórias de vida das crianças, além de experiências metodológicas compartilhadas. Outro registro importante utilizado nesta pesquisa são minhas memórias pessoais, tanto da experiência com a instituição no trabalho voluntário, na ação pedagógica, quanto com as jovens quando eram crianças e adolescentes na Casa Família e após a saída da instituição.

³ Luciane Germano Goldberg defendeu sua tese intitulada Autobiografismo: desenho infantil e biografização com crianças em situação de acolhimento institucional, no dia 11 de julho de 2016, dando uma excelente contribuição às pesquisas (auto)biográficas com crianças. A dissertação de Elismária Catarina Pinto, defendida em 2014, intitulava-se: A Escola na vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional: narrativas e percepções. Este trabalho dá uma contribuição à escola para que reveja os processos de estigmatização desenvolvidos com crianças abrigadas.

1.4 A pesquisa (auto)biográfica: centralidade da narrativa

Ao longo do mestrado e do doutorado, fui ampliando minha compreensão acerca da pesquisa (auto)biográfica, em especial, das histórias de vida e da sua contribuição para a construção da figura de si (DELORY-MOMBERGER, 2008), dentro de um processo educativo que se desenvolve na dinâmica do singular/plural. O uso desse referencial teórico e metodológico⁴ visa a subsidiar e ampliar o processo sobre a formação humana, despertando o indivíduo para si e para o mundo, num processo de empoderamento (FREIRE e SHOR, 1986) a partir da apropriação que ele faz de sua própria história ao narrar sua vida. Parafraseando Pineau e Legrand (2012, p. 15), história de vida é aqui definida como construção narrativa que envolve processos de expressão de experiências e que “busca a construção de sentido a partir de fatos temporais pessoais”. Nos Estudos Orientados realizados no doutorado, ouvimos da professora Ercília Braga que

O sujeito que aceita fazer uma figura pública de si, ao narrar, elabora interpretações sobre o vivido e o pesquisador reinterpreta esta construção inicial, numa relação inter-subjetiva em que o sujeito é convidado a fazer uma pesquisa sobre si mesmo. A história de vida é um texto resultante deste esforço conjunto de interpretação de uma trajetória de vida.

Quando iniciei os estudos sobre pesquisa (auto)biográfica, há oito anos, nos preparativos para a pesquisa de mestrado, foi importante para mim, inicialmente, conhecer o que a pesquisa (auto)biográfica não é. Parti daquilo que eu tinha como pressuposto de pesquisa científica, contudo, a pesquisa (auto)biográfica veio justamente me revelar o novo, quebrar amarras acadêmicas que foram inicialmente rompidas ao identificar no tradicionalismo científico de matiz positivista a “coisificação” das pessoas em nome de um rigor que exclui a sensibilidade do processo de produção de conhecimento. A vivência com os fundamentos e procedimentos da pesquisa (auto)biográfica mostrou o quanto é mais produtivo e formativo o conhecimento tecido relacionalmente, enfrentando a provisoriedade e a complexidade da vida. Lidamos com o conhecimento que desvenda véus e nos mostra outro mundo, o nosso mundo interior, um mundo que não exclui a contradição e a subjetividade.

Aprendi que a pesquisa (auto)biográfica não é uma escrita intimista ou o registro de vidas de personalidades de destaque na sociedade. Aprendi ainda que nesta abordagem o

⁴ Delory-momberger, prefaciando o Vol. 2 das publicações do V Congresso Internacional de Pesquisa (auto) Biográfica (CIPA), realizado em Porto Alegre, afirma: “A abordagem biográfica não é mais concebida apenas para fornecer instrumentos de pesquisas a diversas disciplinas. Ela se torna um modo de compreensão por si mesma, trazendo dentro de si seu próprio valor hermenêutico e heurístico. Por essa razão, ela pode, portanto, pretender construir-se em espaço de pesquisa autônoma. (EGGERT e FISCHER, 2012, p. 11)

corpus da pesquisa é produzido com os sujeitos, não se reduzindo a uma mera coleta de dados. Trata-se, portanto, de um novo paradigma que não dicotomiza o singular do plural e que coloca a narrativa dos sujeitos no centro de suas preocupações.

A pesquisa (auto)biográfica está numa fase de expansão e de consolidação. Pineau (2006, p. 331) faz um sobrevoo histórico sobre o movimento socioeducativo que deu origem a essa abordagem, mostrando as seguintes fases: “um período de eclosão (os anos de 1980), um período de fundação (os anos de 1990) e, finalmente, um período de desenvolvimento diferenciador (os anos de 2000)”.

Cynthia Pereira de Sousa, prefaciando o livro *Pesquisa (Auto)Biográfica, fontes e questões* identifica um “crescimento vertical” e uma “expansão horizontal” da abordagem (auto)biográfica no Brasil e nos países a que estamos conectados em rede, num verdadeiro movimento pelo aprofundamento das dimensões epistemológicas e metodológicas deste campo. Para ela o crescimento vertical desse campo é “entendido como elevação substantiva e crescente dos níveis de qualidade da produção”, e a expansão horizontal significa o “alargamento do território ocupado por pessoas e instituições envolvidas com esse tipo de pesquisa (individual ou em colaboração, no Brasil e em nossas conexões fora dele” (SOUSA, 2014, p. 12).

Na busca por aprofundar conceitos ligados à natureza e função narrativa, encontrei nos fundamentos e nos princípios da pesquisa (auto)biográfica um rico manancial de contribuições. Esta abordagem tem ganho cada vez mais adeptos por dar um novo foco às pesquisas qualitativas nas ciências humanas e sociais, com destaque para o campo educacional, pois vem deixar o sujeito e sua trajetória de vida no centro das preocupações sobre a formação e o conhecimento (OLINDA, 2008).

Ela é um dos caminhos para a tentativa de compreensão do humano, desmistificando a ideia de que é preciso uma dimensão quantitativa tanto maior para ter mais credibilidade científica. O sociólogo italiano Franco Ferrarotti (2010; 2014) foi fundamental para o reconhecimento do estatuto epistemológico do método biográfico. Ele afirma que “subjetivo, qualitativo, alheio a todo o esquema hipótese-verificação, o método biográfico projeta-se à partida fora do quadro epistemológico estabelecido das ciências sociais” (2010, p. 17). Assim, “o método biográfico anula a validade universal da proposição de Aristóteles: ‘Só há ciência no geral’. Não. Pode haver ciência do particular e do subjetivo. E, por outras vias — vias muitas vezes aparentemente paradoxais —, essa ciência resulta num conhecimento geral” (2010, p. 48).

Esta proposta de pesquisa tem o desafio de colocar a subjetividade no centro, tendo como base a compreensão do humano a partir da singularidade de cada um, sem, necessariamente, ter uma preocupação quantitativa, ainda que não deixemos de reconhecer sua validade para determinados contextos e objetos. Na abordagem qualitativa o sujeito é valorizado como indivíduo na multiplicidade de seus pertencimentos e identidades.

Ferrarotti (2014) destaca que trabalhar com a subjetividade significa enfrentar o desconhecido em toda a sua opacidade. Não é uma proposta metodológica que parte de uma premissa a ser confirmada através de uma simples coleta de dados, ela é uma pesquisa de imersão em si e no outro, que busca o desconhecido para todos os envolvidos no processo. Delory-Momberger (2008, p.26) aprofunda a discussão sobre essa abordagem, defendendo que o biográfico é “uma das formas privilegiadas da atividade mental e reflexiva, segundo a qual o ser humano se representa e compreende a si mesmo no seio do seu ambiente social e histórico.”

Ainda de acordo com Delory-Momberger (2008), o ser humano se apropria de sua vida por meio de histórias, e a narrativa que fazemos é a nossa interpretação do que vivemos. Conforme destacado anteriormente, as narrativas permitem a elaboração de histórias de vida, remetendo a uma dimensão interpretativa. Não se pretende constatar fatos e acontecimentos, mas compreender a interpretação do outro sobre o que foi vivido coletiva e individualmente. Essa narrativa possui um caráter heurístico, que se torna elemento central nessa abordagem, e essa centralidade se resume na afirmativa de Delory-Momberger (2008, p. 37): “não fazemos a narrativa de nossa vida porque temos uma história; temos uma história porque fazemos a narrativa de nossa vida.”

A narrativa é essa construção inicialmente mental, expressa oralmente ou através da escrita e de imagens, que faz o indivíduo utilizar-se de estratégias, selecionando fatos, seja numa ordem cronológica dos acontecimentos, ou numa outra ordem por ele seguida, mas independente dela, os fatos trazidos à tona por meio da narrativa revelam sua importância em detrimento de outros não lembrados, e até mesmo os ocultados podem revelar uma intencionalidade importante na subjetividade da narrativa. A partir dessa narrativa, o indivíduo tece sua história de vida, que está sempre em processo de reelaboração.

Contudo, o objetivo não se trata apenas de contar sua vida, posto que nenhuma narrativa contempla a totalidade de uma vida, pois a vida narrada é uma representação da vida interpretada pelo sujeito. A narrativa faz parte de uma das etapas de apropriação do indivíduo da sua história, a análise dessa narrativa torna-se o fator primordial, extraindo dali os

elementos capazes de revelar a compreensão de como o indivíduo é, a trajetória que ele construiu até aquele momento e a construção de um projeto contínuo de si e para si.

Josso (2010, p. 47) afirma que a construção de uma narrativa autobiográfica é fruto de uma intriga constituída por “recordações consideradas pelos narradores como experiências significativas das suas aprendizagens, da sua evolução nos itinerários sócio-culturais e das representações que construíram de si mesmos e do seu ambiente humano e natural”. Essas experiências são comumente confundidas com vivências particulares, contudo, a autora esclarece que “vivemos uma infinidade de transações, de vivências; estas vivências atingem o *status* de experiências a partir do momento que fazemos um certo trabalho reflexivo sobre o que se passou e sobre o que foi observado, percebido e sentido.” (JOSSO, 2010, p. 48).

Josso (2010, p. 53) ainda distingue as experiências existenciais e a aprendizagem pela experiência, no sentido de que “a experiência existencial diz respeito ao todo da pessoa, diz respeito à sua identidade profunda, à maneira como ela vive como ser; enquanto a aprendizagem a partir da experiência, ou pela experiência, está relacionada apenas às transformações menores”. Assim, toda experiência é formadora, pois conduz a transformações através da relação complexa da vivência que a torna experiência, a partir do aprendizado trans-formador dali extraído.

Para Josso (2010, p. 44), “as experiências formadoras são tanto as que alimentam a autoconfiança como as que alimentam as questões, as dúvidas e as incertezas”. Elas se apresentam a partir das narrativas de vida do sujeito, sendo destacadas as “experiências significativas das suas aprendizagens, da sua evolução nos itinerários socioculturais e das representações que construíram de si mesmos e do seu ambiente humano e natural” (*Id., ibid.*, p. 47).

As experiências formadoras são aquelas que passam pelo crivo da reflexão crítica e da aprendizagem. É quando o narrador não apenas relata os fatos, mas percebe neles a vida recontada a partir de uma nova perspectiva, interpretando e se questionando acerca desses acontecimentos (OLINDA, 2008; JOSSO, 2010). Ao narrar, inicialmente, o sujeito faz uma retrospectiva do passado, trazendo à tona os fatos marcantes em sua vida, que lhe proporcionaram algum sentimento, simbolizaram comportamento, atitude ou pensamento marcante, possibilitando algum tipo de aprendizagem.

A narrativa é construída a partir de “memórias referências” (JOSSO, 2010; FERRAROTTI, 2014) selecionadas pelo sujeito, contudo, ela também se constitui a partir da relação desse sujeito com o pesquisador. Ferrarotti (2014, p. 73) enfatiza que o pesquisado

não está narrando para o gravador, ele está contando sua história para alguém que a escuta, que se interessa por ela e que está envolvida com ela em algum nível: “ninguém conta sua própria vida a um gravador, mas a outro indivíduo”.

Daí a importância de compreender o tipo de relação entre pesquisador e sujeitos numa pesquisa que envolva narrativas de vida, pois, ainda de acordo com o autor, “as formas e os conteúdos de uma narrativa biográfica variam de acordo com o interlocutor; dependem da interação representada pelo campo social da comunicação e se situam no interior de uma reciprocidade relacional”. Meu envolvimento com a Casa Família e com as jovens que lá estiveram durante longo período de acolhimento, conforme descrito no item anterior, foi fundamental para a criação de uma relação de confiança propiciadora de uma abertura para o trabalho biográfico.

É através da narrativa que a história de vida vai se constituindo, pois essa história é construída pela fala do indivíduo que organiza os fatos vividos, a partir de sua lógica espaço-temporal mental, e exterioriza esses fatos pela via da narrativa, tornando-se ator/autor de sua história, como afirma Delory-Momberger (2006, p. 363), em passagem anteriormente citada: “é a narrativa que faz de nós o próprio personagem de nossa vida, é ela enfim que dá uma história à nossa vida”

De acordo com Ferrarotti (2014), essa história é única e por isso mesmo, não precisa ser a história de uma personalidade de destaque na sociedade, pois toda história é singular e toda narrativa de si é única e verdadeira. Não cabe ao pesquisador a constatação dos fatos narrados, independente da situação real dos acontecimentos, assim como afirma Delory-Momberger (2006, p. 362):

Não é tanto a história da vida reconstruída que importa em si, mas sim o sentimento de congruência experimentado entre o eu-próprio e o passado recomposto, a impressão de conveniência que essa história toma para mim no aqui e agora de sua enunciação. Ela é a história que eu me atribuo e na qual eu me reconheço, é a que me convêm e à qual eu convenho, a versão ‘suficientemente boa’ que eu me dou da minha vida.

Aquela narrativa revela o sentimento e a percepção real da pessoa que viveu o fato e a sua história passa a se constituir não apenas a partir da realidade do vivido, mas do sentimento e da sua percepção nos fatos de sua vida, agora narrados e refletidos.

Segundo Ferrarotti (2014, p. 73), uma narrativa biográfica “é uma ação social através da qual um indivíduo retotaliza sinteticamente sua vida (a biografia) e a interação social em curso (a entrevista) por meio de uma narrativa — interação” E completa: “cada

entrevista biográfica é uma interação social complexa, um sistema de papéis, de esperas, de injunções, de normas e valores implícitos, e muitas vezes também de sanções.”

Ainda no campo do biográfico, Delory-Momberger (2012) destaca a narrativa como capacidade essencial da espécie humana, a qual, através da linguagem e da lógica, numa relação espaço-tempo, lembra o passado e projeta o futuro. As dimensões do pensar, do sentir e do agir que a narrativa proporciona estão presentes no processo de biografização, que consiste num conjunto de atividades biográficas “conscientes ou inconscientes, intencionais ou não-intencionais, mentais, comportamentais, verbais, pelas quais o indivíduo não para de inscrever sua experiência e sua ação em esquemas temporais orientados e dotados de uma finalidade.” (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 43)

A narrativa, no modelo proposto por Delory-Momberger (2008), está inserida num processo autoformativo, que revela uma compreensão do indivíduo no mundo, dos seus processos formativos, e torna-se uma (re)descoberta que vai além de saberes clássicos inseridos numa competência instrumental. Trata-se da descoberta da relação de si com o mundo, das vias de aprendizagens que existem, da formação adquirida e almejada que leva o sujeito a uma mudança qualitativa pessoal e profissional.

É neste ponto que a pesquisa (auto)biográfica, repito, não se enquadra na constatação de fatos, mas na busca por novos elementos, fatos e interpretações ainda desconhecidos ou não devidamente interpretados. Partindo da vontade de encontrar os significados mais profundos, ela não deve ser realizada por pessoas que temem o novo e que se acomodam na constatação de fatos já revelados previamente, por si mesmos, numa pesquisa. Não é um trabalho de envaidecimento de si, mas de descoberta e produção de conhecimento a partir da profunda relação entre pesquisador e pesquisado.

Ferrarotti (2014, p. 18) afirma que é um processo que busca o saber junto com o outro, pois o método biográfico

conduz o pesquisador a reconhecer o que ele não sabe, que só pode começar a saber junto com os outros — com as pessoas —, com o saber das pessoas e, em particular, com o saber que seus interlocutores — ou seus ‘interatores’ — constroem com ele ao tomarem a palavra, em conversas, em narrativas. E, ao mesmo tempo, esse saber não se apresenta como um saber no sentido habitual do termo; trata-se de um saber situado, inserido, incorporado. Por isso, precisam ser validadas aquelas formas de saber que, aos olhos da ideologia cientificista, ou mesmo científica, são saberes ‘mistos’, saberes ‘impuros’.

O outro, não é visto como um objeto de estudo a ser quantificado, mas sim como alguém que, junto ao pesquisador, vai descobrir também o conhecimento emergido a partir de sua fala, de sua narrativa de vida, pois a pesquisa (auto)biográfica não é uma proposta metodológica para biografar (DELORY-MOMBERGER, 2008) o que já é conhecido, e sim uma abordagem socioeducativa, que propõe, a partir da fala do indivíduo, em forma de narrativa, fazer a construção de sua história de vida, pela narração dos fatos que emergem como destaques em sua vida e num processo de fala e até de escrita, que gera uma reflexão crítica sobre si. Significa produzir ou desvendar uma história antes desconhecida por todos, inclusive para o próprio pesquisado, que conhecia os fatos, mas que só faz a reflexão sobre eles a partir da narrativa que reconstrói sua história.

Essa história individual faz parte da história coletiva do humano (DELORY-MOMBERGER, 2012), representa fatos sociais que nos ajudam a compreender o todo a partir do particular, mesmo esse particular não sendo tão individual quanto parece, posto que o ser é constituído por sua singularidade integrada e produzida a partir da universalidade, como Ferrarotti (2014, p. 78) afirma: “um homem nunca é um indivíduo; seria melhor chamá-lo de um universo singular: ‘totalizado’ e ao mesmo tempo universalizado por sua época, que ele ‘retotaliza’ ao se reproduzir nela com singularidade.” Assim, o autor destaca a pesquisa (auto)biográfica, por ele intitulada como método biográfico, como a ciência do particular, concluindo que é possível conhecer o social a partir da especificidade do individual.

Ferrarotti (2014, p. 117) afirma, ainda, que “a história oral nasce de pessoas comuns” — história vista de baixo, tendência incorporada pelos adeptos da pesquisa (auto)biográfica. Foram essas pessoas que fui buscar, pessoas comuns que não são ouvidas, que foram invisibilizadas, como as jovens egressas da instituição de acolhimento. A vontade de ouvi-las partiu de um sentimento de dever em continuar sendo os ouvidos atentos de que elas tanto necessitavam.

Por diversas vezes ouvi suas histórias, seus medos e seus desejos. Chorei junto a elas no passado e agora, durante este esforço de pesquisa. Suas lágrimas foram as minhas, em especial agora, nas narrativas de momentos que acompanhei desde cedo e reconheci a luta delas em falar para superar os momentos difíceis vividos.

Quando elas saíram da instituição, nosso contato não se perdeu. Contudo, já não havia mais o tempo de antes para emprestar minha escuta sensível a elas, para que elas pudessem contar, recontar e construir suas histórias. Aproveitei a pesquisa para reviver momentos de aprendizado que tive com elas durante muito tempo, em que aprendi valores, em que aprendi a lidar com experiências difíceis na vida e a amar o próximo,

independentemente da história que o constituiu como ele é. Estou sempre aprendendo tudo isso, mas ouvi-las novamente fez realizar minha vontade de valorizar a voz de quem não permaneceu em silêncio, mas que não foram ouvidas durante anos a fio.

No abrigo, havia pessoas que decidiam seus caminhos, pessoas que nem mesmo as conheciam, não sabiam de suas histórias, de seus sentimentos, pessoas institucionalizadas, burocratizadas que nem mesmo a visitavam para conhecê-las, mas achavam que sabiam levá-las para o melhor caminho. Refiro-me ao sistema de assistência social e ao judiciário, que aos poucos foram mudando sua estrutura, mas continuam olhando mais para os papéis e menos nos olhos das crianças e adolescentes que estão nos abrigos. Eu olhei em seus olhos, vi suas histórias sendo construídas e agora pretendo dar continuidade a esta construção juntamente com elas, novamente. Estou de acordo com Ferrarotti (2014, p. 53), quando afirma que “nesse sentido, portanto, a história é importante enquanto memória coletiva do passado, consciência crítica do presente e premissa operatória para o futuro.”

Há uma relação de implicação entre pesquisador e pesquisado, destacada por Ferrarotti (2014), que também a tenho vivenciado na prática, quando (re)visitei as jovens e ouvi suas histórias. O que elas me contaram é tão íntimo e tão profundo, fruto de uma confiança conquistada ao longo dos anos. Um pesquisador sem maior convívio e proximidade, certamente não conseguiria acessar tal nível de profundidade de si.

Essas falas são a prova de que toda história de vida é importante, pois ela faz parte da história humana que constitui o ser singular, que vive e também se constrói a partir do universal. Por isso, pretendo valorizar as histórias de quem ficou esquecida por até 12 anos numa instituição de acolhimento onde deveria ficar no máximo por 2 anos, segundo a legislação.

Foi nessa perspectiva que busquei subsidiar este esforço de pesquisa, pois ouvir jovens saídas do acolhimento institucionalizado, após anos nesse espaço, é uma tentativa de compreender as experiências formadoras (JOSSO, 2010) dentro desse espaço de realidade tão complexa. A aproximação com as aprendizagens experienciais realizadas por essas jovens exige uma escuta sensível e a consciência compartilhada com elas da dimensão formadora do processo de pesquisa.

Até hoje, as jovens, sujeitos desta pesquisa, continuam tendo suas histórias abafadas. São histórias de vida que precisam ser contadas, não apenas para saciar a curiosidade, mas para que haja um despertar transformador nos profissionais que lidam com as medidas protetivas: os operadores do direito, os responsáveis pela elaboração de políticas públicas e os pesquisadores acadêmicos, de modo a superar uma perspectiva investigativa que

trabalha **sobre** os jovens e não **com** os jovens. Eu me transformo, pois, ao ouvi-las, eu me torno parte integrante daquela história. Espero, assim, gerar uma transformação em quem as conta e gerar novos aprendizados a partir de cada história de vida contada e refletida.

1.5 A entrevista narrativa como procedimento central para a produção das histórias de vida

Para me aproximar dos objetivos delineados, respondendo às questões propostas, optei pela estratégia metodológica da Entrevista Narrativa (EN), que tem como objetivo encorajar e estimular “um entrevistado, doravante informante, a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p. 93).

A EN, originalmente proposta como método por Fritz Schultz, é utilizada neste trabalho como uma técnica específica para produção de histórias de vida. Cada vez mais ela é utilizada por compreender que a narrativa faz parte do cotidiano da sociedade e possui papel central em muitas culturas, através do contar história para perpetuar ensinamentos e tradições.

De acordo com Jovchelovitch e Bauer (2002), contar história é uma necessidade do ser humano, é uma forma elementar de comunicação humana, em que a pessoa, ao narrar um acontecimento ou contar sua história de vida, parte de um princípio, desenvolve sua fala ordenando os fatos a partir de uma ordem, cronológica ou não, selecionando os fatos relevantes e os detalhes importantes para a compreensão do ouvinte da história contada, buscando explicações para os fatos e acontecimentos e tratando de questões de ordem individual e social. “Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p. 91).

Ao contar histórias o sujeito desenvolve uma sucessão de acontecimentos em ordem cronológica ou não cronológica configurando um enredo, que é essencial para a construção da narrativa. Isso porque o enredo é o que gera sentido à narrativa, unindo pequenas histórias detalhadas ou unidades individuais, numa história maior, e é justamente por ter a necessidade de detalhar acontecimentos e ações que dizem respeito à experiência pessoal, que as narrativas tornam-se ricas em colocações indexadas, ou seja, acontecimentos concretos marcados por lugares e datas. “É o enredo que dá coerência e sentido à narrativa,

[...] Por isso a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p. 92).

A EN quebra o esquema de pergunta-resposta da entrevista tradicional estruturada ou semi-estruturada pelo pesquisador, que dita a ordem dos fatos através da sequência das perguntas. A EN possibilita analisar a narrativa do sujeito como um todo, identificando o dito e o não dito em sua narração, que inicialmente é livre, cabendo ao narrador dar uma ordem aos fatos, revelando um sentido na história de vida do informante.

A EN foi realizada com 7 jovens que passaram por situação do acolhimento institucional na Casa Família, estando juntas durante o mesmo período. Essas jovens foram ouvidas seguindo o critério de aproximação e facilidade de contato entre mim e elas. De todas as que saíram da Casa Família, essas foram as com quem consegui manter mais contato e que se disponibilizaram ao trabalho. Com outras jovens também mantive proximidade, contudo, no início do processo de pesquisa ainda não tinham 18 anos completos, por terem saído da instituição junto com suas irmãs consanguíneas mais velhas, por isso, optei por não incluí-las neste processo que demandaria um esforço maior, em se tratando de menores de idade, então, mantive apenas as meninas acima desta idade. A seguir um quadro⁵ com alguns dados das jovens:

Tabela 01 — Informações sobre as jovens

NOME	TEMPO DE ACOLHIMENTO	PARENTESCO NA INSTITUIÇÃO	IDADE ATUAL
Angélica	8 anos	Nenhum	24 anos de idade
Débora	10 anos	Nenhum	25 anos de idade
Francisca	5 anos	Irmã da Rita	24 anos de idade
Maiara	12 anos	Irmã da Mariana e irmão menor	19 anos de idade
Mariana	12 anos	Irmã da Maiara e irmão menor	21 anos de idade
Rita	5 anos	Irmã da Francisca	23 anos de idade
Vlândia	10 anos	Nenhum	24 anos de idade

Arquivo de pesquisa (2016)

⁵ Cada jovem será detalhadamente apresentada no próximo capítulo.

Desenvolvi a EN seguindo os passos propostos por Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 96-97), começando com a **preparação** da entrevista que consiste em conhecer o contexto que envolve o tema e o informante. Esta fase permite aproximação e familiarização com o narrador e com o tema, o que é completado com leitura de documentos e textos sobre os assuntos que emergem da narração central.

Para iniciar a narrativa o pesquisador deve ter em mente “questões exmanentes” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p. 98), que consistem nos interesses diretamente ligados aos objetivos da pesquisa. O desafio ao final do processo da EN é aproximar/confrontar as questões exmanentes com as “imanescentes”. Estas consistem em questões baseadas nos temas, tópicos e relatos de acontecimentos trazidos a partir da fala do informante.

Esse processo é necessário para que o pesquisador não interfira na ordem, na sequência e na seleção dos acontecimentos por parte do informante. O entrevistado deve se sentir à vontade para narrar sua história, partindo de uma pergunta geradora ou disparadora proposta pelo pesquisador. Iniciada a narração central, o narrador não deve ser interrompido, cabendo ao pesquisador apenas encorajar a continuidade da narrativa com gestos e monossílabos.

Ainda na primeira fase, no processo de preparação, deve haver uma relação contratual entre pesquisador e narrador. Deve ser solicitada autorização para gravar a narrativa, após a apresentação do que o motivou a desenvolver o trabalho. O narrador deve ser contextualizado e esclarecido sobre todo o processo em que ele está inserido, mas sem detalhes, para não influenciar a fala do informante a partir de interesses de pesquisa.

Esta primeira fase foi desenvolvida ao longo do semestre 2013.2. Busquei retomar o contato com as jovens que pretendia envolver na pesquisa. Realizamos encontros informais e apresentei meu interesse em ouvir suas histórias de vida. Todas se mostraram interessadas no trabalho. Aos poucos, agendei as entrevistas individualmente. Em todas as ocasiões, apresentei a proposta do trabalho, solicitei autorização de registro e prosseguimos com a Entrevista Narrativa.

As EN foram realizadas nas residências de cada jovem, em Maracanaú, Maranguape e Fortaleza. Desloquei-me em dia e horário combinados e em todas as situações fui recebida com carinho, atenção e uma grande vontade de mostrar suas conquistas atuais, seja na forma de seus relatos ou da estrutura física de singelas e belas residências.

A segunda fase da EN, a **iniciação**, consiste na “formulação do tópico inicial para a narração” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p. 97), podendo ser utilizados recursos

visuais para favorecer o início da narração. O tópico inicial para a narração deve ter significado pessoal e social e fazer parte da experiência do informante, para que haja seu interesse e uma narração mais rica e detalhada.

Nesta etapa, selecionei um conjunto de fotos que tenho em arquivo pessoal, das visitas que realizamos na Casa Família desde o início do trabalho voluntário do Grupo Fantasia. Nessas fotos, é possível acompanhar o crescimento de algumas das jovens. Identificamos crianças que estiveram na instituição e freiras que lá continuam ou não. Reuni essas fotos em mídia digital — *tablet* — e as deixei à vontade, percorrendo cada imagem, ajudando a mente a aflorar as lembranças do período em que lá estiveram. Todas se admiraram com as fotografias. Uma delas se emocionou ao ver as fotos. As demais se alegraram e todas solicitaram uma cópia das imagens para guardar como recordação.

A jovem que se emocionou foi Angélica⁶, ao ver uma fotografia especial, em que o Grupo Fantasia realizou sua primeira visita no Hospital Municipal de Maracanaú e a jovem, que na ocasião ainda era criança, estava no local e aparece neste registro. Na semana seguinte, o grupo realizou a primeira visita na Casa Família e a pequena lá estava novamente, tendo sido encaminhada do Hospital para lá. A jovem, ao ver essa imagem, lembrou o período de sua chegada à Casa Família e a partir dela iniciou sua narrativa, afirmando ter-se lembrado de fatos que até então, não mais recordava. Para ela, essa pode ser sua foto mais antiga. É comum, em casos de crianças acolhidas em instituições, a inexistência ou o pequeno número de registros fotográficos, deixando-as com a sensação de que também foram “roubadas” na sua história pessoal.

A terceira fase consiste na **narração central**, ou seja, é a narração propriamente dita desenvolvida pelo informante, sem interrupções do pesquisador, que pode apenas dar encorajamentos para a continuidade como “hum”, “sim”, “sei”, “prossiga”. Quando a narração chegar a um fim, com clara indicação do informante, por exemplo: “e pronto, é isso” ou “isso é tudo”, são algumas que ouvi.

Optei por conjugar três questões na pergunta disparadora, que foi a mesma para todas as jovens: Como era sua vida antes de ir para a Casa Família? Como foi a permanência nela? Como foi a saída da Instituição?

Entendi que essas questões permitem uma narrativa ampla, com possibilidades de falas em diversas categorias possíveis dentro da realidade das jovens. Duas delas não quiseram se deter sobre sua chegada à instituição. Destas, uma falou rapidamente sobre essa

⁶ Conforme será relatado ao longo do trabalho, as jovens fizeram questão de manter suas identidades neste trabalho.

etapa e a outra afirmou não lembrar muito, por isso, foi sucinta. As demais trouxeram o quanto conseguiram lembrar ou quiseram narrar. É importante destacar que o silêncio também é revelador. Alguns aspectos não narrados também têm muito a dizer, situações que detalharei adiante. O ápice das narrativas consistiu sempre no período em que estiveram na instituição. Todas também relataram suas conquistas e desafios após a saída e seus projetos de vida.

Todas as narrativas foram realizadas sem interrupções, tiveram duração de 15min a 40min (tendo ainda uma de cinco de minutos que foi complementada no retorno, que será explicitado a seguir). Todas agradeceram a atenção em ouvi-las e eu também agradei a disponibilidade em compartilhar suas histórias comigo e outras pessoas, as quais serão detalhadas em capítulo posterior.

Passando para a quarta fase: realização de **questionamentos**, é importante não dar opiniões, não discutir contradições dos fatos e não fazer perguntas do tipo “por quê”, pois o narrador não deve se sentir em um interrogatório. Dessa forma, o pesquisador deve desenvolver perguntas imanentes, e é neste momento em que deve buscar suas questões exmanentes, encontrar relação com a fala do informante, transformando-a em questões imanentes, partindo da própria narrativa do sujeito e levantando questionamentos, como, “o que aconteceu então?”. Esta fase foi realizada em forma de retorno das narrativas. Retornei às jovens com suas narrativas transcritas com intuito de realizar as questões pertinentes a cada história narrada e neste momento, os relatos foram complementados e ampliados.

Por fim, a quinta fase é a **fala conclusiva**. Este é o momento de desligar o gravador e ter uma conversa mais descontraída. Nesse instante, o informante normalmente fica mais à vontade, pois sente que o processo está finalizado e pode até mesmo falar mais abertamente sobre algo mais. Essa fala conclusiva pode, inclusive, ajudar o pesquisador no processo inicial de análise da narrativa. Nessa fase é permitido fazer questões do tipo “por quê?”.

Em todo o processo da EN os registros no diário de itinerância são fundamentais. É importante anotar gestos, silêncios, falas entrecortadas, além do clima geral da entrevista e das emoções que a narrativa nos causa. Nesses registros fazem-se as primeiras interpretações, que muito ajudarão na fase seguinte. Também utilizei como registro minha própria fala, ao sair da residência de cada jovem. Gravei um áudio com meus registros imediatos, até mesmo para registrar as falas e os momentos após o desligamento do gravador, bem como lembranças minhas advindas das narrativas, sentimentos do momento da narrativa e do momento passado narrado por elas e percepções em geral.

A etapa seguinte é a **análise da entrevista transcrita**. Optei por não utilizar a sistemática proposta por Jovchelovitch e Bauer (2002), por considerar ter encontrado maior familiaridade com a proposta da Análise Textual Discursiva, tal qual elaborada por Moraes (2003). Fiz pessoalmente a transcrição das narrativas gravadas por compreender que tal atitude colabora na interpretação das falas. A análise consiste em utilizar a metáfora da “tempestade de luz”, proposta por Moraes (2003, p. 197), considerando que

a luz de uma tempestade só é possibilitada pela formação de um sistema conturbado de nuvens em permanente agitação e movimento. A desordem é condição para a formação de novas ordens. Novas compreensões dos fenômenos investigados são possibilitadas por uma desorganização dos materiais de análise, possibilitando ao mesmo tempo uma impregnação intensa com os fenômenos investigados.

Especificamente, essa análise consiste num ciclo de etapas, a saber: unitarização, categorização e comunicação, conforme se descreve a seguir.

A **unitarização** é o processo que parte do envolvimento e impregnação do texto para chegar a seu momento de desmontagem. Representa a literal fragmentação do texto, a partir de leituras atentas e repetidas, separando as falas da entrevista em unidades.

A segunda etapa, **categorização**⁷, consiste no estabelecimento de relações entre as unidades fragmentadas, reconstruindo categorias que podem representar categorias prévias ou emergentes das falas dos sujeitos, no caso das entrevistas. A importância da impregnação do texto é que as categorias não estão explícitas no texto, prontas para serem retiradas, ao contrário, elas devem ser construídas, embora seu sentido se destaque a partir das falas dos sujeitos.

Para chegar a essas categorias, Moraes (2003, p. 197) orienta a possibilidade de seguir uma lógica dedutiva, “um movimento do geral para o particular”, em que “as categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa”; uma lógica indutiva, que implica “um processo de comparação e contrastação constantes entre as unidades de análise, o pesquisador vai organizando conjuntos de elementos semelhantes”, ou seja, seguir do particular para o geral. Outra possibilidade ainda é a combinação dos dois métodos, dedutivo e indutivo que representa um processo de análise que parte de categorias previamente definidas até chegar a um conjunto de categorias extraídas do texto em análise.

O autor apresenta ainda a possibilidade de outro método, o intuitivo, para chegar à categorização

⁷ Incluí no apêndice uma das Entrevistas Narrativas analisadas, para ilustrar este processo.

O processo intuitivo pretende superar a racionalidade linear que está implícita tanto no método dedutivo quanto no indutivo. Pretende que as categorias tenham sentido a partir do fenômeno focalizado como um todo. As categorias produzidas por intuição originam-se por meio de inspirações repentinas, *insights* de luz que se apresentam ao pesquisador, por uma intensa impregnação nos dados relacionados aos fenômenos. Representam aprendizagens auto-organizadas que são possibilitadas ao pesquisador a partir de seu envolvimento intenso com o fenômeno que investiga. (MORAES, 2003, p.198)

A terceira etapa de análise é a **comunicação** do novo emergente deste processo. Representa a reescrita do texto, sem o objetivo de voltar ao original, mas de trazer argumentação para cada categoria, descrevendo e apresentando cada uma delas e suas subcategorias, interpretando seus sentidos e compreensões em um metatexto, sintetizando as novas compreensões, argumentações, caracterizando a análise textual qualitativa. Dessa forma, desenvolve-se um sistema de categorias para cada narrativa e em seguida, uma categorização geral de todas as narrativas.

Em síntese, busquei, através das histórias de vida das jovens⁸ que viveram longos anos de acolhimento institucional, conhecer as experiências vividas por elas, apreender a realidade do acolhimento institucional a partir da visão de quem a viveu, bem como identificar os indícios da construção de um processo de empoderamento e dos potenciais resilientes a partir das relações estabelecidas.

A tessitura deste escrito resultou em um diálogo em que, inspirado no trabalho de Stecanela (2008), estão presentes três dimensões: os interlocutores empíricos, representados pelas jovens e suas narrativas; os interlocutores teóricos, compostos pelos diferentes autores que iluminaram o processo de análise e os interlocutores subjetivos e acadêmicos, representados pelos objetivos e problemas da pesquisa e pelos “filtros” subjetivos do olhar da pesquisadora. A este último, Stecanela (2008, p. 15) intitula de “conhecimentos tácitos”.

São esses elementos que compõem cada capítulo a seguir da tese, que, além deste introdutório, foi redigida em mais quatro capítulos. No segundo apresento o lócus e os sujeitos da pesquisa. Descrevi o espaço em que as jovens estiveram acolhidas e as apresentei a partir de suas próprias narrativas. Busquei destacar as representações mais centrais e significativas elaboradas pelas próprias narradoras.

⁸ É importante ressaltar que as narrativas das jovens são minhas únicas fontes, pois, não pretendi a constatação dos fatos narrados através de outras fontes ou a investigação deles. A centralidade da narrativa justifica esta opção de pesquisa.

O capítulo terceiro trata do universo do acolhimento institucional, com base em especialistas do campo dos direitos da criança e do adolescente e na legislação vigente. Procurei destacar as principais representações sociais sobre os modos de governo de crianças e adolescentes, buscando na história os traços de concepções higienistas, assistencialistas, menoristas, enfatizando a perspectiva da “proteção integral” que orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentando ainda uma discussão sobre juventude e o significado da família.

O quarto capítulo, enfim, analisa as histórias de vida, destacando o processo de resiliência e de empoderamento, trazendo os projetos de vida traçados pelas jovens.

2. A CASA FAMÍLIA E AS JOVENS NARRADORAS: INSTITUIÇÃO E SUJEITOS PROTAGONISTAS DE SUAS HISTÓRIAS

*Levanto as mãos para o céu e
agradeço o abrigo para onde fui.
Pelas pessoas que lá estavam por
amor. [...] Talvez, se eu tivesse ido
para outro abrigo, eu não estaria tão
bem quanto eu estou hoje.*
(Vlândia, ex- moradora da Casa Família)

Este capítulo tem por objetivo apresentar o lócus da pesquisa, descrevendo a instituição em que as jovens protagonistas deste trabalho viveram as experiências relatadas para, em seguida, apresentar as próprias jovens a partir de suas narrativas.

No primeiro item, descrevo a Casa Família, sua estrutura, sua história e o atendimento realizado. Para esta escrita, levei em consideração as seguintes fontes: as falas das jovens; minha vivência com a instituição, já relatada no primeiro capítulo; entrevistas, documentos e escritos da minha dissertação de mestrado, em que situo também o contexto da Casa Família; materiais produzidos pelas companheiras de percurso acadêmico, Catarina Pinto (2014) e Luciane Goldberg (2016), além das bases legais que permeiam a medida protetiva em estudo.

No segundo item, faço uma apresentação das jovens, utilizando suas próprias narrativas. O modo de construção das apresentações seguiu as orientações técnicas previstas na literatura que trabalha com oralidade (MEIHY, 2010). Após a transcrição, seguiu-se um processo de textualização em que retirei vícios de linguagem e repetições, buscando manter mais próximo possível da história narrada e do estilo de cada jovem. Optei por não apresentar o conteúdo total das narrativas, mas por destacar características centrais de cada uma delas.

Para contemplar todo o percurso de acolhimento com suas dificuldades, resistências, dúvidas e enfrentamentos, trago as falas das jovens em diferentes passagens desta tese, aprofundando nos capítulos seguintes as análises mais detalhadas conforme os objetivos da tese. Contudo, julguei importante fazer uma apresentação de cada uma, a partir da própria fala delas: quem são elas e como foram suas vidas antes, durante e depois da passagem pela Casa Família? Alguns relatos foram mais extensos que outros, contudo, busquei esses elementos chaves para a apresentação delas, sintetizados no segundo item deste capítulo.

Para a composição deste item, inspirei-me na obra *Decifra-me ou devoro-te*, em que Yara Dulce Ataíde (1993), professora universitária da área de História e Educação,

realizou uma pesquisa com adolescentes moradores de rua, em Salvador – Ba. A Obra é composta pelo relato destes adolescentes, contudo, como pesquisadora e organizadora das falas, ela desempenha o trabalho de tornar as falas adequadas à linguagem escrita. Inspirada nesta obra, procurei desempenhar o mesmo papel.

2.1. A Casa Família Maria Mãe da Ternura

Chegar até a Casa Família é fácil, talvez a maior dificuldade seja para quem resida em outra cidade e desconhece os caminhos, mas em Maracanaú (CE), a instituição é bem localizada. O bairro tem crescido e ganho melhorias a cada nova gestão municipal.

A rua em que a Casa Família se localiza é asfaltada e tranquila. Possui outras moradias, pequenos comércios e condomínios de casas no entorno. É comum ver famílias com as cadeiras nas calçadas e crianças brincando na rua.

A Casa Família se localiza na esquina, tem um muro comprido, de fácil visualização, com um portão pequeno e outros dois mais largos, de acesso à garagem.

Chegando ao portão pequeno, é preciso interfonar e é possível ver as câmeras de segurança no entorno do muro. Medida de segurança comum, nas residências atualmente.



Imagens 01 e 02: A rua e a entrada da Casa Família

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016).

Ao entrar na instituição é possível ver, do lado direito, um jardim que segue o muro, um parquinho com balançadores, escorregadores, areia e espaço para os pequenos brincarem, e ainda é possível ver espaço coberto da garagem.



Imagens 03 e 04: Lateral direita e parquinho

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016)

Do lado esquerdo, mais plantas, jardins, uma mesa e bancos de cimento sob uma árvore enorme e um pátio aberto.



Imagens 05 e 06: Lateral esquerda e pátio

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016)

À frente, um alpendre que segue nas laterais, com cadeiras, bancos e brinquedos, que volta e meia estão por lá, quase que permanentemente, deixados pela e para as crianças.



Imagem 07: Alpendre

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016)

Há dois acessos ao interior da instituição: o primeiro, pela frente da casa, uma porta ao centro do alpendre (ver imagem 07). O acesso nos leva à ante-sala, seguida por uma sala de TV e salas para estudo, como um escritório, chegando a uma mesa para refeições das Irmãs, em frente à cozinha ampla e bem equipada e ao lado de outras salas de trato pessoal das Irmãs. É possível ver uma escada que leva aos dormitórios das Irmãs e seguindo pela cozinha chega-se até a área de serviço, com tanques, máquinas de lavar e equipamentos de limpeza, por fim o quintal.



Imagens 08 e 09: Cozinha e área de serviço

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016)

O segundo acesso à casa é pela lateral do alpendre, entre a casa e o pátio. Passando por uma grade é possível ver à frente uma escada que leva até os quartos das crianças e adolescentes, ao lado direito o acesso ao espaço interno descrito anteriormente, entrando pela cozinha. Do lado esquerdo um corredor, largo e comprido que passa por outros cômodos.



Imagem 10: Corredor

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016)

O corredor passa pelo refeitório das crianças, com mesas, cadeiras pequenas e grandes, coloridas. O cômodo seguinte é uma sala que uns chamam de sala de TV ou sala de lazer, espaço com equipamentos de vídeo, de livre acesso pelas crianças, estantes com diversos jogos e brinquedos, cadeiras e espaço livre para brincar.



Imagens 11 e 12: Refeitório e Sala de TV

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016)

Seguindo ainda pelo corredor, no final, há a sala que as crianças chamam de “escolinha”, ou sala de estudos das crianças e adolescentes ou sala de reforço. A sala assemelha-se a uma sala de aula, com cadeiras e mesas escolares, mochilas e material de estudo deixados ali pelas crianças e adolescentes no retorno da escola. Há ainda quadro branco, estantes com muitos livros e diversos outros materiais pedagógicos. Neste espaço, as crianças e adolescentes recebem acompanhamento escolar no contraturno da escola. A pedagoga é remunerada a partir de parceria com a Prefeitura de Maracanaú. A mesma tarefa que eu já desempenhei. Tive a alegria de relembrar um pouco mais desta atividade ao acompanhar, uma vez por semana, durante algumas semanas, a amiga Luciane Goldberg (2016), em suas atividades de biografização com crianças no trabalho de campo da pesquisa de doutorado já citada.



Imagens 13 e 14: Escolinha

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016)

Seguindo com a descrição estrutural da instituição, em frente à “escolinha”, há a porta de entrada da capela, espaço de oração das Irmãs, e um banheiro social. No andar superior ficam apenas os quartos, compartilhados entre grupos, mas com camas e roupeiros individuais. Da escolinha, sala da TV ou refeitório, é possível ver pela janela o amplo quintal e outra construção no quintal, distanciada da estrutura principal da instituição. Assemelha-se a uma casa. Houve vários projetos para este espaço. Já foi pensado em dividir o terreno do quintal e criar uma República para as jovens, as Irmãs pensaram ainda em outro espaço de lazer ou ainda, espaço para a comunidade. Mas, atualmente, este espaço é utilizado para encontros de grupos da Igreja.



Imagem 15: Quintal

Fonte: Arquivo de pesquisa (2016)

A casa possui uma estrutura ampla, arejada e limpa. Todos colaboram para a manutenção desta estrutura. Há uma organização entre as crianças maiores, adolescentes e Irmãs, para dar conta da limpeza e organização da casa. Cada uma arruma sua cama, se reveza na limpeza do refeitório após as refeições, e ajudar na cozinha e limpeza dos espaços coletivos. Tarefas simples, compartilhadas de forma organizada, de acordo com a idade e capacidade de cada criança, lembrando mesmo um ambiente doméstico, com os afazeres de casa.

Buscando os conceitos de instituições de acolhimento nas Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA, 2009), identifiquei que a Casa Família se insere em características de dois conceitos, Abrigo Institucional e Casa Lar, sendo o primeiro definido como:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (CONANDA, 2009, p.68).

O mesmo documento afirma ainda que o público alvo desta instituição deve ser crianças e adolescentes de zero a dezoito anos de idade e a mesma deve abrigar no máximo vinte crianças e adolescentes por equipamento. Antes destas orientações, a Casa Família já abrigou um número maior de crianças adolescentes, chegando excepcionalmente a 28 acolhidas, contudo, medidas foram tomadas imediatamente, para solução dos casos mais

urgentes. A partir da publicação destas orientações, a Casa tem buscado se adequar às legislações vigentes.

Quanto à localização, o documento orienta que a instituição deva estar situada em área residencial, ter aspecto semelhante ao de uma residência, não ser distante da realidade geográfica e socioeconômica das crianças e dos adolescentes acolhidos. Conforme descrito no início deste item, é possível visualizar adequação da instituição a esta norma.

O documento também afirma que o Abrigo deve possuir um quadro de funcionários educadores/cuidadores com um turno fixo de trabalho. A Casa Família segue todas estas orientações acima descritas. A diferença entre a realidade da Casa Família e as orientações apresentadas, é que na instituição pesquisada as educadoras/cuidadoras não são funcionárias, elas desenvolvem trabalho voluntário. A instituição também cumpre a orientação de ofertar serviço de “atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local” (CONANDA, 2009, p. 68).

Além do acompanhamento pedagógico, as crianças estudam em escola próxima a Casa, usufruem, com prioridade, de atendimento médico no Posto de Saúde do bairro e tentam atendimento psicológico, oferecido pelo município; contudo, com a demanda da cidade e ainda, com mais duas instituições de acolhimento infanto-juvenil no município, a coordenadora relata a dificuldade constante em usufruir deste atendimento para as crianças e adolescentes.

Quanto ao conceito de Casa Lar, não se difere muito do anterior, a grande característica que diferencia este equipamento do supracitado, é que este serviço de acolhimento provisório é realizado por uma ou mais pessoas residentes no local de acolhimento, atendendo a um número menor de crianças e adolescentes, no total de dez. “Este equipamento é particularmente adequado ao atendimento a grupos de irmãos e a crianças e adolescentes com perspectiva de acolhimento de média ou longa duração” (CONANDA, 2009, p. 75).

Não intencionalmente, atualmente a Casa Família está mais próxima desse conceito, tanto pelo número de crianças atendidas, quanto pela característica, pois das sete crianças há dois grupos de três irmãos cada. Situação como esta foi vivenciada ao longo da história da instituição e a realidade que persegue esta história é que grupos de irmãos em maior número, tendem a permanecer na instituição até completarem a maioridade, como aconteceu com outros dois grupos de três irmãos. Um primeiro grupo de irmãos saíram da

Casa quando a irmã mais velha estava prestes a completar 18 anos, indo residir com a avó. O outro grupo de irmãos, saiu no ano passado da Casa, a mais velha com 21 anos e a do meio com 19 anos, ambas compõem este trabalho, Mariana e Maiara, que saíram de lá empregadas, e o irmão mais novo, de 14 anos idade (que não compõe este trabalho pela opção de não trabalhar com aqueles em idade inferior a 18 anos). Eles moram juntos em residência própria, conseguida através do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A Casa Família é um Abrigo Institucional com algumas características específicas de Casa Lar, sendo a principal delas a permanência das educadoras na instituição, neste caso, as religiosas que residem na Casa. Esta característica ocasiona consequências benéficas para as crianças e para as jovens abrigadas, de acordo com as Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, são elas:

- Estabelecimento de uma relação estável no ambiente institucional, uma vez que o educador/cuidador residente ocupa um lugar de referência afetiva constante, facilitando o acompanhamento da vida diária/comunitária das crianças/adolescentes (reuniões escolares, festas de colegas, etc.), diferentemente do que ocorre no Abrigo Institucional, onde há maior rotatividade diária de educadores/cuidadores.
- Uma rotina mais flexível na casa, menos institucional e próxima a uma rotina familiar, adaptando-se às necessidades da criança/adolescente. (CONANDA, 2009, p. 76)

Ao longo dos anos de convivência com as Irmãs, busquei informações sobre a origem da Casa Família Maria Mãe da Ternura. Descobri que ela iniciou suas atividades exclusivamente como espaço religioso. Até hoje, pessoas da comunidade ainda se referem ao local como um convento e mesmo uma das jovens, em sua narrativa, referia-se assim ao espaço. Algumas chamam de abrigo, outras somente de Casa, Casa das Irmãs, Casa Família ou “lá nas irmãs”.

Recordo que certa vez, quando atuava como pedagoga da instituição, nos diálogos com as meninas, algumas me pediram para passar um recado ao Grupo Fantasia, ainda no início de suas atividades: que não chamassem a instituição de orfanato ou abrigo, pois elas não gostavam de serem vistas como “as meninas do orfanato ou do abrigo” Perguntei como elas preferiam chamar o local onde moram e elas disseram: casa ou Casa Família. Pareceu-me evidente a vontade de uma vinculação menos institucionalizada ao local de residência delas.

Ainda sobre o início da Casa Família, também chegou a desenvolver atividade de atendimento, como meio de prevenção e orientação, a mulheres e jovens grávidas do bairro Piratininga, em Maracanaú – Ceará, onde a Casa se localiza. Em 1999, iniciou a ação de

acolhimento de crianças e adolescentes que foram afastadas do convívio familiar por terem seus direitos ameaçados ou violados a partir do previsto no artigo 98 do ECA.

As irmãs missionárias da Congregação de Nossa Senhora das Dores são as fundadoras e responsáveis pela instituição. De acordo o *site*⁹ da Congregação, esta foi fundada em 1839 pela Beata Elisabetta Renzi, em Corino, Itália.

Pinto(2014) sintetizou as características espirituais das Irmãs da congregação a partir do conteúdo do *site*, traduzido livremente:

- ser mulheres chamadas a ser Cristo crucificado e ressuscitado;
- ser mulheres da Palavra e da Eucaristia;
- ser mulheres que vivem em pequenas comunidades;
- estar atenta às mulheres pobres de cultura, relacionamentos, posses, afetos;
- viver a dimensão contemplativa da vida religiosa em várias formas de apostolado, tais como: - a educação de crianças, jovens e famílias (escolas, casas de passagem, centros de formação paroquial e pastoral diocesana), casas para pessoas com deficiência, casas de repouso para idosos, cuidados pós-escola para imigrantes.

A congregação possui entidades espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, como na Itália, Bangladesh, Louisiana – Estados Unidos e Zimbábue. Entretanto, no Brasil, a única instituição da congregação que possui o trabalho de acolhimento infanto-juvenil é a Casa Família, as demais possuem outros focos sociais, desenvolvendo trabalhos que oferecem ensino à infância e atendimento à comunidade.

No final desta pesquisa (junho de 2016), a Casa Família atendia sete crianças de 3 a 8 anos de idade. Recentemente, 8 crianças e adolescentes retornaram ao convívio familiar. Este trabalho de continuidade dos vínculos familiares, sempre que possível, é realizado pelas Irmãs, além da tentativa constante de ajuda às famílias das crianças acolhidas, todas em situação de pobreza, para viabilizar condições dignas de retorno das crianças ao lar de origem, quando for possível. Presenciei, algumas vezes, familiares das crianças e adolescentes acolhidas saindo da instituição com sacolas de mantimentos básicos, bem como recebendo orientações das Irmãs sobre cursos profissionalizantes e empregos.

⁹ Fonte: <http://www.mpda.it/index.htm> Acesso em 15 de maio de 2016.

Além disso, as Irmãs têm constante contato com o aparelho jurídico sediado no município, para acompanhar os processos em andamento, agendando regularmente, audiências para resolução dos casos ali tratados e quando necessário, as próprias crianças e adolescentes são ouvidas pelo juiz na instituição.

A Casa Família não possui certificado de filantropia, que na visão da coordenadora, poderia ser de grande importância, visto que daria abertura para o recebimento de novos recursos financeiros e descontos nas contas mensais de água e energia elétrica, por exemplo. A coordenadora da Casa, Irmã Karla, informou sobre a dificuldade burocrática para a emissão deste documento, além do gasto financeiro com documentações que expiram pela demora no atendimento da solicitação, sendo necessário constante reinício do processo, deste feita, foi necessário deixar de lado, momentaneamente, as tentativas.

A Casa Família é definida, pela coordenadora, como instituição religiosa que oferta amparo à comunidade em nível de acolhimento de crianças e adolescentes encaminhadas pela 2ª Vara da Infância e Adolescência e pelo Conselho Tutelar de Maracanaú. Como mencionado, a instituição não tem nenhum tipo de benefício, como descontos em contas de água e energia elétrica. Tais despesas demandam grandes gastos para garantir a manutenção e o pleno funcionamento da Casa, além de gastos com alimentação, vestimenta, higiene, etc.

Diante das condições financeiras atuais, a Casa Família deveria receber ajuda financeira do município, com contrato renovado anualmente de parcelas mensais. Contudo, esse repasse raramente ocorre da maneira acertada, atrasando constantemente a verba necessária ao sustento da instituição, tanto que, Irmã Karla afirma não contar mais com esse dinheiro, buscando outras formas de manutenção.

A Casa Família se mantém, praticamente, através de doações em alimentos, vestimentas e materiais de limpeza de pessoas físicas e jurídicas que se sensibilizam com a situação da instituição. Além disso, o espaço possui convênio com o Fórum de Maracanaú, que repassa cestas básicas doadas por pessoas julgadas pelo juizado de pequenas causas. E algumas vezes, as religiosas realizam eventos beneficentes e bazares na comunidade para arrecadar fundos de manutenção.

O regimento interno da instituição regulamenta que as missionárias deverão receber apenas meninas, entretanto, houve meninos morando na Casa, mas que foram aceitos para que não se separassem de suas irmãs consanguíneas, cumprindo, assim, a determinação do ECA contida no artigo 92, não desmembrando grupos de irmãos.

Sobre a rotina da Casa o grupo de Irmãs se revezam nas atividades de cuidar da cozinha, da limpeza geral, no cuidado com as crianças pequenas, as médias e as maiores, além de acompanhamento escolar, saúde e ações mais burocráticas, destinadas à coordenadora da instituição, Irmã Karla.

As Irmãs também se organizam em seus afazeres pessoais, buscando o aperfeiçoamento dos estudos para contribuir em suas práticas. Algumas se formaram ou estão em processo de formação nos cursos de Pedagogia ou Psicologia. Outras se interessam mais pela área de conhecimento teológico, curso de línguas, área de saúde, etc. As diversas formações colaboram diretamente nos afazeres diários da instituição e no acompanhamento adequado às crianças e adolescentes.

Foi nesta instituição que as jovens protagonistas deste trabalho passaram anos de sua infância e da adolescência. Algumas passaram 5 e outras 2 anos, inseridas nesta realidade e vivendo experiências que as ajudaram a se constituírem como são hoje.

Todas as jovens relembram com gratidão e, em alguns momentos, saudosismo o período que passaram na instituição, destacam os sentimentos ruins que envolveram a condição do distanciamento familiar, mas o tom de gratidão é recorrente quando se referem às Irmãs e aos cuidados recebidos por elas. Elas destacam seus aprendizados em valores morais realizados nas rodas de conversas que as Irmãs realizavam com elas, para orientá-las e estimulá-las, além da paciência e do acolhimento quase que materno, representado em algumas figuras específicas, as quais elas mantinham mais contato e afinidade.

Mariana¹⁰ destaca em sua fala o período de convivência na Casa Família da seguinte forma:

Foi uma das fases mais maravilhosas da minha vida. Esses 12 anos que eu passei lá. Não tenho o que falar, porque foi lá que eu aprendi a ser quem eu sou hoje.

É importante destacar que a realidade não é tão bela assim. O período maravilhoso a que ela se refere é dentro de sua realidade, comparando sua vida antes de ir para a instituição e analisando sua passagem pela Casa Família. Pela descrição anteriormente feita sobre a instituição e com a ajuda das imagens, é possível constatar que realmente a Casa Família é uma instituição diferenciada da realidade de algumas instituições de acolhimento. Comparo com a realidade encontrada nos outros dois abrigos de Maracanaú, aos quais tenho acesso pelo trabalho voluntário realizado no Grupo Fantasia. A estrutura física e a

¹⁰ Ao longo desta tese as falas das jovens aparecerão em itálico, após uma pausa do meu texto. Desta forma valorizo a contribuição das mesmas para a elaboração deste trabalho acadêmico.

organização da Casa Família são visivelmente melhores em comparação a elas. As próprias meninas, em suas falas, comparam a Casa Família com as demais instituições, realçando a superioridade da primeira.

A presença permanente das religiosas na Casa, também se torna um diferencial. Suas ações dentro de uma proposta missionária, envolvem as crianças e adolescentes da instituição num clima amoroso, de carinho quase maternal.

Sem dúvidas, toda criança prefere estar com sua família de origem e isto é um direito delas, mas, impossibilitadas disto, elas encontraram na Casa Família, não só o abrigo, mas o acolhimento, que na fala de Mariana, registra o diferencial em sua passagem pela Casa. Sua irmã, Maiara, também fala sobre o período na Casa Família, em especial, sobre a dificuldade em sair:

Lembro que tinha muita gente lá que gostava de mim. Acho que eu era a pessoa que as Irmãs mais gostavam, acho que até hoje. [...] Quando era só pra passar o final de semana (em casa) a gente não queria sair daqui, mas quando estava lá, não queria sair de lá. Foi muito tempo de convivência. Foi mais tempo lá do que na casa da minha mãe. Foram só sete anos com a minha mãe e 12 anos lá. Foi difícil sair! A gente se acostuma.

A gratidão pela instituição se deve também, claramente, pelo longo período passado na Casa, como relatado por Maiara. A realidade do acolhimento institucional brasileiro, muitas vezes, leva crianças e adolescentes a constantes transferências entre instituições, o que não aconteceu com estas jovens. A gratidão e o costume, como cita Maiara, é mais forte nestas duas irmãs (Mariana e Maiara) por serem as jovens que passaram mais tempo na Casa Família.

Encerro este item destacando ainda a fala da Vlândia, jovem que abre este capítulo com um trecho de sua narrativa. Ela sintetiza a dificuldade do acolhimento institucional, analisando por si mesma, o que torna a Casa Família um tanto melhor que esta realidade:

Não vou dizer que lá seja um lugar cem por cento, em relação a todos os abrigos, porque, infelizmente, a gente tem que admitir que essa não é a realidade do nosso país. Mas, eu levanto as mãos para o céu e agradeço o abrigo que eu fui. Pelas pessoas que lá estavam, que não estavam lá pelo dinheiro, mesmo porque elas não eram pagas para isso, elas estavam lá pelo amor e pelo que gostam de fazer. Talvez se eu tivesse ido para outro abrigo, [...] talvez eu não estaria tão bem quanto eu estou hoje.

Recortei de sua fala a nomeação direta que ela faz aos outros abrigos de Maracanaú, por não ser o foco deste trabalho, mas são realidades que as jovens conhecem, pelo contato que elas mantinham. Às vezes, as Irmãs promoviam ações em parcerias com os

demais abrigos da cidade, inclusive festa de Dia das Crianças, que participei enquanto membro do Grupo Fantasia.

Esta relação de gratidão das jovens com a instituição também está vinculada a uma dimensão histórica do acolhimento institucional, que será tratada no capítulo posterior. Nas narrativas das jovens fica claro que elas compreendem as ações feitas para elas como um favor, que deve ser pago com gratidão. Na verdade, pouco ou quase nada percebi em suas narrativas referente à dimensão do reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente sendo atendido ou não em suas experiências de vida. A passagem pelo abrigo corresponde ao cumprimento da legislação que protege a criança e o adolescente, assim como, o tratamento recebido na instituição e não como um favor feito pelas Irmãs a estas jovens. Contudo, compreendo também os traços das bases religiosas da instituição dada a elas durante o período na Casa, que as faz demonstrar em suas narrativas a gratidão a tudo que lhes foi proporcionado, em especial, quando poucas perspectivas tinham na vida. A gratidão é um valor cristão presente na formação destas jovens e que colabora na manutenção de vínculos com pessoas e instituições envolvidas numa fase delicada de suas vidas. Com Olinda e Nogueira (2016, p.280) partilho a ideia de que “[...] a consciência de ser sujeito de direitos não é incompatível com as demonstrações de gratidão e com o aprofundamento desta virtude”, porém o que precisa ser realçado é a absoluta ausência de uma educação em direitos humanos que desenvolva uma cultura de direitos.

Para falar mais detalhadamente das jovens até aqui anunciadas, no próximo item, apresentarei as jovens protagonistas deste trabalho e um resumo de suas histórias de vida, conforme descrito no início deste capítulo.

2.2. As narradoras

Ao longo da escrita deste trabalho, me esforcei em destacar alguns elementos extraídos das falas das jovens. Em alguns momentos a teoria me ajudou a enxergar a representação do vivido em suas falas, em outros momentos, suas histórias me ajudaram a buscar embasamento para aprofundar a dimensão teórica.

Elas apareceram em alguns trechos, agora elas serão apresentadas em maior amplitude. Estas falas constituem um dos produtos finais do uso metodológico das Entrevistas Narrativas descrita no primeiro capítulo. O próximo capítulo será mais direcionado à análise destas falas e de outros trechos citados anteriormente e outros ainda suprimidos nesta

apresentação, a qual priorizei uma síntese, por elas mesmas, sobre quem elas são e como viveram antes, durante e depois da passagem pela Casa Família.

Antes de conhecer um pouco sobre as jovens, vale destacar o que Jovchelovitch e Bauer (2002, p.110) alertam sobre a natureza das narrativas produzidas no processo de uma entrevista narrativa:

- A narrativa privilegia a realidade do que é experienciado pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é real para o contador de história.
- As narrativas não copiam a realidade do mundo fora delas: elas propõem representações/interpretações particulares do mundo.
- As narrativas não estão abertas à comprovação e não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas: elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço.
- As narrativas estão sempre inseridas no contexto sócio-histórico. Uma voz específica em uma narrativa somente pode ser compreendida em relação a um contexto mais amplo: nenhuma narrativa pode ser formulada sem tal sistema de referentes.

Estes alertas mostraram-se úteis na prática desta pesquisa, pois não busquei constatação de nenhum fato, nem mesmo comparativo de datas ou ações descritas pelas duplas de irmãs que protagonizam este trabalho, pois cada uma delas narrou a sua percepção sobre o que foi experienciado em sua realidade.

Ressalto ainda que todas elas fizeram questão de deixar registradas as suas identidades¹¹, busquei apenas omitir alguns nomes de pessoas as quais não é conveniente expor, deixando registrado os nomes das Irmãs da Casa Família em que algumas delas fazem questão de homenagear em seus relatos. Portanto, apresento-lhes as jovens guerreiras, brincalhonas, sinceras, batalhadoras, sonhadoras, fortalecidas e cidadãs, protagonistas de suas histórias.

¹¹ Ver em anexo o termo de consentimento livre e esclarecido que foi assinado por cada uma das jovens.

2.2.1. Angélica, a guerreira

Meu nome é Angélica, tenho 24 anos. Fui para a Casa Família aos 9 anos e fiquei até os 17. A minha infância, foi muito triste, porque eu passei fome, eu posso dizer que sei o que é sentir fome. Fui judiada, fui abusada.

A minha primeira recordação sou eu em um berço, em um abrigo, em Maranguape. Uma mulher cuidava muito de mim lá. Naquele momento, eu passei a ser feliz, porque eu passei a ser amada. A minha mãe biológica, de vez em quando ia lá, e em determinado momento me levou para morar com ela. Eu passei dois anos morando com a minha mãe antes de ir para o hospital.

Quando fui morar com a minha mãe, foi o momento mais sofrido da minha vida, porque tanto ela me batia, quanto meu padrasto. Ela passava o dia fora, a gente ficava dentro de casa. Eu chorava muito porque sentia fome. Os vizinhos reclamavam com ela e ela me batia. E isso se tornou rotina. Teve um tempo que eu não sentia mais nem a dor que ela me causava. Eu me alimentava uma vez por dia. À noite, meu padrasto chegava bêbado e me açoitava. E a gente levava a vida assim, até que um dia meu irmão mais velho fugiu. Foi morar com uma mulher.

Quando dava tempo, eu ia para a escola. Às vezes eles esqueciam de mim lá. Tinha uma professora que me dava um prato de comida. Eu estudava de manhã e no final da tarde, meu padrasto ia me buscar. Quando chegava em casa e minha mãe não estava, ele me batia.

Até que chegou um dia que eu estava tão fraca, que eu não conseguia mais me levantar, não saía mais para nada. Deixei de ir pra escola. Não fazia nem minhas necessidades fisiológicas. Então, ela me levou para o hospital e lá eu fiquei. Quando eu fui internada eu estava completamente desnutrida.

A partir do momento que saí da guarda da minha mãe, eu passei a conhecer coisas que eu não conhecia, que era um prato de comida, que era um carinho.

Depois eu fui para a Casa das Irmãs. Eu ainda estava em tratamento. As Irmãs me levavam muito ao médico. Eu passei a ser feliz lá, mas eu tinha muita dificuldade de conviver com as pessoas, porque para mim a vida não tinha sentido.

A minha adolescência foi muito transtornada emocionalmente. Passei a tomar remédios controlados. As Irmãs sempre me levavam para a psiquiatra e psicólogo. Ali eu

estava perdida num passado e eu não conseguia conviver, não conseguia perdoar quem tinha me feito mal e me perdoar.

Uma vez, a Irmã Maria de Deus disse que eu não era doida, nunca fui e a partir do momento que eu quisesse parar com essa medicação eu pararia. Ela não falou mais nada, mas isso foi o bastante para eu pensar. Deste então, eu parei a medicação. A Irmã foi bastante dura da forma como ela se expressou para mim, mas isso foi o suficiente para eu entender que ali bastava, que já estava na hora de aprender a conviver com isso e ela nem imagina o bem que ela me fez, por ter falado isso.

Eu passei a mudar a minha maneira de tratar as pessoas. Eu fui começando a pensar e planejar meu futuro. Daí as coisas foram melhorando. Eu fui lutando pelo meu futuro, fui conquistando a confiança das pessoas, buscando respostas e compreensão da minha mãe biológica. Passei a ter um convívio com a família que criou meu irmão mais velho, eles estavam me visitando. Fui passar as férias com eles e fui morar lá. Eu fui muito bem acolhida pela família e eu passei anos com ela.

Depois disso iniciei a vida religiosa, mas não segui em frente, pelo menos por enquanto. Estive desempregada, comecei a trabalhar na empresa em que estou até hoje, como operadora de máquinas. Foi a empresa quem pagou minha cirurgia e tratamento quando descobri um tumor na mama. Minhas amigas que moram comigo e a professora do curso técnico de enfermagem que me ajudaram também.

Hoje em dia eu trabalho, estudo, posso dizer que a família, como William Shakespeare fala, são os amigos que a vida nos permite ter. Eu olho para o passado com orgulho, porque eu superei tudo que eu passei, todas as dores. Às vezes a gente chora assim só de falar, a gente não sente a mesma dor do momento, mas lembra. Hoje eu sou uma vitoriosa.

Meus projetos para o futuro são tirar minha habilitação e entrar na faculdade. Esse ano meu objetivo foi, parece ser uma coisa simples, mas foi comprar umas coisas para a casa e graças a Deus eu conquistei essas coisas, que para mim é uma vitória muito grande.

Tem gente que conhece minha história e me trata como coitadinha. Isso não! Eu sou é guerreira e muito feliz! E eu gosto dessa vida, essa vida que está me tornando o ser humano que Deus está planejando que eu seja. Sou uma pessoa feliz, Graças a Deus, tenho a minha vida simples, mas estou bem, muito bem!

2.2.2. Débora, a brincalhona

Eu sou Débora, tenho 25 anos. Gosto de me divertir, brincar, andar de skate. Caio e fico sorrindo. Esse é o meu jeito, séria e ao mesmo tempo brincalhona. Morei 10 anos na Casa Família. Antes de ir para lá, eu morava com a minha irmã e mais três irmãos. Eu não sei muito sobre a minha vida, porque ninguém me conta tudo.

Minha irmã disse que o pessoal lá da rua me botou no abrigo. Foi muito doloroso para mim. Eu me afastei da minha irmã, que eu gostava muito. Ela me enganou, disse que ia me levar para passear e me deixou lá. A história com o meu pai também é complicada. Eu fui para o convento crente que eu tinha um pai, mas ele dizia que não era. Por isso, também me botaram no abrigo. A Minha mãe morreu quando eu era muito pequena. Não sei nada dela, meus irmãos não contam nada. O que sei é o que meu pai me disse antes de morrer, que quando ela estava grávida de mim, ela contou para uma amiga que não era dele. Até hoje eu ainda choro de saudade da minha mãe.

Dentro do abrigo, no início, foi muito ruim, porque eu não consegui me acostumar com nada, com ninguém. Sempre que meus irmãos iam me visitar eu chorava muito, porque eu queria ir embora com eles e não podia. Por quê? Eu não sei, até hoje.

As Irmãs me tratavam muito bem, sempre tem aquelas que são mais firmes, mas, me tratavam muito bem. Elas sempre arranjaram tudo, eu que não queria estudo, nem trabalho. Eu era muito danada, respondia e queria bater em todo mundo. Elas eram pacientes comigo. Até namorado tentavam me arranjar e eu não queria ninguém, destratava todos que apareciam. Isso de eu não querer ninguém, na verdade era que eu não sabia dar e nem receber amor. Hoje vejo que as Irmãs eram as minhas melhores amigas, me arrependo de não ter tratado elas melhor.

As Irmãs levavam a gente para a psicóloga e ela perguntava sobre a minha mãe. Hoje eu falo sobre ela, mas antes não. Eu sentia vontade de matar a psicóloga porque não gostava mesmo de falar sobre ela. Eu aprendi com a psicóloga que quando eu estivesse muito triste ou com raiva, eu escrevesse. Quando estou assim ou com saudade da minha mãe, escrevo tudo, no outro dia leio e vejo se faz sentido. Penso como eu tenho uma vida tão boa, divertida. Deus me livrou de tanta coisa que eu já sofri, no final, vejo que não tem nada a ver.

Quando eu completei 17 anos meu pai morreu e partir dos 18 anos fui para a casa da minha irmã, mas eu não conseguia conviver lá, eu chorava todo santo dia. Achava que minha madrinha pudesse ficar comigo. Eu sempre disse que não me importo com dinheiro, a minha vida toda eu só queria atenção e carinho. Foi o que não recebi. Então, eu passei um mês

na casa dos meus irmãos. Minha irmã preferiu casar que ficar comigo. Até hoje eu queria muito ter contato com meus irmãos, mas eu não consigo mesmo, não sei explicar. São meus irmãos, eu amo eles, mas não consigo. A gente é muito distante.

Foi quando apareceu uma mulher que eu tinha conhecido na escola e ela me chamou para ir morar com ela. Falei com a Irmã Karla e ela até me incentivou. Disse que ainda dava tempo dela pegar minha guarda, ela foi enrolando e eu fiquei me sentindo mal em deixar meus irmãos para ir morar com ela. Mas, o meu sonho era ter uma família. Eu cresci querendo isso, ter uma mãe, um pai, outro irmão. Eu queria muito ter uma família. Então, quando essa mulher apareceu, eu pensei que ia ter uma mãe! Eu fiquei super feliz! Mas, foi o terror da minha vida!

No começo ela me tratava bem, me chamava de filha, com o tempo, me matriculou na escola, mas só terminei os estudos no CEJAM (Centro de Educação de Jovens e Adultos de Maracanaú). Mas, ela começou a me explorar, eu fazia tudo dentro de casa, ela me maltratava, batia, me tratava pior que uma empregada. Eu não aguentava! Não é pelo trabalho não, que eu faço tudo, já lavei até banheiro por vinte reais, é pelo jeito de tratar, sabe? Até expulsa de casa eu fui, por mentiras que inventaram contra mim. Mas, ela me chamou de volta, arrependida, prometendo que ia ser tudo diferente, mas logo ficou do mesmo jeito. A Irmã Karla foi quem me ajudou, arranjou trabalho para mim. Eu queria sair da casa dela, mas eu tinha pena, porque ela tinha Artrite e Artrose. Eu fazia tudo sem reclamar, porque ela começava a chorar de dor e eu pensava na minha mãe. Essa mulher me ajudou e eu tinha que ajudar ela.

Até que ela se envolveu com um rapaz do Rio de Janeiro, veio um amigo dele e hoje ele é o meu esposo. Quando a gente namorava, ela ainda tentou separar a gente, para eu não sair de casa. Mas, eu não aguentava mais, ele me chamou para morar com ele. No começo eu não queria, mas acabou acontecendo.

Eu vivi em três mundos diferentes. Lá dentro do convento é um mundo, porque a gente vive sob a proteção das Irmãs, juiz e tudo. Já na casa dessa mulher é outro, em que eu era uma pessoa que não existia no mundo. E o terceiro mundo é aqui fora e esse mundo é o melhor, porque eu vejo tudo diferente.

Quando eu saí do convento botei na minha cabeça que eu tinha que deixar tudo de ruim pra trás, porque se eu não deixar eu não vou ser feliz. Mesmo ela não pedindo perdão, mas eu falei para ela que perdoava tudo. Eu não tenho raiva. Estou reconstruindo minha vida, já pensei até em adotar uma criança, porque meu marido não pode mais ter filhos, mas ainda estamos pensando. Hoje, não tem tristeza, só tem felicidade!

2.2.3. Francisca, a sincera

Eu me chamo Francisca Rita Sousa de Oliveira, tenho 24 anos e sou uma pessoa muito complicada e sincera. Sou muito complicada de conviver e ao mesmo tempo muito amiga, amorosa e feliz, muito feliz eu sou agora.

Algumas pessoas podem me ver diferente, mas no meu ponto de vista eu sou uma boa mãe, boa esposa, uma boa dona de casa. Digo que sou complicada, mas depende do momento. Sou muito é sincera. Falsidade não é meu forte.

Bom, minha vida antes de ir para a Casa Família faz muito tempo, eu não lembro muito não, viu. Mas, era complicado. Eu vivia com meus pais e minha família no Maranhão. Meus pais faleceram e eu tive que ir para lá com a minha irmã. Antes, passei dois anos morando com meus irmãos, fui embora lá para a Casa Família e só me lembro disso... é o que eu gosto de falar.

Fui para a Casa Família no dia 08 de agosto de 2004. Cheguei lá às 7 horas da manhã, eu lembro até quem me levou. Passei 4 a 5 anos morando lá. Na época que a gente morava lá era bom. Não era muito bom assim, mas era bom morar no abrigo até certos pontos. O lado bom era a proteção, o carinho e tudo que a gente tinha lá dentro, porque tinha pessoas lá que gostavam da gente. A parte ruim era ser muito presa, mas pela super proteção.

Na Casa Família, as Irmãs eram muito atenciosas. A gente estudava, fazia cursos e tinha muitas amizades com as pessoas. O lado ruim é porque é muito solitário morar lá. Mas, foi bom, foi um aprendizado. A gente leva o aprendizado para o resto da vida.

A saída de lá não foi muito boa não, apesar de a gente ir para um lugar que a gente conhece, com as pessoas que a gente conhece. Lá dentro a gente era muito super protegida. As irmãs resolviam tudo pra gente e não sabíamos resolver nada. Quando a gente sai de lá é tão difícil para aprender as coisas. É como se a gente tivesse nascendo de novo, aprender tudo de novo e resolver as coisas da gente só. Mas, com o tempo a gente aprende e dá conta. Quando a gente está lá dentro, não dá valor, porque tem quem faça as coisas por nós e quando sai de lá é que dá valor.

Eu lembro com carinho da Irmã Conceição, as meninas que a gente era amiga, brincava, conversava e tal, mas confiar, só na Irmã Conceição mesmo. Outras pessoas que marcaram muito minha história lá foram: a Irmã Roseana Almeida, a Irmã Irlane, e das meninas tinha a Débora, a Angélica, na época todas adolescentes, como a Vládía e minha irmã. Foi tudo bom, elas marcaram porque moramos juntas, como se fossem sempre nossas irmãs, mas na hora assim que o bicho pegava, só mesmo a Irmã Conceição.

Tem vários fatos marcantes de lá: tem os passeios, as brigas, tem os carões das Irmãs. Tudo foi marcante! Lembro da despedida das irmãs, que na época, saíram de lá para outro convento. Tiveram várias coisas marcantes, mas as mais marcantes foram duas: foi o dia que eu cheguei e o dia que eu saí.

Quem ainda está lá, tem que valorizar todos os momentos lá dentro, porque tudo que as irmãs fazem, hoje vejo, é para o nosso bem.

Nós não saímos de lá adotadas de papel passado, porque não deu pra conseguir a certidão de óbito da minha mãe, mas a guarda provisória foi dada até a gente completar 18 anos. A gente veio morar com a diretora lá do colégio que a gente estudava.

Na época que eu saí de lá, eu e minha irmã viemos morar aqui e foi um pouco complicado, porque quando a gente chegou aqui já moravam dois sobrinhos dela. Moravam também os pais dela, e é complicado você chegar num lugar novo, que já tem muitas outras pessoas morando. Querendo ou não você, em alguns pontos, se sente excluída. Foi só no começo, depois tudo se normalizou. Eu morei com ela uns 3 anos e resolvi me juntar, para sair logo de dentro de casa, mas eu me arrependi. Só não me arrependi do meu filho, mas do resto, de me juntar assim, eu me arrependi, porque não terminei meus estudos. O meu pensamento na época continua o mesmo de hoje, de terminar meus estudos e fazer o curso de enfermagem, e eu vou conseguir.

Hoje eu sou feliz, tenho meu pequeno rei lindo, meu danadinho, meu abençoado, ele é tudo para mim. Eu penso no futuro ser alguém, para ele poder ser alguém, por isso que eu estou correndo atrás disso.

Eu até tenho vontade de escrever mais sobre a minha vida com mais detalhes, mas eu teria que voltar tanta coisa para me lembrar mais. Eu me lembro dos lugares que passei, das dificuldades, mas só de um tempo para cá. Eu teria que rever muita coisa pra relembrar tudo. Lá no Maranhão, por exemplo, eu tenho vontade de ir, mas só pra visitar, não para ficar, eu até já fui, com minha irmã. Meu sobrinho mais velho já veio de lá para cá passar o carnaval com a gente. Mas, tem muita coisa para relembrar. Quem tem mais contato com a família do Maranhão é a Ritinha, minha irmã, porque onde eu moro não pega bem *internet*, aí quando precisa ela me liga. Mas, o importante é que hoje eu estou feliz!

2.2.4. Maiara, a batalhadora

Eu me chamo Maiara, tenho 19 anos e saí da Casa Família no final do ano passado. Aprendi a ser uma pessoa esforçada e batalhadora!

Antes de ir para a Casa Família, eu estava na minha casa mesmo, na minha mãe. Lembro que eu era mais livre, brincava na rua, ia para as casas dos vizinhos. Minha mãe levava a gente para a escola de trem à tarde e eu dormia a viagem todinha. O meu irmão mais novo, nem tinha nascido ainda.

Disseram que a gente foi para lá porque minha mãe teve depressão pós-parto, depois que ele nasceu. Ele foi primeiro, ficou lá um mês, depois fui eu e depois minha irmã, que é mais velha, a Mariana. Eu não lembro muito como a gente vivia no começo lá. Eu tinha 7 anos, perto de completar 8. Lá, tudo era muito diferente. No começo, ninguém queria ficar. A Irmã falou que a gente chorava muito no portão toda tarde, querendo sair.

Eu lembro que tinha muita gente lá que gostava de mim. Acho que eu era a pessoa que as Irmãs mais gostavam, acho que até hoje. A gente se acostuma com as regras. Vivi lá 12 anos desse jeito. Tem gente que depois da escola gostava de ficar lá, mas eu não, terminava a aula ia logo para casa. O que eu mais gostava lá eram as festas, mas depois que eu cresci, não gostava mais não. Eu gostava de ficar no quarto.

Quando eu tinha uns 17 anos, eu era bem revoltada, porque nessa época eu queria sair, para passear em alguns lugares que as Irmãs não deixavam. Eu ficava calada, não dizia nada, mas ficava com raiva. Queria passar mais tempo fora, assistir minhas coisas, mas tinha as outras pessoas. Hoje eu entendo. Vejo as Irmãs com as meninas lá e minha vontade é dizer que elas obedçam e aceitem, no sentido de entender que a gente não pode tudo mesmo, porque no momento a gente não entende o que é bom ou não pra gente, mas depois entende.

Na escola sempre fui bem, nunca reprovei, mas depois quando entrei no segundo ano do Ensino Médio, relaxei. Terminei os estudos, fiz 18 anos em janeiro e em fevereiro já comecei a trabalhar. A Irmã Karla arranhou para mim, como secretária num escritório de advocacia, na Washington Soares. É cansativo, porque saio cedo e chego tarde em casa. A distância é grande daqui do Maracanã para lá, mas pretendo continuar lá por muito tempo.

Eu acho que saí no momento certo da Casa Família, porque eu tenho um emprego, consigo ajudar aqui em casa meus irmãos, comprar nossas coisas, ganho até um pouco melhor que minha irmã e isso ajuda muito, se não ficaria pesado só para ela.

Mas, para sair de lá, a gente não teve expectativa nenhuma. A gente enrolou muito! Conseguimos essa casa e disseram que a gente tinha trinta dias para entrar. Passou esse

tempo e como ninguém falou nada, a gente foi ficando lá! Nossa casa foi beneficiada com muitos móveis e eletrodomésticos. A gente comprou só algumas coisas. Começamos a vir para cá só pra passar o final de semana e a gente não queria sair daqui, mas quando estava lá, também não queria sair de lá. Mas, em dezembro a gente veio de vez. Foi muito tempo de convivência. Foi mais tempo lá do que na casa da minha mãe. Foram só sete anos com a minha mãe e 12 anos lá. Foi difícil sair! A gente se acostuma.

Hoje vejo que quando a gente mora em nossa casa, a gente é mais livre, porque não tem regras. Lá tem que conviver com pessoas diferentes e por isso tem que respeitar as regras e não tem muita liberdade. Eu só saio às vezes, vou para o *shopping* com os amigos, mas só quando tenho coragem, porque passo a semana toda trabalhando longe. Sábado vou para o curso técnico o dia todo. Domingo a gente acorda tarde, porque lá não podia e aqui a gente desconta! O máximo que a gente faz é uma faxina para tirar a sujeira da semana que não dá tempo de limpar.

A gente tem contato com algumas pessoas da família. Nossa mãe estava internada. Como eu entrei de férias, eu estava indo lá ajudar, mas eu não gosto muito não, não sei porque. Lembro que uma tia minha disse, quando a gente foi lá, que ia lá para pegar a gente, mas até hoje, nunca foi! Os familiares não ajudam. Não a gente, que graças a Deus, está tudo bem, mas minha mãe. Ela precisa das coisas, mas não ajudam. Só o irmão dela que agora está fazendo almoço pra ela.

Quando eu morava na Casa Família eu gostava muito de inglês e fiz curso. Hoje eu gosto da parte de administração, da parte financeira. Eu aprendi a gostar e me vejo nessa área. Quero me formar, mas não tenho vontade de estudar mais agora não, quero mesmo é trabalhar.

No futuro eu quero ter um apartamento, carro, condições de vida para não faltar nada. Quero ter boas condições para ajudar a Casa Família! Não sei se seria o caso de ajudar minha mãe, porque não sei como ela vai estar no futuro, se ela tiver viva, eu ajudo! Não quero passar necessidade! Quero construir minha vida! Hoje eu sou uma pessoa esforçada para conquistar o melhor. Batalhadora, trabalhadora. Nem sempre eu consigo fazer o melhor, mas me esforço para cumprir meus compromissos, me comprometo no meu curso, no meu trabalho, com horário e tarefas. Aprendi a ser assim.

2.2.5. Mariana, a sonhadora

Meu nome é Mariana. Estou com 21 anos de idade, sou sonhadora e a mais velha de três irmãos. Ano passado saímos da Casa Família, depois de 12 anos morando lá e foi lá que aprendi a ser a pessoa que sou hoje: honesta, trabalhadora, que não gosta de mentiras e aprendi a não esquecer de onde eu venho, das coisas que eu passei e das coisas que eu consegui, para chegar até aqui.

Na verdade, a gente nunca acha que vai acontecer uma coisa dessas com a gente. Minha mãe teve depressão, depois de uma gravidez muito turbulenta e não teve mais condições de continuar cuidando da gente. Isso fez com que ela ficasse depressiva e acarretasse vários problemas. Eu via o sofrimento dela. A gente era muito pequena e ela não tinha com quem contar, era muito sozinha. Nossa família não teve condições ou não se interessou em cuidar da gente. Mas, eu não julgo. Minha família foi ver o estado dela e resolveu levar ela para o hospital. Meu irmão foi levado para o abrigo, no outro dia foi minha irmã, e depois eu. Tive um certo receio. Lembro da Assistente Social, do Conselho Tutelar, do S.O.S Criança, que foram buscar a gente. Eu estava na casa do vizinho, me tranquei dentro de casa, porque eu não queria ir de jeito nenhum. Eu queria ficar com a minha família, por pior que fossem comigo, mas eu queria ficar com eles.

Eu fui para Casa das Irmãs pensando que eu ia só visitar e quando percebi, já estava só. Eu chorava muito, sempre no final da tarde. Adorava o dia, achava maravilhoso, mas quando ia anoitecer eu queria voltar pra casa. Foi um período de adaptação difícil para mim, por sentir muita falta da minha mãe, por quem eu sentia muito carinho por ela, como até hoje sinto.

Depois que passou esse período, foi maravilhoso, porque foi um lugar onde eu estava tendo o que eu não tinha quando era criança. Esses 12 anos que eu passei lá, não tenho o que falar, porque foi lá que eu aprendi a ser quem eu sou hoje e claro que tenho ainda muita coisa o que aprender, para viver.

Quando você está lá, é como se você fosse um tesouro em que ninguém pode tocar em você, mas quando você está fora daquele convívio, no mundo real é que você percebe que não é tão simples assim.

O período mais difícil para mim foi quando fiquei doente. Eu tive um tumor no ovário. Graças a Deus eu encontrei as Irmãs. Eu não sei o que seria de mim se tivesse com minha mãe. Claro que ela ia buscar dar todo o apoio possível. Mas, com as Irmãs foi diferente. Logo que a gente descobriu, foi uma luta, primeiro para descobrir o que era, depois

para fazer a cirurgia e fomos vencendo cada etapa do tratamento. Tive o apoio de vários amigos, como o seu e do Grupo Fantasia. Nunca vou esquecer, vocês fizeram parte da minha vida, dessa história. A Irmã Irlane, claro, que foi a pessoa que esteve sempre comigo. Ela é minha segunda mãe. Foi ela quem mais esteve comigo no momento mais difícil da minha vida. Tudo o que eu sou, a partir daquele momento, eu devo a ela, que esteve sempre comigo durante todo o tratamento. Os demais da minha família, nunca foram atrás de mim, se eu morei 11 a 12 anos lá, talvez eu tenha recebido umas 5 visitas deles. O único momento triste que tive lá foi essa doença, mas hoje estou curada, viva e feliz pra contar essa história. Estou tendo uma nova oportunidade a cada dia.

Eu brinco dizendo que gostei tanto de lá que acabei ficando mais 3 anos. Quando completei 18 anos eu falei com a Irmã Karla, para saber o que ia acontecer. Eu tinha um projeto de ir morar na casa da minha madrinha, mas mudei de ideia. Eu queria minha liberdade, mas não queria me separar dos meus irmãos. Eu sempre gostei muito dos dois e sempre fui muito apegada a eles. Eu não posso perder eles, porque eles são minha vida e eu só tenho eles, eles fazem parte de mim! A Irmã disse que poderia me deixar morar lá, ajudou a arranjar um emprego e a construir a ideia de sair com eles.

Foi quando apareceu a oportunidade de conseguir uma casa pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, minha irmã também começou a trabalhar e não tinha mais como não dar certo. Foi o meu momento mais feliz lá e ao mesmo tempo, mais triste, pela saída e pelo medo de ter tanta responsabilidade tão nova.

Atualmente, tem o problema com a minha mãe, que voltou a ficar doente e a gente está cuidando dela. Não posso abandonar minha mãe, porque ela me deu a vida e é dela, que eu tiro essa força, essa vontade de dar a volta por cima. Por mais que ela tenha errado em algumas coisas, mas, foi nela que eu vi uma força que me impressionou, passou por tanta coisa e está aí viva. Eu estou fazendo a minha parte e minha consciência fica limpa porque fiz o que pude para ajudar ela.

Essa é a minha história. Passei por tantas coisas e estou aqui, tendo orgulho de contar. Sou uma sonhadora e ainda quero viajar, conhecer outras culturas, pessoas, locais diferentes, fazer um trabalho voluntário e ainda cursar minha faculdade. Estou terminando o técnico em Nutrição e pretendo fazer o superior. Também gosto de jornalismo, por causa do meu emprego nesta área. Sou simpática, gosto de estar com as pessoas, conversar, aprender, em especial com pessoas mais velhas. É isso que sempre busco, aprender com a vida. Nunca vou deixar de ser uma pessoa forte e de continuar vivendo e batalhando na vida.

2.2.6. Rita, a fortalecida

Sou Rita Cristina, alguns me chamam de Ritinha, outros de Cristina ou Cris. Tenho 23 anos, sou casada, mãe de um menina de 5 anos de idade. Vivi na Casa Família, aproximadamente, 5 anos, com minha irmã Francisca.

Eu morava com meus pais. Era uma realidade bem difícil, porque a gente era bem pobre. Tinha eu e mais outros irmãos. Minha mãe faleceu e um ano depois meu pai também faleceu e a gente ficou com meu irmão mais velho. Ele já tinha quatro filhos e não podia tomar conta da gente, fomos para a casa de outras pessoas e não deu certo. Voltamos para a casa do meu irmão e o Conselho Tutelar soube da nossa história, tomou conta da gente, trazendo do Maranhão até o Ceará, para morar na Casa Família.

Quando a gente morou lá, foi muito bom porque foi uma fase que a gente teve muito carinho, de muitas pessoas. Mesmo assim, a gente não era completamente feliz, porque sempre faltava a família, faltava o pai, a mãe, os irmãos que a gente passou nove anos sem ter contato. Eu percebi que morar no abrigo não é tão ruim quando você tem pessoas que lhe dão carinho, amor e dedicação e a gente tinha isso lá. Ruim era o preconceito de morar em abrigo. Na escola você não pode fazer tudo, você é visada em tudo por você não ter quem lhe defenda de certas coisas. Eu recebia piadas, o famoso *bulliyng* na escola, eu passei por isso. Mas, hoje eu dei a volta por cima e eu sou muito feliz, graças a Deus.

Veza em quando as Irmãs reuniam todas nós, numa sala de estudo e falavam sobre os problemas que a gente tinha passado, da força que a gente desconhecia dentro de nós para superar. Essas palavras eu, particularmente, guardei para mim. Vou evitar até citar nomes, porque foram tantas pessoas que me ensinaram coisas boas, que eu posso esquecer alguma e ferir alguém, mas eu agradeço a cada uma, porque na hora que eu mais precisei eu lembrei dessas palavras.

Eu destaco de bom as amizades. A gente teve bons amigos, que eram pessoas que se doavam pra gente. Hoje eu penso que eu poderia também fazer o mesmo, indo lá, dando um pouquinho do meu tempo para as pessoas que hoje estão na condição que eu estive e infelizmente, eu não faço. Como momento difícil, eu destaco as dificuldades, financeiras mesmo. Mas, o mais difícil era a gente tentar se encaixar numa sociedade que não aceitava a gente. Era como se a gente não pudesse errar, porque todos olhavam. Éramos adolescentes, na época e outras crianças ainda, com histórias difíceis, carregando nas costas e pessoas lá fora querendo que a gente fosse perfeita e a gente era cobrada por isso.

Quando eu morei na Casa Família, eu não imaginava meu futuro, porque a gente era superprotegida. As Irmãs tinham um carinho muito grande por nós, brigavam também, mas era pelo nosso bem. E elas superprotegiam a gente, então, eu não imaginava que quando eu saísse de lá eu ia bater com a cara na porta, em várias portas fechadas, que eu ia receber muito não. Eu achava que tudo ia ser muito fácil.

Quando eu fiz 16 anos, fui adotada. Foi uma adoção tardia, mas que veio numa boa hora. Ela conseguiu nossa guarda provisória, não conseguiu a definitiva porque tivemos dificuldade em conseguir documentos, como a certidão de óbito da minha mãe. Essa pessoa trouxe eu e minha irmã para morar com ela e eu conheci meu esposo, que é sobrinho dessa pessoa. Engravidei e ele me assumiu. Hoje a gente mora aqui em Maranguape. Posso dizer que ir para o abrigo foi um desvio que Deus deu na minha vida, na minha história, para conhecer ele, conhecer a família dele, para eu ter a chance de ter uma mãe novamente, tios, tias que me acolheram muito bem, ter a minha casa, a minha família que é a minha família mesmo, que é meu marido e a minha filha.

Quando saí de lá eu queria fazer faculdade, terminar meus estudos, trabalhar, mas por eu ter engravidado cedo demais, eu só pude terminar até o terceiro ano do ensino médio. Quando ela nasceu, preferi parar a minha vida para acompanhar o crescimento dela, porque eu não queria que acontecesse com ela o que aconteceu comigo. Meus pais não foram presentes em minha vida, mas foi por motivo do querer de Deus, porque eles faleceram, mas a gente via pessoas lá na Casa Família, que os pais não eram presentes e eram pais vivos e era o que mais doía nas crianças, essas que os pais eram vivos, mas não eram presentes na vida delas. Eu não perdi o foco da minha faculdade, eu quero. Estou fazendo curso em Maracanaú, estou procurando emprego, mas eu não abro mão de está convivendo com a minha filha.

Era muito bom morar lá. Eu achei que quando eu saísse se lá eu não ia sentir saudade, mas eu sinto muita saudade, por incrível que pareça! Hoje em dia eu sou uma pessoa moldada, porque tive uma história que foi me moldando. Para mim, contar essa história e sentir esse sentimento de superação é muito importante. Eu não sei em que vai importar para quem ler, mas eu gostaria que quem soubesse dessa história, possa se sentir mais fortalecido diante dos problemas. Não vejam essa história com pena. Sintam-se fortalecidos diante dos problemas, porque é assim que eu faço.

2.2.7. Vlândia, a cidadã

Bom, meu nome é Vlândia, tenho 24 anos. Sou mãe de uma menina de 4 e de um menino de 2 anos. Antes de ir para a Casa Família eu morava com meus avós. Meu avô faleceu e eu tive que morar com o meu pai. Eu lembro que passei pouco tempo morando com ele, menos de um ano. O Conselho Tutelar me levou para o Abrigo e lá eu morei por 10 anos. Lá eu estudei, fiquei de castigo, briguei, bati em gente, bateram em mim, mas fui educada, graças a Deus!

Não vou dizer que lá seja um lugar cem por cento, em relação a todos os abrigos, porque infelizmente, a gente tem que admitir que essa não é a realidade do nosso país. Mas, eu levanto as mãos para o céu e agradeço o abrigo para onde fui. Pelas pessoas que lá estavam, que não estavam lá pelo dinheiro, mesmo porque elas não eram pagas para isso. Elas estavam lá pelo amor e pelo que gostam de fazer. Talvez se eu tivesse ido para outro abrigo, outros aí que nem conheço, talvez eu não estaria tão bem quanto eu estou hoje.

Conheci pessoas boas que, mesmo eu errada, vieram puxar minha orelha do jeito certo, pessoas que fizeram parte, fazem e vão fazer parte da minha vida. O Grupo Fantasia é um deles, as conversas com a tia Aline e todos do Grupo Fantasia, a Irmã Irlane, Irmã Karla, Irmã Conceição, cada uma com seu jeito, como a Irmã Irlane com aquele jeito materno, dez anos ali com ela e ela soube ter um jeito materno mais que qualquer pessoa.

Foi tudo muito bom, mas para mim o mais difícil foi a saída, porque a gente não conhece o que está depois do muro de um abrigo. Foi muito difícil ter que botar um currículo para arranjar um emprego, ficar doente e não ter quem me desse um remédio. Eu não tinha ninguém. E sem ter como chegar um domingo e dizer: hoje eu vou almoçar na casa da minha mãe. Porque, de tudo, Aline, que eu passei depois que eu saí de lá, foi o que mais doeu. Antes me perguntavam: Vlândia, e tua mãe? Eu dizia, ela não sente minha falta e ela não me faz falta. Mas, sabe quando é que faz falta? Quando você se vê adulta, chega um domingo e você pensa: eu queria ver alguém. Porque é normal num domingo as pessoas irem visitar a mãe, o irmão, não é assim que as coisas acontecem? E você não ter ninguém pra visitar. Você é a sua família e pronto!

Quando eu saí da Casa Família, eu fui para a casa de uma pessoa muito querida. Fiquei lá um ano, de lá fui morar com uma amiga e dessa amiga saí quando me casei.

Comecei a trabalhar, conheci pessoas, tive relacionamentos, até que conheci o pai dos meus filhos, na empresa onde eu trabalhava. Mas, depois que eu tive o mais novo houve uma mudança. Infelizmente, nem tudo é para sempre e aconteceu nossa separação. Minha

filha era muito apegada a ele. Infelizmente, ela mora com ele, por vontade dela mesma, não por mim. O povo pode dizer: como é que uma criança tem vontade própria? Tem, infelizmente, tem. Porque eu vi o que ela passou quando ela morava comigo. Ela ficou doente, levei até para o médico, psicólogo e ele disse que ela estava com saudade do pai. E uma mãe quando ama, ela faz tudo pelo filho, abre mão da própria felicidade de estar com o filho, pela felicidade do filho. Meu filho mora comigo. Eu queria educar os dois da minha forma, mas mesmo longe, eu sei que educo minha filha. No final de semana ela sempre vem pra cá. No momento, eu já estou com outra pessoa, ele acolheu meus filhos muito bem. Mas, a gente se fala, eu e o pai deles, a gente cria nossos filhos bem, não falta nada para os dois. Eles têm tudo do bom e do melhor que podemos dar.

No momento, eu estou em outra fase da minha vida. Acho que eu estou vivendo o que eu não vivi quando eu era mais nova. Estou vivendo mais pra mim, porque eu acho que vivi muito para os outros. Vou voltar a estudar agora, porque a vida continua. Eu não tenho vergonha da minha história, do passado, essa é a Vlândia, para quem me conheceu sabe como sou e não mudei nada daquela Vlândia de antes.

Um objetivo meu, que eu estou pensando é procurar meu pai. Eu não tenho contato com ninguém da família, ninguém mesmo, mas eu penso que o meu pai, logo pode precisar de mim. Ele não conhece os netos, sou filha única, porque a única que ele registrou fui eu, mas tenho um irmão, que mora em São Paulo, mas ele nunca registrou. Esse sumiu no mundo, literalmente, não tenho contato com ele também, só sei que ele botou um restaurante lá e que está bem, graças a Deus.

Para o meu futuro eu pretendo estudar e fazer um concurso. Vou estudar para concurso porque eu nunca quis faculdade, eu quero estudar para fazer um concurso e me estabilizar. Eu quero crescer como cidadã, porque uma pessoa cidadã, ela tem futuro.

Ao conhecer cada história aqui apresentada, penso que o leitor deve estar cheio de questões na mente. Foi proposital primeiro apresentar o *lócus* da pesquisa e as protagonistas desta pesquisa, assim, o leitor acompanha o desenrolar da fundamentação teórica deste estudo, juntamente com as análises das narrativas realizadas.

Tendo apresentado uma síntese das histórias de vida das jovens narradoras, lançar-me-ei, no último capítulo desta tese, à tarefa de encontrar em todo o *corpus* da pesquisa, os trechos das falas que mostram os processos de resiliência e de empoderamento em que estas jovens estão mergulhadas. Também problematizarei os processos de

assujeitamento que elas mesmas indicam, em decorrência da sistemática negação de direitos a que estiveram submetidas. Relembro que ser resiliente não é ser invulnerável e que empoderamento é processo que requer apoio social e ação coletiva. Estes são aspectos que sempre foram problemáticos na trajetória destas jovens, dada as circunstâncias impostas pela própria condição de acolhimento.

No capítulo seguinte, o leitor fará um percurso histórico sobre a situação da criança, do adolescente e do jovem no Brasil, enfocando estes como sujeitos de direitos e o papel da família dentro dos processos formativos da juventude. Todo esse percurso é costurado a partir de uma práxis reflexiva, na tentativa de realizar uma articulação entre os autores e legislações vigentes e as narrativas das jovens partícipes deste trabalho.

3. O UNIVERSO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: DE UMA PERSPECTIVA SALVACIONISTA E HIGIENISTA À DEFESA DE DIREITOS

A minha infância, foi muito triste, porque eu passei fome mesmo. Fui judiada, fui abusada. A minha recordação de quando eu era mais nova, sou eu em um berço, em um abrigo.

(Angélica, ex-moradora da Casa Família)

Neste capítulo destaco os olhares sobre a infância, a adolescência e a juventude no Brasil, ao longo da história, ou, como Pinheiro (2006) afirma, as representações sociais da criança e do adolescente, que coexistem constituindo nossa forma de olhar nos dias atuais.

De acordo com a autora, a primeira representação social no Brasil, diz respeito à criança como objeto de proteção social: seus primeiros cuidados com saúde, alimentação, em especial, aquelas vítimas de abandono. Nessa representação social, encontra-se forte o pensamento cristão e humanitário, nos valores de amor ao próximo, compaixão e caridade. A segunda representação social, enxerga a criança e o adolescente como objeto de controle e disciplinamento social, na forma da escolarização e profissionalização para desenvolvimento econômico e serviço ao Estado. A terceira, ainda segundo Pinheiro (2006), toma a repressão social como forma de conter, em especial o adolescente e jovem pobre, para evitar a delinquência ou mesmo para corrigi-la.

A categoria “menor” e as instituições de correção tornam-se mais evidentes nestas duas representações sociais. As três primeiras concepções serão abordadas no primeiro item deste capítulo e a última será abordada no segundo item. A quarta representação social está em disputa e foi elaborada a partir da luta pelos direitos humanos, que constituem toda criança e todo adolescente como sujeito de direitos e não apenas os de classe menos favorecidas.

No terceiro item, especifiquei a categoria de juventude, como forma de olhar mais atento ao grupo sujeito desta pesquisa, bem como sua representação de família, associada a um dos direitos da criança e adolescente, previsto em legislação, que trata do direito à convivência familiar e comunitária, conforme Artigo 19 do ECA.

Para o desenvolvimento deste capítulo, além de Pinheiro (2006), utilizei como referenciais teóricos autores como Rizzini (2000; 2004; 2006) e Vasconcelos (2004), nos dois primeiros itens, a legislação vigente e autores como Pais (2003) e Groppo (2000), no terceiro item.

Ao término deste capítulo, espero ter deixado claro que os modos de encarar a infância, a adolescência e a juventude são resultantes de uma construção histórica que teve e continua tendo suas lutas e desafios, especialmente no que concerne aos pobres na sociedade brasileira. Esses desafios são o marco inicial para a construção histórica dos direitos da criança e do adolescente com destaque para a doutrina de proteção integral, a ser tratada no segundo item deste capítulo, no reconhecimento da importância da convivência familiar e comunitária, e nos diversos olhares da juventude, como a ser tratado no item terceiro.

Ao longo do percurso teórico deste e do próximo capítulo, fiz o exercício de não guardar os achados da pesquisa apenas para o final do trabalho, separando assim, a dimensão teórica do trabalho empírico. Assim, este e o próximo capítulo são compostos pelas imersões teóricas sobre os temas abordados, utilizando essa base como análise às falas das jovens desta pesquisa, articulando também minhas percepções, costurando fios teóricos junto às dimensões práticas, a partir das Entrevistas Narrativas das jovens. Minha intenção é integrar os diferentes interlocutores presentes na análise: os teóricos, os empíricos e os saberes da autora em face aos objetivos da pesquisa

3.1. Perspectiva histórica: a situação de crianças e adolescentes pobres no Brasil

Falar da situação de crianças e adolescentes pobres no Brasil requer mesclar um pouco dessa história ao contexto europeu, devido à influência histórica sofrida pelo Brasil, especialmente no processo de aculturação vivido com a chegada dos portugueses a nossas terras.

No processo de colonização, os portugueses enviaram membros da Companhia de Jesus, com o objetivo de colaborar na catequização dos nativos, trabalho que encontrou resistência cerrada dos índios adultos. Contudo, de acordo com Chambouleyron (1999), foi nas crianças que os jesuítas encontraram um canal de abertura para a realização de seus empreendimentos colonizadores.

Consideradas almas menos duras, os jesuítas tinham um acesso mais fácil às crianças, que eram atraídas também pela arte da música e dos teatrinhos utilizados para ensinar o que se julgava necessário, pela dificuldade com a língua falada pelos nativos e colonos. Com a facilidade demonstrada pelas crianças para a aprendizagem de uma nova língua, os jesuítas formaram verdadeiros exércitos infantis para a ação colonizadora. Algumas

foram dadas à educação dos jesuítas pela própria família, outras foram retiradas à força do convívio familiar para serem “educadas”, como folhas em branco onde seriam inscritos os costumes europeus. Algumas eram também direcionadas para trabalhar em ofícios e colaborar como intérpretes nas pregações dos jesuítas pelas matas e sertões.

Dentre as ações dos jesuítas, a criação de escolas fez parte de seus investimentos. Aos filhos dos índios os jesuítas ensinavam o básico da leitura e escrita, além dos costumes europeus e da fé católica. Os filhos dos colonos frequentavam a escola, apontando já um privilégio com a maior atenção recebida, na busca por formar os jovens que dariam continuidade ao empreendimento dos pais nas novas terras, colaborando com a propagação da fé católica e o enriquecimento da Coroa Portuguesa.

Estudando o tratamento dado às crianças no Brasil colônia, Del Priore (1999) mostra que não havia preocupação com o desenvolvimento das crianças, nem mesmo com o respeito às suas necessidades e realidades. As escolas foram crescendo e seu público se tornando mais específico e seletivo. Nas escolas dos jesuítas, as chamadas crianças expostas, ou seja, aquelas recolhidas nas rodas dos expostos, não eram admitidas, sendo elas crianças abandonadas, ilegítimas ou escravas¹².

No período colonial, o europeu se deparava com a dificuldade dos colonizadores em seguir o modelo europeu de família monogâmica e indissolúvel. A consequência passou a ser vista ao longo dos anos seguintes, em que, aliada à falta de políticas de proteção à infância, as ruas passaram a encher-se de crianças abandonadas, fossem elas brancas ou mestiças, levando-se a inaugurar um modelo de assistência à infância pela via da caridade, assim como ilustra Vasconcelos (2004, p.288):

Abandonadas em adros, ruas, praças, monturos, terrenos baldios, essas crianças que findavam tornando-se vítimas da fome, do frio, do calor ou presa e alimento de animais que circulavam nesses locais, poderiam — antes da criação da Roda -, até, ter outro destino, acaso fossem encontradas por pessoas ‘caridosas’, ainda com vida, e levadas para serem criadas (cuidadas) — e, quando criadas (crescidas), tornarem-se criadas (empregadas) — e mais tarde, como gratidão, servir de companhia a essas ‘bondosas’ pessoas e suas famílias.

A situação descrita por Vasconcelos foi dolorosamente vivenciada por Débora, uma das protagonistas deste estudo. Débora saiu da Casa Família para morar com sua irmã, mas não se adaptou à sua nova realidade familiar após 10 anos de distanciamento familiar. Uma senhora, que a conheceu na escola, convidou-a para morar em sua casa. Débora teve

¹² Assunto mais detalhado na página 76

esperança de se sentir pertencente a uma família novamente, mas não foi esse o futuro que a aguardava. Relembrando esta situação, narra:

Quando eu fui morar com essa mulher, foi o terror da minha vida. [...] Eu fui morar com essa mulher, ela me chamou, ela me tratou super bem [...]. E eu tinha uma vontade grande. [...] O meu sonho era ter uma família, eu cresci querendo isso, ter uma mãe, um pai, outro irmão. [...] Aí, quando essa mulher apareceu, eu pensei que ia ter uma mãe! Eu fiquei super feliz! No começo ela me tratava bem, era minha filha pra cá, minha filha pra lá. Passou um mês, ela começou a me pedir pra fazer um arroz. Eu pensava em ajudar. Ela me matriculou no colégio. Eu comecei a estudar. Depois além do arroz, pedia pra fazer um feijãozinho, a carne, o macarrão, pronto! Aí era só ordem: faz o almoço. Varre a casa. Eu fazia o almoço, varria a casa, passava o ferro, lavava a roupa. E aí ela começou a me maltratar, me batia, batia mesmo e chegou um tempo que eu disse que não aguentava mais! [...] Quando eu morava lá, ela me pisoteava, dizia que eu era burra e tudo mais. [...] Na casa dessa mulher eu fazia de tudo e eu não reclamava, porque tinha hora que ela começava a chorar de dor e eu lembrava muito da minha mãe, eu dizia que eu tinha que ajudar essa mulher. Ela me ajudou num momento difícil, porque foi uma ajuda e ao mesmo tempo não foi, porque ela passou na minha cara. [...] Eu queria sair de casa, da casa dela, mas eu tinha pena, porque ela tinha Artrite e Artrose. Eu não conseguia [...], porque ela precisava de mim, ela é doente. [...] Ela me destratou de todas as formas, me tratou como uma empregada.

A situação descrita por Vasconcelos (2004) e vivenciada por Débora são similares, mostrando que a prática de pegar meninas para serem criadas como empregadas, ainda faz parte de nossa realidade. A decepção de Débora é que ela esperava por uma família acolhedora, como ela mesma relatou. O sofrimento não era pelos afazeres do lar, mas pela forma como era tratada. Sua história também revela o conflito entre a vontade de sair daquele sofrimento e a gratidão que ela tinha por sentir que, de alguma forma, foi amparada por aquela senhora. Contudo, sua história se diferenciou da citação, não se tornando companhia desta senhora por muito tempo. Ela conseguiu se desvincular daquela realidade e está construindo sua própria família.

Esse modelo assistencialista da infância e juventude não ficou no passado do nosso país, ao contrário, pelo relato de Débora reconhecem-se outras realidades de outras déboras, provando que esse modelo permanece e é preciso lutar contra ele, consolidando uma cultura de direitos.¹³

Retomando a análise teórica da perspectiva da infância, trazendo outra realidade, a europeia por exemplo, Ariés (1981) aponta uma perspectiva da visão de infância específica, em que a infância não era vista como uma fase da vida que possui necessidades diferenciadas das demais etapas. A mudança desse olhar só veio, segundo ele, a partir do século XVIII,

¹³ O item seguinte deste capítulo discute elementos de Educação em Direitos Humanos que ajudam a desconstruir esta prática.

quando, na Europa, Rousseau trouxe uma perspectiva da criança não como um adulto em miniatura, mas como um ser dotado de necessidades específicas, bem como de habilidades em construção.

O autor destaca ainda que, antes desse período, encontram-se, na literatura, fontes que revelam o tratamento da criança sem os cuidados que identificamos atualmente como necessários. Havia um alto índice de mortalidade infantil, o que, segundo ele, levava as famílias à desvalorização da criança, inclusive de sua morte. Pelas condições sociais da época, as mortes dos pequenos não eram raras. Nesse sentido, Ariès (1981, p. 10) afirma que “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade.”

Há estudos mais recentes que questionam a visão eurocêntrica de Ariès. Seu olhar não pode ser generalizado como realidade vigente em toda a sociedade europeia da época. Tomo, como exemplo da importância desta não generalização, uma pesquisa mais recente, em que Franch e Falcão (2004) questionam pesquisa antropológica realizada na década de 80 no Nordeste do Brasil, que, dentre outros aspectos, reforça a persistência desta suposta insignificância da morte de crianças nas famílias pobres. Os autores constataram a visão equivocada da pesquisa anterior, revendo os motivos que explicam porque as mães de crianças pobres não choravam, por exemplo, com a morte de seus bebês.

De acordo com os autores, as famílias envolviam todos os recursos possíveis para cuidar das crianças doentes, buscavam suporte na medicina, nas crenças populares, na religião, mas, sabiam reconhecer quando o momento da morte da criança era chegado. De acordo com suas crenças, por exemplo, as mães não podiam chorar a morte dos seus anjinhos, para que suas asinhas não ficassem encharcadas e, assim, tivessem dificuldade de ascender aos céus. Um olhar mais superficial sobre a postura das mães com a morte de seus filhos pode aparentar uma frieza por parte delas em não chorar a morte do filho, mas analisando seus motivos, imersos em suas crenças, encontra-se uma explicação até mesmo emocionante. Óbvio que são períodos e contextos diferentes, mas apresentar os diferentes olhares de pesquisa sobre a infância é importante para reconhecer a influência das diferentes culturas e crenças e até, da profundidade que o pesquisador investiga o tema.

Voltando a Ariès (1981, p. 159), ele afirma que a criança foi ganhando atenção na família quando iniciou-se, o que o autor chama de “processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dão nome de escolarização”. Isso ocorreu no final do século XVII, quando as crianças eram separadas de suas famílias para viver sua infância e adolescência nas escolas em sistema de

internato. A ênfase na escolarização das crianças revelava a preocupação dos pais para proporcionar aos filhos uma educação considerada de qualidade para a época, contudo, também significava o distanciamento do convívio familiar e a redução de atenção e cuidados da família com a criança, transferindo essa responsabilidade para a escola.

Essa prática, segundo Rizzini (2004, p. 22), faz parte da cultura de institucionalização que também chegou ao Brasil e levou “muitos filhos de famílias ricas e dos setores pauperizados da sociedade passarem pela experiência de serem educados longe de suas famílias e comunidades”.

Segundo Rizzini (2000), especificamente na realidade brasileira da época do Império, não há notícias de políticas públicas oficiais em benefício das crianças pobres. Conforme Vasconcelos (2004), quem primeiro se manifestou para dar atenção a esse segmento foi a Igreja Católica, através de ações caritativas, como a instalação da Santa Casa de Misericórdia no Brasil. A caridade que já era praticada como forma de assistência à infância, passa a ser institucionalizada.

É a mais clara representação social da infância e adolescência destacada por Pinheiro (2006), que as torna objetos de proteção social. Essa proteção ocorria mobilizada pela prática dos valores cristãos e humanitários, e a caridade tornou-se a fonte vital de muitas crianças nesta época.

É também na Santa Casa de Misericórdia que se instaura outra instituição que, por via da caridade, busca o cuidado com a infância: a Roda dos Expostos ou dos enjeitados, trazida ao Brasil em 1726. Nela, havia um tipo de acolhimento às crianças desvalidas, em que estas eram depositadas, literalmente, numa roda, construída nos muros de algumas instituições, como conventos e Santas Casas. Após serem colocadas na roda, as crianças eram conduzidas para dentro da instituição. Um pequeno sino poderia ser tocado para avisar às responsáveis dentro da instituição que havia sido depositada uma criança na roda e assim, não era revelada a identidade de quem a deixou. A localização estratégica da roda evitava o constrangimento, para a época, de assumir a rejeição da criança, seja por motivo de pobreza ou ainda para não assumir um filho ilegítimo, ou seja, gerado fora do casamento oficial.

A historiadora Mary del Priore em aula gravada em vídeo do curso *ECA na Escola*, promovido pela Fundação Telefônica — Pró Menino (2011), afirmou que era comum que nos bilhetinhos deixados junto às crianças nas rodas, as mães sugerissem nomes poucos usuais para as crianças, o que indicava um desejo de revê-las no futuro. Mais uma vez fica evidenciada a negação de tese de que as mães não sofriam com o afastamento ou com a morte dos filhos. Contudo, se não fosse o fato de as mães conseguirem localizar seus filhos

posteriormente, aquelas crianças jamais conheceriam sua família de origem e a história que as levou até a instituição.

Embora atualmente, esteja resguardada pela legislação o registro do histórico da criança quando acolhida e quando possível, a reaproximação e manutenção dos laços familiares, a situação acima ainda resguarda algumas semelhanças com os dias atuais. Os relatos das jovens nesta pesquisa revelam o pouco contato que elas mantinham com seus familiares de origem e a tristeza de muitas crianças serem “órfãs de pais vivos” como Rita cita em sua narrativa.

Eu mesma presenciei suas alegrias e tristezas ao receberem visitas de suas mães e demais parentes na Casa Família. A ansiedade da chegada deles e a alegria com a presença era logo seguida da tristeza da partida, somada à falta de compreensão dos motivos que levavam suas mães e demais parentes a irem e virem da Casa Família sem as levarem de volta para casa. Débora relata até hoje não saber o motivo certo que a levou ao acolhimento institucional. Ela tenta saber sobre seu passado, sua mãe, sua história, mas não consegue respostas que a satisfaçam. Percebe-se que a institucionalização nos dias atuais ainda possui elementos marcantes, como os registrados ao longo da história.

Retomando a história da institucionalização de crianças e jovens no Brasil, a Santa Casa objetivava cuidar não apenas de crianças órfãs ou abandonadas, mas dos doentes, loucos, viúvas, prostitutas, pois, assim como Vasconcelos (2004, p. 287) nos esclarece, o modelo de hospital da época servia para o cuidado de “tudo o mais que a ordem social do momento entendesse como necessária sua exclusão — e reclusão — do convívio social.”

Segundo esse autor, os motivos que levavam as mães a deixar seus filhos na roda eram tanto de ordem econômica, quanto social (VASCONCELOS, 2004). Quando os motivos eram econômicos, na maioria das vezes, eram filhos legítimos do casal, o qual não tinha condições de ficar com a criança, assim, esta instituição tornava-se a família adotiva daquela criança. Já quando o motivo de deixar a criança era social, na maioria dos casos, eram filhos ilegítimos e deixar a criança na roda tornava-se uma alternativa a abandonar ou até mesmo matar a criança¹⁴. Ambos os casos, não negam a situação de abandono vivido pela criança, a possibilidade de uma morte prematura e a situação da criança de viver às custas da caridade, antes, de uma família, e, agora, de uma instituição, à qual essa criança deverá retribuir de

¹⁴ Com o aumento atual do número de casos de recém nascidos jogados em lixões, rios, matagais ou na via pública, países europeus têm adotado uma espécie de caixa como uma roda moderna, com o mesmo objetivo das rodas antigas, levando a que setores da área jurídica cogitassem a volta da “roda” em pleno século XXI. Fonte: <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/aumentam-na-europa-os-bebes-abandonados-em-modernas-rodas-1549848>

alguma forma, o favor feito em seu benefício, seja por uma exigência institucional, seja por uma cultura de gratidão implantada.

A instituição da Roda tem seu início na Idade Média, mas tardou a chegar ao Brasil, sendo a primeira instalada em 1726. De acordo com Vasconcelos (2004, p. 289), especificamente no Ceará, a Santa Casa de Misericórdia foi criada em 1861, em Fortaleza, mas não se registra a criação da Roda dos Expostos neste período.

Entretanto, junto à Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1900, teria sido instalado um orfanato, sob a supervisão das irmãs vicentinas, que, segundo Vasconcelos, esteve em funcionamento até 1920, e era destinado ao acolhimento de órfãs, as quais, além do abrigo, recebiam instrução. Cabiliahes, no entanto, de algum modo, efetuar a compensação das despesas para com elas, e, nesse sentido, era-lhes incumbida a tarefa de lavagem de roupa, limpeza e costura para internos e funcionários da Misericórdia.

Mesmo quando havia um mínimo de respeito à criança, este demorou a estabelecer-se entre as mais pobres. É possível destacar ainda à época da escravidão no Brasil, em que mesmo as crianças muito pequenas eram submetidas a tratamento desumano de trabalho, violência e autoritarismo.

Com o advento da Independência do Brasil, em 1822, cresce a população e, com isso, vem a preocupação de que esse aumento estivesse acarretando prejuízos financeiros, em especial, pelo crescimento da pobreza que levava ao aumento de gastos do Estado, o qual mantinha instituições como a Santa Casa de Misericórdia. Esse aumento populacional também acarreta o aumento do abandono de crianças, e, para resolver tal situação, iniciativas públicas e privadas são tomadas, mas todas apontam para a institucionalização da criança como resolução do problema da pobreza e do abandono.

Na realidade brasileira, o crescimento populacional trouxe o crescimento da pobreza. O Brasil, mais uma vez influenciado pela Europa, adota o pensamento de controle e disciplinamento social para solucionar os problemas, evidenciando a segunda representação social da infância e adolescência citada por Pinheiro (2006). Vasconcelos (2004, p. 294) também esclarece essa perspectiva:

Requeria, o quadro, medidas calculadas, projeções de resultados. Enfim, investimento no agora, para colheita no amanhã. E sob esta lógica, passaram a ser organizadas, as ações, as instituições, as legislações relativas às infâncias, sobremaneira, aquelas que necessitariam ser postas nos trilhos, as que requeriam um braço e pulso mais forte, sob pena, de desviarem-se do caminho reto: os filhos da pobreza.

Nesse movimento, passaram a ser instituídas propostas de políticas públicas destinadas à criança, no caso, às desvalidas, intensificada, em especial, após a instituição da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea, que tiveram como decorrência o aumento do abandono, da pobreza e da miséria.

A atenção à criança pobre no Brasil através de políticas públicas se deu, especificamente, pelo movimento higienista, surgido no final do século XIX, quando profissionais da saúde passaram a liderar um movimento para preservar a saúde dos cidadãos, pretendendo modificar o comportamento da sociedade, pois acreditavam que os problemas do país estavam diretamente ligados às questões sanitárias.

Pinheiro (2006, p. 54) destaca o relato de Costa (1999, p. 164-5) sobre a imagem que a Roda passou a ter perante a sociedade e as dificuldades dessa instituição, que levavam a incontáveis mortes prematuras das crianças que ali deveriam estar protegidas e amparadas:

Fundada para proteger a honra da família colonial e a vida da infância, a Casa dos Expostos terminou por obter um efeito oposto ao inicialmente previsto. Dispondo da roda, homens e mulheres passaram a contar com um apoio seguro às suas transgressões sexuais. Estavam certos de que podiam esconder os filhos ilegítimos em local onde seriam bem tratados. De protetora da honra, a Casa tornou-se um incentivo à libertinagem. Por outro lado, os higienistas notaram que, fato bem mais grave, a roda convertera-se pela pobreza de instalações e meios de manutenção, num verdadeiro foco autóctone de mortalidade infantil.

Nesse período, a classe pobre passou a ser (ou já era, mas se tornou oficial) sinônimo de perigo social, pois, acreditava-se que ela proporcionava a desordem social e oferecia perigo de contágio de doenças causadas pela sua condição de vida insalubre. Durante a vigência dessas ideias surgiu a Constituição de 1934, que, em seu artigo 138, conforme Senado Federal (1986, p. 174-175), incumbia à União, estados e municípios:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a natalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

São notórios os equívocos e as limitações das preocupações dessa legislação. Percebe-se ainda que, nessa perspectiva, passou-se a pensar em políticas públicas apenas para os desvalidos, não para a infância e adolescência de uma forma geral. A forma como as crianças pobres e abandonadas eram vistas era, literalmente, de maneira negativa e perniciosa, sugerindo a necessidade de higienização.

De acordo com Pinheiro (2006, p. 57), para solucionar esse problema,

era fundamental que a formação da criança e do adolescente pobre se fizesse sob controle e disciplinamento. A escolarização e a profissionalização de crianças e adolescentes de classes populares — com horizontes limitados, voltadas para funções para as quais se exigia baixa qualificação — era uma prática por demais alvissareira para os objetivos perseguidos por higienistas e nacionalistas no início do século XX.

Na consideração da autora, a escolarização e a profissionalização tanto formava mão de obra barata para o Estado, quanto evitava o ócio que poderia levar, principalmente jovens, às práticas consideradas delinquentes. A ideologia que animava tais propostas via as ruas como uma grande escola do mal, portanto, recolher as crianças em instituições de reclusão, ou seja, institucionalizá-las, foi, mais uma vez, a principal ferramenta de assistência à infância e adolescência nesse período.

A cultura da institucionalização é criticada por Rizzini (2004), para quem o Estado criou a prática de resolver os problemas da infância e adolescência em situação de pobreza, retirando-os da convivência familiar e comunitária, sem programas de apoio adequados à família para evitar esse afastamento ou desligamento. Ao contrário, a falta de contato com a família era vista até mesmo como necessária, para proporcionar o apoio à criança, assim como nos modelos de colégio interno, em que o contato com a família não era permitido. É exatamente o oposto da perspectiva atual de proteção integral da criança, conforme será destacado adiante.

No contexto da realidade aqui apresentada, outra forma de olhar a infância no Brasil é a perspectiva salvacionista, em que amparar a criança significava salvar o futuro do país, colocando-a no caminho certo da disciplina e do trabalho. Essa perspectiva tem um cunho político, contudo, não parece estar dissociado do dogma católico de salvar as almas do pecado original, segundo o qual todos carregam em si o gérmen do mal a ser evitado, diferente de uma perspectiva rousseauiana exposta na obra revolucionária *O Emílio* (1968, p. 9), por exemplo, que afirma que “tudo é bom saindo das mãos do criador das coisas; tudo degenera nas mãos dos homens.”

No Brasil, tornou-se aceitável recolher a criança do seu estado de miséria, sem a preocupação com o indivíduo e o contexto familiar, pensando apenas em evitar o contato dos demais da sociedade com essa miséria. O Estado passou a ser cobrado de sua responsabilidade no cuidado e atenção à infância, mas ela ainda era vista apenas como objeto de cuidado.

A ordem econômica e social levou à exigência de políticas e os termos “menor abandonado” ou “menor em situação irregular”, para se referir tanto à criança sem os pais, quanto àquela cuja família não tinha condições financeiras, ganharam uso cada vez mais recorrente. Esse “menor” que precisava ser salvo em benefício do país era, normalmente, aquele que fugia à ordem social vigente.

A concentração urbana da população, o crescimento demográfico e a situação econômica do país evidenciaram esse “menor abandonado”, que também foi chamado de “menor infrator”, termo que revela que olhar para a criança pobre representava além do o perigo do contágio de doenças, o perigo da delinquência infanto-juvenil.

Baptista (2006, p. 28, citado por PINTO, 2014) resume os marcos legais da década de 1920 que apontam referências ao direito da criança e adolescente nesse período:

- A Lei nº 4.242, de 1921, que trata da despesa geral do país, em seu artigo terceiro, entre outros tópicos, autoriza o governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente e determina a construção de abrigos para o recolhimento provisório dos menores de ambos os sexos, que fossem encontrados abandonados ou que tivessem cometido crime ou contravenção; nomeação de juiz de direito privativo de menores, assim como de funcionários necessários ao respectivo juiz; providências para que os menores que estivessem cumprindo sentença em qualquer estabelecimento fossem transferidos para a casa de reforma após sua instalação. (Fernandes, 1998, p. 22)
- Em 1923, o Decreto nº 16.272 regulamentou a assistência e a proteção de menores. Estabeleceu, em seu artigo primeiro, que o objeto e fim da lei é o menor, de qualquer sexo, abandonado ou delinquente, o qual Será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção nela instituídas. No artigo 62, afirma que, “subordinado ao Juizado de Menores, haverá um abrigo, destinado a receber provisoriamente os menores abandonados e delinquentes até que tenham destino definitivo”.
- Em 1924, atendendo às determinações da Lei nº4.242/21 e sob a influência da primeira Declaração dos Direitos da Criança. também chamada de Declaração de Genebra (1923), foi criado o Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes.
- Em 1927, por meio do Decreto nº 17.943-A, foi constituído o Código de Menores, que se tornou conhecido como Código Mello Mattos, consolidando as leis de assistência e proteção a menores. O código divide os menores em abandonados e delinquentes. Trata dos infantes expostos — crianças de até 7 anos encontradas em estado de abandono — e explicita as características que identificam essa situação: as condições de habitação, de subsistência, de negligência, de exploração e de maus

tratos. Além disso, tipifica os menores em vadios (artigo 28), mendigos (artigo 29) e libertinos (artigo 30). No artigo 159, o código determina: Recebendo o menor, o juiz o fará recolher ao abrigo, mandará submetê-lo a exame médico e pedagógico, e iniciará o processo que na espécie couber. O Código Mello Mattos determinava ainda que o abrigo de menores seria subordinado ao juiz de menores, responsável não apenas pelo encaminhamento das crianças, mas também pelo provimento dos cargos: o diretor seria subordinado ao juiz de menores e o regimento interno deveria ser aprovado pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores. O governo foi autorizado a confiar a associações civis a direção e a administração de institutos subordinados ao juiz, exceto alguns deles, nomeados no próprio código.

Assim como destacado anteriormente, o Código de Menores foi instituído em 1927, juntamente com o Juízo de Menores que “tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população.” (RIZZINI, 2004, p. 31). Esses instrumentos legais representam o pensamento dominante e hegemônico, da sociedade na época, para a resolução de problemas voltados à criança e ao adolescente. No caso, os considerados delinquentes, eram punidos com o isolamento social como forma de aprendizagem e correção. É um exemplo da terceira representação social citada por Pinheiro (2006), na qual a criança e, principalmente, o adolescente, são também objetos de repressão social. Sobre esse aspecto, Pinheiro (2006, p. 61) reforça:

Inicia-se a era do isolamento, da retirada do convívio social de crianças e adolescentes a quem se atribuía o cometimento de atos considerados infracionais. É o uso da punição como instrumento de correção, pela exclusão da vida social, uma forma de neutralizar a ameaça que esses adolescentes representavam para a sociedade. É o combate à ideia de perigo para a sociedade que se associa ao adolescente marginalizado. É necessário, de acordo com o Código de 1927, retirá-los do convívio social e isolá-los. É a institucionalização dos adolescentes considerados autores de ato infracional. Eles representam, para as instituições do Estado, a perturbação da ordem social e de forma não construtiva. Institucionalizá-los, na óptica dos dirigentes dessas instituições, representava um caminho de reeducação, para trazê-los de volta ao convívio social.

Em 1941, o governo ditatorial de Getúlio Vargas cria o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), que não obtém êxito em sua missão de salvação, sendo visto como uma ‘escola do crime’ por abrigar os considerados ‘menores transviados’.

O “menor” que passava pelo SAM era temido e essa má fama, junto às questões políticas do período de Ditadura Militar, levaram à criação de outra, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, a FUNABEM, em 1964, que se tornou o Anti-SAM. Nesse momento histórico destaca o questionamento de Carneiro (1996, citado por RIZZINI, 2004, p. 36): “o

que fazer com a ‘doutrina de internamento’ implantada pelo SAM, fomentada pelos antigos Juizados de Menores e estimulada pelos pais desejosos de se verem livres da obrigação de criar seus filhos?” A resposta foi continuar com essa prática. Respalhada pela própria família, a política de internamento era vista com o objetivo de correção, educação e reajustamento social.

A FUNABEM dedicou-se à implementação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) investindo na estrutura física e na capacitação dos profissionais para o atendimento de qualidade, visando solucionar os problemas da comunidade.

Rizzini (2004) critica a prática dessa instituição, pois, ao longo de seu funcionamento, passaram pelo internamento cerca de 33 mil crianças, segundo a autora, representando a política de “limpeza” das ruas, associada à punição, com o afastamento familiar e comunitário, levando-os para localidades distantes de seu convívio social. A preocupação também é grande sob a ótica da família, que buscava o internamento como meio de controle dos filhos considerados rebeldes e, mais ainda, como forma de estudo e profissionalização em local seguro em que seus filhos pudessem “se tornar gente”, tendo essas famílias absorvido o discurso político da pobreza como fator que anula o indivíduo enquanto cidadão. É a perspectiva salvacionista a partir do olhar da família.

Um novo Código de Menor foi criado em 1979, mas não diferente do anterior, enfatizava a intervenção do Estado nas famílias menos favorecidas economicamente, reforçando a categoria do “menor em situação irregular”.

O termo “menor” é uma expressão que designa aqueles que não atingiram ainda a maioridade. É carregado de teor pejorativo, construído através das representações sociais que os concebem como objeto. Nesse contexto, Pinheiro (2006, p. 70) define “menor” como “um conceito institucionalizado a partir de uma lei, o Código de Menores, e que institui exclusões e práticas, por meio da criação de instituições e da formulação de políticas públicas.” Até o final da década de 1980, além da lei (Código do Menor) e das instituições (SAM, FUNABEM e FEBEM) supracitadas, o termo é vastamente utilizado (PINHEIRO, 2006, p. 70-71):

- nas políticas de atendimento (Política Nacional do Bem-Estar do Menor, instituída em 1964, e suas congêneres, nas unidades da Federação);
- nas iniciativas do Poder Legislativo (CPI A Realidade Brasileira do Menor, levada a efeito pela Câmara dos Deputados, entre 1975-6);
- nas organizações não governamentais (Movimento em Defesa do Menor — MDM, com atividades iniciadas em São Paulo, em 1979, e a Pastoral do Menor, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 1978).

A década de 80 e, especialmente, a década de 90 trazem muitos debates em relação ao olhar sobre a criança e o adolescente, destacando a quarta representação social: a criança e o adolescente como Sujeitos de Direitos (PINHEIRO, 2006), conforme será tratado a seguir.

3.2 O paradigma da doutrina da proteção integral

Martin Luther King, certo dia, disse que tinha um sonho. Ele não disse que era impossível. Ele se referia a um sonho que um dia se tornaria realidade. Ele queria estar ali presente para ver aquele sonho acontecer. Sonhos são utopias, são lugares que ainda não existem, mas que se deve mobilizar na busca por sua concretização. Muitas pessoas lutaram por seus sonhos, por suas utopias, e as fizeram realidades ou criaram as condições para que elas ficassem cada vez mais próximas. Assim é a luta pelos Direitos Humanos: utópica, alcançável e movida pela força gerada por aqueles e aquelas que nunca perderam a capacidade de se indignar.

Ao fazer, no item anterior, um sobrevoo sobre os diferentes olhares a respeito da infância e da adolescência, vimos que, num, existe a necessidade da proteção social numa perspectiva assistencialista, noutro, a perspectiva parte da necessidade de controle e disciplinamento, e, noutro ainda, busca-se a repressão social. São representações que caminham lado a lado. Em determinado momento social uma aparece mais que a outra, mas todas estão presentes e permanecem nos dias atuais.

O que também há em comum em cada momento histórico é a visão da criança e do adolescente como objeto, voltando-se a atenção apenas às crianças e adolescentes rejeitados da sociedade, da classe pauperizada, e vítima das desigualdades sociais. As leis não compreendiam a totalidade e sim, uma parcela, embora necessitada, de crianças e adolescentes. Pelo modo como esses discursos se articulavam e ainda se articulam, as vítimas passavam a ser encaradas como algozes.

Entretanto, ainda no final dos anos de 1980 ocorreram mudanças consideráveis, tanto no nível do ordenamento jurídico, quanto na organização da sociedade civil. Uma delas, e não a única, foi a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, a chamada

“Constituição Cidadã”. Nesse período, a sociedade introduziu um novo modelo de gestão das políticas sociais, que conta com a participação ativa das comunidades.

É importante enxergar, ainda, a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, para a mobilização social por direitos, como na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), e ainda para a realização de convenções internacionais diretamente centradas nos direitos da criança e do adolescente, como a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989). Tais ações tiveram repercussão no Brasil, que delas tornou-se signatário. Além da Constituição Federal, em 1988, podemos citar como destaques o ECA, em 1990, o Estatuto do Idoso, em 2003 e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2006, dentre outros documentos que respaldam os direitos de todos e são tidos como bases para a defesa e promoção dos direitos.

É consenso entre cidadãos e legisladores que vários são os direitos humanos, assim como também é consenso que o primeiro direito de todos é o direito à vida e, a partir desta simples premissa, muitos outros direitos destacam-se, pois, para o ser humano viver, ele precisa de condições estruturais adequadas, mas precisa de outras condições para usufruir da vida com dignidade. Eis que o direito à liberdade também sobressai. Foi a partir do cerceamento dessa liberdade e da perda, até mesmo banal, de muitas vidas, que os povos passaram a se organizar para identificar e garantir seus/nossos direitos na forma da lei. Inaugurando essa cultura, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, define os direitos individuais e coletivos dos homens como universais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 3º, destaca: “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (ONU, 1948, p. 3). Ademais desses direitos, podem-se citar ainda saúde, habitação, alimentação, educação, lazer, família, enfim, são vários os direitos necessários para garantir a dignidade humana.

Uma característica fundamental dos Direitos Humanos é a sua universalidade destacada também na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu artigo 2º afirma o seguinte:

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (ONU, 1948, p. 2-3).

É essa perspectiva universal dos direitos que ilumina as legislações brasileiras também. Historicamente, a pobreza em si, foi motivo para a institucionalização de crianças, adolescentes e jovens, que tiveram, inclusive, seu direito à liberdade cerceado por sua condição econômica. Para eles, esse direito foi privado em detrimento de um pensamento higienista, repressivo e coercitivo. Atualmente, a pobreza em si não pode ser alegada como motivo para a institucionalização de crianças e adolescentes.

Na Constituição Federal, o artigo 227 apresenta-se como fundamental para compreender a mudança de perspectiva ocorrida, afirmando:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Vale destacar que o artigo supracitado não começa falando dos direitos e sim do dever das instituições sociais em priorizar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, atribuindo a todos os seus deveres, que se tornam absolutos e exigíveis para assegurar, ou seja, garantir os direitos a todos. Agora, a legislação não contempla apenas o “menor”, (embora, mesmo esse, nunca tenha tido todos os seus direitos assegurados), o “delinquente” ou o “abandonado”, mas a todo e qualquer ser que esteja na condição peculiar de desenvolvimento como a criança, o adolescente e o jovem.

É a primeira vez que o caráter de universalidade dos direitos para crianças, adolescentes e jovens, aparece na legislação brasileira. De acordo com Pinheiro (2006, p. 355), essa mudança de paradigma significa ainda a consolidação de “um dos princípios fundamentais da representação social da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: o princípio da igualdade.”

Esse artigo inaugura o início da doutrina de proteção integral a todas as crianças, adolescentes e jovens, ao garantir a sobrevivência, o desenvolvimento pessoal e social e ainda a integridade física, psicológica e moral. Segundo Pinheiro (2006), o artigo em questão contém os princípios básicos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, discutida desde 1979 e aprovada em 1989, sucedendo a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959.

O respeito à criança, ao adolescente e ao jovem em sua totalidade, valorizando sua proteção e seu desenvolvimento é algo consolidado na década de 1990, sendo a culminância de debates e ações voltados para a compreensão dessa categoria como sujeitos de direitos.

É nesse contexto que se dá a abertura para que, em 13 de julho de 1990, seja promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, Lei 8.069/90. Essa lei vem detalhar o artigo 227 da Constituição Federal, que trata da proteção integral da criança e do adolescente, levando em consideração sua interpretação trazida no artigo 6º:

Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

E de que maneira é possível garantir a universalidade necessária dos direitos historicamente conquistados? Aqui apresentam-se dois caminhos interligados: o educativo, corporificado na proposta de Educação em Direitos Humanos e o da organização do Estado e da sociedade civil, com a criação e consolidação de um Sistema de Garantia de Direitos.

O caminho da Educação em Direitos Humanos (doravante EDH) apresenta-se como uma maneira de garantir que a conquista dos direitos não se perca, e sim que se amplie sua compreensão e sua aplicação.

Benevides (2000, p. 1) afirma que a EDH

parte de três pontos essenciais: o primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação em direitos humanos é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional — os educadores e os educandos — ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos.

Analisando detalhadamente a definição de EDH proposta pela autora, é perceptível que, se assim procedermos, educando de forma global e continuada, com foco nas mudanças individuais e coletivas, associando a essas mudanças valores não em nível de transmissão de conteúdo, mas valores que atinjam as mentes e os corações de todos os envolvidos no processo, educadores e educandos, será possível transformar a realidade.

Desse modo, a EDH assemelha-se às propostas de Paulo Freire (1996) quando o autor afirma que “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível” (p.76) e é “a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação

político-pedagógica” (p. 77), pois “como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências” (p. 79).

Benevides (2000, p. 6) sintetiza muito bem o papel transformador da EDH, associando também outras características fundamentais, como a de

formar o cidadão participante, crítico, responsável e comprometido com a mudança daquelas práticas e condições da sociedade que violam ou negam os direitos humanos. Mais ainda, deve visar à formação de personalidades autônomas, intelectual e afetivamente, sujeitos de deveres e de direitos, capazes de julgar, escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontos para exigir que não apenas seus direitos, mas também os direitos dos outros sejam respeitados e cumpridos.

Ao alcançar esse nível de vivência da EDH, os direitos humanos e, especificamente, da criança e do adolescente, passarão a ser realmente acessíveis e exigidos por todos, mesmo que ainda haja o tom de utopia necessária em sua busca, pois a EDH

trata-se de uma educação permanente e global, complexa e difícil, mas não impossível. É certamente uma utopia, mas que se realiza na própria tentativa de realizá-la, como afirma o educador Perez Aguirre, enfatizando que os direitos humanos terão sempre, nas sociedades contemporâneas, a dupla função de ser, ao mesmo tempo, crítica e utopia frente à realidade social (BENEVIDES, 2000, p. 6).

Compreendendo a importância da EDH para o desenvolvimento e consolidação de uma cultura de direitos, Olinda (2013, p. 28) defende que esse campo do conhecimento seja “um componente fundamental e obrigatório na formação docente”, uma vez que esses profissionais, atuando na docência ou na gestão escolar da educação básica precisam ser preparados para desenvolver “um trabalho pedagógico comprometido com a formação de crianças e adolescentes capazes de ler e escrever não só a palavra, mas ler o mundo a sua volta à medida que se formam enquanto cidadãos sujeitos de direitos” (id).

Foi a partir da crítica e da utopia que a Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou o marco dos Direitos Humanos no mundo, bem como trouxe à tona o papel importante da educação para a promoção desses direitos:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas

de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (ONU, 1948, p. 2)

A educação sobressai, a partir da publicação desse documento, como um instrumento para a promoção do respeito aos direitos universais. Entretanto, com o avanço de debates e vivências na sociedade atual, a EDH tornou-se mais que um instrumento, “a educação em direitos humanos é indispensável para o desenvolvimento dos direitos humanos. Ela não é um adendo pedagógico, mas um componente genuíno dos direitos humanos: hoje a educação em direitos humanos constitui um dos direitos humanos” (CANDAUI, 2010, p. 119).

Na dureza do quadro de sucessivas negações de direitos, indagações aparecem, como: o que fazer quando esses direitos não são atendidos? Que atitude o indivíduo deve ter perante questões, como desigualdades, injustiças sociais, violência, abandono familiar etc.? As medidas de proteção previstas no ECA (citadas no capítulo anterior) são suficientes para reparar tantas injustiças? Aqui se encontra o segundo caminho, o da organização do Estado e da sociedade civil, através do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

De acordo com a Resolução 113 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) de 2006, o SGDCA constitui-se

na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

O conceito de SGDCA em sua totalidade, reforça os aspectos da articulação e integração na ação coesa de profissionais e instituições para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Esse sistema não consiste de uma instituição e não está situado num local específico. É o conjunto das ações da sociedade civil e do Estado, em um mesmo grau de responsabilidade, mas com diferentes funções, para articular-se e integrar-se na promoção, defesa e controle dos direitos humanos da criança e do adolescente, com o fito de diminuir a distância entre a regulamentação legislativa e a realidade da violação desses direitos. Para atingir tais objetivos, o SGDCA envolve um conjunto de eixos, a saber: promoção, defesa e controle dos direitos.

O **eixo da promoção** dos direitos envolve aqueles que executam a garantia dos direitos. Esse eixo promove “a satisfação das necessidades de crianças e adolescentes” (REZENDE, 2011, p. 12), sendo assim, para cada necessidade (como alimentação, educação, saúde e profissionalização) existem seus promotores.

Na operacionalização deste eixo, a resolução 113 (CONANDA, 2006) divide em três grupos os programas, serviços e ações: no primeiro grupo estão as políticas básicas, como saúde, educação, cultura, assistência social, lazer, profissionalização etc.; no segundo grupo, encontram-se as medidas protetivas, previstas no ECA e de que trata este trabalho; no terceiro grupo estão as medidas socioeducativas¹⁵, destinadas aos adolescentes em conflito com a lei.

O **eixo da defesa** está vinculado ao aspecto jurídico da proteção legal dos direitos humanos da criança e do adolescente. É importante ressaltar que não se trata apenas do acesso ao sistema judiciário, e sim à justiça, quando ameaçados ou violados os direitos garantidos por lei. A garantia do eixo da defesa não está apenas nos profissionais do campo jurídico, mas nos instrumentos que a sociedade pode lançar mão para garantir a justiça como direito da criança e do adolescente. Fazem parte desse eixo entidades jurídicas, sociais de defesa de direitos humanos, governamentais ou não, como: Ministério Público, Defensorias Públicas, Varas da Infância e Juventude, Polícia Civil e Militar, Conselho Tutelar, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), etc.

Já o **eixo de controle** pretende controlar a promoção e a defesa dos direitos, ou seja, “estabelecer critérios, parâmetros e ferramentas para monitorar e acompanhar a sua implantação e efetivação, possibilitando a aprendizagem de ações, mecanismos e diretrizes que melhoram cada vez mais o SGDCA e a efetivação do ECA.” (REZENDE, 2011, p. 15). Fazem parte desse eixo órgãos governamentais e a sociedade civil, como os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho de Educação, Saúde, Assistência Social, Anti-drogas, Segurança Pública e até mesmo conselhos mais específicos, como de merenda escolar. Rezende (2011) aponta ainda como parte desse eixo, instâncias maiores, como Congresso Nacional, Tribunal de Contas da União e do Poder Legislativo.

Sendo assim, o SGDCA envolve esse conjunto de eixos e ações sistêmicas para implantar o ECA. É a efetivação do que esse mesmo Estatuto preconiza em seu artigo 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um

¹⁵ Especificamente sobre as medidas socioeducativas, foi instituído o SINASE — Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Lei Federal nº 12.594/ 2012, tendo sua primeira versão em 2006. Em seu artigo 1º o SINASE é definido como: o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.”

Portanto, tanto o SGDCA quanto o ECA foram construídos de maneira participativa, numa caminhada de discussão nacional e internacional, buscando a crescente valorização da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos.

Analisando historicamente as elaborações de ideias em torno da infância, da adolescência e da juventude, é possível perceber que as conquistas foram valorosas, visto que, tomando como princípio a colonização do Brasil, a infância nem mesmo era contemplada pelo poder público, e sim por iniciativas privadas e voluntárias. Os pobres, em especial, eram literalmente marginalizados, sendo observados apenas pelo aspecto da criminalidade, da violência e do trabalho infantil. Os direitos à educação, à família e ao desenvolvimento integral da criança só foram garantidos no arcabouço jurídico a partir da elaboração de documentos, como dos Direitos Universais da Criança, em 1959. No Brasil, o diferencial acontece com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e, em 1990, o ECA como Lei complementar, especificou e o trouxe mais clareza aos direitos fundamentais da criança, do adolescente e do jovem, assim como também da participação dos órgãos e seus procedimentos protetivos.

Dessa forma, é notório que o ECA seja fruto da necessidade de nossa sociedade, que deseja melhorar a qualidade de vida instituindo leis que protejam a criança, o adolescente e o jovem, assegurando-lhes direitos irrevogáveis, que são de todos os seres humanos.

São reais os limites das leis frente às barreiras sociais, políticas e culturais encontradas para sua efetiva ação. O que está previsto na legislação muitas vezes não converge com a realidade, havendo necessidade de criação das condições objetivas e subjetivas para sua consolidação. A legislação busca ao máximo oferecer as medidas protetivas para as crianças, os adolescentes e os jovens, tentando, por exemplo, minimizar os efeitos, muitos até irreparáveis, da ausência da família e da comunidade no convívio do indivíduo. Contudo, é no cotidiano que é possível perceber se tais ações têm apresentado efeitos e, ainda, quais outras estratégias, alheias às descritas nas leis, podem e são utilizadas na realidade do acolhimento institucionalizado infanto-juvenil.

3.3 Juventude e família: a conquista do direito à convivência familiar e comunitária em destaque a partir da doutrina de proteção integral

Foi com o objetivo de ampliar e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, previstos na legislação vigente, que o Governo Federal aprovou e publicou pelo CONANDA, em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, doravante Plano Nacional.

Esse documento aborda, dentre outras questões pertinentes à necessidade de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, a realidade do acolhimento institucional, medida de proteção prevista no ECA que é o foco deste trabalho, e a necessidade e importância da convivência familiar e comunitária, a qual será abordada neste item.

Ressalta que independente da modalidade de atendimento — abrigo institucional, família acolhedora, casa lar, ou república (BRASIL, 2006) —, toda entidade que promove o acolhimento de crianças e adolescentes deve seguir os princípios estabelecidos no Artigo 92 do ECA:

- I — preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
 - II — integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
 - III — atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 - IV — desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
 - V — não desmembramento de grupos de irmãos;
 - VI — evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 - VII — participação na vida da comunidade local;
 - VIII — preparação gradativa para o desligamento;
 - IX — participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- (BRASIL, 2016)

O Plano Nacional aponta dados importantes do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, da Rede de Serviços de Ação Continuada¹⁶ (Rede SAC), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003, e promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) e pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

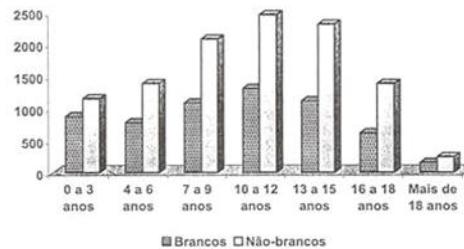
¹⁶ Esse Levantamento data de 13 anos atrás, contudo, não localizei fonte de outro levantamento quantitativamente maior que este publicado até a data de escrita deste trabalho.

Esse levantamento aponta cerca de vinte mil crianças e adolescentes atendidos em 589 instituições registradas e revela um pouco da realidade encontrada nesse espaço, previsto como uma das medidas protetivas designadas no ECA. Apresento alguns destaques desses dados, para compreensão da realidade dos abrigos em consonância com o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, associando à realidade encontrada nas narrativas das jovens que compõem esta tese.

Esses números apontam, por exemplo, que a excepcionalidade no acolhimento institucional prevista no Artigo 101 do ECA (BRASIL, 2016) não tem sido atendida, fazendo a criança e o adolescente permanecerem mais tempo institucionalizados e menos tempo no convívio, que deveria ser garantido, com sua família.

Quando essas crianças e adolescentes estão, definitivamente, impedidas do convívio familiar, destituídas do poder familiar, ficam aptas para o processo de adoção, contudo, quanto ao perfil do atendimento, a preferência para adoção é por bebês da cor branca e sexo feminino, e esta não é a maioria encontrada dentro dos abrigos no Brasil, que apontam 58,5% de meninos dentro do acolhimento institucional, sendo 63% afrodescendentes e 61,3% com idade entre sete e quinze anos (BRASIL, 2006).

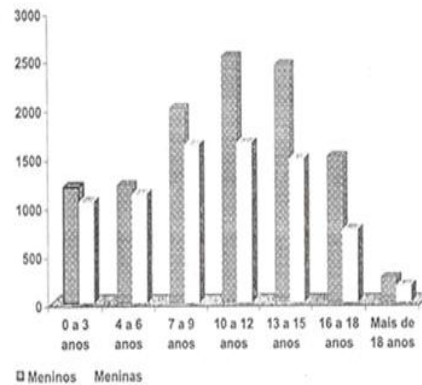
Gráfico 1 — Crianças e adolescentes abrigados por faixa etária, segundo cor.



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (BRASIL, 2006, p. 58)

No gráfico que segue, vemos o quantitativo de crianças e adolescentes abrigadas por faixa etária:

Gráfico 2 — Crianças e adolescentes abrigados por faixa etária, segundo sexo.



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (BRASIL, 2006, p. 58)

Os dados da pesquisa do IPEA, do Levantamento Nacional, apontam alguns motivos da continuidade de tempo da criança e do adolescente na instituição de acolhimento, pois os gráficos revelam a realidade da exclusão social típica do Brasil, vista historicamente, e personificada dentro dos muros dos abrigos. De forma mais visível, as instituições de acolhimento acabam se tornando espaço de desvalorização social, pois, quando existe dentro dos abrigos um número superior do público que não é alvo da preferência para adoção, significa que: muitas crianças e adolescentes estão sendo rejeitados e marginalizados pela sociedade novamente; outras ainda são excluídas mesmo antes de entrarem no processo de adoção, visto que não possuem o acompanhamento necessário para restituir o vínculo familiar de origem ou para dar andamento ao seu processo. Esses são alguns dos motivos que levam muitas crianças e jovens a permanecerem anos esperando a saída do espaço institucional.

Em virtude dessa exclusão social, sobressai o descumprimento do ECA, referente ao caráter provisório do acolhimento institucional, que foi apontado no levantamento realizado e que é o foco deste trabalho. Os dados apontaram que “metade das crianças e adolescentes abrigados viviam nas instituições há mais de dois anos, enquanto 32,9% estavam nos abrigos por um período entre dois e cinco anos, 13,3% entre seis e dez anos, e 6,4% por mais de dez anos” (BRASIL, 2006, p. 59).

Esses dados revelam que a situação de acolhimento institucional não tem sido provisória como prevista no artigo 19 do ECA (2013b) e muito menos está cumprindo a Resolução 001/2009 das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, que reforça o previsto no ECA:

Todos os esforços devem ser empreendidos para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar — para família nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos — ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. A permanência de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento por período superior a dois anos deverá ter caráter extremamente excepcional, e estar fundamentada em uma avaliação criteriosa acerca de sua necessidade pelos diversos órgãos que acompanham o caso (CONANDA, 2009, p. 25-26).

Essa excepcionalidade também não ocorreu com as jovens desta pesquisa, que viveram de cinco a doze anos na instituição de acolhimento. As falas das jovens revelam indícios dos motivos pelos quais ficaram tanto tempo nessa situação, apontando para a tentativa, por parte da instituição, de restituir os vínculos familiares. Além disso, destacam a lentidão dos processos judiciais para viabilizar suas saídas da instituição.

Acompanhei de perto todo esse processo junto a essas jovens, na época adolescentes, crescendo na expectativa da saída da instituição, sem saber se voltariam ao convívio familiar ou se seriam adotadas. Era uma verdadeira contagem regressiva até os 18 anos de idade, somada à angústia de não saber sobre o que aconteceria após essa data. Enquanto isso, passaram-se longos 5, 10, 12 anos de acolhimento institucional, vendo muitas crianças chegando e poucas saindo da Casa Família, a maioria que saía rápido eram os bebês e as crianças menores. Elas sabiam que quanto mais o tempo passava, maior a dificuldade de adoção.

Em suas narrativas, as jovens falaram, umas mais e outras menos, sobre o período maior ou menor que permaneceram na instituição, destacando os motivos que as levaram até lá, momentos marcantes, positivos e negativos, pessoas importantes em suas histórias, dificuldade de adaptação na chegada à Casa e o momento da saída, junto às expectativas e realidade à encontradas. Alguns desses aspectos destaco neste item, os demais no próximo capítulo.

A chegada à Casa Família é sempre momento marcante para cada uma delas. Francisca lembra, inclusive, a data e hora precisa de seu ingresso na Casa. Para Angélica, por exemplo, falar da chegada à Casa Família sintetiza um misto de tristeza, pelo novo distanciamento familiar, pois ela já havia passado pelo acolhimento quando mais nova, em outro abrigo, e uma espécie de alívio, por estar longe de situações perniciosas vivenciadas em sua família natural. Maiara e Mariana lembram do choro constante nos primeiros dias de acolhimento, o estranhamento da situação, do local, mas logo relatam perceber o benefício que estava sendo proporcionado a elas, especificamente, pelo aspecto material da alimentação e da moradia.

Dos momentos marcantes, Francisca sintetiza os dois principais, sendo eles a chegada e a saída da Casa Família. As jovens relatam momentos como festas, aniversários (inclusive, sendo a primeira vez que algumas delas comemoraram seus aniversários), atividades religiosas (batismo, comunhão, crisma), passeios, cursos, escola, rodas de conversas (que as irmãs promoviam na escolinha entre elas), atividades de casa e a convivência entre elas, com os laços de amizade e as intrigas.

Elas também citam as dificuldades financeiras da instituição, que elas sentiam; a dificuldade em lidar com as regras do local; a sensação de superproteção que as impedia de sair mais, como gostariam; os problemas na escola, como cobranças e tratamento diferenciado que as faziam se sentirem diferentes dos demais, até mesmo *bullying* que sofreram na escola; os momentos de solidão na Casa; os planos de saída, enfim, tudo são registros de momentos que marcaram a passagem delas pela Instituição.

Quanto aos motivos que levaram as crianças e os adolescentes ao abrigo, o Levantamento Nacional mostra que 24,2% foi por pobreza das famílias, 18,9% por abandono, 11,7% por violência doméstica, 11,4% por dependência química ou alcoólica dos pais ou dos responsáveis, 7% por viver na rua e 5,2% por orfandade.

No caso das jovens protagonistas deste trabalho, Rita e Francisca (irmãs) apontam como motivo de sua inserção no abrigo a morte de pai e mãe, associada à pobreza da família, impossibilitando a moradia com outros membros. Mariana e Maiara (irmãs) apontam a condição psicológica da mãe, associada às dificuldades financeiras dos demais membros da família. Angélica foi por violência doméstica, Vlândia por baixas condições financeiras e Débora afirma até hoje nem saber ao certo o motivo.

Retomo o relato de Angélica, que resume sua situação de alternância entre o convívio familiar e a institucionalização, junto com seu sentimento de alívio em sair do sofrimento, motivo que a fez ser retirada da guarda de sua mãe:

A minha recordação de quando eu era mais nova, em minha mente, sou eu em um berço, em um abrigo. [...] Quando eu fui morar com a minha mãe, foi o momento mais sofrido da minha vida, porque lá tanto ela me batia, quanto meu padrasto. Ela passava o dia fora, eu ficava com meu irmão mais novo. [...] Eu chorava muito porque eu sentia fome. [...] Eu me alimentava uma vez por dia. À noite, meu padrasto chegava, às vezes bêbado e me açoitava, tanto eu quanto meu irmão mais velho. [...] Mas, a partir do momento que saí da guarda da minha mãe, eu passei a conhecer coisas que eu não conhecia, que era um prato de comida, que era um carinho. [...] Depois, algo em mim faltava, que era essa minha reconciliação com a minha mãe.

O relato de Angélica é tecido em meio ao sentimento de muitos abandonos: no primeiro abrigo, no hospital, na Casa família e na recusa da mãe ao contato, mesmo após a saída da Instituição. Os relatos desses momentos são os mais dolorosos para elas, explicar porque elas não continuaram com suas famílias de origem, relembrar esse passado é ao mesmo tempo buscar respostas de fatos que nem todas sabem explicar. O que para elas é uma justificativa razoável, aos olhos da legislação atual não é, como por exemplo, a condição financeira da família.

Outra fala marcante é de Mariana, que conta sua literal retirada de casa, como representação da trama que envolve os motivos e os sentimentos da criança na saída do seu lar de origem, além do aparato legal que envolve o afastamento da criança do convívio familiar:

Minha mãe teve uma depressão depois de uma gravidez turbulenta. Ela não teve mais condições de continuar cuidando de nós três e nem a nossa família teve condições ou se interessou em cuidar da gente. Mas, eu não julgo. [...] Meu irmão já tinha ido pra Casa Família, depois minha irmã. Eu tinha um certo receio. Em lembro que na época foi a Assistente Social, Conselho Tutelar, lembro do S.O.S Criança, eles foram buscar a gente. Eu me tranquei dentro de casa, porque eu não queria ir de jeito nenhum. Eu queria ficar com a minha família, por pior que fossem comigo, mas eu queria ficar com eles. O Conselho levou minha irmã e meu irmão, eu fiquei na casa de um vizinho um dia, mas no outro eles foram me pegar e me levaram. Eu fui pra Casa das Irmãs pensando que eu ia só visitar e quando percebi eu já estava só.

De acordo com o Artigo 23 do ECA (BRASIL, 2016), a falta de recursos materiais não constitui por si só, motivo para perda ou suspensão do poder familiar, nem mesmo para encaminhar a criança ou adolescente para o serviço de acolhimento institucional. Nesses casos, a família deve ser incluída em programas oficiais de apoio e preservar o convívio familiar.

A instituição realizou essas tentativas de apoio e reintegração familiar. Eu mesma presenciei situações de visitas de mães e familiares na Casa Família, como já citei anteriormente. Contudo, apenas Débora retornou ao convívio familiar prestes a completar 18 anos, em seguida, foi morar com outra pessoa, uma senhora, e depois casou-se e constituiu seu próprio lar. Rita, Francisca, Vlória e Angélica foram adotadas prestes a completar 18 anos, no caso das duas primeiras, o processo não foi efetivado pela ausência de documentação como a própria Rita explicitou em sua narrativa. Destas, as três primeiras casaram-se e constituíram família e Angélica divide moradia com amigas. Mariana saiu recentemente da instituição, aos 21 anos idade, junto com a irmã Maiara, aos 19 anos e o irmão de 12 anos. Atualmente, os três moram juntos em casa conseguida através de programa do Governo.

Todas, exceto Rita e Francisca, que são oriundas de outro Estado, mantinham contato com seus familiares dentro da Casa, inclusive com mãe ou pai.

É perceptível, pelos dados do IPEA, que a minoria das crianças e dos adolescentes está abrigada por motivo de orfandade, quebrando o imaginário popular de que todas as crianças em situação de acolhimento institucional são órfãs. De acordo com o Levantamento Nacional, 86,7% das crianças e adolescentes acolhidas possuem família e 58,2% mantêm o vínculo com ela. 5,8% se encontram impedidos judicialmente do contato familiar e somente 5% são órfãos. Dessa forma, cerca de 10,7% das crianças e adolescentes abrigadas estão em condições judiciais para adoção, desses, apenas a metade possui processo judicial para tal e a outra metade foi encaminhada para os abrigos não judicialmente, ou seja, pela própria família, polícia ou outra entidade ou instituição (BRASIL, 2006). Diante dessa situação, o Plano Nacional destaca que

as sequelas que um período de institucionalização prolongado acarreta em crianças e adolescentes serão tanto maiores quanto maior for o tempo em que estas forem privadas do convívio familiar, o tempo de espera, que interfere não só na adaptação em caso de retorno à família de origem, mas também nos casos de inserção definitiva em outra família (BRASIL, 2006, p. 61).

Essa dificuldade de adaptação no retorno ao convívio familiar foi duramente vivido por Débora, que destacou em sua narrativa o quanto foi difícil o pouco tempo que conseguiu conviver novamente em sua família natural. Ela relata um choro constante até a decisão de ir morar junto a senhora que a convidou para morar com ela, conforme destacado no início deste capítulo.

Um dos motivos aqui apontados para muitos dos casos de moradia prolongada nas instituições acolhedoras é a burocracia do judiciário e a sua lentidão nos processos, que faz com que muitas crianças passem por essa espera desnecessária e inconstitucional. Atualmente, sabe-se que ações têm sido feitas para reduzir esse período. As instituições buscam fazer seu papel e, por isso, torna-se importante conhecer também o perfil dessas instituições, como elas têm atuado perante cada caso.

Destaca-se ainda dos dados do Levantamento Nacional, que “majoritariamente essas instituições são não governamentais, orientadas por valores religiosos, dirigidas por voluntários, e, fundamentalmente, dependentes de recursos próprios para o seu funcionamento” (BRASIL, 2006, p. 61). A Casa Família se insere nesse perfil.

Ao visitar as instituições de acolhimento em Maracanaú-CE, é perceptível o esforço de cada uma para garantir os direitos necessários às crianças e aos adolescentes, entretanto, os desafios são diversos: financeiros, estruturais, psicológicos, educativos, sociais, enfim, de toda ordem. Dentre esses desafios destaca-se um período delicado na vida das adolescentes abrigadas. Quanto mais elas se aproximam da idade limite de permanência no abrigo, menores são as chances de adoção, mais situações conflituosas se encontram entre os adolescentes e seus familiares de origem, em especial no que concerne a questões de ordem afetiva e psicológica que instigam esses adolescentes a buscar a compreensão de si e do outro — seus familiares, no que diz respeito aos motivos que os levaram até essa situação limite. Acompanhei essas inquietações junto às meninas protagonistas deste trabalho. A ansiedade sobre a saída, com quem iriam morar, a discrepância entre o sonho de voltar a morar com a família e a realidade encontrada após a saída da Casa.

Contudo, senti falta em suas falas do reconhecimento da garantia de seus direitos durante a situação de acolhimento institucional. Acredito que, também pelo caráter religioso da instituição, o qual marca a educação das crianças e adolescente ali acolhidos, suas narrativas são todas marcadas pelo sentimento de gratidão às Irmãs e a Casa Família. Conforme já destacado no capítulo anterior, a percepção é que para as jovens, o acolhimento institucional foi uma prática caritativa e não a execução de um direito que lhes é garantido. A ausência da EDH, conforme visto no item anterior, constitui-se em si só a negação de um direito que, como consequência, traz a falta de compreensão dos demais direitos inerentes a elas, enquanto crianças, adolescentes e jovens portadoras de direitos garantidos por lei.

Sobre a situação da maioria dentro dos abrigos, as Orientações Técnicas apontam como estratégia a criação de Repúblicas para oferecer aos jovens entre 18 e 21 anos de idade

apoio e moradia a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituição de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para autosustentação (CONANDA, 2009, p. 92).

Entretanto, esses espaços são escassos no Brasil e de manutenção tão difícil quanto a das outras Instituições. Débora cita em sua narrativa o plano que Irmã Karla tinha de construir moradia para ela nos fundos da Casa Família. Na verdade, é um projeto antigo da

Instituição, conforme já citado, de construir uma República em um prédio pouco utilizado, nos fundos da Casa, o tornando, inclusive, independente da Casa Família, mas com seu apoio.

Esta situação delicada foi vivenciada por Mariana, que relatou sua situação ao completar 18 anos, que diferente das demais, não conseguiu sair da instituição antes desse período e ainda, priorizou não se separar dos irmãos:

Lembro que quando completei 18 anos eu falei com a Irmã, querendo saber o que ela ia fazer, se iam me botar pra fora. Ela disse que claro que não faria isso! Eu tinha um projeto de ir morar na casa da minha madrinha. No final das contas decidi que não queria. Era melhor não. Eu queria minha liberdade, mas ao mesmo tempo tinha receio, principalmente de me separar dos meus irmãos. Eu sempre gostei muito dos dois e sempre fui muito apegada à Mayara e ao Tarcísio, eles são a minha vida e eu não posso perder eles, porque eu só tenho eles. Por mais que seja puxado, difícil, mas são meus irmãos e eles fazem parte de mim! Então, a Irmã disse que poderia me deixar morar lá, ajudou a procurar um emprego e a construir a ideia de sair com eles. [...] Nesses três anos que passei lá depois dos 18, eu sabia que tinha que sair de lá a qualquer momento. [...] Foi quando surgiu a oportunidade de conseguir uma casa pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. [...] Graças a Deus deu certo se inscrever e receber a casa por esse Programa. Minha irmã também começou a trabalhar e não tinha mais como não dar certo.

Aliás, a não separação de grupos de irmãos no acolhimento institucional está previsto na legislação, conforme citado inicialmente, e permeia a realidade desse grupo pesquisador, no qual temos duas duplas de irmãs consanguíneas. E a fala de Mariana retrata a importância da manutenção desses laços, quando ela destaca a importância dos irmãos em sua vida. Sem dúvida, é um apoio mútuo, que um irmão encontra no outro, para ajudar a passar pelos momentos adversos que os levaram ao acolhimento institucional.

Ainda sobre os casos da maioria nas instituições, o Plano Nacional (BRASIL, 2006) indica como ação aos adolescentes maiores de 16 anos residentes nas instituições acolhedoras, serem inseridos em programas de fortalecimento da autonomia, dos vínculos comunitários e qualificação profissional, através de preparação gradual para o desligamento da instituição e início da vida adulta.

A legislação garante às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, além da convivência familiar quando possível, também a convivência comunitária, com participação na vida social da comunidade e a participação de pessoas da comunidade do processo educativo das crianças e adolescente.

Esse aspecto é marcante na vida das jovens que compõe este trabalho e ao mesmo tempo silenciado por elas, em alguns detalhes, vou me explicar: a convivência comunitária é sintetizada por elas na palavra “superproteção”. Elas resumem nesta palavra a vontade de sair

mais junto à negativa das Irmãs, resumindo suas falas afirmando que elas eram superprotegidas, como se as Irmãs estivessem evitando que algo de mal as acontecessem e as protegessem demais.

Em suas narrativas, atividades de convivência na comunidade não estão tão explícitas. Para um leitor desatento, poderia afirmar que eram privadas destes momentos, mas afirmo, pela experiência de convivência com elas, que os momentos poderiam não ser tão recorrentes como elas queriam ou deveria ser, mas eles existiram, embora não tenham sido narrados em seus detalhes. Alguns exemplos estão nas seguintes falas:

Na Casa Família, as Irmãs eram muito atenciosas. A gente estudava, fazia cursos e tinha muitas amizades com as pessoas. (Francisca)

Quando eu morava na Casa Família eu gostava muito de inglês, fiz curso, mas nunca tive vontade de dar aula. Hoje, acho que estou esquecendo, porque não pratico. (Maiara)

Até os meus 14 anos eu pensava em fazer cursos de línguas, até fiz dois cursos, pra ser aeromoça. Fiz inglês e LIBRAS. (Mariana)

Aqui elas revelam os cursos que elas faziam e que compunham a rotina delas, de estudos escolares, cursos profissionalizantes, de línguas, inclusive, aulas de natação, informática, atividades da Igreja. Em todas estas atividades elas não iam acompanhadas pelas Irmãs, exceto as Missas, em que todas da Casa iam junto com as Irmãs.

Recordo-me das visitas constantes que eu recebia das meninas. Quando eu menos esperava a campainha de casa tocava, era alguma delas indo ou voltando de um curso, na maioria das vezes em duplas ou grupos e davam uma passadinha em minha residência para conversar ou beber uma água devido à longa caminhada de um bairro a outro. Elas tinham o hábito de sair sozinhas para fazer trabalhos na casa de amigas da escola, iam e voltavam da escola e atividades extracurriculares sozinhas e elas adoravam esses momentos. Elas participaram do meu aniversário em minha residência, foram até para a minha formatura, estando presentes em minha Colação de Grau no curso de Pedagogia, na Concha Acústica na UFC, nesse caso, estavam com as Irmãs.

O que pretendo destacar é que elas saíam sozinhas, tinham esta liberdade e confiança para tal e também acompanhadas. Participavam de festividades na comunidade e tinham acesso ao entorno da Instituição. Recordo também das festas realizadas na Casa Família mesmo, abertas à comunidade, em especial Dia das Crianças e Natal.

No relato de Débora, por exemplo, ela é a única que traz uma situação peculiar da adolescência e juventude e que era encarada de forma natural e aberta pelas Irmãs, o namoro.

Ela cita até o incentivo que as Irmãs certa vez deram a ela, devido ao sentimento forte de um rapaz por ela, contudo, ela mesma não quis. As demais meninas não relatam, por isso, não vou me detalhar, mas algumas também tiveram a experiência dos relacionamentos amorosos típicos da adolescência consentidos e apoiados pelas Irmãs, os rapazes as visitavam e tinham a permissão para o namoro.

Estes são alguns exemplos que destaco da relação proporcionada pela Casa Família às jovens e a comunidade. Em seus relatos, estas saídas e convivência não ficam muito claras, mas julgo oportuno destacar que elas não eram privadas da convivência comunitária. Suas narrativas podem significar que as ações não eram tantas quantas gostariam, como citou Maiara:

Antes, quando eu tinha uns 17 anos, eu era bem revoltada, porque nessa época eu queria sair, pra passear nos cantos e as Irmãs não deixavam, eu ficava calada, não dizia nada, mas ficava com raiva, queria passar mais tempo fora, queria assistir minhas coisas, mas tinha as outras pessoas. Hoje eu entendo, mas na época não.

Por minhas recordações, destaco que a autonomia que lhes faltava eram oriundas de algumas situações peculiares, como devido às regras da Casa, pela necessidade de compartilhamento dos espaços e materiais. Além disso, elas realmente não resolviam sozinhas questões como ida ao médico ou algo que precisasse de deslocamento mais demorado, com o uso de transporte público. Contudo, presenciei alguns incentivos importantes, dados pelas Irmãs. Lembro de uma conversa com uma das Irmãs e uma das meninas, na época com 17 anos. A Irmã estava a incentivando a pegar o ônibus sozinha, ir por sua conta comprar algo no centro de Fortaleza, era material de artesanato, que na época estavam confeccionando entre elas. Ela dizia ter receio de ir sozinha e na ocasião citei minha experiência, quando era mais nova que ela, também tinha medo de andar sozinha de ônibus de Maracanaú a Fortaleza, mas aprendi porque precisei estudar em Fortaleza e fui perdendo o medo e ganhando autonomia, pois não fazia sentido alguém ter que me acompanhar diariamente devido ao meu medo. Fiz esse relato para incentivá-la, mesmo assim, apesar de muita insistência e negociação de ir com outras meninas da sua idade, ela não concordou e foi na companhia de uma das Irmãs, com o objetivo de ensiná-la para, da próxima vez, ela ir só, mas não houve mais oportunidade.

Maiara e Mariana são o diferencial, nesse aspecto, pois morando na Casa Família, ambas começaram a trabalhar em Fortaleza e juntar dinheiro para saírem os três irmãos juntos da Instituição, desta forma sim, alcançaram esta autonomia em um nível maior, de chegada e

saída da Casa, aprendendo a “se virar” sozinhas, principalmente pela necessidade do trabalho diário.

Estes aspectos são observados nas narrativas das jovens nesta pesquisa, que atualmente, estão na faixa etária entre 19 e 25 anos de idade, conforme já visto. Algumas passaram parte da adolescência na instituição e outras estiveram desde a infância, portanto, o olhar no campo da juventude, como lugar em comum de todas, torna-se categoria importante para compreensão de suas falas a partir da realidade vivenciada por elas.

Foi analisado no início deste capítulo, o teor pejorativo dado tanto às crianças, quanto aos jovens pauperizados. Durante os anos de 1950 a juventude era tida, por médicos e psicólogos, como um período repleto de conflitos. Falar de jovens era sinônimo de falar de problemas, em especial vinculados à rebeldia, violência e tantos outros aspectos negativos. Pais (2003, p. 50) relembra esse período em sua pesquisa, em que diziam que os adolescentes passavam pela crise da puberdade e a juventude era definida como “um período difícil de maturação psicológica que deveria conduzir à idade adulta”

Esta definição de juventude a situa apenas em dado momento bio-psicológico, assim como a coloca apenas como passagem até chegar à vida adulta. Estipular a juventude como um estado biológico não está de acordo com a perspectiva deste trabalho, que toma como base para esta categoria os estudos do autor supracitado que elucida novos olhares sobre a juventude além de uma mera passagem até a maturidade. A juventude se torna um momento significativo, cheios de valores, construções e repercussões que além de levar até a vida adulta, leva também a um impacto na sociedade e na relação que se estabelece desta com a juventude.

Esta relação nem sempre foi positiva, pois definições de juventude, como as que prevaleceram na década de 1950, criaram uma imagem negativa desta categoria, em que o termo delinquência era associado diretamente ao termo juvenil e ser jovem era sinônimo de atitudes irresponsáveis e, infelizmente, esta visão ainda permanece atualmente.

Na sociedade ainda é possível encontrar várias formas de discriminação contra a juventude, mesmo debates e estudos contínuos sobre a forma de olhar a juventude. Contudo, um olhar discriminatório sobre os jovens ainda é forte, em especial, dos jovens pobres que, inclusive, chegam a ter acessos negados em espaço públicos e privados, principalmente quando estão em grupos. Na maioria das vezes são vistos como suspeitos de práticas ilícitas ou propensos a elas. São seguidos de perto e revistados por policiais nas ruas que justificam ações preventivas, as quais desconfiam primeiro de jovens negros, em grupos ou não, e que

“aparentam” pertencer às classes sociais menos favorecidas, tudo isso parece ser sinônimo de algo pernicioso para a sociedade.

É o higienismo que ainda tem força na sociedade atual, que leva ao pensamento dos males que trazem as aglomerações juvenis e que, portanto, devem ser evitados. Essa visão de juventude permeia o cotidiano da sociedade atual, o medo nas ruas, tornando-se até comum e natural para uns.

O *Atlas da Violência de 2016* elaborado pelo IPEA, revela a triste realidade da violência crescente contra o jovem em nosso país. Os números revelam um alto índice de violência contra jovens negros e de baixa escolaridade. A faixa etária de 15 a 29 anos de idade deteve mais da metade dos homicídios de 2014. O estudo aponta um verdadeiro extermínio social da juventude negra e pobre do país. E o pior, é um extermínio silenciado, não veiculado nas grandes mídias, que fazem questão de apontar a violência causada pelo jovem e silenciam toda a opressão e violência causada aos jovens.

Entretanto, é importante destacar que o outro lado também existe, a luta pela mudança do olhar negativo da juventude, seja através de estudos em diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, Psicologia e Educação, seja a partir das ações dos próprios jovens, em iniciativas individuais ou em grupos, associações e movimentos, que mostram o potencial da juventude, permitindo provar que a energia e força dos jovens não pode ser generalizada pela ação negativa de uma parcela destes, ela possui também uma mobilização e um impacto positivo na sociedade e que as pesquisas vêm ressaltar.

Pais (2003) aborda essa influência mútua entre a cultura juvenil e a cultura adulta que prevalece na sociedade, ele fala de dois processos: socialização da juventude e juvenilização da sociedade. São dois processos sociais que envolvem os jovens e que estão relacionados à participação destes na sociedade.

De acordo com o autor “a socialização processar-se-ia através de mecanismos que tenderiam a integrar os jovens no sistema existente de relações sociais” (PAIS, 2003, p. 53). Faz parte do processo de ingresso do jovem na vida adulta, consiste no envolvimento e integração do mundo adulto e do jovem. Contudo, essa relação de ingresso do jovem no mundo adulto não possui uma via de mão única, não se trata apenas de absorver as relações sociais do mundo adulto, mas de transformá-la a partir da perspectiva juvenil, nesse ponto há também o processo de juvenilização da sociedade, que seria a capacidade dos jovens influenciarem a sociedade. Esse processo pode ser percebido em alguns aspectos na sociedade, por exemplo, a moda jovem que tanto influencia os conceitos de moda nos adultos, hora com suas cores vibrantes, hora com o escurecimento dos tons. Diante desse movimento,

Pais (2003) resume o impacto desses processos afirmando que desta forma, a sociedade modela a juventude e ao mesmo se rejuvenesce.

Nesse movimento a visão sobre a juventude vai se transformando, Pais (2003, p. 50) afirma que mesmo no período em que a predominância do olhar para a juventude era sinônimo de problema, estudos no campo da Sociologia já destacaram os conceitos de identidade de autonomia juvenil, ressaltando “atitudes positivas dos jovens perante a família, a escola e a autoridade”.

Assim o olhar da juventude não como unidade, mas em sua diversidade toma força. A complexidade de definir a juventude, genericamente, está no reconhecimento da sua diversidade. Pais (2003) destaca que não há uma definição de juventude que possa abranger as diferentes juventudes e os diferentes olhares sobre elas.

Grosso (2000) busca uma definição de juventude, associando dois principais critérios: sociocultural e etário. O Autor ainda destaca uma definição de juventude como “uma categoria social, sendo esta uma concepção, representação ou uma criação simbólica, com suas próprias formas e conteúdos que tem bastante influência nas sociedades modernas.” (GROSSO, 2000, p. 8)

Nesse desafio que leva às diferentes teorias, Pais (2003) agrupa olhares sobre a juventude em duas principais correntes, a geracional e a classista, ambas com a perspectiva de procedência, ou seja, de construção de conceitos advindos de teorias que vão se agregando e complementando.

A corrente geracional é a que define a juventude como uma fase da vida, para esta corrente há uma geração de jovens, que constrói sua identidade juvenil a partir de uma auto-referência da geração anterior, ou seja, vendo-se de forma distinta das gerações anteriores. As novas vão se constituindo e assim se dariam as descontinuidades geracionais.

Esta corrente se distingue da teoria da geração biológica, que vê a juventude como um intervalo de tempo a partir de um determinado ano até o nascimento dos filhos do indivíduo na fase adulta. Distingue-se ainda da geração demográfica, que identifica os jovens apenas dentro de um agregado de indivíduos, dentro de um limite estático de idade. A corrente geracional se relaciona com a geração social, que reconhece um grupo de jovens a partir das seguintes características (PAIS, 2003, p.49):

- 1º constituído por indivíduos cujas idades se encontram, com alguns possíveis desvios individuais, dentro de um intervalo relativamente estreito;
- 2º cujos membros serão portadores do sentimento comum de se encontrarem coletivamente em presença, na sociedade, de certos grupos distintos do seu

pela idade e formados quer por indivíduos mais velhos quer eventualmente por indivíduos mais novos; 3º nos membros do grupo manifestar-se-á igualmente o sentimento, de que, relativamente aos grupos sociais mais velhos ou mais novos em cuja presença eles a si mesmos se veem, existem, além de significativas diferenças etárias, não menos significativas diferenças nas respectivas referências sociais e culturais (informação, valores, interesses, problemas, projetos, etc).

Para a corrente geracional, os indivíduos de uma mesma geração vivem experiências que são compartilhadas entre si e pertencem à problemática semelhante para eles; entretanto, não vivem isolados em sua geração, pois é na relação com as demais gerações que ocorrem a renovação e a continuidade da sociedade. Assim, as construções se dão a partir das experiências enquanto membros de uma geração, relacionando-se com as demais gerações, diferente da segunda corrente, a classista, que atribui as relações e construções não a geração, mas a classe que pertencem.

De acordo com a corrente classista, a reprodução social ocorre a partir da reprodução de classes sociais, ou seja, de gênero, de raça, etc. É a desigualdade social que gera o movimento de saída do jovem para a vida adulta, desigualdade esta representada na necessidade de trabalho para ajudar no sustento básico da família, por exemplo, ou na desigualdade da oferta destes empregos, na dificuldade em dar continuidade aos estudos pela urgência do trabalho, todos são exemplos de situações vividas por uma determinada classe social.

Contudo, em relação ao emprego, a corrente classista afirma que é uma necessidade que permeia as classes sociais, pois o jovem tende a buscar sua autonomia financeira. Pais (2003, p. 57) afirma que o desemprego “é uma condição que começa a estar nos horizontes de preocupação da maioria dos jovens, independentemente da sua condição social.”.

Diante disso, o autor cita um estudo realizado em que mesmo jovens de classe média afirmam que quando desempregado deve-se aceitar a primeira opção de emprego que aparecer, mesmo que não lhe dê satisfação. Isso revela impacto na vida dos jovens, de acordo com as condições de emprego que aparecem para cada classe.

Sendo as oportunidades de empregos diferentes para cada classe, sabendo que estes acreditam dever aceitar a primeira opção que aparecer, as construções sociais de cada jovem vão depender da classe social a qual pertencem, sendo suas experiências também relacionadas a esta realidade.

Um exemplo claro encontra-se nos dias atuais na oferta de cursos profissionalizantes, em que tais ofertas são diferentes para cada região, designadas a partir das condições sociais daquela comunidade. Assim, jovens de classe sociais menos favorecidas terão opções de cursos para mão de obra básica, enquanto os cursos de melhor visibilidade social são ofertados para as demais classes.

Entretanto, para a corrente classista, não se trata de aceitar essa realidade, trata-se de reconhecê-la, compreendê-la e buscar resistências, que geram lutas antagônicas de classes, o que gera as culturas juvenis.

Assim, Pais (2003, p. 61) sintetiza que para a corrente classista “as culturas juvenis seriam sempre soluções de classe a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social.” Ou seja, a corrente classista não aceita a definição de juventude como uma fase da vida, mas sim como uma questão de classe, que implica dimensões social e política intimamente ligadas.

Pais (2003) destaca que, para as correntes, a cultura juvenil encontra-se associada a uma cultura dominante. Por um lado, encontra-se na corrente geracional a luta contra a dominação da geração anterior, buscando a geração atual distinguir-se dela. Por outro, na corrente classista apresenta a cultura juvenil como resistência à classe dominante. Assim, Pais (2003, p.69) busca uma síntese de ambas as correntes para explicar a cultura juvenil: “por cultura juvenil, em sentido lato, pode entender-se o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais.”

Historicamente, foi através da ótica da cultura dominante que se buscou compreender a cultura dominada, a cultura juvenil, mas, em sua obra, Pais (2003) buscou compreender pela ótica dos próprios jovens sua própria cultura.

Da mesma forma, nesta pesquisa, buscou-se compreender as experiências de jovens que viveram longo período em situação de acolhimento institucional não só através dos documentos técnicos, mas através das falas genuínas dessas jovens, portanto, compreender a categoria da juventude tornou-se importante para conhecer o lugar das falas das sujeitas.

Estipular uma idade precisa para definir juventude não é tarefa das mais fáceis e nem o foco deste trabalho, como já esclarecido. Em cada campo de conhecimento encontram-se definições diferentes, mas até então, o único consenso que há é o de que não é possível demarcar tão precisamente a entrada e saída da juventude.

Entretanto, como já dito, a forma como a juventude é vista na sociedade, como uma fase de rebeldia, conflitos, rompimentos, revolução interna e externa, acaba tornando-se destaque. No senso comum, a juventude adquire adjetivação negativa e é preciso retirar esta visão depreciativa que a juventude possui, haja vista que é nesta fase que ocorrem grandes marcos pessoais e coletivos. É também na juventude em que é vivida a fase das grandes descobertas, da intensidade das emoções. É nesse período que são vividos momentos que ficam marcados na história de vida dos indivíduos e são esses marcos que busquei conhecer e compreender através das narrativas das jovens ouvidas.

A perspectiva atual das leis, antes legislando apenas para o “menor”, atualmente, considerando o desenvolvimento integral do ser humano, revela a vertente da doutrina de proteção integral. Em seu artigo 3º, o ECA assegura ainda todas as oportunidades e as facilidades para que haja desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, condições de liberdade e dignidade.

Retomando o Plano Nacional, inscreve-se nele o destaque sobre uma fase de afastamento gradativo e natural do núcleo familiar sofrida pelo jovem, mas esta instituição não perde seu valor e sua referência frente aos jovens. Ao contrário, ela aparece sempre em destaque quanto à influência que exerce em suas decisões, conquistas e desafios.

No livro *O que o Jovem Quer da Vida*, Damon¹⁷ (2009, p. 73) apresenta dados a partir de uma vida-pesquisa dedicada à juventude e destaca em uma lista categorias as quais os jovens indicam como mais importantes em suas vidas, sendo uma lista decrescente de categorias as quais eles dedicam mais tempo e energia, são elas: 1 — Família; 2 — Carreira; 3 — Realizações acadêmicas; 4 — Fé religiosa e espiritualidade; 5 — Esportes; 6 — Artes; 7 — Serviço comunitário; 8 — Temas políticos/sociais.

Chamou minha atenção o primeiro item da lista, destacado como a categoria a qual os jovens mais dedicam tempo e energia, é a família. Parece um tanto contraditório quem olha a juventude de maneira estereotipada, identificando no jovem aquele que não quer nada com a vida ou é indiferente à família. Entretanto, pesquisa como a realizada por Olinda (2009a) sobre juventude e religiosidade, apontou também para a família como categoria de preocupação central entre os jovens.

A família é a primeira estrutura social com a qual o indivíduo tem contato e na qual ele é inserido desde seu nascimento. A criança já nasce pertencente a uma rede familiar, a qual ela passa a constituir e da qual ela também se constitui. Ao nascer, o indivíduo recebe

¹⁷ A pesquisa foi realizada com jovens nos Estados Unidos, é um contexto diferente da realidade Brasileira, mas inspira nosso estudo sobre as formas de olhar a juventude.

(quase sempre) nome e sobrenome, este último carrega em si uma herança familiar, sua história que se registra nos documentos legais, sintetizada em um sobrenome a partir do qual ele também construirá sua história.

E não é apenas em um território social em que a criança é dada. Há ainda um território geográfico que remonta sua história, seja ele uma nação, uma cidade ou sua comunidade (VICENTE, 1998). Os lugares sociais e geográficos fazem parte da história do indivíduo e o constituem como ser individual e coletivo.

Atualmente, é recorrente na literatura a defesa da manutenção dos vínculos familiares e comunitários para o pleno desenvolvimento da criança e adolescente, pois esse direito foi uma conquista histórica. É inquestionável a fragilidade biológica e psicológica da criança e sua necessidade de cuidados; contudo, mais que cuidados físicos, a criança e o adolescente precisam da convivência com esse grupo social a qual ela pertence.

O desenvolvimento humano integral está diretamente interligado à relação do indivíduo com a família, seja qual for a sua constituição. A criança e o adolescente necessitam do amparo nesse âmbito, da convivência familiar e da afetividade embutida nestas relações.

Ariès (1981) chega a afirmar que essa relação próxima entre a criança e a família foi construída. De acordo com sua obra, até o século XV as famílias não tinham laços fortes de afetividade com as crianças, elas eram vistas como continuadoras dos negócios da família e para tal precisavam se preparar, isto se sobrevivessem à falta de cuidados específicos na primeira infância. Então, eram mandadas para morar com outras famílias, para aprender a respeitar a autoridade dos mais velhos. Eram verdadeiros aprendizes de ofício e quando retornavam à sua família, tinham uma relação de pouca afetividade e um distanciamento respeitoso para o cumprimento de ordens e trabalhos. Vale ressaltar, que o autor fala de uma realidade europeia e assim como citado anteriormente, da contradição apresentada em pesquisa antropológica sobre as mães nordestinas brasileiras e sua relação de luto com os filhos mortos, a pesquisa de Ariès pode revelar um olhar que não condiz com a realidade daquele contexto e pode, até mesmo, reforçar uma possível ideia de naturalização do afastamento da criança com a família, já que, segundo ele, originalmente se dava desta forma.

Sobre esse sentimento da falta da família do seu lar, uma das protagonistas desta pesquisa, Mariana, novamente ilustra seus sentimentos através de sua fala sobre os primeiros dias na Casa Família, seguido do relato dos dias finais na instituição:

Sempre no final tarde, por volta de umas cinco horas eu começava a chorar, porque eu queria voltar pra casa. Adorava o dia lá [na Casa Família], achava maravilhoso, mas

quando ia anoitecer eu queria voltar pra casa. [...] Às vezes, eu pensava em arranjar logo minha casa, que não aguentava mais os meninos, mas ao mesmo tempo sabia que ali era a minha casa, eu gostava de lá. Mas, sabia que não era um lugar para sempre.

É o sentimento de pertencimento claro no relato acima, em que a jovem inicialmente não identifica a instituição como sua casa, mas depois de tanto tempo acolhida, ela vive nova tensão de desligamento de um lugar no qual aprendeu a identificar como sua casa, embora soubesse, em seu íntimo que seu verdadeiro lar ainda seria construído por ela mesma. No início de sua narrativa ela afirma que, por pior que fossem, ela queria ficar com sua família. É o conflito vivido por todas elas, pois, por mais dificuldades que passassem, elas queriam tentar quantas vezes fosse possível, a continuar com suas famílias de origem.

Analisando as narrativas das jovens, todas elas começaram falando sobre sua família natural. A que mais falou sobre a família foi Débora, a que menos se referiu a ela foram Francisca e Maiara, porém, ambas foram as que falaram menos tempo em suas Narrativas, com tempos muito aproximados, comparando ambas. Já a Débora foi a que mais falou nas narrativas, com tempo aproximado da Angélica, que também falou mais sobre família do que sobre a Casa Família, assim como a Débora. Francisca falou equivalente sobre as duas categorias, contudo, Maiara falou muito mais sobre a Casa Família do que sobre sua família, isso, como ela mesma justifica, provavelmente, porque ela passou mais tempo na Casa Família do que com sua família, o mesmo aconteceu com Mariana, que também narrou mais sobre a Casa Família do que sobre sua família, diferente de Rita e Vlândia que narraram bem mais sobre sua família do que sobre a Casa Família.

É uma forma simples de analisar o que, naquele momento da narrativa, foi essencial para elas. Não apenas o dito, mas o não dito que revela muito. O fato de silenciarem mais sobre algum aspecto, não significa dizer que não têm o que falar, ao contrário, o silêncio pode dizer muito, pode dizer inclusive que elas não querem falar, mas que há muito guardado sobre aquele tema e muitos motivos que as levaram a não quererem exteriorizar o tema família ou se aprofundar mais sobre a passagem pelo acolhimento institucional. Os momentos marcantes trazidos por elas, em especial as dificuldades citadas por algumas, podem revelar motivos pelos quais as outras não querem se aprofundar no assunto. O que para uma pode ser uma situação do passado, para outra, pode ser algo ainda do seu presente.

Retomando os conceitos legais, nesta construção familiar, atualmente, não é possível falar de um modelo único de família, reconhece-se a diversidade desta constituição em suas várias possibilidades, assim como se reconhecem os prejuízos causados pela quebra desses vínculos.

O ECA fala inicialmente de família natural, explicitada no Artigo 25 como “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.” Ou seja, não se trata da presença de ambos os pais com seus filhos, mas de qualquer deles ou ainda de qualquer que deles descendam. Além do conceito de família natural, o ECA traz ainda o conceito de família extensa ou ampliada, na sequência desse artigo, constituída por parentes próximos que mantenham vínculo de afinidade e afetividade com a criança ou adolescente.

Sobre a constituição familiar de origem, as jovens relatam o seguinte: Angélica morava com a mãe, padrasto e irmãos e teve conhecimento do pai só após a saída da Casa Família; Débora morava com irmãos, a mãe faleceu quando ainda era pequena e sua paternidade é indefinida, embora ela tivesse contato com quem ela acreditava ser seu pai biológico; Rita e Francisca moravam com os pais e ficaram órfãs, moraram com irmãos e hoje mantém contato; Maiara e Mariana moravam com a mãe e irmão menor, não citam contato com o pai; Vlândia cita não ter tido contato com a mãe, afirmou ter morado com pai e avós. Preciso destacar que algumas tramas familiares das jovens eu conheci com mais detalhes, pela convivência que mantive com elas e pelas conversas informais, contudo, julgo não ser apropriado maiores revelações além das que elas trouxeram, pois, o que cabe aqui analisar é justamente o valor de suas narrativas, seus ditos e não ditos, e não um caráter investigativo de suas vidas. Aqui foi registrado o que cada uma quis contar de suas vidas, os fatos suprimidos foram respeitados e revelam a forma como cada uma buscou lidar com as ausências e distanciamentos familiares em suas vidas. Não revelar mais detalhes sobre o pai ou a mãe, revela uma espécie de tentativa de negação, a mesma sofrida por elas, agora dada na forma de preferir não registrá-los nesta história ou mesmo de ainda terem muito mais motivos para não falar do que para falar sobre eles.

Com o objetivo de suprir as necessidades atuais, para contemplar mais adequadamente o conceito de família, o Plano Nacional (BRASIL, 2006, p. 27) a definiu como:

Um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o *status* da pessoa dentro do sistema de relações familiares.

O reconhecimento dessa diversidade familiar apresenta-se ainda na legislação quando no Artigo 21 do ECA institui que

O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

Ou seja, não há poder maior destinado à mãe ou ao pai, como antes era concebido, o Pátrio Poder, com a perspectiva do Pai como detentor do poder maior da família. Atualmente, ambos têm o mesmo peso decisório em relação à vida dos filhos. Esse poder implica também no grau de importância dada pela legislação da presença de ambos os pais na vida dos filhos e no reconhecimento de que, a ausência de um deles ou ambos podem causar grandes prejuízos ao indivíduo, o que motivou a realização desta pesquisa, no sentido de compreender a superação desses prejuízos causados pelo rompimento familiar.

A impossibilidade de estar junto à família natural ou ampliada, de maneira geral, gera a quebra dos vínculos familiares. Os motivos que levam a esta situação extrema, infelizmente, são diversos e envolvem a ameaça ou violação dos direitos da criança e adolescente, buscando-se outros meios para garantir a proteção integral à criança e adolescente prevista em legislação. Nestes casos, a criança ou adolescente estará respaldado pelas medidas de proteção designadas no Artigo 101 do ECA detalhadas em capítulo anterior, dentre estas medidas encontra-se o acolhimento institucional.

Vale ressaltar que o uso do termo “orfanato”, durante muito tempo pelas instituições de acolhimento infanto-juvenil, levou à construção da ideia de que as crianças e jovens desta instituição não possuem família, não apenas pai e mãe, mas família de maneira geral, algo que na verdade era e ainda é muito raro. A grande maioria das crianças e jovens em situação de acolhimento institucional, como já foi visto, possuem família, contudo, não possuem o vínculo estabelecido e precisam desta reintegração seja na família de origem, ou em família substituta, conforme artigo 28 do ECA.

A família é referência para construção de vínculos afetivos, experimentação de emoções, proteção, cuidado, autonomia, tomada de decisão, vivência de conflito. Ela desenvolve ainda significado no campo das crenças, dos mitos, das regras, dos valores, construindo a subjetividade e a identidade do indivíduo (BRASIL, 2006). As consequências do distanciamento ou da quebra de vínculos familiares estão relacionadas a aspectos que geram prejuízos físicos e psicológicos. É por isso que

a separação da criança e do adolescente do convívio com a família seguida de institucionalização, pode repercutir negativamente sobre seu

desenvolvimento, sobretudo quando não for acompanhada de cuidados adequados, administrados por um adulto com o qual possam estabelecer uma relação afetiva estável, até que a integração ao convívio familiar seja viabilizada novamente (BRASIL, 2006, p. 32).

Portanto, a reintegração de crianças e jovens institucionalizados ao convívio familiar não é somente uma necessidade percebida, mas um investimento de primeira ordem previsto no ECA (2013b):

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

§ 3º A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei (ECA, 2013b — Grifo meu).

Sabe-se que, quando a convivência familiar está respaldada em todos os direitos necessários à criança, esse é o melhor lugar para estar, entretanto, nem sempre existem condições para a manutenção desses laços, mas deve se esgotar todas as possibilidades de reintegração dessa relação familiar, antes mesmo de partir para outras soluções previstas em lei (Artigo 101, ECA).

A realidade do distanciamento e da quebra dos vínculos familiares não ocorre de maneira deliberada, é preciso uma dada realidade de violação dos direitos da criança e adolescente. Ela é decretada judicialmente e na prática, não é um processo imediato ou rápido. Nos casos de irmãos, o ECA aponta a prioridade de manutenção dos vínculos fraternais, evitando, até último caso, a separação dos irmãos.

A quebra dos vínculos familiares ocorre quando a criança ou adolescente já não está mais sob o convívio familiar, ela passa a estar em acolhimento familiar ou institucional

ou ainda em família substituta, que se dá na forma de guarda, tutela ou adoção da criança ou adolescente, detalhada na seção III do Livro I do ECA.

O termo “guarda” é comumente mencionado em caso de separação dos pais, que recorrem à justiça para definir a guarda dos filhos, o que não exclui os deveres dos pais, independente da destinação da guarda para um dos pais ou mesmo ambos. A guarda também pode se dar no caso, peculiar, da falta dos pais, ao novo responsável pela criança ou adolescente. Implica no dever de prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, de acordo com o ECA.

Já a tutela implica diretamente no dever de guarda, de acordo com o ECA. Pressupõe a perda ou suspensão do poder familiar. A guarda e a tutela podem ser destituídas, diferente da adoção, que é medida irrevogável, excepcional, concedida apenas quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção de vínculo da criança ou adolescente com a família natural ou extensa. De acordo com o ECA, o processo de adoção sempre passa por um estágio de convivência da criança ou adolescente com a nova família. Essa medida mostra já a construção dos vínculos afetivos a partir desta convivência inicial. De acordo com a legislação, os filhos adotivos não se distinguem legalmente dos filhos biológicos em hipótese alguma.

Esse período de convivência experienciado é narrado por Angélica:

Passei a ter um convívio familiar com a família que criou meu irmão mais velho. Antes, a gente teve um Conselho lá e eu passei a noite pensando nisso. Era no tempo de férias e eu cheguei para a Irmã Karla e disse: eu quero passar as férias lá na família que criou meu irmão, aí ela perguntou se eu queria mesmo e eu disse, quero! Porque eles já estavam me visitando e deu certo. Na terceira semana que já estava de férias eu conversei com a mãe adotiva do meu irmão, perguntei se eu podia morar com ela, e ela disse: pode! Daí ela me abraçou. Fui bem acolhida pela família e passei anos com ela.

Outro exemplo do processo de adoção é dado por Rita. Sua fala revela a frustração com a lentidão dos processos burocráticos, a luta por sua guarda e ao mesmo tempo, o fortalecimento em identificar o que de melhor há no convívio familiar que ela conseguiu conquistar novamente:

Ela (a mãe adotiva) conseguiu a nossa guarda provisória e pra ela conseguir a definitiva ela precisava de uma documentação dos nossos falecidos pais. Nós tivemos muita dificuldade pra conseguir essa documentação, como a certidão de óbito da minha mãe, que tinha que vir do Maranhão pra cá e descobrimos que ela não tinha. Era preciso provar que minha mãe estava morta e isso foi um problema. Não conseguimos essa documentação antes de completarmos 18 anos, então acho que o caso foi arquivado. Mas, ela tinha legalmente a guarda provisória

da gente, até que toda essa burocracia fosse resolvida. É mais um exemplo de como a lei dificulta as coisas pra gente. É muito ruim encontrar alguém que quer dar amor e carinho e ter uma barreira dessas. Mas, mesmo não conseguindo essa adoção definitiva, eu me sinto filha dela e eu sinto ela como minha mãe. Hoje vejo que isso é o que importa. Ela me deu a casa dela, me deu o amor dela, o carinho dela, a família dela, o pai dela, a mãe dela, tudo dela ela me deu. Isso importa muito mais do que esse papel que a justiça não me deu, que não significou nada, porque o mais importante ela me deu.

O fato é que a família possui total reconhecimento das esferas políticas, sociais, educacionais, psicológicas, acadêmicas, religiosas, enfim, compreendendo plenamente sua importância na vida, tanto de crianças quanto de jovens.

Em se tratando da juventude, a categoria família vive o paradoxo entre o distanciamento e a necessidade por ela mesma. Esta recusa e necessidade de aproximação, associado aos sentimentos causados pelo próprio distanciamento familiar e os motivos que os levaram a tal, está explícito na fala da jovem Vlândia, que compartilha sua história:

De tudo, Aline, que eu passei depois que eu saí de lá, foi o que mais doeu. Antes me perguntavam: Vlândia, e tua mãe? Eu dizia, ela não sente minha falta e ela não me faz falta. Mas, sabe quando é que faz falta? Quando você se vê adulta, chega um domingo e você pensa: eu queria ver alguém. Porque é normal num domingo as pessoas irem visitar a mãe, o irmão, não é assim que as coisas acontecem? E você não ter ninguém pra visitar. Você é a sua família e pronto!

A família exerce papel de influência e apoio em todas as fases da vida e quando ela não existe, sua função pode ser substituída por outras pessoas ou entidades. No caso de adolescentes institucionalizados, eles vivem um segundo momento de rompimento. O primeiro foi o rompimento com sua família natural e o segundo com sua família reconstruída no acolhimento, da qual deve se despedir também, mais cedo ou mais tarde.

Desta forma, “a adolescência nos serviços de acolhimento institucional pode ser acompanhada de sentimento de perda, frente à aproximação da separação, muitas vezes, do único referencial do qual o adolescente dispõe: os vínculos construídos na instituição” (PEREIRA, 2003 citado por BRASIL, 2006, p. 33). E esse sentimento de perda é sentido em qualquer idade, seja adolescente ou criança. Portanto, consta no Plano Nacional que

independente de sua orientação teórica, especialistas em desenvolvimento humano são unânimes em destacar a importância fundamental dos primeiros anos de vida, concordando o desenvolvimento satisfatório nesta etapa aumenta as possibilidades dos indivíduos de enfrentarem e superarem condições adversas no futuro, o que se denominou resiliência (BRASIL, 2006, p. 28-29).

Estas são as lutas e desafios encontrados na realidade atual do acolhimento institucional, lutas históricas, socialmente construídas, inicialmente, em prol dos desvalidos e recentemente com o avanço da doutrina de proteção integral. A luta atual é garantir na prática os direitos assegurados em legislação, superando uma mentalidade menorista que teima por manter práticas repressivas segregadoras e culpabilizadora das vítimas.

Este item trata apenas de uma síntese analítica que envolvem inúmeras questões e que ainda podem ser ampliadas e aprofundadas, para melhor compreensão desta realidade a partir das narrativas das jovens, que trazem elementos que permitem ainda muitos outros achados para pesquisas. A partir daqui, demais aspectos específicos serão abordados em análise à história das jovens protagonistas deste estudo.

Assim, justifico a relevância deste estudo no campo de pesquisa com jovens que passaram pela medida protetiva do acolhimento institucional. As questões pertinentes à forma como enfrentaram e superaram as condições adversas encontradas durante a permanência na Casa Família e após sua saída serão abordadas no capítulo seguinte.

4. NARRATIVAS QUE SE CRUZAM: RELAÇÕES ENTRE RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO

*Não tem porque negar, nem
esconder, essa é a minha história,
de uma pessoa sonhadora, forte,
que ainda vai conseguir realizar
todos os sonhos.*

(Mariana, ex- moradora da Casa Família)

As narrativas das jovens sobre suas trajetórias de vida com foco no período em que foram acolhidas representam o *corpus* central a ser analisado neste capítulo. Ressalto que também usei trechos do meu diário de itinerância para complementar algumas informações importantes para a análise. Tais trechos referem-se a momentos significativos vividos com as jovens no período do trabalho de campo tanto do mestrado, quanto do doutorado e em diferentes ocasiões em que me relacionei com as mesmas, seja na condição de pedagoga, de amiga ou de membro do Grupo Fantasia.

Conforme também anunciado na introdução, utilizei a Análise Textual Narrativa proposta por Moraes (2003), o que levou-me a um processo de construção-desconstrução-nova-construção do texto narrativo em que emergiram três categorias centrais: direitos da criança e do adolescente, resiliência e empoderamento.

Início o capítulo trazendo elementos para situar o leitor na categoria de resiliência, apresentando um levantamento teórico, associado às análises das Entrevistas Narrativas das jovens. Além de destacar processos resilientes no campo teórico, ilustro com a representação das falas das jovens, tecendo um diálogo entre os diferentes interlocutores deste processo. Cabe esclarecer que o leitor não encontrará neste item uma indicação sobre o grau de resiliência, pois meu objetivo não é realizar uma ação diagnóstica e sim, compreender o processo formativo vivenciado no enfrentamento das adversidades e os fatores resilientes apresentados por este grupo.

A mesma premissa ocorre no segundo item, quando discorro sobre a categoria de empoderamento, em especial, a partir da fala de uma das jovens, mas que ilustra muitas realidades brasileiras de crianças e jovens em situação de acolhimento institucional.

Falar sobre empoderamento é uma tendência de constante retomada das outras categorias deste estudo, seja resiliência ou direitos da criança e do adolescente, pois os

caminhos de empoderamento perpassam tantos outros trajetos sociais e críticas que interagem diretamente com as demais categorias deste estudo.

4.1. Trajetórias de resiliência

A urgência que a sociedade tem enfrentado de garantir condições de vida cada vez melhores desde os primeiros anos de vida de um indivíduo, tem nos levado a assumir a premissa da proteção integral da criança, do adolescente e do jovem, levando-nos a buscar novas orientações para ajudar na proporção desta desejada qualidade de vida. Esta inclui qualidade no campo das finanças, da saúde, da educação, do esporte, do lazer, além de boas condições físicas, psicológicas, emocionais e espirituais (ASSIS, 2006).

Todavia, a realidade atual nos revela cada vez mais infâncias e juventudes que não conseguem ter esta proteção integral e, muito menos, garantir este nível de qualidade de vida; conseqüentemente, possuem seus direitos ameaçados ou violados sempre que não possuem o devido acesso à saúde, à habitação, à alimentação, à educação, ao lazer, à liberdade, à segurança pessoal, dentro outros; chegando ao ponto de não terem condições básicas indispensáveis à preservação da vida e dignidade humana.

Contudo, mesmo com situações de adversidade muitas dessas crianças e jovens revelam um potencial para a superação, apontando assim um potencial de resiliência. Melillo (2005) define adversidade como um conjunto de fatores de risco, como pobreza e distanciamento familiar, por exemplo.

Resiliência é um termo que foi usado, primeiramente, no campo das ciências exatas, em especial na física e na engenharia. Foram identificados materiais capazes de armazenar grande quantia de energia de deformação sem sofrer alterações permanentes. Assim, vários materiais apresentavam distintos módulos de resiliência (ASSIS, 2006; MELILLO, 2005).

Em seguida, o termo foi adaptado para as ciências humanas e, especificamente ao final da década de 1970, passou a ser mais estudado pela Psicologia e pela Psiquiatria, designando a força necessária para a saúde mental resistir às adversidades e estabelecer-se na vida mesmo após a exposição de riscos (ASSIS, 2006).

Atualmente, o conceito de resiliência vem sendo encarado em toda a sua complexidade. Vários autores têm trazido definições diferentes e em todas envolvem

elementos principais para a compreensão do termo, dentre eles é importante perceber que resiliência significa valorizar os pontos fortes e buscar meios para reforçá-los.

Destaco a definição de Grotberg, afirmando que resiliência consiste na “capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade” (citado por MELILLO, 2005, p.15).

Grotberg em artigo publicado por Melillo (2005, p. 17) também identificou em suas pesquisas quatro fatores resilientes, ou seja, fatores que proporcionam o fortalecimento do indivíduo, preparando-o para viver e aprender frente a situações adversas, são eles:

Eu tenho:

- Pessoas do entorno em quem confio e que me querem incondicionalmente.
- Pessoas que me põem limites para que eu aprenda a evitar os perigos ou problemas.
- Pessoas que me mostram, por meio de sua conduta, a maneira correta de proceder.
- Pessoas que querem que eu aprenda a me desenvolver sozinho.
- Pessoas que me ajudam quando estou doente, ou em perigo, ou quando necessito aprender.

Eu sou:

- Uma pessoa pela qual os outros sentem apreço e carinho.
- Feliz quando faço algo bom para os outros e lhes demonstro meu afeto.
- Respeitoso comigo mesmo e com o próximo.

Eu estou:

- Disposto a me responsabilizar por meus atos.
- Certo de que tudo sairá bem.

Eu posso:

- Falar sobre coisas que me assustam ou inquietem.
- Procurar a maneira de resolver os problemas.
- Controlar-me quando tenho vontade de fazer algo errado ou perigoso.
- Procurar o momento certo para falar com alguém.
- Encontrar alguém que me ajude quando necessito.

De acordo com Grotberg (op. cit.), para o desenvolvimento da resiliência é importante promover os fatores de resiliência acima, identificar a adversidade vivida e avaliar o que aprendeu ou falta ser aprendido da experiência e que fatores precisam de maior atenção.

Assis (2006) enfatiza ainda que é preciso compreender o caráter construtivo da resiliência, ou seja, ninguém nasce resiliente ou a adquire através de um aprendizado teórico. Em outras palavras, a resiliência não é um movimento de fora para dentro, mas sim um movimento interativo entre o indivíduo e o meio.

O conceito de resiliência também não permite afirmar que existam sujeitos resilientes e não-resilientes. De acordo com Assis (2006), a partir das pesquisas realizadas no campo, optou-se por identificar o contrário de resiliência como vulnerabilidade, definido como a “intensificação da reação frente a estímulos que, em circunstâncias normais, conduzem a uma desadaptação” (ASSIS, 2006, p. 21).

A infância e a adolescência são períodos em que se torna fundamental a criação de uma base para a resiliência que será desenvolvida ao longo da vida.

Segundo Cyrulnik, “nos primeiros anos, a resiliência é fácil, todavia, frágil. Conforme as reações do meio, as centelhas de resiliência poderão se apagar, se desviar ou se reforçar até se tornarem uma sólida maneira de ser” (CYRULNIK, 2004, p. 164)

Compreende-se que para uma criança ou jovem apresentar um potencial resiliente é preciso que haja alguns fatores protetivos. Ao falar em proteção, trata-se de quatro principais processos, são eles:

reduzir o impacto dos riscos, alterando a exposição da pessoa à situação adversa; reduzir as reações negativas em cadeia que seguem a exposição do indivíduo à situação de risco; estabelecer e manter a auto-estima e a auto-eficácia, através do estabelecimento de relações de apego seguras, e o cumprimento de tarefas com sucesso; criar oportunidades para reverter os efeitos do estresse (RUTTER, 1987, citado por ASSIS, 2006, p. 63).

Além disso, destaca-se ainda que

os mecanismos de proteção são compostos por recursos familiares e sociais disponíveis às crianças e aos adolescentes, bem como por suas próprias forças e características internas para lidar com a inevitável adversidade na vida, tais como: ter um grupo de amigos e sentir-se pertencente a ele, ter um vínculo com a escola, fazer parte de uma família afetivamente estável e com bom relacionamento (ASSIS, 2006, p. 63).

Neste trabalho tenho destacado o significado da família no processo formativo das jovens protagonistas desta pesquisa. Desta forma, é necessária a compreensão da relação entre família e respostas resilientes frente às adversidades vivida. Assis (2006, p. 66) dá um bom suporte a este respeito quando, apoiado, em diferentes autores, afirma:

A existência de uma base familiar sólida para o desenvolvimento saudável da criança, principalmente na primeira infância, é um importante fator de proteção (Garmezy, 1991; Werner e Smith, 2001; Rutter, 1971; Bowlby, 1990). O apoio social de que o indivíduo dispõe ao longo da vida estrutura-se formando uma rede social que sustenta e promove outros diferentes tipos

de apoio, qualitativa e quantitativamente relacionados ao padrão apreendido inicialmente na infância e na adolescência

Assis (2006) destaca ainda, que apesar das adversidades vividas, todo ser tem um potencial de resiliência, uns em nível maior, outros menor. O que define este nível, é o conjunto de fatores protetivos que possam se somar para o aumento da resiliência desde a infância. A ausência do convívio familiar é um fator de risco grave para a diminuição da resiliência, mas não é regra geral que isso ocorra, pois vários fatores ainda podem estar a favor do desenvolvimento da resiliência. Como destaca Assis (op. cit. p. 61)

É a existência de um entorno afetivo e material o aspecto determinante para se proteger uma criança que enfrenta adversidade de sofrer consequências mais graves e duradouras. Esse entorno precisa ser estável para dar à criança o sentimento de continuidade e de futuro; amoroso para permitir que aprenda a dar e receber afeto; confiável para prover segurança e o sentimento de que pode contar com os outros para superar problemas; flexível, com limites negociados e adaptados ao possível de cada indivíduo, e aberto para lidar com o novo; firme suficiente para facilitar a cada intromissão de limites e normas culturais; respeitoso para que as pessoas aprendam os direitos e os deveres da vida em comunidade. Esse entorno nunca é perfeito nem invulnerável; porém, quando o saldo protetor é mais intenso e constante, consegue minorar os efeitos danosos das adversidades.

Ou seja, não é obrigatoriamente a presença da família que conta positivamente, mas o papel que ela desempenha na vida e na formação da criança, papel esse que pode ser substituído, não necessariamente em forma de representação social, mas no campo afetivo, emocional e psicológico. É o amor que o sujeito sente, seja da família, seja de um professor, seja de um tutor. Enfim, é o sentimento de afeição que ele experimenta ter e doar que pode fazer a diferença para o ser resiliente. Assis (2006, p. 64) cita Cyrulnik para afirmar de forma contundente que “a criança ou o adolescente privado de afeição não possui nada”.

Outro fator positivo para o desenvolvimento da resiliência é que ela não é obrigatoriamente afetada pela situação sócio-econômica da comunidade, da família ou do indivíduo, pois crianças e adolescentes pobres “têm tanto potencial para superar as dificuldades econômicas, quanto outra nascida em melhor condição social” (op. cit. p. 38).

Melillo (2005, p. 62 e 63) também aponta o que chama de pilares da resiliência, ou seja, alguns atributos que aparecem entre crianças e adolescentes considerados resilientes:

- a) Introspecção: arte de se perguntar e se dar uma resposta honesta.
- b) Independência: saber fixar limites entre si mesmo e o meio com problemas; capacidade de manter distância emocional e física, sem cair no isolamento.
- c) Capacidade de se relacionar: habilidade para estabelecer laços e intimidade com outras pessoas, para equilibrar a própria necessidade de afeto com a atitude de se relacionar com os outros.
- d) Iniciativa: gosto de se exigir e se por à prova em tarefas progressivamente mais exigentes.
- e) Humor: encontrar o cômico na própria tragédia.
- f) Criatividade: capacidade de criar ordem, beleza e finalidade, a partir do caos e da desordem.
- g) Moralidade: consequência para estender o desejo pessoal de bem-estar a toda a humanidade e a capacidade de se comprometer com valores; esse elemento já é importante desde a infância, mas sobretudo a partir dos 10 anos.
- h) Autoestima consistente (incluindo nós mesmos): base dos demais pilares e fruto do cuidado afetivo consequente da criança ou adolescente por parte de um adulto importante.

Ainda de acordo com Melillo (2005) e Assis (2006), a capacidade de crer numa força transcendente pode também colaborar para o aumento do potencial de resiliência do indivíduo. Além dos pilares acima destacados, compreendendo que a resiliência é possível, a partir de um conjunto de fatores que colaboraram para que o indivíduo consiga destacar mais pontos positivos do que negativos de um problema, a espiritualidade também se configura como fator de proteção que pode desenvolver o potencial de resiliência.

Nessa perspectiva, a espiritualidade em parceria com a resiliência aproxima-se do seguinte conceito formulado por Boff (2006, p.13): “Espiritualidade é aquilo que produz no ser humano uma mudança interior”. O autor destaca ainda que

Considero que *espiritualidade* esteja relacionada com aquelas qualidades do espírito humano – tais como amor e compaixão, paciência e tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia – que trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto para os outros (BOFF, 2006, p. 15).

Entretanto, é importante destacar a perspectiva de resiliência apresentada por Yunes (2003), que reforça a ideia de que ser resiliente não significa passar ileso pelas situações de adversidades. A autora reforça a diferença entre resiliência e invulnerabilidade, deixando claro que toda situação de adversidade deixa suas marcas e nem por estas marcas o indivíduo deixa de ser mais ou menos resiliente. Neste caso, vejo a adversidade como uma tatuagem, marcada permanentemente através da dor no corpo do indivíduo, a atitude resiliente é o significado que se dá a esta marca. A dor da tatuagem nunca é esquecida, mas ela tem um

significado na vida. Compreender e expressar esse significado já é, em princípio, uma atitude resiliente.

Yunes (2003) aponta, ainda, a possibilidade da resiliência aparecer de diversas formas e esta diferença está diretamente vinculada ao indivíduo e sua relação com o meio. Isto explica porque um grupo pode passar pela situação de adversidade e ter respostas resilientes diferentes, mas não necessariamente saiam ilesos da situação adversa vivenciada.

Por isso, é importante olhar a resiliência dentro da perspectiva dos Direitos Humanos, pois, conforme destaca Verges (Citado por Melillo, 2005, p. 144),

a resiliência favorece mais e melhores direitos. Gerar o estado resiliente é um direito específico da infância, porque é preciso garantir-lhe, oportunamente, a vigência dos direitos com potenciais promissores, inscritos na esperança de que cada um é único, com recursos-direitos a proteger e a garantir.

As jovens protagonistas deste estudo possuem suas marcas, suas dores, que não são esquecidas. Em momento algum parti da premissa de encontrá-las sem as marcas que as definem como são hoje. Como dito no primeiro capítulo, eu pretendia criar as condições para estas jovens exercitarem suas falas aprendendo a interpretar com elas suas histórias. Foi o que aconteceu.

Ouvindo e analisando suas narrativas, identifiquei diversos fatores de adversidade vividos por elas, sendo um deles sempre narrado no início de suas falas, o distanciamento familiar. Além deste foi possível identificar: violência doméstica; fome; doença própria e/ou da mãe; não saber sua própria história; morte de um dos pais ou ambos; adoção tardia; situação de acolhimento institucional e desemprego. No período antes do acolhimento institucional é possível resumir as situações adversas narradas em: pobreza, maus tratos e doença da mãe. Já vimos o que deve ou não levar a crianças ao acolhimento institucional, aqui não pretendo discutir este ponto e sim, o enfrentamento da adversidade vivida.

Todas elas viveram anos no Abrigo na tensão do que iria acontecer. Não sabiam se retornariam ao convívio familiar ou teriam uma nova família. Débora sintetiza sua angústia e seu sonho nas seguintes palavras:

E eu tinha uma vontade grande. Sabe qual era? Tipo assim, no convento quando tem as crianças que estão pra adoção e tem as famílias. Lá, o meu sonho era ter uma família, eu cresci querendo isso, ter uma mãe, um pai, outro irmão. E as Irmãs diziam que eu não ia pra adoção, acho que primeiro porque não podia e também porque meus irmãos não deixavam. Eu queria muito ter uma família, muito mesmo. Chegava a ser um sonho. Então, as Irmãs não

me botavam pra adoção, ai quando essa mulher apareceu, eu pensei que ia ter uma mãe! Eu fiquei super feliz!

Voltar para a família ou ter uma nova família, parecia ser a solução dos problemas, mas a realidade encontrada por elas não foi bem assim e Cyrulnik (2004, p. 3-4) apresenta uma síntese desta situação:

A suspensão dos maus-tratos não é o fim do problema. Encontrar uma família adotiva depois de perder a sua é apenas o início da questão: ‘E agora, o que devo fazer com isso?’ Não é porque o patinho feio encontra uma família cisne que tudo está resolvido. A lesão está escrita em sua história, gravada em sua memória, como se o patinho feio pensasse: ‘É preciso bater duas vezes para provocar um traumatismo’. O primeiro golpe, no real, provoca a dor do ferimento ou a dilaceração da falta. O segundo, na representação do real, faz surgir o sofrimento de ter sido humilhado, abandonado. ‘E agora, o que vou fazer com isso?’ Lamentar-me todos os dias, procurar me vingar ou aprender a viver uma outra vida, a dos cisnes?’

É a vida dos cisnes que estas jovens têm aprendido a viver. Com suas marcas e suas dores, mas uma nova vida. Débora, por exemplo, tentou as duas possibilidades: voltar para a família não foi a solução como esperava, pois nem ela, nem a família, não eram mais os mesmos. Foram dez anos de distanciamento e ao retornar não encontrou a felicidade que ela esperava, então, ela buscou uma nova família e o mesmo ocorreu, ou seja, nada encontrou lá do que procurava, como ela mesma cita: “a minha vida toda eu só queria atenção e carinho. Foi o que não recebi.” Assim, uma vida de cisne ela foi viver, diferente de todas as possibilidades que ela imaginava. Jamais pensara em namorar, quanto mais casar e hoje ela busca se encontrar nesse novo mundo:

Eu vivi em três mundos diferentes. Lá dentro do convento é um mundo, porque a gente vive sob a proteção das Irmãs, juiz, no sei o que. E lá é um mundo, porque o que tu faz fora, não é você quem paga não, você não sabe nem quem está pagando por ti. Já na casa da mulher que me adotou é um mundo lá também, porque quando amanhecia eu tinha que fazer café, depois almoço, janta, dormia, era tudo assim, máquina, era um mundo e eu não resolvia nada fora, era ela quem ia, eu era aquela pessoa que não existia no mundo, hoje eu tenho essa consciência. E o terceiro mundo é aqui fora e esse mundo é o melhor, porque tu vê tudo, é muito diferente. [...] Eu procuro me divertir, eu brinco até hoje, eu brinco de skate, caio, fico sorrindo, eu brinco com o filho da vizinha, criança e ele diz que gosta muito do meu jeito, sério e ao mesmo tempo brincalhona. E se eu levar tudo a sério, eu caio em depressão.

Angélica revela também suas marcas e ao mesmo tempo sua consciência de que seu caminho continua sendo trilhado com lutas e conquistas. Sua fala representa o que foi dito, que o passado não é esquecido, mas tem sido ressignificado a cada dia:

Minha vida foi uma reviravolta muito grande Aline. Graças a Deus, eu não esqueci o que aconteceu e aprendi a conviver com isso. Olho para trás e digo: eu venci, e continuo vencendo, graças a Deus!

Cyrulnik (2004,p.9) afirma: “mesmo quando nos libertamos de nossos agressores, nós os levamos em nós, em nossa memória.” E esta é a representação marcante para Débora e Angélica. Ao fazer a análise da narrativa de Débora, percebi que ela detém um maior tempo nas adversidades vividas, contudo, ela sempre retoma uma fala sobre perdoar os que lhe fizeram mal e a necessidade de esquecer e deixar o passado para trás. Angélica também narra com detalhes suas adversidades, entretanto, acho válido destacar que nem tudo entrou na versão final. Todas as narrativas me comoveram, mesmo eu conhecendo suas narrativas de vida, mas ouvi-las de forma articulada por elas mesmas foi muito comovente. Contudo, a narrativa de Angélica para mim, foi mais marcante, inclusive, pela sua participação maior no processo. Ela sempre manteve contato, pediu algumas vezes para rever e alterar o texto original, algumas partes saíram e ela mesma fez questão de incluir citações marcantes para ela. Ela disse que não se tratava de esconder sua história, ela a conhecia e buscava a cada dia viver a partir dos fatos ocorridos, mas alguns detalhes, preferiu suprimir, afinal, é sua história. Sobre suas dores, ela mesma sintetiza:

Hoje em dia trabalho, estudo, posso dizer que a família, como William Shakespeare fala, são os amigos que a vida nos permite ter. Eu olho para o passado com orgulho, porque eu superei tudo que passei, toda as dores. Às vezes a gente chora assim só de falar. Hoje eu sou uma vitoriosa.

Sua fala mostra que a dor não é esquecida, mas o sentimento de vitória tem a necessidade de ser reiterado por quem tem conseguido viver dia após dia, mesmo tendo passado por tantas adversidades e este sentimento é presente em todas as jovens.

Interessante destacar que, mesmo vivendo anos numa instituição de caráter religioso explícito, a única jovem que destaca o aspecto religioso em sua narrativa é Angélica. Como visto em sua narrativa, ela relata em dado momento ter optado por seguir a vida religiosa, mesmo não tendo levado o projeto adiante, mas aparece em vários momentos de sua narrativa elementos de sua fé, demonstrando a importância para ela de sua crença.

As duas jovens citadas foram as de maior tempo de narrativa, já Vlândia, foi uma das que menos tempo narrou. Ela narrou situações de adversidades, conforme já citadas. Angélica narrou, mas optou por não divulgar alguns detalhes. No caso da Vlândia, ela não narrou detalhes de suas relações de adversidade familiares. Ela cita o distanciamento da mãe e

a vontade de procurar o pai, sem maiores detalhes sobre sua adoção e como citamos, o não-dito também pode revelar elementos importantes de análise. Algumas informações suprimidas nas narrativas são conhecidas por mim, mas, por respeito aos motivos que as levam a construir suas narrativas da forma como foi dada, opto por não me aprofundar em alguns casos específicos, como este.

Analisando as narrativas destas três jovens, identifiquei alguns fatores de resiliência individual presentes, conforme os citados acima a partir de Grotberg (2005). São aspectos em suas falas em que elas revelam ter pessoas que as ajudam ou ajudaram no processo de fortalecimento pessoal, demonstram disposição na resolução de problemas e revelam poder falar de assuntos que antes não conseguiam. Quanto aos pilares de resiliência citados por Melillo (20015), as jovens revelam características de introspecção em suas reflexões, atitudes de independência e iniciativa que aprenderam a despertar em si mesmas pelos caminhos da vida tomados por si, capacidade de se relacionar e traços de autoestima no relato de suas histórias.

Tratando dos fatores resilientes apresentados pelas próximas narradoras, destacarei as duplas de irmãs: Maiara e Mariana, Francisca e Rita. Sabemos que a prioridade pelo não desmembramento de irmãos no Acolhimento Institucional é fator regido pelo ECA. A presença da relação fraternal neste processo gera benefícios afetivos importantes de serem mantidos. Maiara e Mariana falam em alguns momentos sobre esta relação. Maiara fala sobre seu choro ao acordar e não ver a irmã Mariana ao seu lado, logo quando chegou ao Abrigo, ela foi consolada ao saber que a irmã apenas acordou antes e estava em outro cômodo. Maiara afirma que pensava que a irmã tinha ido embora e que ela estava sozinha. É o reviver a dor do distanciamento familiar, primeiro com a mãe, e o medo que isso tornasse a acontecer com os irmãos, ou seja, a companhia da irmã mais velha a fortalecia. Já Rita e Francisca revelam a dor do distanciamento dos demais irmãos que ficaram longe e sem contato. Elas relatam a luta por retomar os laços familiares e as dificuldades neste processo.

Eu percebia a cada dia que Deus tirava pessoas da nossa vida e colocava também pessoas que valiam a pena. Mas, a gente não era completamente feliz, porque sempre faltava a família, faltava o pai, a mãe, os irmãos que a gente passou nove anos sem ter contato. Eu, pelo menos, passei nove anos sem ter contato com meus irmãos, nem uma ligação tinha.

Nas relações familiares, Maiara revela uma certa dificuldade em lidar com a mãe atualmente, diferente de Mariana que destaca:

No momento, tem o problema com a minha mãe, que voltou a ficar doente e a gente ta cuidando dela. Minha irmã estava de férias e ela estava cuidando, agora sou eu. Foi ela quem colocou a gente no mundo, é a ela que eu devo a vida, então, se eu tenho que cuidar de uma pessoa, essa pessoa é minha mãe, mesmo que fique pra depois meus estudos. Eu não posso abandonar minha mãe, porque ela me deu a vida e é dela, que eu tiro essa força, essa vontade de dar a volta por cima. Por mais que ela tenha errado em algumas coisas, mas, foi ela que eu vi uma força que me impressionou, passou por tanta coisa e ta aí viva. Eu estou fazendo a minha parte e minha consciência fica limpa de que eu fiz o que pude pra ajudar ela.

Nas falas de Mariana identifiquei a presença de um grande número de fatores de resiliência pessoal. Ela, inclusive, não aponta os anos vividos na Casa Família como fator de adversidade, ao contrário, ela chega a dizer que foram anos maravilhosos, que ela gostou tanto de estar lá que demorou a sair. Tanto ela quanto Maiara percebem a atual constituição familiar como melhor do que antes, contudo, há um sentimento maior de saudosismo da Casa Família na fala delas, em relação a todas as demais, isso justificado pelo maior tempo que passaram lá, somado ao apoio maior que acabaram tendo para a construção de sua autonomia para a saída da instituição.

Em todas elas identifiquei narrativas que revelam a importância das pessoas ao seu redor para sentirem-se fortalecidas. Mostram, ainda, um sentimento que as fazem se sentir queridas pelos demais, dispostas a resolver os problemas e mais seguras atualmente, para falar de situações adversas. Identifiquei também, além de traços de introspecção, independência, iniciativa, capacidade de se relacionar e autoestima, também chamou a atenção o humor ao lidar com suas histórias, representada mais fortemente por Mariana, que de todas, foi a narrativa mais leve, mais cheia de sorrisos e tons de brincadeiras. Sobre o período na Casa Família, ela afirma:

Eu aprendi lá a ser a pessoa que sou hoje: honesta, trabalhadora, que não gosta de mentiras e que sempre procura ser quem aprender a ser e não esquecer de onde veio, das coisas que eu passei e das coisas que eu consegui, pra chegar até aqui.

Assim como citado antes, por mais aparente que seja as atitudes resilientes, a perspectiva teórica aqui tratada se concretiza na fala das jovens, a de que resiliência não significa sair ileso das situações de adversidades. São novos caminhos a serem descobertos e percorridos, são os caminhos de cisne, como citado anteriormente, e sobre este Cyrulnik (2004, p. 4) destaca:

Mas o que o patinho levará muito tempo para compreender é que a cicatriz nunca é segura. É uma fenda no desenvolvimento de sua personalidade, um ponto fraco que pode sempre se dilacerar sob golpes do destino. Essa rachadura obriga o patinho a trabalhar incessantemente sua metamorfose interminável. Então, poderá levar uma vida de cisne, bela porém frágil, porque nunca poderá esquecer seu passado de patinho feio. Mas, ao se tornar cisne, poderá pensar nele de maneira suportável. Isso significa que a resiliência, o fato de se restabelecer e se tornar bonito apesar de tudo, nada tem a ver com a invulnerabilidade nem com o êxito social.

Sobre a descoberta desses novos caminhos, em todas as narrativas aparecem figuras marcantes que as ajudaram no processo de fortalecimento frente às adversidades. Em sua maioria, estas pessoas foram as freiras da Casa Família, as Irmãs, como são chamadas. Elas fizeram o papel de “tutores de resiliência”, ou seja, figuras de destaque que ajudam a fortalecer o indivíduo numa resposta resiliente. Os tutores de resiliência aparecem nos fatores pessoais de resiliência como pessoas de confiança, que impõem limites, mostram a forma correta de proceder, ajudam no aprendizado de vida, quando estão em perigo ou em doentes, por exemplo. Identifico todos estes papéis desempenhados pelas Irmãs, mesmo depois da saída das jovens da Casa Família.

Portanto, para destacar este papel, mesmo que fique prolongado, faço questão de trazer de volta um trecho de cada uma delas, em que elas mesmas destacaram as pessoas marcantes em suas vidas:

Queria ainda destacar a figura da Irmã Roseana Almeida porque ela pegou o pior momento da minha vida. [...] Ela chegou a me levar para dormir no mesmo quarto que ela. Ela foi tudo na minha vida. [...] Todas as Irmãs são importantes, mas ela e a fala de incentivo da Irmã Maria de Deus, foram cruciais. (Angélica)

As Irmãs me tratavam muito bem, sempre tem aquelas que são mais firmes, mas, me tratavam muito bem. [...] Elas sempre fizeram de tudo. [...] A Irmã Karla arranhou trabalho pra mim. Ela disse que na minha vida toda, enquanto ela tivesse aqui eu poderia contar com ela. E é assim mesmo! [...] Hoje eu tenho consciência de que as minhas melhores amigas são as Irmãs. (Débora)

No momento que a gente estava lá, tinha a Irmã Conceição, as meninas que a gente era amiga, brincava, conversava e tal, mas confiar só na Irmã Conceição mesmo. Outras pessoas que marcaram muito minha história lá, foi a Irmã Roseana Almeida, a Irmã Irlane, e das meninas tinha a Débora, a Angélica, na época todas adolescentes, como a Vlândia e minha irmã. (Francisca)

De todas as Irmãs, eu lembro que eu fiquei muito próxima da Irmã Luziane em 2007, ela ainda era Aspirante, depois ela foi embora pra outro Estado. Eu era muito próxima também da Irmã Flávia, Irmã Irlane, Irmã Marcela. Hoje tenho mais contato com a Irmã Marilene, Irmã Mônica, Irmã Waltânea. (Maiara)

Tive o apoio de vários amigos, como do Grupo Fantasia. Você e os outros, nunca vou esquecer, que fizeram parte da minha vida, dessa história. A Irmã Irlane, claro, que foi a pessoa que esteve sempre comigo. A gente nunca deve dizer que essa pessoa é minha mãe, a gente aprendeu isso lá, mas ela é minha segunda mãe. Foi ela que mais esteve comigo no momento mais difícil da minha vida. Tudo o que eu sou, a partir daquele momento eu devo a ela, que esteve sempre comigo durante todo o tratamento, mesmo cansada, com sono, mas ela sempre estava me apoiando em tudo que eu precisava. (Mariana)

Eu percebi que morar no abrigo não é tão ruim quando você tem pessoas que lhe dão carinho, amor e dedicação e a gente tinha isso lá. Não era ruim, porque pior era estar em qualquer outro lugar sem ter isso. E elas cuidaram, as irmãs que moraram na época que eu estive lá, cuidaram muito bem da gente. [...] Eu me lembro muito bem que, na época que eu morei lá, tinha um dia no mês e às vezes na semana, que elas reuniam todas nós, numa sala de estudo (que você conhece muito bem, inclusive que deu aula e fez trabalho voluntário lá com a gente) e falavam sobre os problemas que a gente tinha passado, também da força que a gente desconhecia dentro de nós para superar. Essas palavras eu, particularmente, guardei para mim e eu precisei usar, porque tem momentos na vida da gente que baixamos a cabeça e a gente acha que não é capaz. Mas, quando você se lembra dessas coisas, dessas palavras que você ouviu, você dá a volta por cima. Não são atitudes somente, você também precisa de alguém que lhe diga: ei, levanta a cabeça, passou por isso, agora é passado, constrói teu futuro. (Rita)

Eu acho que o espelho de amanhã é o que você vive hoje e se o meu espelho hoje é como estou é porque no meu passado eu vivi bem. Conheci pessoas boas que, mesmo eu errada, vieram puxar minha orelha do jeito certo, pessoas que fizeram parte, fazem e vão fazer parte da minha vida. O Grupo Fantasia é um deles, as conversas com você, tia Aline e todos do Grupo Fantasia, eu teria que passar dez entrevistas para falar de todos. Outras pessoas também foram benfeitoras naquela Casa, as Irmãs, a Irmã Irlane, Irmã Karla, Irmã Conceição, cada uma com seu jeito, como a Irmã Irlane com aquele jeito materno, dez anos ali com ela e ela soube ter um jeito materno mais que qualquer pessoa. (Vlândia)

O papel dos tutores tem uma força dentro do processo de construção da resiliência na vida do indivíduo. Recorro, novamente, à fala de Cyrulnik (2004, p. 207) que ilustra tão bem os sentimentos e percepções ao buscar uma síntese sobre o que é resiliência:

Trata-se de um processo, de um conjunto de fenômenos harmonizados em que o sujeito se esgueira para dentro de um contexto afetivo, social e cultural. A resiliência é a arte de navegar nas torrentes. Um trauma empurrou o sujeito em uma direção que ele gostaria de não tomar. Mas, uma vez que caiu numa correnteza que o faz rolar e o carrega para uma cascata de ferimentos, o resiliente deve apelar aos recursos interno impregnados em sua memória, deve brigar para não se deixar arrastar pela inclinação natural dos traumatismos que o fazem navegar aos trambolhões, de golpe em golpe, até o momento em que uma mão estendida lhe ofereça um recurso externo, uma relação afetiva, uma instituição social ou cultural que lhe permita a superação.

Ou seja, os tutores não são necessariamente uma pessoa, podem ser mais de uma pessoa ou mesmo uma instituição. De todos os papéis da Casa Família, também podemos conferir a ela o papel de tutor de resiliência, pela ação protetiva desempenhada por ela e representada na fala das jovens, contudo, além da instituição e das que a compõem, outros tutores de resiliência aparecem na fala das jovens, como o Grupo Fantasia, professoras, amigas da instituição, amigos que visitavam a Casa, amigos que fizeram após a saída da Casa e marido.

Estes tutores também tiveram papel fundamental em outra categoria que está associada aos fatores de resiliência, que desde o princípio da pesquisa busquei compreender e apareceram em todas as suas narrativas, os projetos de vida. Foram também pessoas que as ajudaram a planejar e construir projetos em suas vidas que giraram em torno da expectativa antes de sair da Casa, a consolidação com a realidade após a saída da instituição e ainda, projetos futuros, que ainda almejam alcançar.

Damon (2009), pesquisador do campo da juventude, identificou que ajudar os jovens a desenvolverem um projeto de vida é o melhor caminho para ajudá-los a caminharem com autonomia, rumo ao protagonismo juvenil (OLINDA, 2006), associado também à construção de uma resposta resiliente.

Desta forma, Damon (2009, p. 42) destaca que

de acordo com Bernand, crianças que respondem com resiliência a circunstâncias difíceis têm quatro características chave: noção de projeto vital (projetando-se do presente para o futuro), autonomia, competência social e habilidades para resolver problemas.

O autor vai mais longe quando destaca que construir um projeto vital é fonte de conquista da felicidade e da realização. Contudo, atualmente, são tantos caminhos, cobranças, necessidades geradas pelo consumismo, uma cultura de conquistas glamorosas e resultados rápidos e relativização das relações humanas, por conta da rapidez de acontecimentos do mundo atual, que cabe destacar que estes projetos de vida não giram apenas em torno de conquistas materiais, de consumo.

De acordo com Damon (2009, p. 43), o projeto vital

trata-se de uma preocupação suprema. É a máxima resposta à questão Por quê? Por que está fazendo isso? Por que tem importância para você? Por que isso é importante? Um projeto vital é uma razão mais profunda para os objetivos e motivos imediatos que orientam a vida cotidiana.

É importante destacar que um projeto vital não é necessariamente permanente, ele pode mudar ao longo dos anos, mas não muda seu sentido de ter um propósito maior. O que faz um projeto vital mudar é o significado que ele adquire ao longo do tempo e da maturidade do indivíduo, bem como a inspiração e a motivação para a busca da realização almejada.

Entretanto, cabe ressaltar que o autor se refere a um projeto vital nobre, como ele cita (DAMON, 2009), pois um indivíduo pode ter um projeto de vida que busque realizações para si, mas que possa prejudicar o outro, o qual não se pretende incentivar aqui: “Um projeto vital nobre pode levar alguém a fazer diferença no mundo. (...) É uma intenção estável e generalizada de alcançar algo que é ao mesmo tempo significativo para o eu e gera consequências no mundo além do eu” (DAMON, 2009, p. 49 - 53).

De acordo com Damon (2009), nossa constituição natural nos faz sentir uma “elevação moral” quando agimos de forma benévola e empática com o outro, portanto, uma ação de um projeto vital nobre deve ser guiada por um forte senso moral. Portanto, o projeto vital é um objetivo em longo prazo e a busca de um sentido de vida.

Ainda de acordo com pesquisas do autor, ter um projeto vital ajuda o jovem a minimizar seus impulsos autodestrutivos, o ajudando a controlar seus sentimentos, proporcionando alegria nos bons momentos e resiliência nos momentos ruins (DAMON, 2009).

Para ajudar um jovem a identificar a conquista de um projeto vital, o Damon (2009, p. 115) sugere a seguinte sequência de etapas:

1. Conversa inspiradora com pessoas de fora do círculo familiar;
2. Observação de pessoas que têm projetos vitais em seu trabalho;
3. Primeiro momento de inspiração: algo importante no mundo pode ser corrigido ou melhorado;
4. Segundo momento de inspiração: posso contribuir com algo e fazer diferença;
5. Identificação do projeto vital, junto com tentativas iniciais de conquistar algo;
6. Apoio da família;
7. Amplos esforços para perseguir o projeto vital de modo original e consequente;
8. Aquisição de habilidades necessárias para essa empreitada;
9. Aumento da eficácia;
10. Elevação do otimismo e da autoconfiança;
11. Comprometimento com o projeto vital em longo prazo;
12. Transferência das habilidades e força de caráter adquiridas na busca de um projeto vital para outras áreas da vida .

Um projeto vital deve ser descoberto pelo jovem a partir de suas próprias crenças e interesses, entretanto, muitos precisam da ajuda do outro. Para guiá-lo nessa busca, esta pessoa pode ser um familiar, um professor, ou outro adulto que exerça uma influência positiva sobre o jovem, que possa observá-lo e orientá-lo em suas escolhas, é o mesmo papel do tutor de resiliência, aquele que inspira o jovem na superação na adversidade. Portanto, um projeto de vida é um produto pessoal e social, posto que, é construído internamente a partir de explorações externas.

Construir um projeto de vida, não significa necessariamente construir um projeto de mudança do mundo, como erradicar a fome no mundo. Ele deve ser um projeto realista mesmo que seja em grandes proporções, por exemplo, ajudar crianças na África. O indivíduo pode desempenhar a ação formando-se no ensino superior e trabalhando em prol daqueles necessitados. Um projeto de vida pode ser também mais modesto, o que não significa ter menos dedicação para desenvolvê-lo, como exemplo, o jovem pode buscar proporcionar condições de vida mais dignas para sua família, podendo realizar isso através de estudos e mais qualificação para o trabalho.

Na perspectiva desta pesquisa, os projetos de vida dizem respeito ao futuro fora do abrigo, é o balanço entre os sonhos do passado e a realidade do presente, sendo projetados a partir de reflexão crítica sobre o passado e o reconhecimento dos limites e dos potenciais atuais.

Em todas as narrativas identifiquei projetos de vida. As jovens falaram de projetos que planejaram, mas não se concretizaram, de projetos modificados e ainda de projetos futuros. Penso ser importante destacar que de todas as jovens, a que mais dedicou tempo em sua narrativa falando de seus projetos foi Mariana. Ela fez jus a sua adjetivação de sonhadora, no sentido que ela sonha/planeja muitas conquistas. Na Casa Família eram muitos projetos sobre cursos profissionalizantes, curso de línguas, escolha de curso para faculdade, morar com a madrinha. Em seguida, tudo mudou quando ela decidiu que não queria se separar dos irmãos e resolveu buscar uma moradia por sua conta.

Foi quando surgiu a oportunidade de conseguir pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. A gente foi trabalhando várias hipóteses. Pensamos em morar em casa alugada, mas eu ganhava só um salário mínimo e era difícil sustentar uma casa com três pessoas só com um salário e pagar aluguel. Mas, graças a Deus deu certo se inscrever e receber a casa por esse Programa. Minha irmã também começou a trabalhar e não tinha mais como não dar certo.

Hoje ela ainda tem projetos de viajar pelo mundo, conhecer novos lugares, novas culturas e de fazer trabalho voluntário. Angélica, depois de Mariana, é que mais relata seus projetos. Ainda no período da Casa Família ela afirma:

Eu fui começando a pensar no futuro, o que eu queria ser no futuro, o que eu queria para a minha vida e comecei a planejar meu futuro. Daí as coisas foram melhorando e eu tive certeza de que eu não era doida, porque até então, quando a pessoa passa a tomar remédio controlado a gente pensa isso.

Antes de sair da Casa ela passou a pensar em sua profissionalização, planejar sua saída para uma nova família. Em seguida, foi morar com amigas e planejou melhorias para a casa e para isso, conseguir um bom emprego. Para o futuro ela fala sobre se formar no nível superior, ter um novo emprego e conseguir sua habilitação de motorista. Angélica tem um projeto de vida que também associa ao seu caminho de fé religiosa, assim ela relata:

Hoje em dia eu estou investindo muito na área da saúde, nunca pensei que ia para essa área. É uma maneira que eu encontrei de servir a Deus. Peço muito a Ele sempre discernimento. Para falar a verdade, eu nunca pensei em casar, mas ninguém sabe daqui para frente, mas é a maneira que encontrei de continuar servindo a Deus, que é cuidando do outro, e de agradecer-lo.

Já a jovem que menos projetos indicou foi a Débora. Em sua narrativa ela destaca o quanto ela não se importava com estudos, emprego e relacionamentos afetivos enquanto morava na Casa Família, ela queria mesmo ter uma família. Sobre projetos futuros ela relata pensar em adotar um filho.

Francisca e Rita são mais objetivas. Francisca fala sobre a vontade de escrever sua história com mais detalhes e ainda destaca que pretende alcançar o mesmo objetivo traçado na Casa Família, cursar enfermagem. Enquanto Rita também fala de cursar faculdade e sobre arranjar emprego, tudo isso deixado de lado em prol de outro projeto que era cuidar da filha em seus primeiros anos de vida.

Maiara destaca seus projetos mais no campo material, em especial trabalhar, ter melhor condição financeira e poder ajudar seus irmãos e a Casa Família. Ela assim destaca:

No futuro eu não quero uma casa muito grande não, porque eu tenho medo! Quero um apartamento, quero ter um carro, condições de vida pra não faltar nada. Quero ter boas condições pra ajudar a Casa Família! Não sei se seria o caso de ajudar minha mãe, não sei como ela vai estar no futuro, se ela tiver viva, eu ajudo! Não quero passar necessidade!

Por fim, Vlândia fala tanto de um projeto de estudar pra concurso, quanto de um projeto de vida “mais nobre”, que diz respeito ao seus laços familiares:

Ah! É uma coisa que eu estou pensando é procurar meu pai, porque eu não tenho contato com ninguém da família, ninguém mesmo, mas eu penso que o meu pai, logo pode precisar de mim, ele não conhece os netos, sou filha única porque a única que ele registrou fui eu.

Ter a perspectiva de um projeto de vida está envolvido também num processo resiliente. Com mais ou menos detalhes, as jovens destacam alguns projetos de vida que revelam os novos caminhos que elas pretendem seguir, na nova vida encontrada após a saída da Casa Família. Seus projetos se adaptaram à nova realidade da nova vida, alguns sonhos continuam e outros mudaram de foco, mas a perspectiva de uma vida melhor, seja numa dimensão material ou afetiva, é traço marcante na fala destas jovens.

No movimento das narrativas, outra categoria emergiu, que não estava proposta no início desta pesquisa, portanto, senti a necessidade de dedicar um item deste capítulo a também realizar uma análise das narrativas a partir da categoria de empoderamento, a qual será tratada a seguir.

4.2. Caminhos para o empoderamento

Um trecho da narrativa da Rita chamou-me a atenção para uma nova categoria: o empoderamento. Vejamos o trecho:

*Eu não imaginava que quando eu saísse de lá (da Casa Família) eu iria bater com a cara na porta, em várias portas fechadas, eu receberia muito não. Eu achava que tudo seria muito fácil e na verdade quando eu saí de lá, eu ainda me lembro até hoje, que não tinha todos os meus documentos. Só pra exemplificar, a pessoa que me adotou, trabalhava três turnos e não podia me acompanhar e nem eu podia fazer isso com ela porque eu já tinha 16 anos. Então, eu tive que tirar o meu título de eleitor sozinha. E aí? O que fazer sem saber onde eu estava e para onde ir? Eu fui e voltei porque não consegui. Então, pedi ao sobrinho dela, meu atual marido, pra ir comigo e ele foi, me ajudou, mas, **a partir daquele dia eu percebi que precisava aprender a conviver no mundo, que eu não sabia que era daquele jeito. E eu passei a resolver todas as minhas coisas sozinha, médico, consulta, conquistei tudo isso sozinha e eu fazia questão que fosse sozinha pra que eu pudesse aprender como era o mundo.** (grifo meu)*

A fala de Rita retrata os conceitos deste estudo. Dentre tantas ausências na vida dessas jovens, sendo a principal delas a do vínculo familiar, acabei percebendo, através dos

estudos de Paulo Freire, a emergência de outra categoria importante para o desenvolvimento da pesquisa, o que destacou-se nas primeiras entrevistas narrativas: o empoderamento.

A categoria de empoderamento foi analisada a partir do estudo da obra *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*, em que Freire e Shor (1986, p. 10) dialogam sobre diferentes temas educacionais. Correntemente, o termo empoderamento referi-se à ideia de “A) dar poder a, B) ativar a potencialidade criativa, C) desenvolver a potencialidade criativa do sujeito, D) dinamizar a potencialidade criativa.” Cada um destes sentidos guarda a ideia de alguém agir pelo outro, dando-lhe poder.

Esta não é a perspectiva freireana, pois sua visão sobre empoderamento é coerente com sua visão política sobre a educação. Para este autor, educação não se limita aos muros das instituições formais de ensino, visto que, a educação é um ato político e, conseqüentemente social que faz parte das nossas vidas, seres humanos inconclusos, constituídos da vocação ontológica de “ser mais” (FREIRE, 1987).

Baquero (2012, p. 182) afirma que

Freire concebe a educação como um ato político, por entendê-la enquanto um projeto social. Concebe a educação um ato político que envolve ação cultural para a libertação, constituindo-se um projeto de intervenção no mundo. De acordo com Freire (1979), “a educação, como prática de liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (p.34), o que envolve um processo de conscientização, conforme já referido.

Neste sentido, o presente estudo foi realizado tendo como referência esta dimensão política e social da educação, buscando a compreensão da relação entre resiliência e empoderamento, duas categorias fundamentais para a pesquisa de doutoramento em conclusão, a partir da fala de uma jovem egressa do acolhimento institucional.

Cyrulnik (2004) apresenta uma perspectiva de resiliência que relaciona-se com a de empoderamento, afirmando que a resiliência é um processo de superação que se dá a partir da resignificação no encontro com o outro, na interação entre fatores pessoais, institucionais e contexto social, possibilitando a construção de novos caminhos na vida do indivíduo, após a situação traumática vivida. Nesta reconstrução, a perspectiva de empoderar-se salta aos olhos na realidade destas jovens, conforme também se destaca na fala de Francisca:

Quando a gente sai de lá é tão difícil para aprender as coisas. É como se a gente tivesse nascendo de novo, aprender tudo de novo, um bocado de coisas, resolver as coisas da gente só. Mas, com o tempo a gente aprende e dá conta de resolver as coisas que precisa. Quando

a gente está lá dentro, não dá valor, porque tem quem faça as coisas por nós e quando sai de lá é que dá valor.

Será que existe um processo de empoderamento em desenvolvimento dentro do acolhimento institucional? Como ocorre e quais os meios propiciadores deste processo? Há relação entre empoderamento e o desenvolvimento do potencial resiliente nas jovens egressas da situação de acolhimento institucional? Não pretendo fechar estas questões, são reflexões que cabem não apenas na situação específica das jovens em estudo, mas na realidade do acolhimento institucional realizado em nosso país.

A relação entre empoderamento e resiliência é marcante, pois o indivíduo ao se perceber consciente de si no mundo, das adversidades vividas, lutando para superar o “ser menos” (Freire, 1987), resistindo aos conflitos pessoais e sociais, buscando uma autonomia através da relação de si com o outro, mediatizados pelo mundo, todo esse processo é resiliente e gerador de empoderamento.

A vida na Casa Família é narrada pelas jovens com um sentimento de gratidão pela afetividade recebida pelas freiras mantenedoras da instituição. Outros sentimentos vêm à tona em suas falas, com as sensações adversas causadas pelo rompimento familiar e pela institucionalização demorada.

A saída dessas jovens da instituição depois de tantos anos em situação de acolhimento pode ser considerada um segundo rompimento, pelos vínculos ao local e pelo enigma do futuro que lhes esperava.

Expectativa, frustração, medo, insegurança, são alguns dos sentimentos envolvidos na fala da jovem em destaque. Contudo, o que me chamou mais a atenção foi a frase de Francisca Rita: *“É como se a gente tivesse nascendo de novo, aprender tudo de novo”* E a de Rita *“mas, a partir daquele dia eu percebi que eu precisava aprender a conviver no mundo, que eu não sabia que era daquele jeito.”* Por que só a partir daquele dia emergiu esta percepção? Como foi a sua convivência no mundo antes daquele dia?

As jovens nos deram a informação de que na instituição elas tinham autorização de sair em grupos para aulas escolares, cursos, etc. Como visto no capítulo anterior, elas tinham uma convivência comunitária, mas revelam que apesar disso, elas sentiam-se presas e todas falam sobre a superproteção na instituição. Desta forma, é possível perguntar, por exemplo, até que ponto as jovens conseguiram desenvolver a autonomia necessária para sua cidadania dentro da instituição?

Vimos o caráter da superproteção narrada pelas jovens no capítulo anterior e nesta perspectiva, percebe-se o quanto poderia ter sido empregados mais meios que proporcionasse a autonomia das jovens e novos caminhos que não as levassem a se sentir fora do mundo, como Rita ainda destaca:

Mas, lá, a gente mesmo não aprendeu nada do mundo não, pelo fato de ser superprotegida.

Vale destacar que consta no artigo 92, parágrafo 1º do ECA (2015) que “o dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito”. Desta feita, *Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 2006, p.31) observam para:

Não confundir o direito de ir e vir, a que se refere o Art. 16, com a não submissão do abrigado às normas da instituição que o protege. A equiparação do dirigente ao guardião e a adequação do abrigo às normas do Estatuto impõem deveres ao abrigado.

Contudo, a percepção da necessidade de conviver no mundo, revelada pela jovem, mostra que antes, talvez não houvesse esta preocupação, provavelmente por não haver a oportunidade de “conviver no mundo” real, fora dos muros da instituição com maior regularidade, sem a liberdade mesmo que vigiada, protegida e autorizada. Entretanto, um fato marcou sua saída da instituição e trouxe à tona um sentimento de assumir a responsabilidade de si no mundo, algo que identifiquei como sendo o início de um sentimento de empoderamento.

Em *Medo e Ousadia*, Freire e Shor (1986) desenvolvem um diálogo sobre os desafios do professor que vive ou pretende realizar uma proposta de educação libertadora. Segundo Freire (1986), empoderar-se está longe de ser somente a tomada de poder para si. O empoderamento a que o autor se refere vai muito além do dito popular “tomar as rédeas da própria vida”, ou do “cada um por si”, ele exemplifica o empoderamento como o desenvolvimento do ser criativo, autônomo, com ações sociais no sentido de liberta-se da força opressora sobre si e o outro, assumindo a responsabilidade de si no mundo, em conjunto com os demais.

Freire (1986) acredita que a educação é sempre diretiva, ou seja, ela sempre deve levar a algum lugar e o que o educador libertador deve pretender direcionar a educação para que o educando encontre caminhos para este empoderamento.

No caso das jovens, elas destacam que as freiras as superprotegiam. Contudo, esta superproteção as fez desconhecedoras do mundo real, gerando expectativas não atendidas após a saída da instituição, causando ainda a sensação de conquista citada por Rita, quando conseguiu por si mesma tomar a iniciativa e resolver sozinha suas situações pessoais.

O empoderamento só é possível quando indivíduo passa a viver no mundo, tornando-se consciente de suas reais necessidades e sua relação com o mundo, por isso uma atitude tão simples, em uma fala tão autêntica, como a da jovem em estudo, demonstra o real significado de sair da caverna platônica. Faço alusão aqui ao mito ou alegoria da caverna, contido na obra *A República*, em que Platão narra a história de prisioneiros desde o nascimento em uma caverna, que só conseguem ver a sombra de estátuas iluminadas por uma fogueira. Os prisioneiros tomam estas sombras como imagens reais do mundo fora da caverna, contudo, quando um deles liberta-se, percebe que o mundo fora da caverna possui maravilhas além do interior desta, adquire novos conhecimentos de um novo mundo que se revela a sua frente e quando retorna à caverna para contar aos companheiros o novo mundo que acabara de conhecer, ele é debochado pelos colegas e tido como louco. Eis a representação desta alegoria, com a saída da jovem da caverna. Cabe ainda pensar e analisar como seria o retorno da jovem após conhecer um novo mundo, fora da institucionalização do abrigo.

Freire (1986) destaca que o empoderamento está diretamente ligado à libertação, sendo esta um ato social, Freire (1981, p. 27) afirma ainda que não existe autolibertação, pois “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. A libertação é assim como a educação, que se dá entre os homens, mediados pelo mundo, na relação com outro e com a sociedade. Assim também é o empoderamento, que necessita do indivíduo estar no mundo livre de dominação, seja ela pessoal, social, institucional, etc.

Compreende-se, então, que o empoderamento não é apenas individual, ele também está ligado às classes sociais, não implicando apenas a liberdade individual do poder dominante, mas a contribuição que se dá para a libertação do outro, seja o grupo, a comunidade, etc.

Baquero (2012, p. 176) esclarece que

Segundo Wallerstein e Bernstein (citado por Baquero, 2006), o empoderamento é uma construção em nível individual, quando se refere às variáveis intrapsíquicas e comportamentais; em nível organizacional, quando se refere à mobilização participativa de recursos e oportunidades em determinada organização; e em nível comunitário, quando a estrutura das mudanças sociais e a estrutura sociopolítica estão em foco.

Retomando a realidade das jovens, elas não tiveram a oportunidade de responsabilizar-se totalmente por suas próprias vidas. Viviam presas às amarras institucionais, que não representam somente uma limitação de ir e vir, mas no agir e até mesmo no ser, pela condição em que se encontravam.

A criança em acolhimento institucional possui uma rotina pessoal, escolar, mas fica sempre na expectativa de como seria ou será essa rotina numa casa com a sua própria família, será que terá novos limites? Novas possibilidades? Novos espaços?

Neste espaço, muitas vezes a criança é instruída a aceitar o que se tem, com mínimas possibilidades de escolha, até pela escassez material e financeira da maioria das instituições. Dificilmente ouve-se uma criança em situação de acolhimento institucional reclamar o desgosto de certo alimento, roupa ou até brinquedo. Muito disso, claro, porque não tinha o básico em sua família de origem e o que ganharam no abrigo era o que não tinham, literalmente. Porém, ao conhecer outras realidades de abrigos, percebi também a preocupação em instruir a criança a gostar de tudo, com o objetivo de facilitar sua adaptação em qualquer que seja o lugar e a família.

Nesta situação, que nível de empoderamento essa criança desenvolve ao longo da vida? De que forma libertar-se e passar a construir seu próprio caminho? Completar 18 anos ou ter sua própria família implicará numa libertação imediata?

Freire (1986, p. 71) afirma que

o *empowerment* individual ou o *empowerment* de alguns alunos, ou a sensação de ter mudado, não é suficiente no que diz respeito à transformação da sociedade como um todo, mas é absolutamente necessário para o processo de transformação social.

E esta é a importância do empoderamento enfatizado por Freire, pois através dele é possível a transformação social que ocorre partindo de uma visão micro para uma macro da realidade social.

A fala de uma jovem cidadã na luta por um lugar no mundo mostra que é possível identificar o despertar do empoderamento individual. A partir de outros conflitos vivenciados por ela e as demais jovens na mesma situação, pode surgir uma conscientização social, em virtude da condição vivida e almejada.

Cito mais a fala de Rita porque ela foi quem me despertou para esta categoria e a que mais identifiquei falas mais diretas sobre empoderamento. Nas demais jovens,

identifiquei menos referências diretas, mas, ao mesmo tempo, percebi outros elementos importantes que revelam a falta ou a busca de um empoderamento.

Angélica afirma: *Tem gente que conhece minha história e me trata como coitadinha. Isso não!* Esse desejo de não ser vista como coitadinha, como ela mesma cita e sim como uma jovem forte e batalhadora é uma forma de demonstrar uma luta por sua autonomia e liberdade recorrente nas falas das jovens. Esta luta se representa em seus projetos de vida na batalha do emprego, na conquista de uma moradia melhor, mas algumas falas mais características de um caminho mais traçado rumo ao empoderamento individual revelam a satisfação de viver, após a saída da instituição, suas próprias regras, de acordar tarde nos fins de semana, como Maiara narra, almoçar ou jantar na hora que pretender nos momentos de descanso, diferente das normas que elas estavam submentidas quando institucionalizadas. Mariana fala de uma forma mais profunda sobre o receio de agora ser uma figura de referência em seu lar, por ser a irmã mais velha responsável pelos irmãos mais novos em sua própria casa, com suas responsabilidades financeiras e educação dos irmãos mais novos. É o sentimento de estar no mundo novo que Débora também cita, quando diz que antes estava no mundo, mas não se sentir no mundo, pois traçar caminhos de empoderamento é sentir-se mesmo em um novo mundo, como elas mesmas relatam várias vezes.

Todo ser nasce sujeito, seja filho, sujeito irmão, sujeito alguém. Estar num dado local social nos torna sujeitos, mas a luta é por não assujeitar-se neste local social. Paulo Freire (1987) fala sobre negar o que nos nega e o que nos amesquinha, lutando por nossa autonomia e liberdade. As meninas apontam elementos de seus processos de assujeitamentos, em que passaram, quando se tornaram sujeitos-meninas-do-abrigo, através de expressões estigmatizadoras. Rita fala da pressão e da cobrança que recebiam por precisarem ser as sujeitos-meninas-modelo, pressão essa sentida “lá fora” como elas dizem, esse “lá fora”, em minha leitura era na escola, por exemplo. Retomemos a fala de Rita:

Mas, o mais difícil era a gente tentar se encaixar numa sociedade que não aceitava a gente, porque, querendo ou não, a gente era diferente. Era como se a gente não pudesse errar, porque todos olhavam, a gente precisava ser perfeita em tudo e a gente não era, nós éramos adolescentes na época, e outras crianças ainda, com histórias difíceis carregando nas costas, e pessoas lá fora querendo que a gente fosse perfeita, não errasse, a gente era cobrada por isso. Mesmo que a gente focasse, a gente não conseguia, ninguém consegue. A gente estava numa fase de mudanças, de transformação de tudo, da forma de pensar e era muito complicado, muito difícil, a gente tentava, mas era complicado a cobrança.

A reflexão aqui é sobre jovens que estavam no mundo, mas se sentiam fora dele, porque era assim que estavam, longe do mundo real, centradas no mundo do acolhimento institucional. Elas não estavam no mundo, até porque elas nem conheciam este mundo. Não estou falando do que é ou do que não é, mas do sentimento que as tomava e que por si só já se torna uma realidade, porque neste processo de pesquisa (auto) biográfica, a narrativa não é a realidade, mas é uma nova representação dela. Não se trata de confrontar o que elas dizem com o que as responsáveis pelo Abrigo dizem e concluir se elas tinham ou não o verdadeiro convívio comunitário, ou se elas estavam ou não confinadas no abrigo. Trata-se do sentimento delas que por si só dá a realidade as suas narrativas. Era esse isolamento, distanciamento, ausência no mundo que elas sentiam, e esta era a realidade delas, posto que, era como se sentiam.

As histórias de vida destas jovens são reveladoras de si mesmas. Como disse antes, mesmo elas não tendo tido tantas falas diretas sobre empoderar-se ou não dentro ou fora do abrigo, mas alguns elementos tornam-se chave para compreender as dificuldades deste processo, como a já citada superproteção, o sentimento de não estar no mundo e agora destaco o conhecer ou não suas histórias.

Ora, elas agora têm uma história, porque elas narraram suas histórias, assim como cita Delory-momberger (2008), contudo, no período de institucionalização, muito sobre a vida delas lhes faltava, como falta até hoje. Débora e Francisca falam sobre esse não saber muito sobre a própria vida, em especial Débora, que aponta sua busca por sua história, tentando conhecendo a história de sua mãe, de sua família e a tristeza ao se deparar com o silêncio de seus irmãos, aqueles que poderiam saciar sua vontade, que não se trata apenas de uma curiosidade, mas de um direito seu. Buscar conhecer a própria história é também trilhar um caminho de empoderamento, pois é um ato de resistência ao silêncio que lhe foi imposto pelas vias familiares e institucionais.

Além destes aspectos, retomo ainda um aspecto já tratado no capítulo anterior, da consciência de seus direitos, enquanto crianças e/ou jovens detentoras de direitos universais, historicamente conquistados, como citados. Em momento algum de suas narrativas as jovens citam algum aspecto que revele uma compreensão de seus direitos, um olhar do acolhimento institucional não como um ato de caridade, mas como execução de um direito inerente a elas. Este fato aponta que, como já citado anteriormente, a Educação em Direitos Humanos não apenas é um direito humano, como também pode apontar um caminho de empoderamento. Da mesma forma que conhecer sua história, conhecer também seus direitos faz parte de um processo de luta pessoal e social. E, embora estas jovens estivessem experienciando seus

direitos a partir da violação de outros, nenhuma menção percebi sobre este aspecto. Estar no mundo é também conhecer seus direitos neste mundo.

O caminho do empoderamento leva o ser a uma condição crítica do mundo, capaz de desenvolver competências para novas mobilizações, além do campo individual, mesmo com as adversidades vividas, transformando seu olhar de si e do mundo.

Articulando a relação da vivência do empoderamento com a resignificação de si no mundo a partir dos conflitos experienciados, dentro do conceito de resiliência, endosso a definição de Cyrulnik (2004, p. 208):

Quando a chaga está aberta, há a tentação da recusa. Para voltar a viver, tem-se necessidade de não pensar muito no ferimento. Mas, com o recuo do tempo, a emoção provocada pelo golpe tende a se apagar lentamente para deixar na memória apenas a representação do golpe. Ora, essa representação, que se constrói trabalhosamente, depende da maneira pela qual o ferido conseguiu historizar o acontecimento. Às vezes, a cultura considera-o um ferimento vergonhoso, ao passo que outras circunstâncias teriam lhe atribuído o significado de um ato heroico. O tempo aplaca a memória e os relatos metamorfoseiam os sentimentos. De tanto procurar compreender, encontrar as palavras para convencer e produzir imagens que evoquem a realidade, o ferido consegue tratar a ferida e reelaborar a representação do trauma.

Daí também a importância de um tutor de resiliência, esse ser que, como citado no item anterior, estende a mão no meio da forte correnteza de adversidades, que pode ser um amigo, um familiar, um professor ou até mesmo uma instituição. Este tutor pode ajudar na reelaboração deste trauma e a busca do trato desta ferida é uma luta contra as marcas que lhes foram causadas. É resistir aos processos de assujeitamento em que estiveram envolvidas, para libertar-se das amarras que oprimem e que causam suas dores.

A partir de Freire (1986) percebi que a atitude resiliente do indivíduo pode ter relação direta com o empoderamento exemplificado pelo autor, pois estudos, como o já citado de Yunes (2003) indicam que o indivíduo resiliente não é aquele que não sofre, mas sim aquele que encontra estratégias para sair do sofrimento, libertar-se da problemática e seguir em frente, superando o problema.

Um exemplo disto é que Gohn (citado por Baquero, 2012, p. 179) esclarece, sobre a possibilidade de entender o empoderamento como verbo transitivo ou intransitivo:

Usado como verbo intransitivo, empoderar se refere a um processo através do qual pessoas ganham influência e controle sobre suas vidas e, conseqüentemente, se tornam empoderadas (WALLERSTEIN e BERSTEIN, 1994). Diferente da primeira concepção de empoderamento, que é investir

ou dar poder e autoridade a outros, a segunda compreensão envolve tornar os outros capazes, ou auxiliar os outros a desenvolver habilidades para que possam obter poder por seus próprios esforços.

Nesta definição torna-se perceptível a relação entre empoderamento e atitude resiliente, sendo possível afirmar que a atitude resiliente pode ser um passo significativo em parceria com o empoderamento, para o desenvolvimento do ser crítico no mundo.

O indivíduo que se desenvolve, a partir de uma atitude criativa e autônoma, ajuda na superação das adversidades, vivenciando o empoderamento e a necessidade de ser mais, buscando novas possibilidades no mundo, chegando a libertar-se dos fatores de dominação.

Assim, compreendo que resiliência e empoderamento são conceitos que transformam o indivíduo a partir das situações de vulnerabilidade pessoal e social, trazendo novos significados à sua história de vida, saindo da zona de sofrimento, para um estágio transformação de si no mundo, com e para o mundo.

Freire (1986, p. 72) exemplifica o empoderamento como individual e como ação social, dentro do processo histórico em que a educação se apresenta como caminho efetivo:

A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é um frente de luta.

É esta luta educacional histórica que se reflete na realidade marcante das jovens apresentadas neste trabalho, ilustrando tantas outras realidades vividas por crianças e jovens moradoras por longos anos em instituições de acolhimento, desconhecedoras do mundo real, muitas delas isentas de conhecer sua própria história, esperando o momento em que retomarão suas novas vidas, na expectativa de uma realidade que, muitas vezes, não é confirmada com uma saída tardia da instituição.

É assim que uma tomada de decisão frente à percepção da necessidade de buscar por si mesma as resoluções de sua própria vida, para aprender esse novo mundo que se apresenta à sua frente, se mostra como um marco numa luta histórica de libertação, empoderamento, apresentando indícios de uma atitude resiliente com possibilidades de uma transformação marcante em sua história de vida.

Afirmar que nossas jovens são empoderadas, assim como no processo de resiliência, não é o foco deste trabalho, mas sim, aprender com estes processos de lutas, resistências, conquistas e até recuos, mas com projetos futuros.

5. TRAJETÓRIA FINAL OU UM RECOMEÇO

Pra quem está conhecendo esta história eu digo que nada é por acaso. [...] Obrigada a todos que contribuíram em cada momento de minha vida!
(Angélica, ex- moradora da Casa Família)

Chego ao final desta tese com uma nítida sensação de que não se trata do fim, mas sim, de um recomeço. Penso na vida como um ciclo, em que o novo sempre vem, ainda que às vezes só se revele plenamente em pequenas coisas. É preciso dar um ponto final nesta pesquisa, extrair conclusões, porém é necessário, também, ter a clareza de que o fim é também um recomeço.

Quando comecei os primeiros esforços de pesquisa, não imaginava como iria terminar. Não tracei hipóteses de pesquisa a serem constatadas. Fui em busca do novo, expresso na verdade do outro tecida na narrativa autobiográfica. Lejeune (2003, p. 41) mostra que a narrativa autobiográfica fundamenta-se na “estética da verdade” e na “eficácia na transmissão de uma experiência de vida”. Percorri muitos caminhos para criar as melhores condições para que cada uma das jovens encontrasse a melhor forma de se interpretar e de se inventar como pessoas inseridas no mundo. Foram realizados e sentidos, nesta trajetória, muitos aprendizados, emoções e renovações.

Reencontrar as jovens que fizeram parte da minha formação pessoal e profissional e que também fizeram parte, uma da vida da outra, não foi só um achado de pesquisa, foi retomar uma amizade distanciada, reviver aprendizados e viver novas experiências juntas.

O enfrentamento de cada uma após o desligamento institucional é único. Mesmo as irmãs consanguíneas possuem leituras diferentes, pelos impactos pessoais causados por uma mesma experiência de vida. Para as sete jovens participantes da pesquisa, a saída da Casa Família foi um dos maiores sonhos realizados e ao mesmo tempo o maior desafio de suas vidas. A partir daquele momento uma nova vida se iniciou, ainda com sofrimento, lutas, distanciamentos, rupturas, mas, com conquistas, aprendizados, descobrindo como viver uma nova vida.

Não foi objetivo da investigação, trazer dados quantitativos extraídos da pesquisa de campo, demonstrando, assim, graus de resiliência e de empoderamento. Tais categorias

não se enquadram nesta racionalidade, conforme magistralmente expresso por Yunes (2002, p.49-50):

Testes psicométricos, questionários, notas, testes de personalidade ou perfil de temperamento associados a complexas análises estatísticas já haviam contribuído com um número considerável de definições de indivíduos resilientes ou não-resilientes [...] Ficava evidente o caráter classificatório destas pesquisas - do qual discordo integralmente - [...] Concluí neste trabalho e na condição de pesquisadora da resiliência, a relevância do processo de interpretação e a busca de sentido deveriam ser contínuas. As estratégias metodológicas deveriam facilitar o entendimento da complexidade do fenômeno através de um olhar descontaminado [...] o olhar do pesquisador vai desfocar o indivíduo e focar o grupo familiar, as relações, e consequentemente deixar de priorizar as características para estudar os processos.

O trabalho empírico foi marcado pelo campo da subjetividade e da formação de jovens que se esforçam na busca por respostas resilientes, num contínuo processo educativo emancipatório, na luta por serem vistas não através da lente de seus sofrimentos, mas da lente da luta e da superação, concordando com os pressupostos da “Psicologia Positiva” defendida por Yunes. Angélica reforça esta perspectiva, dizendo de modo enfático: *“Não, eu não sou coitadinha, não venha com isso não, sou guerreira e sou muito feliz.”*

As jovens, ao longo de suas trajetórias, foram vistas como coitadinhas, pobrezinhas, abandonadas, frágeis, carentes, sofredoras, enfim, de tantas outras formas que elas lutaram e ainda lutam por superar. Elas não querem ser vistas assim! Querem ser vistas como guerreiras, brincalhonas, sinceras, batalhadoras, sonhadoras, fortalecidas e cidadãs, mesmo que às vezes esta fortaleza interior esteja abalada em decorrência de sucessivas negações de direitos e enfrentamento de dificuldades de todos os níveis. Mesmo que a dor ainda persista, as lágrimas ainda caiam e as lembranças do passado permaneçam, isso não é sinônimo de ser menos e sim de ser humano.

O que se perdeu em suas histórias não tem mais volta: a infância, a família, os direitos negados. Tudo já aconteceu, deixaram marcas, mas agora elas buscam uma nova história que todas se dedicaram e se satisfizeram ao narrá-las para mim, tornando-as públicas para todos.

As narradoras aceitaram fazer uma figura pública de si, buscando, intimamente, uma nova compreensão e interpretação de suas trajetórias de vida. E o impacto social, afetivo, emocional e espiritual de tudo isso é imensurável.

Através dos traçados teóricos, associado à dimensão prática dada pela narrativa das jovens, percebemos o impacto real da negação dos direitos da criança e do adolescente, dos anos prolongados de acolhimento institucional e de como um mesmo grupo enfrenta de formas diferentes a mesma situação.

umas ainda se negam a falar mais detalhadamente sobre a família, outras têm um pouco mais facilidade ou necessidade de falar mais detalhadamente sobre suas relações familiares, por mais difíceis que sejam. umas falam sobre experiências dolorosas pessoais mas, preferem a não divulgação das mesmas. O que para uma foi um período difícil e de solidão, como os anos de acolhimento, outra sintetiza o mesmo período como “os anos mais maravilhosos” de sua vida. A vida fora dos muros do abrigo para todas tem sido um desafio, o melhor mundo que já conheceram, embora, o mais complicado de lidar. Agora elas têm maior poder de escolha, de decisão de suas vidas. Sobre empoderamento e resiliência, elas não aprenderam na teoria o que seria, mas vivenciam na prática alguns exercícios que as levam por caminhos novos de resistência, superação e de conquistas.

Dentro da instituição não foram tantas as oportunidades de despertar plenamente algo que fica mais claro ao sair do abrigo e que elas resumiram como: “tomar conta da própria vida”. É o processo lento e gradual de empoderamento vivido a partir das escolhas e decisões de vida. Agora não só elas podem, como devem tomar suas próprias decisões de suas novas vidas. É o processo de empoderamento individual e social pelo qual passam e que os muros do abrigo não permitiram que vivessem.

Os processos de assujeitamento que estas jovens passaram, devido à sistemática negação de direitos a que estiveram submetidas foram fatores de adversidades marcantes, contudo, mesmo assim, elas conseguiram iniciar caminhos que levam à respostas resilientes e empoderadas. Os caminhos de empoderamento os quais passaram, transitam entre tantos outros trajetos sociais que levam a caminhos de conhecimento e transformação de si.

As contribuições que esta pesquisa vem oferecer localizam-se no âmbito da Educação em Direitos Humanos, especificamente no campo do Direito da Criança e do Adolescente, apontando não apenas uma realidade legislativa, histórica e estrutural do acolhimento institucional, mas uma realidade apresentada através das falas autênticas de quem passou por este processo, vivendo na prática a negação de seus direitos, a burocracia legislativa, a estigmatização social e as dores mais íntimas dos longos anos dentro dos muros de um abrigo.

As questões não se encerram aqui. Nem todas as respostas estão dadas. Caberia ainda, em outra oportunidade, conhecer outras visões destas realidades. Por exemplo, a visão

dos profissionais dos abrigos, ou neste caso, das freiras voluntárias da instituição: quais os aprendizados adquiridos com os desafios de lidar com crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e/ou negados? Que estratégias a instituição elabora para estimular uma resposta resiliente destas crianças e adolescentes? De que forma são pensadas as ações de empoderamento destas? Como enfrentaram e enfrentam a realidade dos períodos prolongados de acolhimento e como as preparam para o desligamento institucional? São reflexões para um olhar futuro, pois ainda há muitos aspectos a serem analisados com novos enfoques da mesma realidade e novas realidades dos mesmos sujeitos.

Acredito que neste esforço de pesquisa todo o conjunto do trabalho responde aos objetivos inicialmente traçados, apontando: o significado da institucionalização prolongada destas jovens; identificando os caminhos de empoderamento e resiliência presentes em suas narrativas; perpassando pelo significado da família dentro dos processos formativos vivenciados por elas e os projetos de vida capazes de serem traçados.

Suas narrativas mostraram as interpretações que elas foram capazes de elaborar naquele momento. A vida narrada não é a vida tal qual aconteceu fielmente. A narração coloca o sujeito na tríplice temporalidade, conforme elabora Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. Interpretando toda a dinâmica temporal expressa na intriga que gera a narrativa, Bragança (2014, p.84-85) afirma: [...] é o sujeito que ao narrar busca, no presente, a memória do passado em suas representações para reconstruí-la, transformá-la e, assim, progredir, avançar na visão do presente e no projeto de futuro”. Assim, não busquei constatação de fatos, não confrontei suas narrativas umas com as outras, ou mesmo entre irmãs, nem tão pouco fui buscar confirmação no abrigo sobre os fatos narrados. Estas narrativas foram a percepção delas sobre suas realidades. Foram a síntese de suas experiências formadoras que a constituíram como são hoje. Estas narrativas revelam suas compreensões de mundo e a (re)descoberta da relação de si com o mundo.

Todas elas além de narrar oralmente, revisitaram suas histórias na forma escrita. Após a transcrição das Entrevistas Narrativas, retornei a cada uma delas para que fizessem uma leitura atenta, complementando e/ou cortando o que julgassem necessários. Este momento foi gerador de novas emoções e de novas interpretações para cada uma. Registrei em meu diário de itinerância a reação de Rita ao tornar-se leitora de sua própria narrativa. Surpresa e satisfeita, afirmou: “minha vida tá aqui, tia Aline!” A (re)descoberta de si, expressa nos olhos e na fala de Rita, lembrou-me o sentido mais profunda da “estética da verdade”, anteriormente citada. Pela reflexão, suas vivências deixaram de ser apenas registro de sofrimento e passaram a ser experiências formadoras. Deste modo, a jovem passou de uma

vivência pessoal para uma experiência socioeducativa, geradora de aprendizados. Estes aprendizados foram relatados por Mariana no final de sua narrativa:

Essa é a minha história! Eu tenho orgulho de contar, pelo fato de ter passado por tantas coisas e estar aqui para contar. Não tenho vergonha da minha história. Passei por muita coisa e ainda vou passar. Foram 21 anos de vida e aprendi tanta coisa! Não tem porque negar, nem esconder. Essa é a minha história, de uma pessoa sonhadora, forte, que ainda vai conseguir realizar todos os sonhos. Eu nunca vou desistir! Tenho sempre pessoas de bem ao meu lado que me incentivam e eu vou seguir em frente até dar certo, até porque a felicidade não está em você somente conseguir as coisas e sim, em viver as coisas. Nunca vou deixar de ser uma pessoa forte para continuar vivendo e batalhando na vida.

Para mim foi gratificante o aprendizado que tive em todo este processo. Viver a experiência do Doutorado foi algumas vezes dolorosa, mas na maioria das vezes repleta da satisfação dos aprendizados de vida. Não foram apenas os conhecimentos teóricos aprendidos que tiveram significado, mas as transformações pessoais vividas. Os anos de doutorado foram para mim, anos de transformações pessoais, lutas e descobertas. Descobri em mim um novo eu. Penso que, assim como as jovens desta pesquisa, iniciei uma nova vida, ao me descobrir como um ser que antes desconhecia. Neste processo me descobri forte, corajosa, ao mesmo tempo que me descobri frágil e eterna aprendiz do mundo. Descobri o verdadeiro significado de empoderar-se através da fala de Paulo Freire, da Ritinha (como a chamo carinhosamente) e das minhas experiências de vida neste percurso de doutorado.

O termo empoderamento, atualmente, está sendo muito utilizado pela perspectiva de dar e/ou tomar para si o poder, em especial no que se refere ao empoderamento feminino. Contudo, assim como Freire nos disse que ninguém educa ninguém, ninguém liberta ninguém, também ninguém empodera ninguém, parafraseando Freire, posso afirmar que as pessoas empoderaram-se entre si mediatizadas pelo mundo. É um processo de libertação das amarras opressoras que nos trazem a tomada de consciência do verdadeiro valor da educação emancipatória, da libertação e do empoderamento. E neste caminho, ser resiliente não é aceitar toda essa força opressora de cabeça baixa, como um sofrimento necessário. O verdadeiro significado da resiliência está na relação dela com o empoderamento que nos dá a força necessária para viver com as marcas do passado e traçar projetos de vida para o futuro, numa busca constante de (trans)formação de si do e no mundo. Assim eu me sinto ao final deste trabalho: transformada e ressignificada por mim mesma, mediatizada pelo mundo a partir das várias realidades que tive contato nestes quatro anos de pesquisa.

Ser partícipe da história de vida destas jovens foi muito significativo para mim, principalmente saber que finalmente pude contribuir um pouco mais em suas trajetórias e experiências formativas. Não foi fácil revisitar, juntamente com elas, seus passados e seus sofrimentos. Mas, foi muito gratificante identificar, juntamente com elas, a força de cada uma para superar estas dores. Foi difícil aprender a respeitar os não-ditos, os silêncios nas primeiras falas e os recortes feitos por elas na fase final. Foi um processo de aprender a respeitar a história de cada uma, que para mim, é mais valiosa do que ter um conteúdo a mais nos dados da pesquisa. Ao final de cada Entrevista Narrativa eram inevitáveis minhas palavras de incentivo a estas jovens, parabenizando-as pela coragem de se dedicarem e de participarem deste processo.

Depois do trabalho de campo finalizado retomei o contato com outras jovens egressas da Casa Família, pois elas souberam do processo de pesquisa e ficaram tão empolgadas com os depoimentos das amigas sobre a experiência vivida, que quiseram também fazer parte do trabalho. Infelizmente já não havia tempo hábil para incluí-las com todos os cuidados éticos e metodológicos que o processo de biografização exige. Espero que o desejo delas persista, pois poderão ocorrer novos (re)encontros e novos momentos de formação e de produção de conhecimento. O melhor da abordagem da pesquisa (auto) biográfica é que ela não chega ao fim nunca, ela só encerra um ciclo, pois há sempre novas experiências de vida e experiências formativas acontecendo. O aprendizado nunca cessa, nem para a pesquisadora, nem para as narradoras. Estas fizeram uma narrativa suficientemente boa de si para aquele momento. No futuro, essa versão pode ser modificada, porque a vida é uma continuidade de ciclos de aprendizagens.

Encerro este trabalho da forma como iniciei, através da fala de uma das protagonistas dessas histórias: a Ritinha:

Pra mim, contar essa história e sentir esse sentimento de superação é muito importante. Eu não sei em que vai importar para quem ler, mas eu gostaria que quem soubesse dessa história, possa se sentir mais fortalecido diante dos problemas. [...] Não vejam essa história com pena. Sintam-se fortalecidos diante dos problemas, porque é assim que eu faço.

Assim faremos todos nós que não nos conformamos com injustiças sociais e com negações de direito. Queremos vida e vida em abundância! Sabemos que a sociedade conturbada em que vivemos exige pessoas que resistam aos processos de assujeitamento, assumindo o leme de sua história. A resiliência e o empoderamento são desafios para a contemporaneidade, mas estes processos só se desenvolvem socialmente e com organização coletiva. Não acredito ser possível formar pessoas invulneráveis, mas a educação, sobretudo

aquela calcada na defesa, divulgação e promoção dos direitos humanos pode colaborar para a resistência às situações adversas e injustas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora, 1981.

ASSIS, Simone Gonçalves de; PESCE, Renata Pires; AVANCI, Joviana Quintes. **Resiliência: enfatizando a proteção de adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ATAÍDE, Yara Dulce. **Decifra-me ou devoro-te**. 2ª Ed. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liler Livro Editora, 2007.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Palestra proferida na abertura do Seminário Educação em Direitos Humanos em São Paulo, em 18 de fevereiro de 2000. Disponível em <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm> >. Acesso em 14 set. 2013.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm > Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm > Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília – DF: Conanda, 2006.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. **Educação em Direitos Humanos: concepções e metodologias**. In: Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

CONANDA/BRASIL. **Orientações técnicas: Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2009.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução 113. Brasília: CONANDA, 2006.

CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. Trad. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DAMON, William. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. Trad. Jacqueline Valpassos. São Paulo: Summus, 2009.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **A condição biográfica**: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada. Trad. Carlos Eduardo Galvão Braga, Maria da Conceição Passeggi e Nelson Patriota. Natal, RN:EDUFRN, 2012.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo-projeto. Trad. Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Luís Passeggi. São Paulo: Paulus, 2008.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo. v. 32, n. 02, maio/ago. 2006.

DEL PRIORE, Mary (Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

EGGERT, Edla; FISCHER, Beatriz Dauto (Orgs). **Gênero, geração, infância, juventude e família**. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012.

FANTASIA, Grupo. **Projeto pedagógico Grupo Fantasia**. 2010.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a Autonomia do Método Biográfico. In: **O Método (auto)Biográfico e a formação**. NÓVOA, Antônio (Org); FINGER, Matthias (Org). Natal, RN:EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida**: o método biográfico nas ciências sociais. Trad. Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria da Conceição Passeggi. Natal, RN:EDUFRN, 2014.

FRANCH, Mónica; FALCÃO, Tânia Lago. Será que elas sofrem? Algumas observações sobre death without weeping de nancy scheper-hughes. *Política & Trabalho*, nº 20 abril de 2004 - p. 181-196. **Revista de Ciências Sociais**, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GROPPO, Luis Antônio. A juventude como categoria social. In: **Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GOLDBERG, Luciane. **Autobiografismo: Desenho infantil e biografização com crianças em situação de acolhimento institucional**. Tese de Doutorado em Educação Brasileira. Orientadora: Profª Pós-Doutora Ercília Maria Braga de Olinda. Fortaleza: UFC, 2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2016**. Brasília, Março de 2016.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Trad. José Cláudio e Júlia Ferreira. 2ª Ed. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEUJEUNE, Philippe. Definir autobiografia. IN: MOURÃO, Paula (Org). **Autobiografia e autorrepresentação**. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

LINHARES, Ângela Bessa; OLIVEIRA, Eliane Silva de. Espiritualidade e ciência: dialogando com Paulo Freire. In: OLINDA, Ercília Maria Braga de (Org) e FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque (Org). **Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire**. Fortaleza: editora UFC, 2006.

MARTINS, José de Sousa. (Org). **O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MEIHT, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELILLO, Aldo (Org.); OJEDA (Org.), Elbio Néstor Suárez. (Org.). **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003

OLINDA, Ercília Maria Braga de (Org.). **Artes do Fazer: Trajetórias de vida e Formação**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

_____. **Grupo Fantasia: esperança, responsabilidade e alegria**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009a.

_____. **Medida Socioeducativa de internação: educa?** Fortaleza: Edições UFC, 2013.

_____. O “ateliê biográfico” como dispositivo de formação e ensino na pós-graduação em Educação. *In*: Baldi, Elena Mabel Brütten et all, (orgs). **Epistemologia das ciências da educação**. Natal, RN: EDUFRN, 2009b.

_____. Participação autônoma e solidária: caminho para a constituição do “ser mais” juvenil. *In*: OLINDA, Ercília Maria Braga de (Org) e FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque (Org). **Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire**. Fortaleza: editora UFC, 2006.

OLINDA, Ercília Maria Braga de (Org.); JÚNIOR, Francisco Silva Cavalcante (Org.). **Artes do Existir: Trajetórias de vida e Formação**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

OLINDA, Ercília Maria Braga de; NOGUEIRA, Maria Neurilane Viana. Gratidão e direitos humanos no universo Romero. *In*: **Vidas em Romaria**. OLINDA, Ercília Maria Braga de (Org.); SILVA, Adriana Maria Simião da. (Org). Fortaleza. EdUECE, 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm >. Acesso em 14 set. 2013.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. 2ª Ed. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

PEREIRA, A. M. S. Resiliência, personalidade, stress e estratégias de coping. Em J. Tavares (Org.) **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

PINEAU, Gaston. As Histórias de Vida em Formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v32, n2, p. 329-343, maio/ago. 2006.

PINEAU, Gaston; LE GRAND, Jean-Louis. **As histórias de vida**. Trad. Carlos Eduardo Galvão Braga e Maria da Conceição Passeggi. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

PINTO, Elismária Catarina Barros. **A Escola na vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional: narrativas e percepções**. 2014. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza. 2014.

PRÓ-MENINO. **ECA na Escola**. Fundação Telefônica – Pró Menino. 2011. (Apostila)

REZENDE, Propercio Antônio de. Considerações sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA. **ECA na Escola**. Fundação Telefônica – Pró Menino. 2011.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RIZZINI, Irene. **A Criança e a lei no Brasil revisitando a história (1822/2000)**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

RIZZINI, Irene. **Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX**. In: 1º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, Mar. 2006. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100019&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 set. 2015.

RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: DIFEL, 1968.

SALES, Celecina; ROCHA, Francisca Helena. Jovens em acolhimento institucional prolongado: entre a vida governada e a liberdade. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.19, n.39, p. 307-329, mai./ago.2013.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Tese de doutorado.

SOUSA, Aline da Silva. **Os educadores-palhaços do Grupo Fantasia: O que aprendem e o que nos ensinam sobre educação moral**. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. Orientadora: Profª Pós-Doutora Ercília Maria Braga de Olinda. Fortaleza: UFC, 2010.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Prefácio – Desafios epistemológicos da pesquisa (auto)biográfica, In: ABRAÃO, Maria Helena M. B. e BRAGANÇA, Inês F. de S e ARAÚJO, Mairce da Silva. **Pesquisa (auto)biográfica, fontes e questões**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

VASCONCELOS, Rejane Batista. **A proteção à infância pobre em seus distintos vieses: um capítulo de suas muitas histórias**. In: VASCONCELOS, Maria de Fátima (Org.). **Diversidade cultural e desigualdade: dinâmicas identitárias em jogo**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

VICENTE, Cenise Monte. **O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo**. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família Brasileira, a base de tudo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

YUNES, Maria Angela Mattar. **Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família**. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.

YUNES, M. A. M. **Resiliência: o foco no indivíduo e na família**. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Psicologia, São Paulo, Brasil, 2002.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

APÊNDICE

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS

ANGÉLICA

Minha vida foi uma reviravolta muito grande Aline. Graças a Deus, eu não esqueci o que aconteceu e aprendi a conviver com isso. Olho para trás e digo: eu venci, e continuo vencendo, graças a Deus!

A minha infância, foi muito triste, porque eu passei fome, eu posso dizer que sei o que é sentir fome. Fui judiada, fui abusada. A minha recordação de quando eu era pequena, em minha mente, sou eu em um berço, em um abrigo, em Maranguape.

Uma vez fui atrás da mulher que cuidou de mim. Tudo o que eu dizia para ela, ela dizia que realmente tinha acontecido dessa forma. Ela disse: você realmente era assim.

O que ela me disse é que eu era uma criança muito triste, eu chorava muito e nunca conseguia me socializar com as outras crianças. Nesse abrigo, existia a parte das crianças e dos pré-adolescentes. Ela disse que me via chorando muito, então ela me pegou e fui a única criança que saiu da creche e foi morar na parte dos maiores. Ela disse que cuidava muito de mim e que eu era muito querida pelas meninas. Eu acordava cedo e ela fazia meu mingau de aveia. E todo dia de manhã, ela me via arrastando a fralda, com bico e cantando aquela música Ilariê, eu não lembro disso, mas ela me disse.

Então, a partir do momento que eu fui viver com ela, eu passei a ser feliz, porque eu passei a ser amada. A minha mãe biológica de vez em quando ia lá. Recordo que toda vez que ela saía de lá eu chorava. E uma vez ela me levou para morar com ela, então eu passei uns dois anos.

Quando fui morar com a minha mãe, foi o momento mais sofrido da minha vida, porque lá tanto ela me batia, quanto meu padrasto. Ela passava o dia fora, eu ficava com meu irmão mais novo. A gente ficava dentro de casa. Ela sempre deixava o leite dele pronto, mas eu tinha que me virar.

Eu chorava muito porque eu sentia fome. Os vizinhos chegaram a colocar comida por baixo da brecha da porta e quando ela chegava os vizinhos iam reclamar com ela, porque eu ficava chorando sempre, eles me davam comida. Ela entrava dentro de casa e me batia. Então, o que fazia era pensar: eu prefiro apanhar do que passar fome. E isso se tornou rotina.

Teve um tempo que eu não sentia mais nem a dor que ela me causava, então, preferi apanhar do que passar fome.

Eu me alimentava uma vez por dia. À noite, meu padrasto chegava, às vezes bêbado e me açoitava, tanto eu quanto meu irmão mais velho, que ainda morava com a gente. Às vezes a gente revezava, quando ele chegava muito bêbado, a gente já corria logo pra debaixo da mesa e ele dizia, hoje é tu, uma espécie de rodízio.

Levávamos a vida assim, durante esses dois anos, até que um dia meu irmão mais velho fugiu. Foi morar com uma mulher, que até depois eu passei um bom tempo morando com ela aqui em Maranguape, e eu fiquei lá dentro de casa. Quando dava tempo, eu ia para a escola. Eu estudava naquela escola que era vizinho ao Educandário, às vezes eles esqueciam de mim lá. Tinha uma professora que me dava um prato de comida.(quase todos os dias).

Eu estudava de manhã e quando era no final da tarde, ele ia me buscar, meu padrasto. Quando chegava em casa, as vezes minha mãe não tava em casa, lembro que ele me batia muito. Uma vez ele estava brincando de bola com o meu irmão na cozinha e eu dormia no canto da cozinha, ele chutou, deu uma bolada tão forte em mim que eu fiquei paralisada, não chorei nem nada.

Até que chegou um dia que eu estava tão fraca, que eu não conseguia mais me levantar, não saía mais pra nada. Perdi o meu terceiro ano do fundamental, porque eu não me alimentava mais, só apanhava e dizia assim: mãe, eu tô sentindo dor. Eu lembro que eu falava isso pra ela: mãe tá doendo muito. Ele olhou pra mim e disse assim pra ela: se tu não tirar essa miserável daí ela vai morrer. Os dois saíram e no outro dia eles viram que não fazia mais nada, nem urinava mais, então ela me levou para o hospital e lá eu fiquei.

Quando eu fui internada eu estava completamente desnutrida. No prontuário dizia, esse foi o primeiro motivo. Uma vez cheguei para a menina que ficava comigo e eu disse que não estava conseguindo fazer xixi. Ela me banhava, foi quando ela prestou atenção que a minha bexiga estava alta. Lembro de um monte de médico indo lá.

Mas, a partir do momento que saí da guarda da minha mãe, passei a conhecer coisas que eu não conhecia, que era um prato de comida, que era um carinho.

Depois eu fui para o abrigo. Primeiro eu passei por um abrigo de Maracanaú, depois eu fui para a Casa das Irmãs. Quem me recebeu lá foi a Irmã Inês e a Irmã Verônica. Eu ainda estava em tratamento, usava alguns medicamentos. As Irmãs me levavam muito ao médico. Eu passei a ser feliz, mas a minha pessoa em si tinha muita dificuldade de conviver com as pessoas, porque pra mim a vida não tinha sentido.

Na minha adolescência eu passei por um distúrbio emocional, porque eu não entendia porque a minha mãe sempre mentiu muito sobre a minha paternidade, por exemplo. Hoje eu sei que sou fruto de um relacionamento meio que proibido, meu pai já era viúvo, mas a família dele não aceitava. Hoje eu conheço a minha irmã por parte de pai.

A minha adolescência foi muito transtornada, mais emocionalmente. Passei a tomar remédios controlados. As Irmãs sempre me levavam para a psiquiatra, para o psicólogo. Ali estava perdida num passado e eu não conseguia conviver com isso, não conseguia perdoar quem tinha me feito mal e me perdoar.

Uma vez a Irmã Maria de Deus, disse assim: Angélica, você não é doida, você nunca foi doida e a partir do momento que você quiser parar com essa medicação você pode parar. Ela não falou mais nada, mas isso foi o bastante para eu sentar na minha cama e pensar. Eu passava muito tempo no meu quarto, não sei se você lembra que você chegava e eu ficava sempre lá em cima. Então, pensei: realmente, eu não sou doida. E deste então, parei a medicação e as Irmãs não sabem disso até hoje. A Irmã foi bastante dura da forma como ela se expressou para mim, mas isso foi o suficiente para eu entender que ali bastava, que já estava na hora de aprender a conviver com isso e ela nem imagina o bem que ela me fez, por ter falado isso.

Então, passei a mudar a minha maneira de tratar as pessoas. Elas não iam acreditar que de uma hora para outra eu tinha decidido viver, então eu fui mudando aos poucos.

Eu fui começando a pensar no futuro, o que eu queria ser no futuro, o que eu queria para a minha vida e comecei a planejar meu futuro. Daí as coisas foram melhorando e eu tive certeza de que eu não era doida, porque até então, quando a pessoa passa a tomar remédio controlado a gente pensa isso.

Eu fui lutando pelo meu futuro, fui conquistando também a confiança das pessoas, buscando também respostas e compreensão da minha mãe biológica. Passei a ter um convívio familiar com a família que criou meu irmão mais velho. Antes, a gente teve um Conselho lá e eu passei a noite pensando nisso. Era no tempo de férias e eu cheguei para a Irmã Karla e disse: eu quero passar as férias lá na família que criou meu irmão, aí ela perguntou se eu queria mesmo e eu disse, quero! Porque eles já estavam me visitando e deu certo. Na terceira semana que já estava de férias eu conversei com a mãe adotiva do meu irmão, perguntei se eu podia morar com ela, e ela disse: pode! Daí ela me abraçou. Fui bem acolhida pela família e passei anos com ela.

Até que surgiu a minha vontade de ser religiosa e nesse momento eu já estava com meu psicológico bem. Só tinha um agravante, a minha mãe. Meu convívio com a minha

mãe sempre foi muito delicado. Não que eu negue palavra a ela, é que ela não permite aceitar nada de ninguém, nem ajuda, nem nada. Fui para a vida religiosa. Há três anos estava estudando, morando em casa, mas em estudo. Depois desses três anos eu fui para São Paulo. Tive uma experiência muito boa lá, de vida religiosa, de vida Consagrada, servi a uma comunidade. Só que eu não me sentia capaz. Certo que ninguém é perfeito, todo mundo tem um pouco de hipocrisia, mas não me sentia bem, algo em mim faltava, que era essa minha reconciliação com a minha mãe.

Falei com a minha Mestra, disse que não estava me sentindo preparada para continuar na vida religiosa, que precisava voltar, porque eu tinha deixado coisas pendentes e que eu precisava amadurecer a minha opção. Ela permitiu e aqui estou.

Cheguei aqui e passei três meses desempregada e essas meninas que eu moro hoje, eu conheci na Igreja que eu participava antes de ir para a vida religiosa. Eu participava de um grupo no Ministério de música e uma vez fui servir e conheci elas na Igreja. A gente começou uma amizade, fui falando para a minha amiga que eu estava desempregada e foi ela quem me ajudou com passagens, essas coisas. E sou muito grata a essas meninas.

Eu até liguei para senhora e Deus me enviou esse anjo Emmanuel na minha vida, seu primo e amigo do Grupo Fantasia, que me ajudou com o emprego. Conquistei a confiança do pessoal. Hoje em dia sou operadora de máquinas e pretendo continuar crescendo junto com a empresa, apesar de estar entrando numa área diferente, que é a área da saúde, mas eu não pretendo sair da empresa, a não ser que empresa me demita.

Certa vez, descobri um tumor na mama direita, a empresa pagou a cirurgia, uma mastectomia. Quem cuidou de mim, foi a minha amiga que mora comigo e uma professora, que ia praticamente todos os dias trocar meu curativo.

Foi quando outra amiga me chamou para morar com ela, no Maracanaú e eu disse que queria ficar com ela até conseguir pagar um aluguel e assim ela permitiu.

Hoje em dia eu estou investindo muito na área da saúde, nunca pensei que ia para essa área. É uma maneira que eu encontrei de servir a Deus. Peço muito a Ele sempre discernimento. Para falar a verdade, eu nunca pensei em casar, mas ninguém sabe daqui para frente, mas é a maneira que encontrei de continuar servindo a Deus, que é cuidando do outro, e de agradecer-lo.

Hoje em dia trabalho, estudo, posso dizer que a família, como William Shakespeare fala, são os amigos que a vida nos permite ter. Eu olho para o passado com orgulho, porque eu superei tudo que passei, toda as dores. Às vezes a gente chora assim só de falar,. Hoje eu sou uma vitoriosa.

Meus projetos para o futuro é me formar, mas ainda estou em dúvida se faço enfermagem ou não. Tentei entrar para Administração pública, mas não consegui. Próximo ano eu quero tirar minha habilitação e quero entrar na faculdade e eu vou fazer isso. Esse ano meu objetivo foi, parece ser uma coisa simples, mas foi comprar umas coisas para a casa.

Meus projetos para o futuro são esses, entrar na faculdade, porque agora eu estou com o ensino técnico, e continuar crescendo na empresa. O meu objetivo é ser igual ao pai do Chris (seriado Todo Mundo Odeia o Chris), tirar o plantão das pessoas no final de semana e na semana trabalhar na empresa, ter dois empregos, para conquistar minha casa, meu espaço.

Uma vez tinha ido começar o estagio de PSF no Piratininga e o professor não foi, liguei para a Irmã Waltânea e perguntei se podia ir visitar lá, ela disse que sim. Fiquei conversando com ela e falei: olha, vocês não tem noção o quanto vocês me fizeram bem, das vezes que vocês me chamaram a atenção, aquelas horas que a gente passava dentro da escolinha, vocês faziam a roda com todas as meninas, diziam que a gente sempre tinha que ter respeito pelo outro, que o ser humano precisa de limites, e isso fez uma diferença muito grande na vida da gente aqui fora.

Até então, enquanto estamos ali, a gente está numa redoma de proteção. A educação que as irmãs me deram fez e faz a diferença na minha vida e as pessoas veem essa diferença. Muita gente diz que eu sou estranha, mas eu não me acho estranha, me acho diferente e devo tudo isso às Irmãs. Sou grata a tudo que elas fizeram, pelo carinho que elas me deram. Hoje noto o quanto eu era carente, acho que todo mundo tem um pouco de carência, mas eu era muito carente, as Irmãs me abraçavam. Hoje eu vejo que as Irmãs faziam de tudo para tentar suprir aquela carência que eu tinha. Sou uma pessoa feliz.

A pessoa pode dizer que a minha vida é muito corrida, tem gente que chega perto de mim de uma maneira tão assim. Não, eu não sou coitadinha, não venha com isso não, sou guerreira e sou muito feliz. Tem dias que tenho que acordar muito cedo pra chegar ao estágio, depois do estágio vou para a empresa. Gosto dessa vida, essa vida que está me tornando o ser humano que Deus está planejando que seja. E tudo o que eu faço, Aline, é planejado, disse que quero tirar minha habilitação, pois desde já eu estou planejando, organizando o financeiro, o tempo, tudo planejado, porque quando você planeja faz uma diferença muito grande, se não pode não dar certo e se planejar tem muito mais chances de acontecer do jeito que você quer. Sou uma pessoa feliz, Graças a Deus, tenho a minha vida simples, mas estou bem, muito bem!

Queria ainda destacar a figura da Irmã Roseana Almeida porque ela pegou o pior momento da minha vida, que foi o desequilíbrio emocional. Ela chegou a me levar para

dormir no mesmo quarto que ela. Ela foi tudo na minha vida, porque foi aquele momento que ou ia para um lado ou ia para o outro. Aquele era o momento de eu dizer que ou eu caio ou eu levanto. Quando pensava em fazer alguma besteira, ela estava ali. Destaco como uma pessoa muito importante na minha vida. Todas as Irmãs são importantes, mas ela e a fala da Irmã Maria de Deus, por terem sido cruciais para eu parar e dizer que basta!

Destaco como momentos felizes vividos lá o meu primeiro bolo de aniversário feito por irmã Inês, as tardes de crochê e suas cantigas, meu batizado na igreja católica, minha primeira comunhão e Crisma.

Finalizo com um pedaço dessa obra que amo:

“Aprende que o tempo não é algo que possa voltar para trás”.

Portanto, plante seu jardim e decore sua alma, ao invés de esperar que alguém lhe traga flores.

E você aprende que realmente pode suportar, que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais.

E que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida !

Nossas duvidas são tão traidoras e nos fazem perder o bem que poderíamos conquistar se não fosse o medo de tentar”. (W.Shakespeare- O menestral)

Pra quem está conhecendo esta história eu digo que nada é por acaso, Deus em sua plenitude escreve a vida conforme a grandeza de seu amor misericordioso e compassivo. O Senhor não tarda, existe o tempo para cada um, e que vivamos cada dia com a graça de Deus e a luz do Espírito Santo. Obrigada a todos que contribuíram em cada momento de minha vida!

DÉBORA

Antes de ir pra Casa Família, eu morava com a minha irmã e mais três irmãos. Eu não tenho muito a dizer da minha vida porque eu não conheço, até hoje eu não sei da minha vida direito. Mas, minha irmã me contou que o pessoal lá da rua me botou no abrigo, fizeram de tudo pra me botar no abrigo e colocaram. Foi muito doloroso pra mim, muito. Eu me afastei da minha irmã, que eu gostava muito dela, foi muito doloroso. Ela me enganou lá no convento, me disse que ia dar um passeio e me deixou lá. É só isso que eu sei da minha vida.

Tem a história sobre o meu pai. Diziam que ele não era meu pai, mas eu fui pro convento crente que eu tinha um pai, mas ele dizia que não era. Aí pronto, me botaram no abrigo.

E dentro do abrigo, no início, foi muito ruim, porque eu não consegui me acostumar com nada, com ninguém. Sempre que meus irmãos iam me visitar eu chorava muito, muito mesmo, porque eu queria ir embora com eles e elas não deixavam. Por quê? Eu não sei, até hoje eu tento descobrir. As Irmãs me tratavam muito bem, sempre tem aquelas que são mais firmes, mas, me tratavam muito bem. E eu nunca soube sobre isso. Elas sempre fizeram de tudo, me botavam pra estudar e até hoje eu tenho dificuldade pra isso. Eu não gosto de dizer isso, mas assim, de ano em ano elas lutavam muito pra eu estudar e eu não queria. Tentaram me botar num emprego, sem eu querer também. Eu era muito danada, isso é uma coisa que todo mundo sabe, respondia todo mundo, queria bater em todo mundo e elas paciente comigo.

Mas, tudo mudou quando eu completei 17 anos, porque foi quando meu pai morreu. Todo mundo dizia que ele era meu pai, outros dizia que não era meu pai, e eu pensava, ai meu Deus! Antes dele morrer ele disse que não era meu pai. Com mais ou menos uns 72 anos ele começou a namorar uma menina que tinha 16 anos, e eu tinha 15 anos, mas ele dizia que tava muito feliz, então se ele estava feliz, era o mais importante. E todo mundo começou a dizer que ele era meu pai e que eu ia perder a casa. Até hoje eu tenho amizade com a menina.

Então, com 17 ele me falou que não era meu pai, que minha mãe quando estava grávida falou pra uma amiga dela e essa amiga dela ainda é viva, mas eu não tenho contato, eu já a vi. Ela falou pra essa amiga que estava esperando um filho, mas que não era dele e era eu que tava nascendo. Eu fui falar com a minha irmã e ela não quis assunto. Até hoje eu não sei nada da minha mãe, não sei de nada, também eu era pequena quando ela morreu, né!? E ela não conta nada da minha vida, eu praticamente não sei, eu não tenho tia, não tenho primo, não tenho ninguém, só meus três irmãos e uma irmã. E tem outra que apareceu que foi adotada, mas eu não tenho contato com ela, minha irmã disse que ela está se aproximando agora. Eu queria muito ter contato com meus irmãos, mas eu não consigo. É meu irmão, eu amo ele, mas não consigo.

Quando eu saí do convento, eu completei 18 anos. Tinha uma Irmã que dizia assim, ela vai embora! E isso me chateou muito, porque essa Irmã disse que eu ia embora, ia sair do convento, porque eu não queria trabalhar, não tinha ninguém pra mandar dinheiro pra mim, da minha família, porque eu poderia ficar no convento, mas eu não tinha ninguém. Eu

era uma pessoa muito danada, não queria estudar e assim as Irmãs não poderiam me ajudar. E eu fiquei muito triste com essa Irmã, porque ela falou pras crianças e não tinha nada a ver, falou pra elas que eu ia sair do convento porque eu não tinha Bolsa Escola, Bolsa Família e eu não tinha como ajudar o convento e até hoje eu não gosto dessa irmã, ela não é mais Irmã. Então, eu fiquei muito chateada, a Irmã disse, você vai sair do convento, do abrigo, eu fiquei muito triste e foi quando o mundo desabou em cima de mim. É essa parte que as meninas não entendem, sabe. Porque eu sofri.

Eu fui pra casa da minha irmã e eu não conseguia conviver. Era aquele barulho, todo mundo na calçada. Eu fico aí embaixo, fico doidinha e subo, só vivo dentro de casa. Lá, era umas conversas, uns falando mal dos outros e eu não conseguia, eu chorava todo santo dia. Tu sabe que eu tenho um problema desde pequena, né? Quase todo dia eu choro com saudade da minha mãe, isso é uma coisa que eu não consigo tirar de dentro de mim. Tipo assim, de dia eu sou uma pessoa, aí quando chega a noite eu não sei explicar, eu sou outra pessoa, eu não sou a mesma pessoa. Até meu marido hoje me diz, que isso aí é bobeira, já passou, mas eu digo que quem sabe disso sou eu. Ele perdeu filho e mulher, ele diz que o dele é pior, mas eu não sei qual é pior, porque eu ele já teve emprego, já é aposentado, teve filho, família, e eu, tenho quem pra contar? Eu não tenho ninguém. Tipo, se eu passo num cursinho, quem é que vai me elogiar? Não tem ninguém pra me elogiar, entendeu? Meus irmãos não fazem questão.

Pois é, eu fui passar um mês na casa do meu irmão, na verdade eu fui morar e eu não me aguntei, a Irmã Karla falou, pra eu não me preocupar que ela iria fazer um quartinho pra mim lá atrás, só meu. Eu não conseguia nem falar, eu só chorava. Eu tinha a minha madrinha que eu gostava muito, lá de Maranguape, e eu pensei que ela fosse me ajudar. Eu sempre disse, eu não me importo com dinheiro, a minha vida toda eu só queria atenção e carinho. Foi o que não recebi. Então, eu passei um mês na casa da minha irmã, da minha irmã não, porque lá também morava meu irmão, meu sobrinho. Minha irmã morava do lado, porque não era pra ela ter se casado, era pra ela ter ficado comigo, mas ela preferiu se casar do que ficar comigo, porque eu falei pra ela não casar. Meu pai também tinha falado pra ela não se casar e ela disse que queria e que queria ser feliz, eu disse a ela que casar não ia dar felicidade, porque ela não ficou comigo? E ela não quis ficar comigo.

Então, eu passei um mês lá e não aguntei. Tinha uma mulher que eu tinha conhecido na escola e ela me chamou pra eu ir morar com ela, eu falei com a Irmã Karla e a Irmã disse pra eu ir, porque ela queria ficar comigo e eu com 18 anos, ela ainda conseguia pegar minha guarda, porque pela lei eu ainda era menor de idade porque eu tinha acabado de

completar 18 anos, porque pelo que entendi tem até um certo tempo. Eu falei com ela e ela disse que não conseguia minha guarda porque tem que ter casa, tem que ter dinheiro, tem que casar, não sei o que. Mas, eu disse pra ela que a Irmã Karla disse que não é assim, é só ir lá, mas ela foi enrolando, enrolando, como sempre e eu fiquei pensando que tinha deixado meu irmão pra ir morar com ela!

Porque assim, Aline, eu não sei explicar direito, até hoje aquele Vila da Paz, onde meus irmãos moram, não me faz bem! Quando eu chego naquela Vila eu tenho febre, meu corpo fica doente, eu não sei explicar, não consigo. Eu fui falar com meu irmão e ele disse que isso é besteira. É muito difícil. Às vezes eu digo que eu vou lá ver eles, mas eu não me sinto bem lá, quero vir logo embora. No início, que eu queria muito ficar com eles, eu chegava lá, eu tinha febre, as Irmãs diziam que era febre emocional e que eu tinha que ficar e eu queria ficar com eles, mas aí eu tinha essa febre e as Irmãs diziam que eu tinha que voltar.

Então, quando eu fui morar com essa mulher, foi o terror da minha vida. Quando eu saí do convento, eu disse que foi muito difícil, porque o pessoal da escola, os diretores, disseram que iam me ajudar, as Irmãs estavam em reunião, onde elas passam o mês de janeiro lá em Messejana e elas não tinham como me ajudar, porque isso era regra e eu tinha que me acostumar com os meus irmãos. E o meu mundo desabou porque eu ia lá na escola, pensando que alguém ia me ajudar, eu ia atrás das pessoas pensando que alguém iria me ajudar e ninguém me ajudava e todo mundo falava muita coisa de mim. Sabe o que é tu procurar sem saber onde tu tá? Eu tentava pedir ajuda, mas não conseguia, porque ninguém me dava bola, parecia que eu não existia.

Eu fui morar com essa mulher, ela me chamou, ela me tratou super bem, tinha a filha dela. E eu tinha uma vontade grande. Sabe qual era? Tipo assim, no convento quando tem as crianças que estão pra adoção e tem as famílias. Lá, o meu sonho era ter uma família, eu cresci querendo isso, ter uma mãe, um pai, outro irmão. E as Irmãs diziam que eu não ia pra adoção, acho que primeiro porque não podia e também porque meus irmãos não deixavam. Eu queria muito ter uma família, muito mesmo. Chegava a ser um sonho. Então, as Irmãs não me botavam pra adoção, aí quando essa mulher apareceu, eu pensei que ia ter uma mãe! Eu fiquei super feliz!

No começo ela me tratava bem, era minha filha pra cá, minha filha pra lá. Passou um mês, ela começou a me pedir pra fazer um arroz. Eu pensava em ajudar. Ela me matriculou no Colégio. Eu comecei a estudar. Depois além do arroz, pedia pra fazer um feijãozinho, a carne, o macarrão, pronto! Aí era só ordem: faz o almoço. Varre a casa. Eu

fazia o almoço, varria a casa, passava o ferro, lavava a roupa. E aí ela começou a me maltratar, me batia, batia mesmo e chegou um tempo que eu disse que não aguentava mais!

A Irmã Karla arranhou trabalho pra mim. Ela disse que a minha vida toda, enquanto ela tivesse aqui eu poderia contar com ela. Eu fui atrás dela, pedi um emprego, mas aí tudo piorou. Eu queria sair de casa, da casa dela, mas eu tinha pena, porque ela tinha Artrite e Artrose. Eu não conseguia. O filho dela inventava muita coisa de mim, eu não era santa, mas ele também dizia coisa demais, porque eu não era de sair, como até hoje não sou de sair, não gosto de festa, não sou de beber e o filho dela inventava que eu pegava dinheiro e eu não pegava em nenhum centavo. Ela me destratou de todas as formas, me tratou como uma empregada.

Os estudos eram difíceis, no final das contas eu terminei no Centro de Educação de Jovens e Adultos de Maracanaú, por minha conta mesmo, na marra e até hoje eu me arrependo de ter estudado lá, era pra eu ter terminado na escola normal mesmo, porque o pessoal dizia que pela minha idade eu tava atrasada, mas hoje eu vejo que não tem idade pra isso, mas eu não tinha essa ideia. Eu não sabia fazer nada. Eu não sabia conversar com ninguém, eu não sabia pedir nada e ainda hoje eu não gosto de pedir, eu passo o maior sufoco, mas não gosto de pedir. Quando meu marido precisou de uns exames, eu queria ir atrás, não pedi a ninguém. Meti as caras. Até eu lembrei da tua irmã, mas aí eu pensei, não vou pedir a ninguém, não vou pedir! Eu botei na minha cabeça que eu não ia pedir ajuda a ninguém. É meu jeito, fazer o que?

Na casa dessa mulher eu fazia de tudo e eu não reclamava, porque tinha hora que ela começava a chorar de dor e eu lembrava muito da minha mãe, eu dizia que eu tinha que ajudar essa mulher. Ela me ajudou num momento difícil, porque foi uma ajuda e ao mesmo tempo não foi, porque ela passou na minha cara. Eu comecei a bater boca com ela, ela me botou pra fora, pensei que ela ia me ajudar, mas, peguei umas sacolas de mercantil, peguei minhas coisas, pedi ao filho dela pra me ajudar, ela disse pra não ajudar, me chamou de coisa ruim e me jogou no meio da rua, todo mundo olhando pra mim. Como eu não tenho vergonha dessas coisas, eu nem liguei, peguei minhas coisas, morrendo de chorar, fui atrás da Irmã Karla. Ela começou a conversar comigo, me botou num quarto lá e me disse que ia me ajudar de todas as formas.

Então, essa mulher começou a perturbar: Ligava me chamando de minha filha, dizendo que tava cheia de dor. Ela sabe que eu sou besta, chorava, foi até nesse dia que quebrei meu dedo no emprego, eu pensei até em pedir ajuda a ela, mas não, meu dedo vai ficar roxo, mas eu não peço. Eu fui sozinha pro médico, sabia nem onde era, na Heráclito

Graça. A Irmã Karla falou pra eu não ir mais pra lá, porque não tinha mais necessidade. Minha situação ia ser que nem a da Mariana, sabe. A Irmã disse que tinha coragem de me ajudar, porque sabia quem eu era, sabia que eu era muito besta pras coisas, não entendia as malícias da vida. Eu era muito briguenta, essas coisas, mas eu não entendia nada da vida, então a Irmã Karla tinha pena de mim, era pena mesmo. A Irmã Karla não queria deixar eu ir, ela ligava chorando e a Irmã dizia pra ela não fazer isso. E dizia pra mim que eu ia estragar tudo na vida, que já foi muito sofrida. Eu disse a ela que ia voltar, porque ela precisava de mim, ela é doente, tudo isso foi um teatrinho. Cheguei na casa dela, ela disse que eu não ia fazer mais nada, que ia contratar uma pessoa pra trabalhar lá. Ela chamou a melhor amiga dela e começou a esculachar essa amiga, que acabou foi indo embora, não aguentou, então, lá foi eu fazer tudo de novo.

Foi quando ela conheceu um cara, pelo Orkut, lá do Rio de Janeiro. Ela botou doze mil reais no bolso, tirou tudo do banco e levou completo, saiu comprando tudo pra família do cara, passou oito ou foi quinze dias lá e voltou com ele. Meu Deus, trazer um cara que ninguém sabe nem quem é! E no final das contas, era o amigo do meu marido! A gente aqui tudo com raiva, porque ela deixou o filho e eu sozinha dentro de casa e se mandou no meio do mundo, depois de passar um ano, ele chamou o meu marido pra cá, que teve uns problemas lá no Rio e resolveu vi.

Ele me conheceu, pediu pra namorar comigo, e eu daquele jeito como era no convento, não queria namorar com ninguém. Eu dizia que ele era doido! Eu não conversava com ela, não contava minhas coisas pra ela, desde o dia que fiz uma coisa que as Irmãs me ensinaram, eu contei uma coisa que não era verdade, pra testar se eu podia confiar nela e eu vi que não dava pra confiar nela, moro com ela, mas não confio nela. Mas, aí conversa vem, conversa vai, eu e o ele começamos a namorar.

Com o tempo, ele teve que ir pro Rio, vender as coisas e voltar, não passou nem um mês direito e veio embora. Ele conheceu ela e não aguentou ver ela me esculachando e me chamava pra sair de lá, porque a gente já tava namorando, me chamou pra casa dele, eu disse pra esperar mais um tempo. Ele veio morar aqui, eu até ajudei a escolher o apartamento com ele. Eu vinha pra cá no dia que eu ia trabalhar, todo sábado, quando eu saía do trabalho. Ela falava todo palavrão, porque eu vinha no sábado e de noite, depois do trabalho. Nessa época ele ainda trabalhava, com um vereador aí. Mas, acabei me mudando mesmo e ela inventava várias histórias dele comigo. Ele é policial, aposentado e tudo. Ela ficava querendo falar com ele, dizendo que queria falar toda a verdade sobre mim e eu pedia pra ele não dar ouvidos a ela, até que ele ficou querendo saber o que era, foi lá e chegou lá ele teve foi pena dela,

porque ela não falava coisa com coisa. Eu não tenho raiva, mas o que ela fez comigo eu não vou esquecer, não tem como esquecer. Não é bom ter raiva não, porque assim eu nunca vou ser feliz.

Quando eu saí do convento eu botei na minha cabeça que eu tinha que deixar tudo de ruim pra trás, porque se eu não deixar eu não vou ser feliz. Tá aí, tudo que me aconteceu, as vezes eu conto pras meninas e elas não entendem. Eu digo que não vou esquecer, mas ter ódio, essas coisas de não perdoar, mesmo ela não pedindo perdão, mas eu falei pra ela que perdoava tudo o que tu fez comigo. Eu não tenho raiva, essas coisas, se ela vir aqui na minha casa, pode ficar no meu quarto que eu não ligo não, mas esquecer não esqueço.

Eu me juntei com ele e até hoje ela já tentou separar a gente várias vezes e ela tem raiva porque não consegue. Quando eu morava lá, ela me pisoteava, dizia que eu era burra e tudo mais. Falava isso pra todo mundo e só queria que eu namorasse com doido e eu dizia que não ia namorar com ninguém.

Lá, as irmãs deixavam a gente namorar, mas eu não queria, elas até me incentivavam, diziam que eu tinha que crescer. Pra mim, não me importava com feiura não, importava que tivesse carinho por mim. Teve um que gostava de mim e eu não sabia, as meninas e a Irmã que disseram que ele queria namorar e eu era toda bruta, dizia que não era nem rapariga! Mas, diziam que eu tinha que crescer, que eu era muito criança, eu era a mais velha, mas diziam que eu tinha que amadurecer. Incentivaram tanto eu com ele que até que a gente começou a namorar, ele queria me beijar e eu não queria beijar ele, ele queria me abraçar e eu não queria. Ele disse que gostou muito de mim porque eu não era interesseira, porque as outras namoradas que ele teve, elas cobravam ele dar perfume e eu dizia que não queria, porque parecia que ele tava me comprando, mas ele me dava sabonete, perfume, rosa e eu dizia que não gostava de rosa. Uma vez eu juntei tudo, porque eu não usava nada, ele me dava e eu guardava, e eu disse que não precisava me dar mais nada não, que eu não queria não, chegou meu aniversário ele perguntou o que eu queria e eu disse que não queria nada, ele disse que ia me dar uma roupa e uma sandália que dava pro Natal e Ano Novo, quando chegou perto eu disse a ele que não gostava dele e não queria ficar com ele, pedi pra ele entender isso. As Irmãs que quiseram, mas eu não quero, eu não gosto de beijar, de abraçar, eu não gosto de ninguém! Ele disse que eu era muito bruta, mas que gostava de mim. Chegaram a me dizer, quando tu completar 18 anos tu vai precisar de alguém, ele vai te botar numa casa e eu só tinha uns 15 anos, mas eu disse que não queria me juntar com ninguém, as meninas namoravam, mas eu não queria. Então, eu fui lá em cima, peguei as coisas que ele me deu e devolvi tudo que ele me deu, tudo fechado, tudo lacrado, eu não queria namorar com

ninguém, eu não fui feita pra ninguém, eu não queria ninguém, eu dizia que não amava ninguém, nem eu mesma. As irmãs tiveram que acalmar ele, porque ele chorou muito e eu não tava nem ligando. Depois que eu saí de lá, ele ainda me pediu em namoro de novo e eu disse que não de novo. Ele está se formando agora, enfermeiro, está ganhando bem. Antes eu tinha dito pra ele, que eu não estava pronta pra ficar com ninguém, o passado ainda me atormentava e é assim até hoje, eu não sou normal.

O meu sonho de ter uma família, eu não entendia. Isso de eu não querer ninguém, na verdade era que eu não sabia dar amor e nem receber. Eu queria ter uma irmã pra contar, uma amiga pra contar minhas coisas, sem depois passar na minha cara, hoje, eu falo com o meu marido mesmo. Eu não tenho essa pessoa pra contar. Quando eu começo a chorar, ele que fica tentando me agradar de todas as formas. No início ele me dava presente, dava dinheiro e eu dizia que isso não me compra, desde que eu morei com as Irmãs eu aprendi isso. Dinheiro é muito bom, mas a mim ninguém compra. Quando eu fui morar com essa mulher, ela tinha condição, sabe Aline, condição assim, não era coisa de rico, mas pra todo mundo ela dava e pra mim ela não dava e eu já cheguei a limpar chão do banheiro e privada, por vinte reais e não me custa trabalhar. Eu cheguei a pensar em procurar as Irmãs, mas não, eu não queria ser ingrata.

Hoje eu tenho consciência de que as minhas melhores amigas são as Irmãs, que me aturaram, mesmo. Hoje eu me arrependo do jeito que trarei algumas pessoas lá. Antigamente, eu não me arrependia não, eu pensava que eu ia ter aquelas pessoas pra sempre, mas eu não vou ter. Eu pensei que eu ia poder contar com a Irmã pra tudo e eu não tenho hoje. O pessoal vê e diz que eu moro numa casa boa, num lugar legal, que tem coisa boa, mas de que adianta ter tudo e não ter o que eu preciso? E ele tenta me dar, eu digo pra ele que não é fácil, tem dias que eu to em crise mesmo, passo semanas, é muito ruim, mas não é pra ficar triste, porque agora eu não to não!

Eu procuro me divertir, eu brinco até hoje, eu brinco de skate, caio, fico sorrindo, eu brinco com o filho da vizinha, criança e ele diz que gosta muito do meu jeito, sério e ao mesmo tempo brincalhona. E se eu levar tudo a sério, eu caio em depressão, porque quando eu morava no convento, eu lembro que eu passei um bom tempo no psicólogo e teve uma que disse que era pra eu ir pra um psiquiatra, porque ele disse que o meu caso era de remédio e eu não entendia, eu perguntei a Irmã, ela disse que eu ia ter que tomar remédio e ela não ia deixar, porque era muito forte e eu ia acabar ficando doida mesmo.

Eu chegava na psicóloga e ela começava a perguntar sobre a minha mãe, hoje eu falo assim não tão tranquilamente, mas falo, mas antes eu não gostava, quando ela citava, eu

não chorava, mas eu sentia assim vontade de matar ela, eu partia pra cima, não gostava mesmo, então era pra eu ter tomado remédio controlado até hoje. Tem horas que eu fico assim olhando pro tempo, mas hoje eu consigo falar sobre isso, antes eu não conseguia desabafar sobre minha mãe.

O meu marido sabe o quanto é difícil pra mim, não é fácil mesmo. Eu digo pra ele que eu posso ter tudo isso e não adianta se não tiver o amor, o que ele tem, é dele, eu tenho essa consciência, eu tenho que trabalhar, ele diz que não precisa, diz pra eu estudar, eu estava estudando, arranjei emprego, mas ele teve que fazer uma cirurgia e eu tive que deixar dois cursos, mas eu deixei pra cuidar dele. Eu gosto, ele sabe que é difícil pra mim, ele tem consciência, ele vê que eu queria conversar com alguém, eu acabo botando no face e tudo.

Eu aprendi com o psicólogo que quando eu estiver muito triste, é pra escrever, se estiver com raiva, escrever, eu ainda tenho essa mania. Quando estou triste, com saudade da minha mãe, escrevo tudo, no outro dia quando não estou mais com raiva nenhuma, pego e leio tudo o que escrevi e vejo se faz sentido. E pronto, eu faço isso. Uma vez ele pegou e quase endoida, porque eu falei negócio de matar e tudo, mas assim é tudo na hora da raiva, da tristeza, eu escrevo e no outro dia eu leio e penso como eu tenho uma vida tão boa, Deus me livrou de tanta coisa que eu já sofri, porque aqui não contei tudo, no final, vejo que não tem nada a ver. Ele disse que se quiser guardar o que escreveu, pode, mas é melhor ler no outro dia, jogar fora a folha e eu faço isso.

Outra coisa que eu aprendi é quando estiver muito nervosa, mascar chiclete, quando menos esperar já passa, hoje eu não faço mais isso por causa dos dentes, mas antes eu andava com muito chiclete, não sei, parece que mexe com o cérebro e passa, mas da escrita eu ainda tenho essa mania, eu escrevo e da umas três folhas, as vezes parece que eu to doida, porque eu falo sozinha e escrevo, ai passa. As vezes to na maior tristeza do mundo, eu começo a escrever e ai vai passando, não tem remédio melhor do que isso.

As irmãs do meu marido vieram pra cá e eu contei toda essa minha história e elas ficaram olhando e dizendo o quanto eu tinha vivido, mas pra mim hoje é mais fácil contar, porque já passou. Mas, essa parte me corrói muito, a falta das amizades, da família, porque eu não tenho ninguém pra contar. Dia das mães também, porque é dia de luto pra mim, é luto mesmo, lá no convento até as meninas comemoravam, mas eu sentia, porque era muito ruim, hoje eu me trabalho, eu tento não comentar muita coisa pra ele, pra não dar tristeza pra ele, mas hoje eu me trabalho muito sobre isso, chega o dia das mães, eu quero me trancar, chorar, mas ai eu penso que ela está num lugar melhor, se não eu caio em depressão mesmo, eu ligo

pras meninas, ela dizem que isso é normal. Às vezes a gente quer escutar uma coisa, mas precisa escutar a verdade,né! A verdade dói, mas eu preciso da verdade.

Às vezes eu tento conversar com meu irmão sobre minha mãe, mas ele não gosta de falar, minha irmã não fala nem por decreto, eu não sei da minha história, não sei se tenho pai, ele morreu não consegui nem chorar, porque ele falou que não era meu pai e aquilo doeu muito em mim, e pronto! Eu nem ligo mais!

E a minha irmã é assim, ela nem me liga eu também não, não gosto do marido dela, porque ela preferiu ele do que a mim, porque eu ia ajudar ela, ele não. Lá no convento tudo que eu ganhava eu pensava em dar pra minha irmã, a casa dela era cheia de urso e de agenda, porque era as coisas que o pessoal dava muito. Lembro que eu era muito macho, assim, porque eu não gostava muito dessas coisas e eu pensava em dar pra ela, a bichinha não tinha nada, eu não queria aquelas agendas grossas, bonitonas, ela fazia era coleção, dava maquiagem, tudo eu dava pra ela, eu dizia que a amava muito, eu gosto muito dela e dizia que quando eu saísse de lá queria morar com ela. Mas, não aconteceu.

A madrinha dela não gostava de mim de jeito nenhum, não sei porque, nunca fiz mal nenhum. Ela dizia que tinha pena da minha irmã, porque minha irmã sofreu por causa de mim. Ela nem tem contato comigo. Minha irmã estava grávida, teve filho, ligou pra mim, disse que estava no hospital, eu perguntei se ela estava precisando de alguma coisa, o que tivesse precisando eu dava, ela disse que queria crédito, pediu pra botar dez reais de crédito, eu botei foi 27, eu disse pra ela ligar pra mim quando receber e ela não ligou. Eu que perguntei se chegou, ela disse que sim, eu disse, nem me avisou. Ela disse que ia ter filho, eu disse pra ela me avisar quando tivesse, e ela não me avisou, meu irmão que ligou pra mim, no outro dia ela teve filho, ela e o menino foram pra Fortaleza, mesmo assim eu fui lá, cheguei lá eles não estavam, não me avisaram nada, meu irmão não liga pra mim nem nada. Eu liguei e ela disse que já estava indo pra casa. Deu raiva, ela não me disse nada.

Eu fico procurando um motivo pra entender porque eles não gostam de mim, tem que ter algum motivo. Meu irmão falou que eu era muito distante, todo mundo diz que eu sou besta, Aline, depois que eu comecei a morar com o meu marido, dizem que eu mudei, mas não. Dizem que eu tenho tudo e fico chorando pelos cantos, porque eu não sabia o que tinha acontecido comigo. Eu disse que não adianta me dar dinheiro, me dar roupa, me dar uma casa cheia de coisa e um apartamento imobiliado se não me der amor, porque eu não consigo ter isso, eu nunca fui apegada as coisas materiais, é porque eu sou boa, não. Eu só tinha roupa feia, pra mim era bonita, eu não gostava de ficar me mostrando, eu dava tudo pra minha irmã ou trocava com as meninas, por blusão porque eu não queria mostrar meu corpo, depois que

eu comecei a gostar, porque via as meninas arrumadinhas e queria me arrumar pra ficar bonita.

Ele é muito bom, mas ele é meio brabo, eu também sou, mas eu sou comigo mesma. Por tudo que eu já passei, eu tento ver tudo pelo outro lado. Eu aconselho minhas amigas, mas minha vida hoje é com ele, eu casei com ele, compartilho com ele.

Eu vivi em três mundos diferentes. Lá dentro do convento é um mundo, porque a gente vive sob a proteção das Irmãs, juiz, no sei o que. E lá é um mundo, porque o que tu faz fora, não é você quem paga não, você não sabe nem quem está pagando por ti. Já na casa da mulher que me adotou é um mundo lá também, porque quando amanhecia eu tinha que fazer café, depois almoço, janta, dormia, era tudo assim, máquina, era um mundo e eu não resolvia nada fora, era ela quem ia, eu era aquela pessoa que não existia no mundo, hoje eu tenho essa consciência. E o terceiro mundo é aqui fora e esse mundo é o melhor, porque tu vê tudo, é muito diferente. Eu até falei para as meninas assim, essas dificuldades que eu passei quando saí da Casa Família.

É muito diferente, porque é assim, uma sensação de que você está no mundo e não está no mundo, porque tu tá no meio de um monte de gente, mas parece que tu está sozinha, tu procura ajuda, passa fome, passa necessidade, passa tudo, mas não tem ninguém pra te ajudar e foi isso que passei, por isso eu tento aconselhar as meninas por tudo isso que eu passei. Às vezes, até quando eu fico triste eu vejo uns vídeos de meninas que também já viveram em abrigos, a gente vê assim tanta coisa que já passaram, mas a maioria das histórias que eu vejo elas tem mãe, pai e saíram de casa por alguma coisa e eu fico pensando, porque não foram atrás de ficar com a mãe!?

Teve um tempo que eu pesquisei e comecei a apertar o meu marido pra gente adotar uma criança, porque ele não pode ter filho, fez vasectomia e tem horas que me dá aquela vontade, mas depois passa e eu lembro de tudo que eu passei, a família dele não é daqui, eu não tenho família e vou contar com quem pra me ajudar? Eu tenho que trabalhar também, porque se eu ficar só dentro de casa eu endoio e pra ter um filho tem que ter dinheiro, e ter só por ter, não sei. Mas, eu digo que quero e depois eu digo que não, eu penso em mudar essa história, aquilo de quando eu era pequena vem na minha cabeça e eu não quero que meu filho passe por isso, eu fico orando, peço a Deus que me dê força.

FRANCISCA

Eu sou uma pessoa muito complicada, não sei quem eu sou mesmo ainda. Eu sou muito complicada de conviver, mas ao mesmo tempo muito amiga e amorosa e sou feliz, muito feliz, agora eu sou. Tem pessoas que podem me ver diferente, mas no meu ponto de vista eu sou uma boa mãe, boa esposa, uma boa dona de casa. Sou complicada dependendo do momento, porque dependendo da situação, se o bicho pegar, eu faço confusão. Eu não posso dizer mesmo quem eu sou porque eu mudo de opinião, mas se eu gostar da pessoa eu gosto, se não gostar eu nem sorrio. Sou muito sincera. Falsidade não é meu forte.

Bom, minha vida antes de ir para a Casa Família faz muito tempo, eu não lembro muito não, viu. Mas, era complicado. Eu vivia com meus pais e minha família. Meus pais faleceram e eu tive que ir pra lá. Antes, passei dois anos morando com meus irmãos, fui embora lá para Casa Família e pronto, só me lembro disso do tempo antes de estar lá e é o que eu gosto de falar.

Fui para a Casa Família no dia 08 de agosto de 2004, cheguei lá às 7 horas da manhã, eu lembro até quem me levou. Na época que a gente morava lá era na época da Irmã Roseana e era bom. Não era muito bom assim, mas era bom morar no abrigo até certos pontos.

O bom lá era a proteção, o carinho e tudo que a gente tinha lá dentro, porque tinha pessoas lá que gostavam da gente. A parte ruim era ser muito presa, mas pela super proteção.

Na Casa Família, as Irmãs eram muito atenciosas. A gente estudava, fazia cursos e tinha muitas amizades com as pessoas. O lado ruim é porque é muito solitário morar lá. Mas, foi bom, foi um aprendizado. A gente leva o aprendizado para o resto da vida. Foi interessante.

E a saída de lá não foi muito boa não, apesar de agente ir para um lugar que a gente conhece, com as pessoas que a gente conhece. Lá dentro a gente era muito super protegida. As irmãs resolviam tudo pra gente e não sabíamos resolver nada. Eu, pelo menos, quando saí de lá, não sabia nem sair da porta do colégio sozinha. Não sabia nem ir para o médico só.

Quando a gente sai de lá é tão difícil para aprender as coisas. É como se a gente tivesse nascendo de novo, aprender tudo de novo, um bocado de coisas, resolver as coisas da gente só. Mas, com o tempo a gente aprende e dá conta de resolver as coisas que precisa. Quando a gente está lá dentro, não dá valor, porque tem quem faça as coisas por nós e quando sai de lá é que dá valor.

No momento que a gente estava lá, tinha a Irmã Conceição, as meninas que a gente era amiga, brincava, conversava e tal, mas confiar só na Irmã Conceição mesmo. Outras pessoas que marcaram muito minha história lá, foi a Irmã Roseana Almeida, a Irmã Irlane, e das meninas tinha a Débora, a Angélica, na época todas adolescentes, como a Vlândia e minha irmã.

Foi tudo bom, elas marcaram porque moramos juntos, como se fosse sempre nossas irmãs, mas na hora assim que o bicho pegava só mesmo a Irmã Conceição. Tem vários fatos marcantes de lá, tem os passeios, as brigas, tem os cartões das Irmãs, tudo foi marcante. Lembro da despedida na época que as irmãs saíram de lá para outro convento. Tiveram várias coisas marcantes, mas as mais marcantes de todas foram duas: foi o dia que eu cheguei e o dia que eu saí.

Quem ainda está lá, tem que valorizar todos os momentos lá dentro, porque tudo que as irmãs fazem, hoje vejo, que foi pro nosso bem.

Nós não saímos de lá adotada assim de papel passado, porque não deu pra conseguir a certidão de óbito da minha mãe, mas a guarda provisória foi dada até a gente completar 18 anos, saí de lá com 16, acho. Depois arquivaram. A gente veio morar com a diretora lá do colégio que a gente estudava.

O meu pensamento na época continua o mesmo de hoje, de terminar meus estudos e fazer o curso de enfermagem e, que eu vou conseguir. Na época que eu saí de lá, eu e minha irmã viemos morar aqui com a tia Aurídice. Foi um pouco complicado, porque quando a gente chegou aqui já morava dois sobrinhos dela, morava também os pais dela, aí é complicado você chegar num lugar novo, que já tem muitas outras pessoa morando. Querendo ou não você, em alguns pontos, se sente excluída. Foi no começo, mas depois, tudo se normalizou. Eu morei com ela de 2009 até 2012. Eu resolvi me juntar pra sair logo de dentro de casa logo, mas eu me arrependi, só não me arrependi do meu filho, mas do resto, de me juntar assim, eu me arrependi, porque não terminei meus estudos.

Mas, hoje eu sou feliz, tenho meu pequeno rei lindo, meu danadinho, meu abençoado, ele é tudo pra mim. Eu penso no futuro ser alguém, para ele poder ser alguém, porque para ele ser alguém, eu tenho que ser alguém, para ter um futuro para dar para ele, por isso que eu estou correndo atrás disso.

Eu até tenho vontade de escrever mais sobre a minha vida com mais detalhes, mas eu teria que voltar tanta coisa pra me lembrar mais, eu me lembro, dos lugares que passei, das dificuldades, mas de um tempo pra cá, tinha que rever muita coisa pra relembrar. Lá no Maranhão, eu tenho vontade de ir, mas só pra visitar, não pra ficar, eu até já fui, com minha

irmã e meu sobrinho mais velho já veio de lá pra cá passar o carnaval com a gente. Mas, tem muita coisa pra lembrar. Quem tem mais contato com a família do Maranhão é a Ritinha, minha irmã, porque onde eu moro não pega bem internet, aí quando precisa ela me liga. Mas, o importante é que hoje eu estou feliz!

MAIARA

Quando a gente está, assim, na nossa casa, sem ser num lugar como em um abrigo, a gente é mais livre, porque não tem regras. Lá tem que conviver com pessoas diferentes e por isso tem que respeitar as regras e não tem muita liberdade.

Quando eu tava na minha casa mesmo, na minha mãe, que eu lembre, eu era mais livre, brincava na rua, ia pra casa dos vizinhos. Lembro que a gente ia pra escola de tarde. Minha mãe levava a gente de trem e eu dormia a viagem todinha. O meu irmão mais novo nem tinha nascido ainda.

Quando eu fui pra Casa Família, eu tinha 7 anos, mas já ia completar 8. Lembro que teve uma festa e eu estava com um vestido branco, bolas e tudo. Lá, tudo era muito diferente. No começo, ninguém queria ficar. A Irmã falou que a gente chorava muito no portão toda tarde, querendo sair, chamando pela minha irmã. Uma vez, a Irmã chamou minha irmã pra ajudar ela no berçário, quando eu acordei e não vi minha irmã na cama, eu comecei a chorar, pensei que ela tinha ido embora e tinha me deixado lá sozinha, depois a Irmã disse que ela tava no berçário.

Eu lembro que tinha muita gente lá que gostava de mim. Acho que eu era a pessoa que as Irmãs mais gostavam, acho que até hoje. A gente se acostuma com as regras, tanto que até hoje eu não gosto de sair muito à noite, porque vivi lá 11, 12 anos desse jeito. Tem gente que depois da escola gosta de ficar lá, mas eu não, terminava a aula ia logo pra Casa.

O que eu mais gostava lá era das festas, mas depois que eu cresci mais, não gostava mais não, eu gostava de ficar no quarto. Dia de domingo, as pessoas iam lá e eu ficava no quarto, até as Irmãs iam me chamar e eu dizia que não queria descer.

De todas as Irmãs, eu lembro que eu fiquei muito próxima da Irmã Luziane em 2007, ela ainda era Aspirante, depois ela foi embora pra outro Estado. Eu era muito próxima também da Irmã Flávia, Irmã Irlane, Irmã Marcela. Hoje tenho mais contato com a Irmã Marilene, Irmã Mônica, Irmã Waltânea.

Me disseram que a gente foi pra lá porque minha mãe teve depressão pós-parto, depois que o meu irmão nasceu. Ele foi primeiro, ficou um mês lá, depois foi eu e depois minha irmã. Ela não queria ir, parece até que bateu num deles e arranhou um deles que foi levar ela. Eu que disse que ia ser bom a gente ir, por isso eu fui primeiro e ela só foi no outro dia. Eu não lembro muito como a gente vivia no começo lá, só lembro do que a Irmã disse, que a gente ficava chorando.

Eu nunca reprovei na escola, mas depois que entrei no Ensino Médio, no segundo ano, relaxei total! Eu terminei os estudos. Fiz 18 anos em janeiro e em fevereiro comecei a trabalhar. Tinha uma audiência de uma das meninas de lá, pra adoção e a Irmã Karla começou a conversar com a minha chefe, ela disse que tava precisando de uma secretária, porque a dela tinha saído. A Irmã pensou na Mariana, minha irmã, mas ela tava fazendo curso e não queria deixar. Minha chefe disse que não precisava de experiência. A Irmã Karla pensou em me dar, mas ficou na dúvida, eu pedi pra ir. Eu fui lá, e não teve nem entrevista, ela já foi dizendo o que eu ia fazer. A Irmã foi junto e na outra semana eu já comecei a trabalhar e ainda estou lá.

Hoje, só as vezes que eu saio, vou pro shopping com os amigos, mas só quando tenho coragem, porque passo a semana toda trabalhando longe, sábado vou pro curso técnico o dia todo. Só de vez em quando que dá vontade sair. Domingo a gente acorda umas 11 horas, porque lá não podia e aqui a gente desconta! Café da manhã nessa hora, almoço umas 3 da tarde, janta tarde! O máximo que a gente faz é uma faxina pra tirar a sujeira da semana que não dá tempo de limpar.

Antes, quando eu tinha uns 17 anos, eu era bem revoltada, porque nessa época eu queria sair, pra passear nos cantos e as Irmãs não deixavam, eu ficava calada, não dizia nada, mas ficava com raiva, queria passar mais tempo fora, queria assistir minhas coisas, mas tinha as outras pessoas. Hoje eu entendo, mas na época não. Eu vejo hoje as Irmãs com as meninas lá dando trabalho e fico pensando se eu era desse jeito! Minha vontade é dizer que elas entendam, que obedeçam, que aceitem no sentido de entender que a gente não pode tudo mesmo, porque no momento a gente não entende o que é bom ou não pra gente, mas depois entende. Tem um amigo que reclama que a mãe dele prende muito ele e quer logo completar 18 anos pra sair, eu era assim e hoje penso que não pode ser assim. Pra onde eu vou, sem condições? Viver como? A gente tem que pensar em sair de perto dos pais no momento certo. Eu acho que saí no momento certo da Casa Família porque eu tenho um emprego, consigo ajudar aqui em casa, comprar nossas coisas, ganho até um pouco melhor que minha irmã e isso ajuda muito, se não ficaria pesado só pra ela.

Mas, pra sair de lá, a gente não teve expectativa nenhuma. A gente enrolou muito! A gente conseguiu essa casa e disseram que a gente tinha trinta dias pra entrar, foi em abril do ano passado. Passou esses trinta dias e ninguém falou nada e a gente foi ficando! Mas, não tínhamos todas as coisas. Quando a gente chegou aqui, tinha muita coisa, armário, cama, sofá, máquina, fogão, geladeira, tudo a gente ganhou, foi a casa beneficiada, não sei porque foi a nossa, mas ainda bem! A gente comprou só algumas coisas. Começamos a vir pra cá só pra passar o final de semana, a gente não queria, tinha preguiça, era tudo! Mas, em dezembro a

Irmã tinha uns compromissos e achou melhor a gente vir logo, porque ia sair outras meninas de lá e a gente veio também. Arrumamos as coisas, lavei roupa e eu nunca tinha lavado! A gente veio pra cá dia 24 de dezembro!

Quando era só pra passar o final de semana a gente não queria sair daqui, mas quando estava lá, não queria sair de lá. Foi muito tempo de convivência. Foi mais tempo lá do que na casa da minha mãe. Foram só sete anos com a minha mãe e 11 anos lá. Foi difícil! A gente se acostuma. Quando chegamos aqui era manhã, tínhamos umas coisas de cozinha, umas que as Irmãs deram. E a gente foi ficando e se organizando.

Hoje a gente tem contato com algumas pessoas da família. Nossa mãe tava internada, como eu entrei de férias, eu tava indo lá todo final de tarde, mas eu não gosto muito não, não sei porque. Lembro que uma tia minha disse quando a gente foi lá que ia lá pra pegar a gente, até hoje, nunca foi! Os familiares não ajudam, não a gente, que graças a Deus, ta tudo bem, mas minha mãe, ela precisa das coisas, mas não ajudam, só o irmão dela que agora ta fazendo almoço pra ela.

Primeiro, nossos planos era morar lá, com ela, mas a Assistente Social orientou e a gente resolveu procurar casa perto da madrinha da minha irmã, no Jereissati. Foi quando a Irmã levou a gente pra se inscrever nesse negócio dessa casa aqui. E foi bom, porque foi bem rápido, aqui é maior, é um condomínio mais seguro. Mas, quando eu soube que era aqui nesse bairro achei longe demais, mas hoje vejo que não é, tem ônibus, comércio, movimentado.

Quando eu morava na Casa Família eu gostava muito de inglês, fiz curso, mas nunca tive vontade de dar aula. Hoje, acho que estou esquecendo, porque não pratico. Mas, hoje eu gosto mais da parte de administração, parte financeira. Eu aprendi a gostar e me vejo nessa área. Quero me formar, mas não tenho vontade de estudar mais agora não, quero mais é trabalhar.

No futuro eu não quero uma casa muito grande não, porque eu tenho medo! Quero um apartamento, quero ter um carro, condições de vida pra não faltar nada. Quero ter boas condições pra ajudar a Casa Família! Não sei se seria o caso de ajudar minha mãe, não sei como ela vai estar no futuro, se ela tiver viva, eu ajudo! Não quero passar necessidade!

Tem gente que não dá valor o emprego que tem. Não quero sair de emprego por qualquer coisa, me juntar pra depois ter prejuízo. Quero construir minha vida! Hoje eu sou uma pessoa esforçada pra conquistar o melhor. Batalhadora, trabalhadora. Nem sempre eu consigo fazer o melhor, mas me esforço para cumprir meus compromissos, me comprometo no meu curso, no meu trabalho, com horário e tarefas. Aprendi a ser assim.

MARIANA

Na verdade, a gente nunca acha que vai acontecer uma coisa dessas com a gente. No contexto histórico, minha mãe teve uma depressão. Ela não teve mais condições de continuar cuidando e nem a nossa família teve condições ou se interessou em cuidar da gente. Mas, eu não julgo.

Foi uma gravidez muito turbulenta da minha mãe. Isso fez com que ela ficasse depressiva e acarretasse vários problemas. Eu via o sofrimento dela. A gente era muito pequena e ela não tinha com quem contar, era muito sozinha. Muita coisa eu lembro, claro que nem tudo, pois, com o tempo, a gente vai perdendo mesmo, ficando marcadas algumas coisas.

Pra mim, o que mais marcou foi ver minha mãe em uma rede, chorando. Não levantava, não comia. Nós tínhamos que sair de casa pra comer na casa dos outros, de alguém conhecido. E quando voltávamos, víamos nossa mãe daquele jeito.

Até que minha família foi ver o estado dela e resolveram levar ela para o hospital. No outro dia a gente já foi levado para o abrigo. Meu irmão já tinha ido, depois minha irmã, que foram juntos. Eu tinha um certo receio. Eu lembro que na época foi a Assistente Social, Conselho Tutelar, lembro do S.O.S Criança, eles foram buscar a gente. Eu me tranquei dentro de casa, porque eu não queria ir de jeito nenhum. Eu queria ficar com a minha família, por pior que fossem comigo, mas eu queria ficar com eles.

O Conselho levou minha irmã e meu irmão, eu fiquei na casa de um vizinho um dia, mas no outro eles foram me pegar e me levaram. Eu fui pra Casa das Irmãs pensando que eu ia só visitar e quando percebi eu já estava só. Eu chorava muito. Na época, tinha uma pessoa se preparando para ser Irmã e ficava conversando comigo e chamando para entrar e eu só ficava chorando. Sempre no final tarde, por volta de umas cinco horas eu começava a chorar, porque eu queria voltar pra casa. Adorava o dia, achava maravilhoso, mas quando ia anoitecer eu queria voltar pra casa.

Foi um período de adaptação difícil pra mim, por sentir muita falta da minha mãe, por quem eu sentia muito carinho, como até hoje sinto. Eu queria voltar pra casa, porque eu sabia que ali não era minha casa. Foi muito difícil no começo, mas com o tempo a gente acaba se adaptando, se familiarizando com as pessoas e gostando do ambiente.

Depois que passou esse período foi maravilhoso, porque foi um lugar onde eu estava tendo o que eu não tinha quando era criança. Por mais que eu não tivesse nada quando criança, eu sempre muito mais cabeça, por ser a mais velha, eu sempre via a minha mãe

lutando pra conseguir as coisas pra gente. Então, eu nunca fui de ficar esperneando quando não tinha uma coisa, quando tava com fome, comia o que tinha em casa. E quando eu fui pra lá, percebi que eu tive coisas que eu nunca tinha tido, em nenhum momento quando eu era criança e estava com a minha mãe.

Foi uma das fases mais maravilhosas da minha vida. Esses 11, 12 anos que eu passei lá, não tenho o que falar, porque foi lá que eu aprendi a ser quem eu sou hoje. Claro que tenho ainda muita coisa o que aprender, pra viver.

Quando você tá lá, é como se você fosse um tesouro em que ninguém pode tocar em você, mexer com você, mas quando você está aqui fora, no mundo real fora daqueles muros, daquele convívio em que todo mundo é ensinando a tratar bem os outros, a respeitar os outros, a trabalhar junto, então, quando você sai desse convívio e vai conviver com outras pessoas, você percebe que não é tão simples assim.

Lá, chegamos a ser 28 crianças e adolescentes, então tinha que dividir com a outra pessoa de quarto, dividir roupa. A gente tinha nossa privacidade, mas tinha que dividir umas coisas, porque era necessário, mas pra mim, nunca foi difícil, porque eu sempre gostei de dividir as coisas, ficar no mesmo quarto. Tanto que, até certo momento, nós tínhamos alguns planos, de morar juntas, umas num apartamento ou numa casa.

Eu aprendi lá a ser a pessoa que sou hoje: honesta, trabalhadora, que não gosta de mentiras e que sempre procura ser quem aprender a ser e não esquecer de onde veio, das coisas que eu passei e das coisas que eu consegui, pra chegar até aqui.

Nessa nova fase, até chegar aqui, não sei se foi difícil. Eu até brinquei com as Irmãs, é que eu gostei tanto de lá que eu completei 18 anos e mesmo assim continuei lá até meus 21 anos, mais três anos, que eu já deveria ter ido. Eu até brincava, um dia vou chegar em casa e elas vão ter colocado minhas coisas todas fora (risos). Brincadeira. Mas, é que eu aproveitei tanto que passei mais esses três anos. Lembro que quando completei 18 anos eu falei com a Irmã, querendo saber o que ela ia fazer, se ia me botar pra fora. Mas, ela disse que claro que não faria isso! Eu tinha um projeto de ir morar na casa da minha madrinha. No final das contas decidi que não queria. Era melhor não. Eu queria minha liberdade e ao mesmo tempo tinha receio, principalmente de me separar dos meus irmãos. Eu sempre gostei muito dos dois e sempre fui muito apegada à Maiara e ao meu irmão, eles são da minha vida e eu não posso perder, porque eu só tenho eles. Por mais que seja puxado, difícil, mas são meus irmãos e eles fazem parte de mim!

Então, quando eu completei 18 anos, eu tive a oportunidade de ir morar com a minha madrinha, mas eu achei melhor não e a Irmã disse que poderia me deixar morar lá, ajudou a procurar um emprego e a construir a ideia de sair com eles.

Claro que foi difícil e até hoje é muito difícil. Até hoje quanto vou lá, não tenho mais vontade de vir embora pra minha casa mesmo. Eu gosto e sempre gostei de lá. Nesses três anos que passei lá depois dos 18, eu sabia que tinha que sair de lá a qualquer momento.

Às vezes, eu pensava em arranjar logo minha casa, que não aguentava mais os meninos, mas ao mesmo tempo sabia que ali era a minha casa, eu gostava de lá. Mas, sabia que não era um lugar para sempre.

Foi quando surgiu a oportunidade de conseguir pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. A gente foi trabalhando várias hipóteses. Pensamos em morar em casa alugada, mas eu ganhava só um salário mínimo e era difícil sustentar uma casa com três pessoas só com um salário e pagar aluguel. Mas, graças a Deus deu certo se inscrever e receber a casa por esse Programa. Minha irmã também começou a trabalhar e não tinha mais como não dar certo.

Está sendo muito bom! É uma nova fase! Aconteceu muita coisa só esse ano que mostrou que eu tenho muita força pra continuar e a nunca desistir dos meus sonhos. Algumas coisas eu ainda estou adiando, mas nunca pensei em desistir de nada. A parte que ta sendo complicado é ser a cabeça da família, como se fosse uma mãe. Eu sempre dizia que não queria casar, ter filhos, nem marido nenhum pra perturbar meu juízo. Mas, a gente vai amadurecendo as ideias e como pessoa, e vê que precisar tomar posições, porque a vida lhe exige isso, que você seja forte. É o que eu estou procurando ser, forte! Sempre peço a Deus saúde pra eu continuar seguindo e o mesmo pelos meus irmãos, principalmente ao meu irmão, que agora está na fase de conhecer o mundo. Eu aconselho ele a não se envolver com determinadas pessoas, prestar atenção na aula, querer ser uma pessoa de bem e uma pessoa boa na vida. Eu digo a ele pra não procurar ser só mais um habitante na Terra não, digo pra ele ser alguém que no futuro possa dizer: eu consegui, eu venci! Não se esqueça de tudo que você passou, da onde você veio, não tenha vergonha da sua história, pode ser difícil, mas basta você querer vencer na vida!

Do mesmo jeito eu, mesmo sendo difícil, mas eu tenho várias sonhos pela frente. As pessoas dizem que ainda sou nova, tem muito tempo, mas a gente quer logo. Porém, nem tudo é no tempo que a gente quer. Claro que tem que ser um esforço da minha parte, por exemplo, pra fazer a faculdade.

No momento, tem o problema com a minha mãe, que voltou a ficar doente e a gente tá cuidando dela. Minha irmã estava de férias e ela estava cuidando, agora sou eu. Foi ela quem colocou a gente no mundo, é a ela que eu devo a vida, então, se eu tenho que cuidar de uma pessoa, essa pessoa é minha mãe, mesmo que fique pra depois meus estudos. Eu não posso abandonar minha mãe, porque ela me deu a vida e é dela, que eu tiro essa força, essa vontade de dar a volta por cima. Por mais que ela tenha errado em algumas coisas, mas, foi ela que eu vi uma força que me impressionou, passou por tanta coisa e tá aí viva. Eu estou fazendo a minha parte e minha consciência fica limpa de que eu fiz o que pude pra ajudar ela.

Até os meus 14 anos eu pensava em fazer cursos de línguas, até fiz dois cursos, pra ser aeromoça. Fiz inglês e LIBRAS. Mas, com o tempo fui percebendo o que eu gostava mais na escola, por exemplo. Na verdade, a vontade de ser aeromoça era a vontade enorme que ainda tenho de conhecer o mundo, conhecer outros países, outros Estados. Às vezes até em virar mochileira, sair por aí. Mas, com o tempo eu vi que para profissão, eu queria algo mais próximo. Foi depois de um seminário na escola, sobre alimentação saudável, que eu conheci e desenvolvi interesse pelo curso de nutrição. Fiz o curso técnico de nutrição, estou terminando, no período de estágio, já fiz um estágio de produção e agora preciso fazer um estágio clínico, em Hospital.

Aquele tempo, que eu estava lá, eu imaginava que ia morar com a minha madrinha, fazer curso, ser aeromoça. Eu estava na indecisão do curso e minha madrinha não me dava tanto apoio. Ela pensava mais que eu conseguisse um emprego logo e depois fazer o que eu quero, mas eu não me identificava com nenhuma sugestão de curso e carreira que ela dava. Então, percebi que não seria tão bom quanto eu imaginava. Então, desisti da ideia de nutrição na época, comecei a trabalhar, estou terminando o técnico, mas quero o superior. Infelizmente, não trabalho com nutrição. Hoje trabalho como atendente num ambiente de jornal, até pensei em ir fazer jornalismo, me interessei em saber das coisas, me atualizar e foi lá que comecei a ter uma certa desenvoltura pra falar com as pessoas, porque antes eu era muito tímida. Comecei a me socializar com as pessoas. No começo foi muito difícil, porque quando eu comecei a trabalhar lá eu tinha acabado de completar 18 anos, ainda morava com as Irmãs. Foi minha primeira oportunidade de trabalho com carteira assinada e foi muito difícil, porque ali eu percebi que a vida não era brincadeira. Em todo canto tem alguém pra lhe derrubar, mas no meio da comunicação, parece ser pior! Eu pensei em jornalismo, mas vou ficar na ideia da nutrição mesmo.

Pretendo, futuramente, entrar na faculdade de nutrição. Eu adoro e até imagino ter um consultório. É um sonho que pretendo realizar e espero que nada atrapalhe, nem que eu

consiga já velinha, mas que eu consiga. Quero muito ter a oportunidade de ajudar as pessoas, em especial nessa área da alimentação saudável. Hoje, as pessoas pensam que é só comer comida integral, malhar na academia, mas existe uma série de outros fatores pra uma vida saudável.

Essa é a diferença de quando eu tinha 14 anos pra agora, com 21 anos. Essa é mudança na vida, de gosto, de opiniões, que me fez buscar novos rumos, sem perder a vontade de viajar e conhecer outras culturas, pessoas, locais diferentes. Com o tempo as pessoas percebem que gosto de estar com as pessoas, conhecer gente, sou simpática, as vezes as pessoas levam para o outro lado, mas é o da amizade mesmo, eu sou assim, simpática com todo mundo e gosto de conversar. Gosto de aprender sempre mais, gosto de conversar com as pessoas mais velhas, porque as que passaram por mais coisas na vida são as que mais aprenderam e mais podem nos ensinar.

É isso que sempre busco, aprender com a vida. Como no período que foi muito difícil pra mim. Um ano depois que cheguei na Casa Família fiquei doente. Eu tive um tumor no ovário. Foi o período mais difícil pra mim, muito mesmo que eu nem sei nem classificar o quanto foi. Graças a Deus eu encontrei as Irmãs, porque se eu não tivesse encontrado elas, não sei o que teria acontecido. Eu não sei o que seria de mim se tivesse com minha mãe. Claro que ela ia buscar dar todo o apoio possível. Mas, com as Irmãs foi diferente. Logo que a gente descobriu, foi uma luta muito constante, primeiro pra descobrir o que era. Depois pra fazer a cirurgia. Fomos vencendo cada etapa do tratamento. Tive o apoio de vários amigos, como do Grupo Fantasia. Você e os outros, nunca vou esquecer, que fizeram parte da minha vida, dessa história. A Irmã Irlane, claro, que foi a pessoa que esteve sempre comigo. A gente nunca deve dizer que essa pessoa é minha mãe, a gente aprendeu isso lá, mas ela é minha segunda mãe. Foi ela que mais esteve comigo no momento mais difícil da minha vida. Tudo o que eu sou, a partir daquele momento eu devo a ela, que esteve sempre comigo durante todo o tratamento, mesmo cansada, com sono, mas ela sempre estava me apoiando em tudo que eu precisava.

Por outro lado, lá eu também tive um momento muito feliz lá que foi quando recebi a notícia da casa. Eu parecia que não estava feliz, porque estava feliz por ter ganho a casa e ao mesmo tempo com medo e triste por tão nova, ter tanta responsabilidade. O que eu faço vai refletir em como meus irmãos serão futuramente e eu procuro dar o exemplo melhor possível. Espero que eles vejam da mesma forma, mesmo que nem sempre eles enxerguem. Às vezes pego muito no pé deles. Mas, foi muito feliz quando saí de lá, por essa conquista.

Esses foram momento felizes e triste, os demais, aconteceram porque tinham que acontecer. Morar lá, nunca foi um momento triste da minha vida, sempre estive dentro dos

momentos felizes. Difícil é, quando a gente entra lá. Mas, lá a gente tem pessoas que podemos contar. Os demais da minha família, nunca foram atrás de mim, se eu morei 11 a 12 anos lá, talvez eu tenha recebido umas 5 visitas deles. O único momento triste que tive lá foi essa doença, mas hoje estou curada, viva e feliz pra contar essa história. Estou tendo uma nova oportunidade a cada dia.

Eu penso até em fazer um trabalho voluntário, mas é tanta coisa na vida, trabalho, estudo, coisas de casa, problemas com a mãe, que não dá pra conciliar tudo. Mas, quem sabe futuramente eu consiga devolver não, mas passar para as pessoas que eu passei por tudo isso e estou aqui!

Essa é a minha história, eu tenho orgulho de contar, pelo fato de ter passado por tantas coisas e estar aqui pra contar. Não tenho vergonha da minha história, passei por muita coisa e ainda vou passar. Foram 21 anos de vida e aprendi tanta coisa! Não tem porque negar, nem esconder, essa é a minha história, de uma pessoa sonhadora, forte, que ainda vai conseguir realizar todos os sonhos. Eu nunca vou desistir! Tenho sempre pessoas de bem ao meu lado que me incentivam e eu vou seguir em frente até dar certo, até porque a felicidade não está em você somente conseguir as coisas e sim, em viver as coisas. Nunca vou deixar de ser uma pessoa forte para continuar vivendo e batalhando na vida.

RITA

A minha vida antes da Casa Família, eu morava com meus pais. Era uma realidade bem difícil, porque a gente era bem pobre. Tinha eu e mais outros irmãos. Daí minha mãe faleceu e um ano depois meu pai também faleceu e a gente ficou com um irmão. Esse irmão já tinha quatro filhos e não podia mais tomar conta da gente. Então, nesse tempo a gente foi para casa de outras pessoas e não deu certo. A gente voltou para a casa do meu irmão de novo e da casa do meu irmão o Conselho Tutelar soube da nossa história, soube que a gente estava órfã de pai e mãe e tomou conta da gente, trazendo a gente do Maranhão até o Ceará, para morar em Maracanaú, na Casa Família.

Na época, eu tinha de 12 pra 13 anos, mais ou menos, e morei lá até os 16 ou 17 anos. Quando a gente morou lá foi muito bom porque foi uma fase que a gente teve muito carinho, embora a gente saiba que a realidade dos abrigos é difícil. Não dá pra negar isso. Tem muito abrigo que as crianças não são tratadas como elas merecem, com amor e carinho. Mas, para nós era diferente. Nós tínhamos as nossas privações, porque a gente não podia viver normal que nem as outras pessoas, pelos preconceitos, pelas limitações que a gente tinha, mas, a gente teve também muito carinho lá, muito amor, teve muitas pessoas. A gente recebia visitas de pessoas desconhecidas, que estavam lá dispostas a dar amor e carinho pra gente e foi muito bom nessa fase que a gente viveu lá.

Eu percebia a cada dia que Deus tirava pessoas da nossa vida e colocava também pessoas que valiam a pena. Mas, a gente não era completamente feliz, porque sempre faltava a família, faltava o pai, a mãe, os irmãos que a gente passou nove anos sem ter contato. Eu, pelo menos, passei nove anos sem ter contato com meus irmãos, nem uma ligação tinha.

Quando eu fiz 16 anos, conheci a pessoa que se propôs a fazer a minha adoção. Foi uma adoção tardia, como se diz, mas que veio numa boa hora. Era na hora de Deus, porque eu já estava prestes a fazer 18 anos e eu iria ter que voltar para morar com meus irmãos e eles não tinha ainda condição pra manter a gente. Era a realidade de antes, que não tinha mudado, pra falar a verdade até hoje não mudou, melhorou um pouquinho, mas não mudou.

Essa pessoa trouxe eu e minha irmã para morar com ela e eu conheci meu esposo, que é sobrinho dessa pessoa. Engravidei e ele me assumiu, assumiu a minha filha. Hoje a gente mora aqui em Maranguape, a minha filha já tem 3 anos e o meu relacionamento com ele é um relacionamento muito bom, produtivo. A gente não briga, cuida da nossa filha como o nosso tesourinho. Ele trabalha, eu faço as coisas para ajudar ele, que está sempre ao meu lado.

Eu posso dizer que ir para o abrigo foi um desvio que Deus me deu, deu na minha vida, na minha história, para conhecer ele, conhecer a família dele, para eu ter a chance de ter uma mãe novamente e dessa mãe veio tios, tias que me acolheram muito bem, veio a minha casa, a minha família que é a minha família mesmo, que é meu marido e a minha filha.

Eu percebi que morar no abrigo não é tão ruim quando você tem pessoas que lhe dão carinho, amor e dedicação e a gente tinha isso lá. Não era ruim, porque pior era tá em qualquer outro lugar sem ter isso. E elas cuidaram, as irmãs que moraram na época que eu estive lá, cuidaram muito bem da gente.

E tem o preconceito de morar em abrigo. É difícil porque na escola você não pode fazer tudo, você é visada em tudo por você não ter quem lhe defenda de certas coisas. Você passa por situações que eu passei, de piadas, o famoso bullying na escola, eu passei por isso. Mas, hoje eu dei a volta por cima e eu sou muito feliz, graças a Deus.

Tenho a minha vida agora, tenho a minha família e eu tenho uma história pra contar, o que é melhor. Nem sempre a história que eu tenho pra contar é uma história feliz, mas a felicidade hoje depende de mim e eu espero que assim seja sempre.

Sempre teve quem me ajudasse a pensar assim, porque na verdade, a pessoa que mora em abrigo precisa é de palavras amigas, de força e de alguém que diga: você passou por isso, mas você tem a capacidade de dar a volta por cima. É isso que a gente precisa e tivemos. As irmãs faziam esse papel.

Eu me lembro muito bem que, na época que eu morei lá, tinha um dia no mês e às vezes na semana, que elas reuniam todas nós, numa sala de estudo (que você conhece muito bem, inclusive que deu aula e fez trabalho voluntário lá com a gente) e falavam sobre os problemas que a gente tinha passado, também da força que a gente desconhecia dentro de nós para superar. Essas palavras eu, particularmente, guardei para mim e eu precisei usar, porque tem momentos na vida da gente que baixamos a cabeça e a gente acha que não é capaz. Mas, quando você se lembra dessas coisas, dessas palavras que você ouviu, você dá a volta por cima. Não são atitudes somente, você também precisa de alguém que lhe diga: ei, levanta a cabeça, passou por isso, agora é passado, constrói teu futuro.

E eu tive sim pessoas que fizessem isso por mim e não foram poucas, eu vou evitar até citar nomes, porque foram tantas, graças a Deus, que eu posso esquecer alguma e posso ferir alguém, mas estiveram presentes pessoas em minha vida e eu agradeço a cada uma por ter feito isso, pois eu precisei e na hora que eu mais precisei eu lembrei dessas palavras.

Mas, lá, a gente mesmo não aprendeu nada do mundo não, pelo fato de ser superprotegida. E na verdade o mundo é muito diferente aqui fora, a realidade é diferente. A

gente sabe que foi privilegiada de morar lá, porque lá elas cuidavam, mas nem todo lugar é do mesmo jeito e a gente conhece outros locais e vê que as pessoas, mesmo dentro do abrigo, já vivem num mundo muito difícil, por não ter proteção nenhuma, infelizmente, mas nós não passamos por isso, nós passamos pela fase da super proteção.

Eu destaco de bom de lá as amizades. A gente teve bons amigos, que eram pessoas que se doavam pra gente. As pessoas que iam lá, não iam à toa, eram pessoas dispostas mesmo a se doar pra gente. Hoje eu penso que eu poderia também fazer o mesmo e ir lá dar um pouquinho do meu tempo para as pessoas que hoje estão na condição que eu estive e infelizmente, eu não faço. Então, se um dia eu sair de casa e ir lá, eu irei de coração, como essas pessoas fizeram por nós. Não é por obrigação, é porque gosta. É um carinho sincero, uma palavra sincera, uma amizade verdadeira. E eu destaco de bom isso.

Como momento difícil eu destaco as dificuldades, financeiras mesmo. Lá a gente não tinha nenhuma ajuda financeira, como a senhora sabe. Mas, o mais difícil era a gente tentar se encaixar numa sociedade que não aceitava a gente, porque, querendo ou não, a gente era diferente. Era como se a gente não pudesse errar, porque todos olhavam, a gente precisava ser perfeita em tudo e a gente não era, nós éramos adolescentes na época, e outras crianças ainda, com histórias difíceis carregando nas costas, e pessoas lá fora querendo que a gente fosse perfeita, não errasse, a gente era cobrada por isso. Mesmo que a gente focasse, a gente não conseguia, ninguém consegue. A gente estava numa fase de mudanças, de transformação de tudo, da forma de pensar e era muito complicado, muito difícil, a gente tentava, mas era complicado a cobrança.

Quando eu morei na Casa Família, eu não imaginava meu futuro, porque a gente era superprotegida. As Irmãs tinham um carinho muito grande por nós, brigavam também, mas era pelo nosso bem. E elas superprotegiam a gente, então, eu não imaginava que quando eu saísse de lá eu ia bater com a cara na porta, em várias portas fechadas, que eu ia receber muito não, eu nunca imaginei. Eu achava que tudo ia ser muito fácil.

E na verdade, quando eu saí de lá, eu ainda me lembro até hoje, eu não tinha todos os meus documentos, só pra exemplificar, eu não tinha todos os meus documentos e a pessoa que me adotou, ela trabalhava três turnos, então, não podia me acompanhar e nem eu podia fazer isso com ela, porque eu já tinha 16 anos. Eu tive que tirar o meu título de eleitor, sozinha. E aí? O que fazer sem saber onde eu estava? Mas, eu fui. E voltei, porque não consegui. Então, eu pedi meu atual marido para ele ir comigo e ele foi, me ajudou e a partir daquele dia eu vi que eu precisava aprender a conviver no mundo, pois eu não sabia que era daquele jeito. Eu passei a fazer todas as minhas coisas, a resolver tudo sozinha, médico, por

exemplo. Quando eu engravidei da minha filha, foi mais difícil ainda, porque eu tinha que correr para pré-natal, consultas, conquistar tudo isso sozinha. E eu fazia questão que fosse sozinha para eu aprender como era o mundo.

Quando a gente saiu de lá, veio morar com a pessoa que adotou a gente. Na época, de imediato, a gente não foi super recebida, mas fomos recebidas bem, aceitas. Esse começo é normal. As pessoas ficavam com o pé atrás, querendo ver se isso ia dar certo, com aquela desconfiança. Cabia a nós conquistar essa confiança, aproximar ou afastar as pessoas. Minha única dificuldade quando cheguei aqui foi essa e, por incrível que pareça, não foi difícil, precisamos de tempo para conquistar essas pessoas, mas o tempo pode ser usado ao nosso favor também, e eu usei o tempo que tinha ao meu favor. Era uma questão de se adaptar a uma realidade que a gente não estava acostumada. Aqui a gente não tinha uma proteção, alguém pra pegar na nossa mão e fazer algo com a gente. Foi difícil, mas venci. O resto, não achei que foi dificuldade não.

Ela conseguiu a nossa guarda provisória e pra ela conseguir a definitiva ela precisava de uma documentação dos nossos falecidos pais. Nós tivemos muita dificuldade pra conseguir essa documentação, como a certidão de óbito da minha mãe, que tinha que vir do Maranhão pra cá e descobrimos que ela não tinha. Era preciso provar que minha mãe estava morta e isso foi um problema. Não conseguimos essa documentação a tempo de completarmos 18 anos, então acho que o caso foi arquivado. Mas, ela tinha legalmente a guarda provisória da gente, até que toda essa burocracia fosse resolvida. É mais um exemplo de como a lei dificulta as coisas pra gente. É muito ruim encontrar alguém que quer dar amor e carinho e ter uma barreira dessas. Mas, mesmo não conseguindo essa adoção definitiva, eu me sinto filha dela e eu sinto ela como minha mãe. Hoje vejo que isso é o que importa. Ela me trouxe pra casa dela, me deu a casa dela, me deu o amor dela, o carinho dela, a família dela, o pai dela, a mãe dela, tudo dela ela me deu. Isso importa muito mais do que esse papel que a justiça não me deu, que não significou nada, porque o resto ela me deu.

O meu futuro, eu não digo que foi interrompido, mas ele foi adiado. Quando saí de lá eu queria fazer faculdade, terminar meus estudos, queria trabalhar, tudo isso eu sempre quis, mas pelo fato de eu ter engravidado da minha filha cedo demais, eu só pude terminar até o terceiro ano do ensino médio. Foi com muito sacrifício, porque no último ano do ensino médio ela nasceu e eu deixava ela com a madrinha dela, que era uma vizinha, para eu poder estudar. Então, foi bem difícil.

Quando ela nasceu, eu preferi parar a minha vida para acompanhar os cinco primeiros anos da vida dela, porque eu não queria que acontecesse com ela o que aconteceu

comigo. Meus pais não foram presentes em minha vida, mas foi por motivo do querer de Deus, porque eles faleceram, mas a gente via pessoas lá na Casa Família, que os pais não eram presentes e eram pais vivos e era o que mais doía nas crianças, essas que os pais eram vivos, mas não eram presentes na vida deles.

Então, quando tive a minha filha eu disse: vou parar por cinco anos, vou adiar meus planos, para cuidar dela, vou ser presente na vida da minha filha. E é isso que estou fazendo todos os dias. Faço questão de deixar ela na escola todos os dias, de ver como ela está, de passar o dia com ela, de botar ela para dormir, de dar a comida, de passear, eu faço questão até ela completar os cinco anos.

Eu já estou procurando emprego antecipadamente, mas é porque ela já aprendeu a falar muito bem, tá mais independente e agora ela está precisando mais de mim financeiramente. Então, para ajudar ela, como ela já vai fazer 4 anos, eu já to procurando emprego. Mas, eu não abro mão de deixar minha filha na escola enquanto eu puder, eu não abro mão de dar carinho, de botar pra dormir e eu faço isso dividindo com o pai dela e mais ninguém, porque ela precisa de mim e precisa dele.

Eu sei disso porque eu precisei do meu pai e da minha mãe e eles não estiveram comigo por ter falecido. Mas, eu tenho certeza que se eles fossem vivos, com todas as dificuldades financeiras que a gente tinha, a gente tinha ficado lá com eles, porque eles cuidaram de mim até 11 anos e não teria sido diferente, dos 11 para os 20 anos.

Da mesma forma que vi e precisei, eu sei que a minha filha precisa e essa é a minha meta. Depois, quando ela fizer 5 anos, quando ela for criando a independência mínima, eu vou recomeçar a minha vida.

Eu não perdi o foco da minha faculdade, eu quero. Estou fazendo curso em Maracanaú, estou procurando emprego já, mas eu não abro mão de está convivendo com a minha filha esses 5 anos de vida dela.

Eu costumo dizer, quando a gente está conversando, que lá a gente era feliz e não sabia. Pensava que não, ficava procurando detalhes para a infelicidade. Hoje, a gente é bem mais feliz, porque sua própria família te dá bem mais felicidade. Era muito boa aquela época, era tudo brincadeira, a gente não tinha preocupação, a gente só se preocupava o que ia ser da gente quando chegassem os 18 anos e no meu caso, foi um pouco antecipado. Era muito bom morar lá. Eu achei que quando eu saísse se lá eu não ia sentir saudade, mas eu sinto muita saudade, por incrível que pareça!

Hoje em dia eu sou uma pessoa moldada, porque tive uma história que foi me moldando. Nos últimos tempos, foi uma fase que me moldei mais às coisas da vida. Eu sou

uma pessoa extremamente recuada com pessoas,estou com dificuldade em me doar para as pessoas, pelas coisas que aconteceram recentemente, porque antes eu não era assim, mas nem por isso eu deixo de ser feliz, de viver a minha vida, de seguir meus planos, estabelecer prioridades, de seguir a Deus. Mas, os últimos acontecimentos da minha vida me moldaram, mas me tornou uma pessoa muito mais verdadeira. E eu aprendi que o que fizeram comigo eu não posso fazer com as outras pessoas. Hoje eu estou mais forte, mais determinada do que eu quero, ao mesmo tempo, mais recatada, eu diria transformada. Essa sou eu, agora!

Pra mim, contar essa história e senti esse sentimento de superação é muito importante. Eu não sei em que vai importar pra quem ler, mas eu gostaria que quem soubesse dessa história, possa se sentir mais fortalecido diante dos problemas. Porque, se a gente pensar que tem pessoas com problemas maiores que os nossos, a gente coloca o nosso problema debaixo do tapete, ergue a cabeça e segue em frente. Mas, se a gente pensar que o nosso problema é sempre maior que o dos outros, a gente não vai a lugar nenhum. E eu costumo pensar que a minha história é mínima diante das histórias daquelas pessoas que passam fome lá na África, várias pessoas que morrem de doença. Crianças que morrem em bombardeios. O que tem de triste da minha história em comparação com essas outras? É uma questão de como você ver a vida, com o copo d'água, que eu escolho ver meio cheio. Não vejam essa história com pena. Sintam-se fortalecidos diante dos problemas, porque é assim que eu faço.

ENRTEVISTA VLÁDIA

Bom, antes de ir para Casa Família eu morava com minha avó e meu avô. Meu avô faleceu e eu tive que morar com o meu pai. Eu lembro que passei pouco tempo morando com meu pai, foi nem um ano, daí o Conselho Tutelar me levou para o Abrigo e lá eu morei por 10 anos. Lá eu estudei, fiquei de castigo, briguei, bati em gente, bateram em mim, fui educada, graças a Deus!

Não vou dizer que lá seja um lugar cem por cento, em relação a todos os abrigos, porque infelizmente, a gente tem que admitir que essa não é a realidade do nosso país. Mas, eu levanto a mão para o céu e agradeço o abrigo que eu fui. Pelas pessoas que lá estavam, que não estavam lá pelo dinheiro, mesmo porque elas não eram pagas para isso, elas estavam lá pelo amor e pelo que gostam de fazer. Talvez se eu tivesse ido para outro abrigo de Maracanaú ou outros aí que nem conheço, talvez eu não estaria tão bem quanto eu estou hoje.

Eu acho que o espelho de amanhã é o que você vive hoje e se o meu espelho hoje é como estou é porque no meu passado eu vivi bem. Conheci pessoas boas que, mesmo eu errada, vieram puxar minha orelha do jeito certo, pessoas que fizeram parte, fazem e vão fazer parte da minha vida. O Grupo Fantasia é um deles, as conversas com você, tia Aline e todos do Grupo Fantasia, eu teria que passar dez entrevistas para falar de todos. Outras pessoas também foram benfeitoras naquela Casa, as Irmãs, a Irmã Irlane, Irmã Karla, Irmã Conceição, cada uma com seu jeito, como a Irmã Irlane com aquele jeito materno, dez anos ali com ela e ela soube ter um jeito materno mais que qualquer pessoa.

Foi tudo muito bom, mas pra mim o mais difícil foi a saída, porque a gente não conhece o que está depois do muro de um abrigo. A gente conhece as quatro paredes do abrigo de dentro, mas aquelas paredes de fora, ninguém conhece, independente do abrigo que seja, a Casa Família ou outro abrigo qualquer.

Foi difícil, foi muito difícil ter que me encontrar, olhar no espelho e dizer: amanhã eu tenho que botar um currículo para arranjar um emprego. Foi difícil ter que acordar e dizer: puxa! E agora? Quem vai me dar um remédio, quanto eu estiver doente? Eu não tinha ninguém. Eu mesma tinha que me levantar, ir à farmácia e comprar o remédio que eu tava precisando. E sem ter como chegar um domingo e dizer: hoje eu vou almoçar na casa da minha mãe.

De tudo, Aline, que eu passei depois que eu saí de lá, foi o que mais doeu. Antes me perguntavam: Vlândia, e tua mãe? Eu dizia, ela não sente minha falta e ela não me faz falta. Mas, sabe quando é que faz falta? Quando você se vê adulta, chega um domingo e você

pensa: eu queria ver alguém. Porque é normal num domingo as pessoas irem visitar a mãe, o irmão, não é assim que as coisas acontecem? E você não ter ninguém pra visitar. Você é a sua família e pronto!

Daí você começa a trabalhar, conhece pessoas, tem relacionamentos, termina e conhece outro. Até que nessas idas e vindas, conheci o pai dos meus filhos, na empresa que eu trabalhava. Eu saí de lá e começamos um relacionamento e desse relacionamento tivemos dois filhos, uma menina de dois anos e três meses e um menino, de dez meses.

Depois que eu tive meu filho, houve uma mudança. Infelizmente, nem tudo é para sempre e não foi. Quando a gente casa, não é isso que a gente quer, a gente quer que seja pra sempre, mas não foi para sempre e aconteceu nossa separação. A minha filha era muito apegada a ele, infelizmente, ela mora com ele, por vontade dela mesma, não por mim. O povo pode dizer: como é que uma menina de dois anos tem vontade própria? Tem, infelizmente, tem. Porque eu vi o que ela passou quando ela morava comigo, ela ficou doente, levei até para o psicólogo e ele disse que ela tava com saudade do pai dela, você vai matar essa menina se você não levar ela para morar com o pai dela, ele disse. E uma mãe quando ama, ela faz tudo pelo filho, abre mão da própria felicidade de estar com o filho, pela felicidade do filho. O meu filho mora comigo. Eu queria educar os dois da minha forma, mas mesmo longe, eu sei que educo minha filha. No final de semana ela vem pra cá, eu vou pegar ela.

No momento, eu já estou com outra pessoa, ele acolheu meu filho muito bem, eu acho que até mais do que o próprio pai, mas eu nunca tive nada do que reclamar do pai deles em relação aos filhos dele, mas em relação ao meu filho, talvez seja porque ele não cresceu com o pai, na gravidez a gente já estava se separando, mas enfim, isso não muda nossa relação. Falo com ele, a gente cria nossos filhos bem, não falta nada para os dois. Eles têm tudo do bom e do melhor que podemos dar, obrigada! Não vou negligenciar nada, eles vestem e comem tudo do bom e do melhor. Ele trabalha, dá as coisas para os dois. E o rapaz que eu estou no momento, adotou o meu filho de coração, de uma forma que eu não pensei que ele fosse adotar, é uma pessoa boa.

No momento, eu estou em outra fase da minha vida. Acho que eu estou vivendo o que eu não vivi quando eu era mais nova. Estou vivendo mais pra mim, porque eu acho que vivi muito para os outros. Vou voltar a estudar agora, e a vida continua. E eu não tenho vergonha da minha história, do passado, essa é a Vlândia, para quem me conheceu sabe como é que sou e eu não mudei nada daquela Vlândia de antes.

Quando eu saí da Casa Família, eu fui para casa da pessoa que me adotou, fiquei lá um ano aí de lá fui morar com uma amiga e dessa amiga saí quando me casei. Para o meu

futuro eu pretendo estudar e fazer um concurso. Porque, agora que eu tenho 23 anos e o meu objetivo é com 26 anos está concursada. Vou estudar para concurso porque eu nunca quis faculdade, eu quero estudar para fazer um concurso e me estabilizar. Eu quero crescer como cidadã, porque uma pessoa cidadã, ela tem futuro. É isso!

Ah! E uma coisa que eu estou pensando é procurar meu pai, porque eu não tenho contato com ninguém da família, ninguém mesmo, mas eu penso que o meu pai, logo pode precisar de mim, ele não conhece os netos, sou filha única porque a única que ele registrou fui eu, mas tenho um irmão, que mora em São Paulo, mas ele nunca registrou. Esse sumiu no mundo, literalmente, não tenho contato com ele também, só sei dele que ele botou um restaurante lá e que tá bem, graças a Deus. É isso!